

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

Arthur Honorato de Almeida

O conflito Israel– Hamas sob o olhar da mídia: enquadramentos e disputas de sentido
sobre Oriente e Ocidente

Juiz de Fora

2026

Arthur Honorato de Almeida

O conflito Israel–Hamás sob o olhar da mídia: enquadramentos e disputas de sentido
sobre Oriente e Ocidente

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação, da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Comunicação. Área de concentração: Comunicação e Sociedade.

Orientador: Prof. Dr. João Paulo Carrera Malerba

Juiz de Fora

2026

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Almeida, Arthur Honorato de .

O conflito Israel– Hamas sob o olhar da mídia: enquadramentos e disputas de sentido sobre Oriente e Ocidente / Arthur Honorato de Almeida. -- 2026.

174 p. : il.

Orientador: João Paulo Carrera Malerba

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Comunicação Social. Programa de Pós-Graduação em Comunicação, 2026.

1. Orientalismo. 2. Enquadramento noticioso. 3. Conflito Israel–Palestina. 4. Jornalismo internacional. 5. Narrativas. I. Malerba, João Paulo Carrera, orient. II. Título.

Arthur Honorato de Almeida

O conflito Israel–Hamás sob o olhar da mídia: enquadramentos e disputas de sentido
sobre Oriente e Ocidente

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação, da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Comunicação. Área de concentração: Comunicação e Sociedade.

Aprovada em (dia) de (mês) de (ano)

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. João Paulo Carrera Malerba – Orientador
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof. Dr. Luiz Ademir de Oliveira
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof. Dr. Mohammed ElHajji
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Pedro Aguiar Lopes de Abreu
Universidade Federal Fluminense

Ao povo palestino, que há décadas resiste à violência, ao deslocamento e ao silenciamento, preservando sua memória, identidade e dignidade. Que a persistência em existir, narrar e reivindicar direitos continue sendo um ato de esperança.

AGRADECIMENTOS

Neste momento da minha trajetória acadêmica, reflito sobre quantas pessoas foram e continuam sendo fundamentais para que eu chegasse até aqui.

Agradeço primeiramente aos meus pais, Rosemar Honorato e Nivaldo Paulino, por me apoiarem em todos os momentos e em todos os sentidos. O amor deles é a base de tudo. Estendo este agradecimento à minha irmã, Emilly Honorato, por sua amizade e companheirismo. A todos os meus familiares que sempre torceram por mim e estão ao meu lado em cada conquista.

À minha professora orientadora da graduação, Dra. Deborah Vieira, por acreditar em mim e por me incentivar a entrar no mestrado.

Agradeço aos meus amigos de Governador Valadares que, mesmo de longe, continuaram sendo parceiros de todos os momentos. A todos os meus colegas da Assessoria Destilada (ASSEDE), pelos momentos de alegria e descontração. Em especial à Kissyla Pires, Jonathan Tomaz e Stefhany Godoi.

Aos meus amigos de Juiz de Fora, por me acolherem tão bem na Princesinha de Minas. Em especial, ao meu companheiro de apartamento, Humberto Lau. Ao meu cinéfilo favorito, Gustavo Furtuoso. Ao meu companheiro de novelas, Gabriel Bhering. À minha amiga de todas as horas, Ana Lúcia Resende. Em especial à minha amiga e irmã de coração, Tatiane Análio, por me entender e me apoiar em todos os momentos.

Agradeço saudosamente aos professores do PPGCOM/UFJF, pela generosidade intelectual, pelo rigor acadêmico e pelo compromisso com a minha formação crítica. Em especial ao meu orientador, João Paulo Malerba, pelas provocações teóricas, pelas críticas cuidadosas e a confiança depositada em meu processo de aprendizagem. Aos membros da banca examinadora, pela disponibilidade e pelas valiosas contribuições oferecidas à esta pesquisa.

O presente trabalho foi desenvolvido com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), através da concessão de bolsa de estudo de Mestrado, em razão da Portaria nº 206 da CAPES, publicada em 04 de setembro de 2018, e das regras indicadas nos Termos de Compromisso para concessão de Bolsas.

Por fim, encerro estes agradecimentos homenageando a memória de Heitor Leão, um amigo querido, cuja ausência permanece sentida, mas cuja presença segue viva nas lembranças e nos momentos compartilhados. Que esta dissertação também seja um gesto de reconhecimento à sua memória e à importância que teve em minha jornada.

O mundo está cansado destas guerras intermináveis, destas intermináveis besteiras imperialistas ocidentais, máquinas de morte e genocídio e dor e agonia que eles infligem a todos nós o tempo todo para os seus próprios fins gananciosos. E é disso que se trata, em última análise.

Susan Abulhawa

RESUMO

Esta dissertação analisa de que maneira o conflito Israel *versus* Palestina ganha forma na mídia e como esta atua na construção do imaginário social acerca do tema. Tendo o jornalismo como parte do referencial de mundo das pessoas, a maneira com que o conflito é exposto na mídia nacional e internacional tende a perpetuar a forma como a população compreende a “guerra” e os lados nela envolvidos. O presente trabalho investiga a abordagem da mídia em relação aos eventos envolvendo a situação geopolítica entre Israel e Palestina, mais precisamente a forma como os veículos *O Globo* (Brasil) e *Al Jazeera* (Qatar) cobriram os ataques na Faixa de Gaza, em outubro de 2023, e seus desdobramentos. A relevância desta pesquisa se ancora na necessidade de se observar como narrativas são mobilizadas por alguns dos principais veículos do sul global, principalmente no que tange à construção da realidade acerca desse tema. Como *corpus* de análise foram coletadas as matérias da primeira semana após o 07 de outubro, a respeito dos ataques ocorridos na Faixa de Gaza, envolvendo o Hamas e o Exército de Israel, assim como outros episódios marcantes do conflito: Massacre da Farinha e o primeiro aniversário do 7 de outubro. Os materiais serão analisados sob a perspectiva da Análise de Conteúdo (Bardin, 2011), a qual aborda elementos da composição das matérias, a fim de investigar as mensagens nas entrelinhas; adotando também a Teoria do Enquadramento proposta por Robert Entman (1993), uma vez que os frames podem definir problemas, diagnosticar causas, fazer julgamentos morais e sugerir soluções, com intuito de averiguar os principais assuntos tratados e quais as construções interpretativas feitas por cada veículo. Os resultados indicam que *O Globo* apresentou uma cobertura centrada em eventos imediatos e baseada sobretudo em fontes institucionais, com pouca contextualização histórica e humanitária. Esse padrão tende a reforçar enquadramentos hegemônicos do conflito. Em contraste, o *Al Jazeera* desloca rapidamente o foco para a retaliação israelense e para os impactos humanitários em Gaza. Dessa forma, o veículo amplia a moldura temporal do conflito e o insere em uma perspectiva histórica de ocupação e assimetria de poder.

Palavras-chave: Orientalismo; Enquadramento noticioso; Hegemonia; Conflito Israel–Palestina; Jornalismo internacional.

ABSTRACT

This study seeks to examine how the Israel–Palestine conflict takes shape in international media coverage and how such coverage contributes to the construction of the social imaginary surrounding the issue. As journalism constitutes part of individuals’ frameworks for understanding the world, the way the conflict is portrayed in national and international media tends to perpetuate how the population interprets the “war” and the actors involved. This research aims to investigate media approaches to events related to the geopolitical situation between Israel and Palestine, specifically analyzing how the outlets *O Globo* (Brazil) and *Al Jazeera* (Qatar) covered the attacks on the Gaza Strip in October 2023 and their subsequent developments. The relevance of this study lies in the need to observe how narratives are mobilized by major media organizations from the Global South, particularly regarding the construction of reality surrounding this conflict. The corpus of analysis consists of news articles published during the first week following October 7, concerning the attacks in the Gaza Strip involving Hamas and the Israeli Army, as well as other significant episodes of the conflict, such as the Flour Massacre and the one-year anniversary of October 7 (always including articles published on the day of the event and in the following days, when the topic is addressed). The materials are analyzed through a hybrid methodological approach combining Content Analysis (Bardin, 2011), which examines elements of news composition in order to identify implicit messages, and Framing Theory as proposed by Robert Entman (1993), since frames can define problems, diagnose causes, make moral judgments, and suggest solutions. This approach aims to identify the main issues addressed and the interpretive constructions produced by each media outlet. The results indicate that *O Globo* presented coverage centered on immediate events and based primarily on institutional sources, with limited historical and humanitarian contextualization. This pattern tends to reinforce hegemonic frames of the conflict. In contrast, *Al Jazeera* quickly shifts the focus to the Israeli retaliation and the humanitarian impacts in Gaza. In doing so, the outlet broadens the temporal frame of the conflict and situates it within a historical perspective of occupation and asymmetry of power.

Keywords: Orientalism; News Framing; Hegemony; Israel–Palestine Conflict; International Journalism.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Fotografia 1 - Fumaça se eleva de um prédio residencial após um ataque aéreo israelense na Cidade de Gaza.....	145
Gráfico 1 - Temas das Matérias em <i>O Globo</i>	98
Fotografia 2 - Israel realizou ataques aéreos em Gaza depois de foguetes terem sido lançados do território.....	144
Gráfico 2 - Seções das Matérias em <i>O Globo</i>	101
Fotografia 3 - Pessoas fazem fila do lado de fora de uma padaria na Cidade de Gaza em meio a temores de retaliação após combatentes do enclave palestino terem se infiltrado em Israel.....	146
Gráfico 3 - Autoria das Matérias em <i>O Globo</i>	103
Fotografia 4 - Pessoas fazem fila do lado de fora de uma padaria na Cidade de Gaza. A mais recente onda de violência ocorre após o aumento das tensões em setembro, incluindo ataques das forças israelenses contra fiéis palestinos na Mesquita de <i>Al-Aqsa</i>	146
Gráfico 4 - Temas das Matérias no <i>Al Jazeera</i>	126
Fotografia 5 - Moradores da Faixa de Gaza fogem de suas casas para se afastar da fronteira com Israel.....	147
Gráfico 5 - Seções das Matérias no <i>Al Jazeera</i>	128
Fotografia 6 - Fumaça se espalha pelo lado israelense da fronteira com Gaza vista da Cidade de Gaza em 7 de outubro de 2023 após uma série de ataques matinais com foguetes da Faixa de Gaza contra Israel.....	151
Gráfico 6 - Autoria das Matérias no <i>Al Jazeera</i>	130
Fotografia 7 - Militantes palestinos iniciaram uma "guerra" contra Israel, infiltrada por ar, mar e terra a partir da Faixa de Gaza bloqueada.....	152
Fotografia 8 - Um homem caminha sobre os escombros de uma torre destruída em um ataque aéreo israelense na Cidade de Gaza.....	152

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Matérias sobre os “Ataques do Hamas” veiculadas em <i>O Globo</i>	106
Tabela 2 - Matérias sobre os “Ataques de Israel” veiculadas em <i>O Globo</i>	112
Tabela 3 - Recorrências lexicais e campos semânticos dominantes em <i>O Globo</i>	114
Tabela 4 - Matérias sobre o “Massacre da Farinha” veiculadas em <i>O Globo</i>	116
Tabela 5 - Matérias sobre o “1 ano do ataque do Hamas” veiculadas em <i>O Globo</i>	121
Tabela 6 - Matérias sobre os “Ataques do Hamas” veiculadas no <i>Al Jazeera</i>	132
Tabela 7 - Matérias sobre os “Ataques de Israel” veiculadas no <i>Al Jazeera</i>	134
Tabela 8 - Recorrências lexicais e campos semânticos dominantes.....	136
Tabela 9 - Matérias sobre o “Massacre da Farinha” veiculadas no <i>Al Jazeera</i>	138
Tabela 10 - Matérias sobre o “1 ano do ataque do Hamas” veiculadas no <i>Al Jazeera</i>	140
Tabela 11 - Síntese comparativa entre os títulos do <i>Al Jazeera</i> e de <i>O Globo</i>	142

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AFP	<i>Agence France-Press</i>
AIMI	Associação Internacional das Missões Israelitas
AIPAC	<i>American Israel Public Affairs Committee</i>
ALC	Acordo de Livre Comércio
ANERA	<i>American Near East Refugee Aid</i>
ANSA	<i>Agenzia Nazionale Stampa Associata</i>
AP	<i>Associated Press</i>
APTN	<i>Associated Press Television News</i>
BBC	<i>British Broadcasting Corporation</i>
CCTV	<i>Central China News Television</i>
CGTN	<i>China Global Television Network</i>
CICV	Comitê Internacional da Cruz Vermelha
CNN	<i>Cable News Network</i>
CSNU	Conselho de Segurança das Nações Unidas
DD	<i>News Doordarshan News</i>
DIH	Direito Internacional Humanitário
DPA	<i>Deutsche Presse-Agentur</i>
EBC	Empresa Brasileira de Comunicação
EUA	Estados Unidos da América
FARA	<i>Foreign Agent Registration Act</i>
FD	Formação Discursiva
FEPAL	Federação Árabe Palestina do Brasil
FRENPAZBRIL	Frente Parlamentar Cristã Brasil-Israel Pela Paz
FSP	Folha de São Paulo
FPLP-CG	Frente Popular para a Libertação da Palestina - Comando Geral
GRACIAS	Grupo de Antropologia em Contextos Islâmicos e Árabes
HRW	<i>Human Rights Watch</i>
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDF	<i>Israel Defence Forces</i> (Forças de Defesa de Israel)
IMEU	<i>Institute for Middle East Understanding</i>
IURD	Igreja Universal do Reino de Deus
IVC	Instituto Verificador de Comunicação

JIP	Jihad Islâmica Palestina
LCI	<i>La Chaîne Info</i>
MNU	Movimento Negro Unificado
MOM	<i>Media Ownership Monitor</i>
NYT	<i>New York Times</i>
OESP	Grupo Estadão
OLP	Organização para a Libertação da Palestina
ONU	Organização das Nações Unidas
PL	Partido Liberal
POV	<i>Point of View</i>
PT	Partido dos Trabalhadores
RBS	Rede Brasil Sul
RT	<i>Russia Today</i>
SDS	Sequências Discursivas
SBT	Sistema Brasileiro de Televisão
TASS	<i>Telegráfnoye Aguêntstvo Soviétского Soiuza</i>
TTR	<i>Türkiye Radyo Televizyon Kurumu</i>
TWP	<i>The Washington Post</i>
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USP	Universidade de São Paulo
WFP	<i>World Food Programme</i>
WTN	<i>Worldwide Television News</i>
Xinhua	Agência de Notícias Nova China

SUMÁRIO

1. Introdução	13
2. Construção da realidade, comunicação e jornalismo como referencial de mundo	24
2.1 Berger e Luckmann e a construção social da realidade	24
2.2 Comunicação, colonialismo e capitalismo	27
2.3 As agências de notícias	33
3. Orientalismo e representação	36
3.1 As primeiras representações do Oriente	37
3.2 Orientalismo na mídia	40
3.3 Globalização e hegemonia: Universalização dos discursos ocidentais	50
3.4 O oriental no imaginário brasileiro	55
4. Mitos e mitologias políticas do sionismo	61
4.1 O sionismo moderno e as mitologias políticas de Raoul Girardet	62
4.2 O sionismo cristão no Brasil no século XX	64
4.3 Bolsonarismo e desdobramentos do 7 de outubro	68
4.4 Polarização político-partidária brasileira	71
5. Breve histórico do conflito árabe-israelense	75
5.1 Período colonial e a criação do Estado de Israel	76
5.2 A divisão do território e os primeiros conflitos	79
5.3 O Hamas	83
5.4 Operação Al Aqsa	89
6. Análise	90
6.1 O Globo	93
6.1.1 A semana do 7 de outubro de 2023	94
6.1.1.1 Ataques do Hamas	101
6.1.1.2 Ataques de Israel	106
6.1.2 O Massacre da Farinha no Globo	109
6.1.3 1 ano do 7 de outubro de 2023	113
6.2 Al Jazeera	118
6.2.1 A semana do 7 de outubro de 2023	119
6.2.1.1 Ataques do Hamas	125
6.2.1.2 Ataques de Israel	127
6.2.2 O Massacre da Farinha no Al Jazeera	130
6.2.3 1 ano do 7 de outubro de 2023	133
6.3 As imagens do primeiro dia	136
7. Considerações finais	148
Referências	152

1. Introdução

As narrativas míticas e religiosas, repassadas por meio da tradição oral entre os grupos sociais, familiares e pessoas próximas, tradicionalmente, construíam o conhecimento e o referencial de mundo, que serviam como ferramenta para aqueles que buscavam uma explicação para os fenômenos e o sentido para a própria existência (Rodrigues, 2002; Thompson, 2002). Com o passar do tempo e o surgimento das sociedades modernas, os saberes passaram a ser autonomizados, fragmentando-se em diversos campos sociais. Emaranhada em meio ao risco de dissolução da própria sociedade moderna, fracionada em campos com interesses individuais, a mídia assume um papel expressivo como “homogeneizador” social. Os fragmentos da realidade são reorganizados e (re)construídos pelo campo midiático, que os projeta socialmente ao mesmo tempo em que participa da própria constituição do que é entendido como realidade, conferindo visibilidade aos acontecimentos e aos atores sociais (Rodrigues, 2002). Nesse processo, a instituição midiática funciona como um “cimento homogeneizador” da realidade coletiva, ao representar de modo autônomo a diversidade das demais instituições e lhes atribuir visibilidade, consolidando-se, assim, como mediadora social (Rodrigues, 2001).

É ao resultado desta conversão que damos o nome de Mundo vivido ou, para utilizarmos a expressão alemã consagrada por Husserl, de *Lebenswelt*. Às fronteiras do quadro ou do contexto situacional do *Lebenswelt* dão os anglosaxónicos o nome de frame ou de quadro do sentido. É por isso que, para o homem, não é apenas o meio ambiente que constitui o quadro em que se desenrola a sua experiência. Abarca igualmente o conjunto das marcas por ele próprio projectadas para delimitar a sua própria experiência, o seu *Lebenswelt*. (Rodrigues, 1999, p. 8)

Rodrigues (1999) explica que os órgãos dos sentidos atuam como aparelhos que proporcionam sensações, ou seja, os processos sensoriais que tornam as pessoas, de alguma maneira, presentes no mundo. São os órgãos do sentido que preparam o mundo de acordo com a forma como estão constituídos, colocando o mundo à disposição dos indivíduos. Sendo assim, o ser humano tem a capacidade de se apropriar do mundo, de o moldar de acordo com as suas vontades e preferências e inclusive o reconstituir artificialmente (Rodrigues, 1999). A comunicação, desse modo, participa da conformação social da realidade e da forma como as pessoas conhecem o mundo (Berger; Luckmann, 2007), participando da construção do sentido imediato de mundo (Bourdieu, 1989).

Inserindo no contexto do conflito entre Israel e Palestina, por exemplo, os *media* funcionam como propulsores dos pensamentos e ideologias daqueles que os financiam. Nesse sentido, surge como uma forma de construir a geografia imaginativa do Oriente Médio através do Orientalismo (Said, 2007) presente no Ocidente, no cenário abordado. O desconhecimento favorece a disseminação de generalizações e estereótipos, sustentados sobretudo por representações produzidas nos Estados Unidos e na Europa, atores políticos centrais na construção de imagens sobre o Oriente Médio que passam a ser reproduzidas por outros países ocidentais. O conceito de Orientalismo nos ajuda a elaborar questionamentos fundamentais sobre a atuação da mídia ocidental durante as coberturas envolvendo assuntos relacionados ao Oriente.

O Orientalismo é um estilo de pensamento baseado numa distinção ontológica e epistemológica feita entre o ‘Oriente’ e na (na maior parte do tempo) o ‘Ocidente’. [...] É antes a distribuição de consciência geopolítica em textos estéticos, eruditos, econômicos, sociológicos, histórico e filológico; é a elaboração não só de uma distinção geográfica básica [...] Na verdade, o meu argumento real é que o Orientalismo é – e não apenas representa – uma dimensão considerável da moderna cultura político-intelectual e, como tal, tem menos a ver com o Oriente do que com o ‘nosso’ mundo. (Said, 2007, p. 14-24)

Said (2007) estrutura sua reflexão a partir de três eixos fundamentais. Em primeiro lugar, o Oriente é concebido como uma construção social, que, embora se apoie em referências geográficas, não se limita a elas. Em segundo, ideias, culturas e narrativas históricas não podem ser analisadas dissociadas das relações de poder que as conformam. Por fim, o autor sustenta que o Orientalismo não deve ser entendido como um simples conjunto de mentiras ou mitos que se dissolveriam com a revelação da verdade, mas como um corpo de teorias e práticas historicamente consolidadas e institucionalizadas em políticas socioeconômicas. A obra de Said consolidou-se como referência central nos estudos pós-coloniais, especialmente naqueles voltados à análise das representações de países árabes e asiáticos. Considerando o recorte deste estudo no campo da comunicação, incorpora-se, assim, uma abordagem teórica que articula mídia e Orientalismo.

A tragédia palestina teve início em meados do século XX, especialmente a partir de 1948, com a *Nakba* (termo que significa “catástrofe” e se refere ao processo de limpeza étnica da população árabe da Palestina naquele período). Esse processo envolveu expulsões em massa, desapropriação de terras e a negação, por parte de Israel, do direito de retorno aos refugiados palestinos e a seus descendentes. Como resultado, mais de 400 vilarejos palestinos

foram destruídos ou despovoados à força, e cerca de 750 mil palestinos foram expulsos de suas casas e deslocados de seus territórios (IMEU, 2023).

Contudo, a *Nakba* não pode ser compreendida como um evento isolado, mas como uma consequência de um projeto político gestado ainda no final do século XIX e progressivamente implementado ao longo das décadas seguintes. Antes da criação do Estado de Israel, em 1948, a população judaica correspondia a aproximadamente 33%, cerca de 608 mil pessoas, do total de 1,8 milhão de habitantes da Palestina em 1946, conforme o relatório de 1947 do Comitê Especial das Nações Unidas para a Palestina (ONU, 1947).

Em 29 de novembro de 1947, a Organização das Nações Unidas (ONU) apoiou a divisão da, até então, Palestina em dois estados: um judeu e outro árabe. O Estado judeu comportaria 498 mil judeus e 497 mil árabes, abrangendo 56% da Palestina; o árabe comportaria 725 mil árabes e 10 mil judeus e abrangeria 44% da Palestina; Jerusalém, a capital, com uma população de 100 mil judeus e 105 mil árabes, passaria a ter status internacional (Zucchi, 2018). Essa divisão não foi aceita por outros países do Oriente Médio. Porém, no ano seguinte, 1948, mais precisamente no dia 14 de maio, o presidente da Agência Judia para a Palestina, David Ben-Gurion, anunciou a criação do Estado de Israel. O movimento migratório de judeus para aquela região se intensificou e o aumento da população judaica em um território, agora dividido, que há séculos era de maioria árabe, aumenta a tensão, resultando no surgimento de confrontos imediatos. Nesse mesmo ano ocorreu a Primeira Guerra Árabe-Israelense, sendo liderada por Líbano, Síria, Egito e Transjordânia (atualmente, Jordânia) de um lado, e o Estado de Israel, que contava com o apoio militar dos Estados Unidos, do outro. Após o armistício deste conflito, Israel ocupou novas regiões pertencentes aos palestinos.

Ben-Gurion e a alta liderança sionista manifestaram, desde os momentos iniciais, a intenção de incorporar territórios destinados ao Estado árabe. Diversas declarações de Ben-Gurion evidenciam, de maneira inequívoca, seu distanciamento em relação a um compromisso com a definição prévia de fronteiras:

Vejam por exemplo a declaração de independência dos EUA; ela não contém nenhuma alusão a limites territoriais. Não estamos obrigados numa declaração de independência a precisar exatamente os limites do estado. Os árabes nos atacam. Se conseguirmos derrotá-los, a Galileia ocidental e o território compreendendo os dois lados da estrada de Jerusalém tornar-se-ão parte integrante do estado. Se tivermos a força para fazê-lo, por que não fazê-lo (Caspi; Zohar; Saliternik, 1967, p. 178).

Nas declarações do principal líder da *Yishuv* (comunidade judaica na Palestina), observa-se a compreensão de que, caso as circunstâncias da guerra fossem favoráveis, as forças israelenses não apenas poderiam, mas deveriam avançar sobre territórios palestinos, priorizando a tomada de cidades árabes e a “limpeza” de suas áreas (Scalécio, 2004).

A criação do Estado de Israel em terras palestinas e a progressiva expansão do controle israelense sobre o território palestino foram acompanhadas pela implementação de um sistema de discriminação imposto à população palestina, caracterizado pelo direito internacional como equivalente ao *apartheid* (Said, 2012). Juntamente com esse entendimento, a Anistia Internacional classifica tal sistema como *apartheid*, ao considerar que ele é sustentado por práticas de violação sistemática de direitos, incluindo apreensões em larga escala de terras e propriedades palestinas, assassinatos ilegais, negação de nacionalidade e cidadania, restrições à liberdade de circulação e transferências forçadas de população. Ressalta-se que, conforme o Estatuto de Roma e a Convenção sobre o Apartheid, o *apartheid* é tipificado como crime contra a humanidade (Amnesty International, 2022).

É válido destacar que a expropriação de terras e a imposição de um regime de *apartheid* por parte do movimento sionista suscitaram formas de resistência palestina, as quais incluíram manifestações de violência política expressas por diferentes tipos de ações (Said, 2012). Registraram-se mobilizações espontâneas da população palestina contra a ocupação israelense, conhecidas como Intifadas — a primeira entre 1987 e 1993 e a segunda entre 2000 e 2005 —, assim como outras formas de violência política, incluindo atentados com explosivos, sequestros de aeronaves, ações suicidas, atropelamentos e ataques com armas brancas ou de fogo contra alvos civis e militares israelenses. De acordo com Said (2012), tais ações tinham como objetivos a autodeterminação e a soberania palestina, o reconhecimento de um Estado nacional palestino, a libertação de prisioneiros e a garantia do direito de retorno da população palestina.

A violência política palestina, conduzida tanto por indivíduos quanto por organizações estruturadas — como a OLP, a Fatah, a Frente Popular para a Libertação da Palestina, a FPLP-GC, a Frente Democrática para a Libertação da Palestina, a Organização Abu Nidal, a Jihad Islâmica e o Hamas —, tem sido enquadrada pela mídia hegemônica ocidental como “atos de terrorismo”. Nesse contexto, diversas dessas entidades palestinas são classificadas como organizações terroristas por países como os Estados Unidos, o Canadá, o Reino Unido e a União Europeia. Contudo, os ataques dirigidos a alvos israelenses são frequentemente apresentados pela mídia hegemônica a partir de uma narrativa maniqueísta, que omite o tratamento humilhante e desumanizador imposto à população palestina pelas

forças de ocupação de Israel. Essa abordagem também tende a silenciar ou minimizar as respostas das IDF (*Israel Defence Forces*), caracterizadas pelo emprego de poderio militar assimétrico, como bombardeios aéreos, uso de blindados e a atuação de atiradores de elite contra a população civil palestina (Carneiro; Mols, 2025).

Segundo Guibernau e Montserrat (1997, p. 70), o tipo de resistência do Hamas, “é para sobreviver, eles desenvolveram contra-estratégias ‘a luta armada’. [...] Quando a luta armada se desenvolve num ‘estado’ em que as minorias ‘nacionais’ são fortemente reprimidas, um senso de cumplicidade pode emergir entre membros da comunidade”. Ainda que as declarações internacionais de direitos humanos, incluindo a Carta da ONU, reconheçam o direito dos povos à resistência frente a uma ocupação militar e assegurem aos refugiados o direito de retorno aos seus lares, é igualmente válido afirmar que atentados suicidas realizados em Tel Aviv não atendem a qualquer finalidade política pacífica ou eticamente justificável. Ao contrário, conforme argumenta Arendt (2006), a violência representa a negação da própria política, na medida em que suprime sua forma privilegiada de ação: o discurso e a palavra.

No dia 7 de outubro de 2023, as organizações político-militares de orientação islâmica sunita Hamas e Jihad Islâmica Palestina (JIP) deflagraram uma operação denominada “Tempestade de *al-Aqsa*”, que resultou na morte de pelo menos 1,4 mil israelenses, entre os quais 1.033 civis, 275 soldados e 58 policiais, além de cerca de 3,4 mil feridos (Oshin, 2023). A partir desse momento, sob a justificativa de responder aos ataques do Hamas, o governo de Israel iniciou uma série de bombardeios na Faixa de Gaza, que atingiram hospitais, mesquitas, escolas, universidades e campos de refugiados, resultando na morte de civis, incluindo mulheres, idosos, crianças, profissionais de saúde e jornalistas. O governo de Israel também passou a usar a fome como estratégia de guerra, com impactos que têm sido interpretados por diferentes análises como parte de um processo de limpeza étnica na Faixa de Gaza (BBC, 2025; Reuters, 2025; Brasil de Fato, 2025).

Nesse sentido, é preciso refletir sobre a acusação de crime de genocídio que Israel comete contra a população palestina, mesmo com a narrativa de “auto-defesa” que o estado judeu defende. Na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), que culminou na Resolução n. 96, de 11 de dezembro de 1946, afirma-se que “o genocídio é um crime contra o Direito Internacional, contrário ao espírito e às finalidades das Nações Unidas e que o mundo civilizado condena”. E foi com base nessa resolução que a Corte Internacional de Justiça emitiu o parecer de 26 de janeiro de 2024 sobre a plausibilidade de um genocídio

em curso na Faixa de Gaza, bem como medidas provisionais para impedir sua consumação, todas elas ignoradas por Israel.

De acordo com Arlene Clemesha (2024), desde o 7 de outubro, cerca de 90% da infraestrutura da Faixa de Gaza foi destruída e a população é constantemente deslocada do norte ao sul. Mais de 2 milhões de pessoas ficaram desalojadas. Além disso, o meio ambiente foi poluído por metais pesados e partículas químicas de bombas, mas também pelo esgoto a céu aberto. Sem contar as doenças de pele e doenças infecciosas (Clemesha, 2024). Vale lembrar também que os bombardeios israelenses são tão intensos que, segundo a agência *EuroMed Rights*, 25 mil toneladas de explosivos foram lançadas sobre a Faixa de Gaza – o equivalente a cerca de duas bombas nucleares em termos de peso de explosivos.

Através destes dados, tornam-se presentes evidências de haver um genocídio em andamento na Faixa de Gaza sob o comando do Estado de Israel, que o comete sem sofrer punições. Em 1948, na Terceira Sessão da Assembleia Geral da ONU, na cidade de Paris na França, o genocídio torna-se passível de punição, com a aprovação do texto da Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio, que passa a vigorar em 1951:

Artigo II - Na presente Convenção, entende-se por genocídio qualquer dos seguintes atos, cometidos com a intenção de destruir, no todo ou em parte, um grupo nacional, étnico, racial ou religioso, enquanto tal: (a) assassinato de membros do grupo; (b) dano grave à integridade física ou mental de membros do grupo; (c) sujeição intencional do grupo a condições de vida pensadas para provocar sua destruição física total ou parcial; (d) medidas destinadas a impedir os nascimentos no seio do grupo; (e) transferência à força de crianças do grupo para outro grupo. Artigo III - Serão punidos os seguintes atos: a) o genocídio; b) a associação de pessoas para cometer o genocídio; c) a incitação direta e pública a cometer o genocídio; d) a tentativa de genocídio; e) a co-autoria no genocídio. Artigo IV - As pessoas que tiverem cometido o genocídio ou qualquer dos outros atos enumerados no Artigo III serão punidas, sejam governistas, funcionários ou particulares.

Este contexto sociopolítico está inserido em uma sociedade estruturada pelo espetáculo, tornando-se evidente como a gestão das visibilidades e a hegemonia das imagens conduzem a uma dependência da espetacularização para a mediação das relações sociais (Debord, 2003). Nesse cenário, a mídia assume papel central na consolidação das dinâmicas de guerra, ao construir narrativas, definir versões dos acontecimentos e estabelecer os papéis de protagonistas e, sobretudo, de antagonistas. Além disso, a cobertura de conflitos armados possui destaque no jornalismo, constituindo um tema que mobiliza intensamente a atenção dos meios de comunicação e, por consequência, do público. Em razão de seu impacto social,

econômico, cultural e militar, esse tipo de acontecimento tende a dominar as agendas noticiosas (Steagall, 2020).

Eventos como os de 7 de outubro de 2023 mobilizam ampla atenção da cobertura midiática, sobretudo por parte dos conglomerados de comunicação hegemônicos, uma vez que o conflito israelense-palestino historicamente ocupa lugar central em suas agendas. Como principais instâncias de circulação de informações, esses meios exercem papel fundamental na construção da realidade social (Boyd-Barrett, 2023). Desse modo, sua presença nas coberturas jornalísticas contribui para a formação de sentidos no imaginário social, uma vez que, ao selecionar acontecimentos, imagens e narrativas, a mídia orienta a percepção do público sobre o mundo, influenciando a construção de crenças e comportamentos (Berger; Luckmann, 2007). Ademais, cabe destacar que a mídia não opera de forma autônoma, mas como expressão das dinâmicas sociais, ao reproduzir e refletir as estruturas sociais e culturais vigentes, podendo identificar um interesse, articulado às mídias hegemônicas, na transmissão de uma versão específica dos acontecimentos de 7 de outubro de 2023 (Gonçalves; Lima, 2023). Contudo, a mídia possui a capacidade tanto de reafirmar quanto de tensionar normas e valores predominantes, dinâmica que é condicionada pelo contexto social e político no qual se insere (Berger; Luckmann, 2007).

Mesmo antes do advento da internet, o campo da comunicação já se estruturava a partir de lógicas monopolistas. Estudos de Boyd-Barrett (1980), Nabarro e Silva (2012), Aguiar (2015a; 2015b) e Pasti e Aguiar (2019) demonstram como agências internacionais — como a estadunidense *Associated Press* (AP) e as europeias EFE, *Havas*, *Reuters* e *Agence France-Presse* (AFP) — constituíram, entre os séculos XIX e XX, um cartel jornalístico que sustenta até hoje uma rede global de produção e circulação de notícias. Embora esse modelo amplie o alcance da cobertura informativa, a aquisição em larga escala de conteúdos dessas agências tende a homogeneizar as informações veiculadas pela mídia nacional e regional-local.

Ao compreender o evento como a materialização, em um determinado espaço, de um instante temporal dotado de origem e escala de impacto específicas (Santos, 1996), é possível observar que o controle privado da informação exercido por agentes internacionais lhes permite condicionar tanto a forma como os acontecimentos de um lugar são construídos quanto a duração atribuída a seus eventos (Nora, 1976; Pasti, 2018a). Essa atuação dos agentes globais ocorre em articulação com grupos midiáticos concentrados que operam no âmbito nacional.

A concentração da propriedade dos meios de comunicação no Brasil tem suas origens no século XX, consolidando-se majoritariamente sob o controle de quatro grandes grupos privados: Abril, Globo, Folha e Estadão (OESP), sendo estes últimos também proprietários de importantes agências de notícias, como O Globo, Folhapress e Estado. Em um segundo plano, destacam-se empresas tradicionais do setor, como o Grupo Bandeirantes e o Sistema Brasileiro de Televisão (SBT), bem como organizações vinculadas a instituições religiosas — a exemplo do Grupo Record, associado à Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) — e ao Estado, como a Empresa Brasileira de Comunicação (EBC), responsável pela Agência Brasil (Fernandes; Pasti, 2022).

No que se refere ao jornalismo nacional e regionalizado, destaca-se a estrutura do Grupo Globo. Na ausência de limites legais claramente definidos, a família Marinho controla cinco emissoras geradoras próprias, localizadas no Rio de Janeiro (RJ), São Paulo (SP), Recife (PE), Belo Horizonte (MG) e Brasília (DF), além de uma rede de aproximadamente 115 emissoras afiliadas distribuídas pelas 27 unidades da federação, conforme aponta a pesquisa MOM Brasil (Intervozes, 2017). Com uma estrutura consolidada ao longo de sua trajetória, marcada por negociações políticas e financeiras, o Grupo Globo destaca-se no desenvolvimento de uma infraestrutura nacional voltada à cadeia de produção de valor dos dados. Esse processo ocorre de forma articulada à produção de conteúdos realizada de maneira transversal entre diferentes segmentos do setor comunicacional, na medida em que a organização orienta sua estrutura, governança e modelo operacional para a plataforma da empresa (Da Silva, 2025).

Voltando para o cenário internacional, as décadas de 1990 e 2000 foram marcadas pela expansão de novas emissoras jornalísticas de rádio e televisão com alcance internacional, somando-se a veículos já consolidados como a BBC, a Rádio Moscou e a Voz da América. Nesse contexto, o grupo Turner, sediado em Atlanta (EUA), lançou em 1982 a CNN (*Cable News Network*), que alcançou projeção global ao comercializar imagens exclusivas da Guerra do Golfo (1991) para emissoras locais de diversos países. Ao investir em uma ampla rede de correspondentes distribuídos por dezenas de localidades, a CNN passou a obter conteúdos exclusivos em coberturas de grande repercussão, tornando-se referência para canais de televisão tanto no Norte quanto no Sul global interessados na aquisição de seu material jornalístico (Aguiar, 2018).

Diante desse cenário concorrencial, na década de 1990 a *Reuters* e a *Associated Press* passaram a atuar no mercado de fornecimento de imagens em vídeo para o telejornalismo, por meio da aquisição, respectivamente, da *Visnews* e da WTN, empresas que

já operavam nesse segmento havia várias décadas. A WTN foi transformada em APTN (*Associated Press Television News*) em 1998, e a *Visnews* em *Reuters Television* no ano de 1992 (Esperidião, 2011).

Uma mudança de chave nesse cenário ocorreu em 1996, com a criação da emissora *Al Jazeera*. Fundada pelo emir do Catar, Hamad bin Khalifa Al Thani, com a proposta de constituir uma fonte independente e alternativa de informação, a emissora está no ar desde novembro de 1996 e, em pouco tempo, consolidou-se como um dos principais canais do espaço midiático árabe, alcançando aproximadamente 40 milhões de pessoas na região (Lopes, 2013). Conforme descrito em seu perfil institucional, o *Al Jazeera* se apresenta como o primeiro veículo de comunicação independente do mundo árabe, voltado à cobertura e à revelação de narrativas originadas na região.

Sua extensa cobertura da Revolução Árabe, e sua disposição de transmitir o jornalismo original produzido por cidadãos, bem como os mais diversos pontos de vista, permitiram aos cidadãos árabes sem acesso a computadores ver o conteúdo digital que estava sendo compartilhado por seus vizinhos e conterrâneos (Puddephatt, 2011, p. 21).

Em 2006, a rede lançou seu canal via satélite em língua inglesa, ampliando significativamente seu alcance internacional e sua base de audiência. De acordo com dados divulgados pela própria emissora, a *Al Jazeera* está presente em cerca de 130 países e alcança mais de 250 milhões de domicílios. Sendo assim, o veículo surge como uma forma de quebrar alguns enquadramentos hegemônicos e orientalistas dos grandes conglomerados do Ocidente.

De acordo com Koenig (2004), em uma formulação inicial e simplificada, os enquadramentos determinam quais aspectos da realidade são selecionados para se tornarem notícia. O conceito de enquadramento noticioso (*news frame*) representa um avanço significativo em relação às abordagens tradicionais de análise de conteúdo das mensagens midiáticas (Lima, 2001). Conforme assinala Porto (2004), o enquadramento tem sido compreendido tanto como uma alternativa a paradigmas teóricos em declínio quanto como um complemento relevante para suprir lacunas das teorias existentes. Nesse sentido, consolidou-se como um instrumento analítico central nas pesquisas sobre o papel político dos meios de comunicação, embora ainda não tenha resultado na formulação de uma teoria plenamente consistente (Porto, 1999).

Com base no que foi exposto, estudo analisa como o conflito Israel–Palestina é representado na mídia e de que modo essa cobertura contribui para a construção do imaginário social sobre o tema. Partindo do entendimento do jornalismo como elemento

estruturante da percepção social da realidade, de que maneira os veículos jornalísticos *O Globo* e *Al Jazeera*, mais precisamente as suas versões digitais (*sites*), enquadram o conflito entre Israel e Palestina na cobertura dos eventos ocorridos na Faixa de Gaza após 7 de outubro de 2023, e quais enquadramentos são mobilizados na construção das narrativas acerca desse conflito? Os objetivos específicos do trabalho são: Examinar quais atores, fontes e temas são privilegiados na cobertura de cada veículo, observando como esses elementos contribuem para a construção das narrativas jornalísticas; Comparar as abordagens adotadas por *O Globo* e *Al Jazeera*, buscando compreender diferenças e convergências na interpretação dos acontecimentos; Analisar de que forma os enquadramentos identificados definem problemas, atribuem responsabilidades, expressam julgamentos morais e sugerem possíveis soluções para o conflito; Investigar como essas narrativas midiáticas contribuem para a construção de sentidos sobre o conflito Israel–Palestina e para a formação do imaginário social acerca do tema.

A relevância do trabalho reside na análise das narrativas mobilizadas por importantes meios do Sul Global na construção da realidade do conflito. O *corpus* é composto por matérias publicadas na primeira semana após 7 de outubro, bem como em episódios subsequentes de destaque. A análise fundamenta-se na Análise de Conteúdo (Bardin, 2011) e na Teoria do Enquadramento (Entman, 1993), visando identificar os principais temas, frames e interpretações construídas por cada veículo.

O segundo capítulo analisa a influência do pensamento de Berger e Luckmann (2007) nos estudos em Comunicação, destacando seu potencial crítico ao evidenciar o papel da mídia e do jornalismo na reprodução de uma realidade institucionalizada e na promoção de discursos e ideologias. Examina-se a formação do jornalismo no contexto do mercado global de notícias e dos fluxos internacionais de informação, compreendendo o projeto moderno como indissociável do projeto colonial, marcado pela dominação do Norte Global sobre o Sul. O capítulo aborda ainda a constituição histórica de um sistema internacional de circulação de informações durante o imperialismo, estruturado por agências europeias e norte-americanas e orientado por interesses dos centros de poder. Por fim, reflete-se sobre a atual desigualdade na circulação informacional, com ênfase na dependência estrutural de países periféricos, como o Brasil, em relação ao capital e às infraestruturas dos países centrais.

O terceiro capítulo discute o conceito de Orientalismo a partir da obra de Edward Said (2007), analisando a construção da imagem dos árabes-palestinos no Ocidente e sua relação com a hegemonia cultural europeia e estadunidense. Argumenta-se que essa representação histórica foi intensificada para sustentar enquadramentos políticos favoráveis

aos interesses ocidentais nos conflitos com os povos árabes, recorrendo amplamente ao uso de estereótipos na mídia. O capítulo revisa pesquisas que identificam manifestações do orientalismo em produtos jornalísticos e midiáticos, situando o presente estudo nesse debate mais amplo. Por fim, analisa-se o contexto brasileiro, evidenciando padrões midiáticos que reiteram representações negativas de árabes e muçulmanos.

O capítulo 4 analisa a crescente influência da religião, especialmente do cristianismo evangélico, na política brasileira e seus impactos não apenas nas políticas internas, mas também na formulação da política externa. O foco recai sobre os desdobramentos políticos no Brasil após os ataques de 7 de outubro de 2023 na Faixa de Gaza, investigando as razões pelas quais a extrema direita brasileira adotou um discurso pró-Israel e passou a mobilizar símbolos judaicos em suas manifestações. Argumenta-se que o sionismo cristão e a teologia dispensacionalista, embora tenham ganhado maior visibilidade com o bolsonarismo, já integravam a cosmovisão evangélica brasileira. O capítulo também observa o fortalecimento da aproximação da direita com o sionismo cristão e, em contraposição, a reafirmação da esquerda em torno da solidariedade Sul-Sul e da causa palestina, evidenciando a capitalização política do conflito por ambos os campos. Por fim, a partir do conceito de mitologia política de Raoul Girardet (1987), discute-se como ideologias internacionais se articulam ao cenário brasileiro, intensificando a polarização política e influenciando a opinião pública sobre o conflito Israel–Palestina.

O capítulo 5 reconstrói a trajetória histórica do conflito envolvendo o povo palestino e seu território, com ênfase no período posterior à Primeira Guerra Mundial, quando os impasses passaram a se estruturar de forma sistemática na região. São abordados os principais conflitos após a criação do Estado de Israel, como a Guerra dos Seis Dias, a Guerra do Yom Kipur, a Primeira e a Segunda Intifadas, destacando seus impactos na prolongação das tensões israelo-palestinas. O capítulo analisa a partilha do território palestino como elemento central para a intensificação do conflito, examinando seus efeitos na mobilização e na resistência palestina, bem como no agravamento das disputas territoriais, especialmente a partir de 1948. Por fim, discute-se a origem e a ascensão do Hamas, desde sua atuação inicial no campo social até sua consolidação como ator político, ressaltando como esse percurso histórico contribui para a compreensão das dinâmicas de violência e dos processos sociais e políticos que marcam o conflito contemporâneo.

O trabalho utiliza uma metodologia híbrida que combina Análise de Conteúdo e Análise de Enquadramento. A Análise de Conteúdo, conforme Bardin (2011), estrutura-se em três etapas — pré-análise, categorização e inferência —, orientando a organização das

matérias em categorias, no caso deste trabalho: títulos, seções, angulação temática e autorias. Já a Análise de Enquadramento, segundo Entman (1993), permite evidenciar o caráter construído das narrativas jornalísticas, revelando seus pressupostos retóricos e discursivos. Assim, a pesquisa concentra-se na forma como diferentes veículos midiáticos enquadram o conflito entre Israel e Palestina, destacando os sentidos e perspectivas mobilizados na construção da realidade noticiada.

Os resultados mostram que *O Globo* privilegia uma cobertura centrada em eventos, nacionalizada e baseada em fontes institucionais, com pouca contextualização histórica e humanitária, reforçando enquadramentos hegemônicos do conflito. Em contraste, *Al Jazeera* amplia o enquadramento ao destacar a retaliação israelense, o impacto humanitário e a continuidade histórica da ocupação. A análise evidencia que o jornalismo não apenas informa, mas também hierarquiza sofrimentos e define regimes de visibilidade no conflito Israel–Palestina.

2. Construção da realidade, comunicação e jornalismo como referencial de mundo

Este capítulo discute a influência do pensamento de Berger e Luckmann nos estudos em Comunicação, representando para essa reflexão a possibilidade de crítica, denunciando a atividade midiática/jornalística por apreender uma realidade institucionalizada como ferramenta de promoção de discursos e ideologias. Além disso, analisa-se a formação do jornalismo a partir de sua inserção no sistema global de comércio de notícias e nos fluxos internacionais de circulação da informação. Demonstra-se que o projeto moderno é, simultaneamente, um projeto colonial, viabilizado pela dominação do Norte Global sobre o Sul, os quais foram submetidos a uma ordem global estruturalmente desigual, marcada por trocas assimétricas tanto de bens materiais quanto de informações.

Por fim, analisa-se o processo histórico pelo qual, durante o período do imperialismo, as agências de notícias europeias e norte-americanas criaram um sistema global próprio de circulação de informações. Esse sistema, moldado pelas desigualdades do sistema-mundo, passou a subordinar o fluxo internacional de notícias aos interesses da imprensa e do capital localizados nos principais centros de poder colonial e imperial. Reflete-se, também, sobre a situação atual da circulação da informação, comparando a situação dos países centrais e os das periferias globais, mais especificamente o do Brasil. Nesses últimos, as infraestruturas de telecomunicações, de processamento da informação e, muitas vezes, os próprios meios de comunicação ainda permanecem dependentes do capital localizado nos países centrais.

2.1 Berger e Luckmann e a construção social da realidade

Berger e Luckmann (2007), em seu livro “A construção social da realidade”, discutem como a realidade é construída socialmente e suas implicações no desenvolvimento da identidade dos indivíduos inseridos nela. Para isso, Berger e Luckmann (2007) explicam como a linguagem percorre esse processo de interiorização e exteriorização das estruturas sociais pelo sujeito, assim como participa da construção, manutenção e transformação social.

Para os autores, o real faz parte de uma construção feita na coletividade social. Origina-se de uma ação repetida com determinada frequência; tornando-se um hábito; que, posteriormente, pode tornar-se anônima e geral, ou seja, capaz de ser caracterizada como passível de ocorrer com diferentes indivíduos, sendo reconhecida como tal ação; e por último, institucionalizada. Uma ação ao ser institucionalizada exprime-se para além dos indivíduos, sendo incorporadas por eles e transmitida de uma geração para outra, tornando-se real. A

institucionalização implica historicidade e controle e se manifesta na coletividade. Esse é o processo de formação das instituições que compõem a sociedade, as quais possuem seu conjunto de regras, valores, linguagem, ideologias e hábitos particulares.

A legitimação produz novos significados, que servem para integrar os significados já ligados a processos institucionais díspares. A função da legitimação consiste em tornar objetivamente acessível e subjetivamente plausível as objetivações de “primeira ordem”, que foram institucionalizadas. (Berger; Luckmann, 2007, p. 127)

Os autores partem de uma afirmação básica: o conhecimento dos homens orienta suas ações no mundo. Dessa forma, Berger e Luckmann (2007) colocam o conhecimento no centro do processo de construção social da realidade. O conhecimento não é visto como uma forma de teorias, ideias elaboradas, visões de mundo ou conceitos científicos, mas como todo tipo de conhecimento que recai sobre a forma de ver, interpretar e viver no cotidiano.

A realidade social complexa é traduzida pelo indivíduo através de tipificações e enquadramentos. Assim, o conjunto de tipificações e o padrão de interações que elas prescrevem, constroem para o indivíduo sua leitura da estrutura social. Como isso é “vivido” e compartilhado no cotidiano, a estrutura social assume um grau quase óbvio de “realidade”. O indivíduo entende que o mundo existe independentemente da consciência que tem dele. Algo que é fortalecido pelo fato das pessoas utilizarem um mesmo sistema de sinais, a linguagem, para referir-se à realidade.

A linguagem aparece como algo que existe fora do indivíduo, anterior à sua experiência, mas que ele internaliza e com a qual se identifica de maneira tão profunda que se torna impossível compreender a si mesmo ou o mundo sem ela. A realidade no cotidiano é tão forte justamente porque a linguagem permite que os indivíduos se comuniquem, interajam e confirmem suas experiências com outras pessoas. Juntas as pessoas constroem uma realidade significativa comum, baseada nas experiências e ações de cada indivíduo (Berger; Luckmann, 2007). Para os autores, o veículo mais importante para conservação e transformação da realidade é a conversa (a interação face a face entre os indivíduos).

O processo de construção social da realidade, ainda, procura manter a coesão e integração social, evitar o caos e os conflitos fomentados por uma multiplicidade de grupos e identidades. Para isso há o que os autores chamam de Conservação do Universo, que pode aparecer de duas formas: terapêutica, na qual impede que as pessoas saiam de determinado grupo e “emigrem” para outro, propondo uma espécie de “cura” ou solução para os pensamentos desviantes; e aniquilação, na qual a ameaça é contida e tomada como inferior, o

grupo questionado tende a estabelecer e explicar o pensamento diferente por meio de suas próprias significações.

Com a ascensão dos meios de comunicação e sua popularização, a mídia assumiu papel crucial nos processos de socialização e também na construção da realidade, do conhecimento e da subjetividade do indivíduo. A mídia torna determinado acontecimento parte da “realidade” dos indivíduos. Os meios de comunicação desagregam o aqui e o agora, transformando a relação espaço e tempo, com isso permite que um determinado fato seja visto, em tempo real ou não, em outros locais, tempos e contextos. Demandados pelas demais instituições e campos de saberes para dar visibilidade e legitimidade a atores sociais e as próprias instituições, os meios de comunicação modelam o funcionamento social, ao mesmo tempo em que funcionam como ferramenta da agregação da sociedade e participam da reorganização do contexto formado pelos interesses particulares das instituições (Thompson, 2002). Dessa forma, a introdução da mídia, em suas mais variadas plataformas, na vida coletiva, faz com que a construção do sujeito através da interação face a face tenha de concorrer com o conteúdo da interação quase-mediada dos meios de comunicação na formação do indivíduo e sua realidade.

Ademais, *blockbusters*¹ jornalísticos alcançam um número maior de pessoas, como é o caso dos veículos de comunicação estadunidenses e europeus, e participam de forma ímpar na construção do imaginário social do mundo todo.

As pessoas podem acreditar que quando usamos a força contra o Iraque e o Kuwait é porque realmente observamos os princípios de que a ocupação ilegal e a violação dos direitos humanos têm de ser enfrentadas por meio da força. Elas não percebem o que isso significaria se esses princípios fossem aplicados ao comportamento dos Estados Unidos. Trata-se de um dos mais espetaculares casos de propaganda bem-sucedida. (Chomsky, 2014, p. 26)

Seguindo esse raciocínio, pode-se dizer que os blockbusters jornalísticos exercem um poder invisível sobre as mídias do resto do globo. No livro “O Poder Simbólico”, Pierre Bourdieu (1989) discorre sobre o processo de formação social de instituições, campos de saberes e do próprio sujeito, trazendo o indivíduo como parte deste todo, a pessoa enquanto fruto e formador do seu território. Esse processo acontece através da utilização e transmissão de símbolos, que precisam ser reconhecidos pela sociedade ou por determinado grupo

¹ A origem do termo vem de uma expressão originária do meio militar inglês. *Block-* (“bloco”, no sentido de bloco de bairro) + *buster* (“destruidor”), destruidor de bairros. Nos países de língua inglesa, a expressão é usada na indústria farmacêutica, para descrever um remédio comercializado com sucesso. O termo também é muito usado na indústria cinematográfica para filmes de sucesso no mundo todo (BRASIL PARALELO, 2022). Aqui fiz um trocadilho para me referir a canais e empresas jornalísticas que têm grande influência no mundo todo.

pertencente a ela. Portanto, a construção social é o resultado de uma constante disputa entre os membros dessa sociedade, ou grupo a ela pertencente, entre a objetividade das estruturas e a subjetividade de cada biografia individual.

O poder simbólico é uma configuração de poder invisível de construção da realidade e só é exercido com a permissão daqueles que compõem determinado grupo na sociedade, que tende a estabelecer “o sentido imediato de mundo (e, em particular, do mundo social)” (Bourdieu, 1989, p. 9). Ademais, esse poder faz parte da construção do imaginário social e da cultura, naturalizando ideologias e símbolos. E, obviamente, a realidade é construída e divulgada através desses símbolos.

Seguindo por essa linha, descobre-se que esses sistemas simbólicos cooperam para assegurar a dominação de uma classe sobre a outra – violência simbólica. Esse tipo de violência aparece nas relações sociais e, principalmente, nas relações de comunicação da mídia. A reprodução dos símbolos pelos meios de comunicação leva à criação do que Bourdieu (1989) chama de conformismo lógico. O conformismo lógico surge quando há uma concepção homogênea da realidade, das relações de tempo e espaço e torna possível a concordância entre os indivíduos, constitui a ideologia, esta que vem dos interesses do grupo que a profere, representa os interesses de quem a desenvolve e à lógica específica do seu campo de origem.

2.2 Comunicação, colonialismo e capitalismo

À luz da história, as principais vítimas do período colonial foram os povos dominados e explorados no continente africano e na América Latina, sobre os quais os europeus mantinham uma relação de poder e dominação social e política, além de cultural, em relação aos nativos e escravizados (Quijano, 1992). O homem branco, cristão, capitalista, heterossexual e europeu chegou às Américas com um entendimento de sociedade fundamentado nas percepções de: formação de classes com inúmeras formas de trabalho em coexistência, a citar o labor (semi) escravo, feudal e assalariado, organizados como fonte de produção de mais-valias; divisão internacional do trabalho pautada em centro e periferia; sistema interestatal de organizações político-militares controladas por homens europeus; hierarquia global étnico-racial, cujos privilégios recaíam sobre os povos europeus e, mais especificamente, homens heterossexuais cristãos; hierarquia de conhecimentos e cosmologias, privilegiando os ocidentais, e de línguas, com maior favorecimento às europeias (Grosfoguel, 2008).

Este sistema de dominação, foi “extinguido” em sua maioria, desde a América até, posterior à segunda Guerra Mundial, a Ásia e África (Quijano, 1992), deixando marcas profundas nos alicerces que sustentam e moldam a contemporaneidade dessas regiões. Portanto, após o “fim” do colonialismo, é possível perceber a presença da colonialidade como um tipo de recurso de compreensão da continuidade deste, fomentada ainda pela dominação da cultura europeia (ou “ocidental”) sobre as demais, dessa vez em um contexto estrutural do sistema-mundo convergente do capitalismo colonial e moderno.

Seguindo por esta linha de raciocínio, é importante discutir a dimensão voltada para a “colonialidade do poder”, conceito consolidado por Aníbal Quijano (1989) que exprime fundamentalmente a ideia de que a queda do colonialismo não significou também o fim das relações de colonialidade nos âmbitos político e econômico. Além disso, essa perspectiva distingue-se por expressar as ideias de raça e racismo enquanto princípio organizador que estrutura todas as múltiplas hierarquias do sistema-mundo (Grosfoguel, 2008). Neste sentido, Grosfoguel (2008) expõe que, por se verem como superiores, os europeus adotaram uma justificativa para dominar o “Outro”, também considerado como “atrasado” e “subdesenvolvido”, o que, no cenário da colonialidade do poder, demonstra um aspecto relevante, principalmente ao considerar os “saberes subalternos” como silenciados e omitidos. Esta constatação liga-se ao conceito de “sujeito subalterno” entendido por Gayatri Spivak, a qual, em seu escrito “Pode o subalterno falar?”, dá destaque à questão do ser cuja voz é abafada, permanecendo em silêncio e ocupando o papel do “outro” em uma relação de submissão (Spivak, 2010).

Segundo Jürgen Habermas (2014), o comércio de longa distância — parte do sistema que, ainda sob o mercantilismo, daria origem ao capitalismo — impulsionou uma “circulação de mercadorias e notícias” que contribuiu para a dissolução das antigas relações de produção e dominação características do feudalismo. O autor também afirma que a circulação de notícias “se desenvolveu em paralelo com a circulação de mercadorias” (Habermas, 2014, p.116).

Com a expansão das trocas, o cálculo comercial orientado para o mercado necessitava de informações mais frequentes e precisas sobre processos distantes. Por isso, desde o século XIV, a antiga troca de cartas comerciais foi organizada como um tipo de sistema profissional de correspondência. Os estabelecimentos comerciais organizaram para seus fins os primeiros itinerários de mensageiros, os chamados correios ordinários, que partiam em determinados dias. As grandes cidades comerciais são, ao mesmo tempo, centros de circulação de notícias. Quando a circulação de mercadorias e letras de câmbio se torna permanente, também essa permanência se torna urgente. Mais ou menos simultâneos ao surgimento das bolsas, o correio e a

imprensa institucionalizam comunicações e contatos duradouros. (Habermas, 2014, p.116)

Todavia, o autor ressalta que a demanda informacional da burguesia mercantil diferia substancialmente daquela que emergiria com a imprensa, baseada em folhas impressas destinadas ao público e publicadas com regularidade crescente, trazendo notícias de lugares remotos e de interesse geral. Em verdade, a publicidade da informação lhe retirava valor, uma vez que passava a atender tanto ao mercador quanto a seus concorrentes. “A publicidade da informação não era oportuna para nenhum deles” (Habermas, 2014, p.116), visto que os negociantes direcionavam seu interesse para redes restritas de correspondência privada, organizadas no âmbito das companhias comerciais e compartilhada entre seus membros, sócios e demais parceiros de transação.

John B. Thompson, em seu livro “A mídia e a modernidade: Uma teoria social da mídia”, publicado pela primeira vez em 1995, analisa historicamente a natureza dos meios de comunicação e o impacto social e político das mudanças nas formas de comunicação. O autor identifica quatro categorias de redes de comunicação que coexistiam na Europa Ocidental antes do advento da imprensa: 1) a da Igreja Católica, na relação da Sé em Roma com as dioceses, ordens monásticas e demais estruturas eclesiásticas, interligada com as elites políticas do continente (feudais, aristocráticas); 2) a dos Estados, impérios e suas versões anteriores, como os principados e ducados independentes, fomentada pela diplomacia e pela administração interna (como para a cobrança de impostos); 3) a da atividade financeira e manufatureira, conectada por meio dos investimentos (empréstimos, crédito) de casas bancárias a manufaturas nas cidades, com destaque para a da Casa Fugger, em Augsburg, na Suábia; 4) a do comércio de atacado e de varejo, pela qual “informações eram transmitidas às cidades e aldeias através das redes de comerciantes, mascates e saltimbancos, tais como contadores de histórias e trovadores”, reunidos em mercados e tabernas (Thompson, 2002, p.63). A terceira categoria, em estreita relação com a quarta, estabeleceu o modelo inicial das redes privadas de circulação de notícias para fins mercantis, industriais e financeiros, estruturadas pela burguesia e responsáveis por impulsionar o advento do capitalismo.

As trocas de informação a distância, registradas principalmente em cartas manuscritas, ainda não configuravam jornalismo, uma vez que os procedimentos técnicos e deontológicos que definem a atividade só seriam desenvolvidos nos séculos subsequentes. Apesar disso, representavam uma forma embrionária de intercâmbio sistemático de notícias em formato moderno, estruturada a partir dos mesmos princípios racionais que regiam o comércio de

mercadorias e integrada ao processo de trocas desiguais inerente à produção de excedentes. Nesse contexto, a informação já desempenhava um papel fundamental na realização do valor de troca, e as notícias circulantes continham dados diretamente úteis às práticas comerciais.

Thompson (2002) destaca que o comércio de notícias ganhou forma no início da Modernidade (séculos XVI e XVII), acompanhando a institucionalização dos serviços postais — então administrados pela Coroa, sob o Estado absolutista — tanto em âmbito interno quanto internacional. Esse processo também ocorreu em consonância com a adoção da prensa móvel, que viabilizou a produção de periódicos impressos como suporte material para a circulação da informação (Abreu, 2018).

Voltando para uma linha do tempo histórica, os empórios vão perdendo centralidade à medida que o poder das guildas comerciais, formadas por mercadores locais profundamente enraizados em seus territórios, é gradualmente substituído pela força das companhias organizadas como sociedades por ações, cujos investidores “anônimos” buscam lucros garantidos, independentemente de barreiras tradicionais ou simbólicas, como as políticas protecionistas nacionais típicas do mercantilismo. Dessa forma, a ideia de “empório” dá lugar à de “mercado”. Nesse processo de transição, a economia mercantilista e o sistema colonial, que já configuravam o que Braudel (1987) e Wallerstein (1974) chamaram de “economia-mundo”, passam a abandonar gradualmente as restrições ao fluxo de mercadorias, como os privilégios concedidos às guildas de comerciantes, em favor de uma circulação mais livre capaz de sustentar a economia de mercado em escala global. Em consonância com os autores mencionados, Habermas (2014) destaca a dinâmica essencialmente espacial dessa nova economia, cuja lógica dependia do deslocamento físico — e, portanto, da concentração em certos pontos e da escassez em outros — de bens materiais, de pessoas e de informações.

A partir do século XVI, as companhias comerciais passam a se organizar sobre uma base ampla de capital e não se contentam mais com mercados que permanecem limitados, como os antigos empórios. Em expedições de grande estilo, abrem novos territórios para o próprio mercado. (Habermas, 2014, p.119)

No livro “A manipulação do público – Política e poder econômico no uso da mídia”, Edward S. Herman e Noam Chomsky (2003) trazem à luz, com base nos conceitos de hegemonia de Gramsci, pontos centrais quanto à estrutura sob a qual o jornalismo funciona. Esses pontos, que abrangem desde a cultura existente no interior das redações dos veículos informativos até à dependência dos jornalistas políticos às fontes oficiais do governo, são

fundamentais no entendimento de alguns dos mecanismos que determinam e restringem os conteúdos veiculados pela mídia.

O principal argumento dos autores é de que os meios de comunicação de massa trabalham em função dos poderosos interesses sociais que os controlam ou financiam. Sendo assim, partem da hipótese de que a forma como as notícias são veiculadas pela mídia em geral (a norte-americana mais especificamente) desde a minuciosa escolha dos enfoques até a completa omissão de informações, tem papel central na formação da opinião pública em favor das decisões tomadas pelo governo (Chomsky; Herman, 2003).

Chomsky e Edward (2003) explicam o comportamento da grande mídia pelo seu caráter corporativo e por sua integração à política econômica do sistema dominante, destacando a importância dos fenômenos de centralização e concentração de propriedade crescente nos meios de comunicação. Como exemplo, eles apontam que Ben Bagdikian realizou um estudo, em 1983, dando conta que 50 mega-empresas dominavam quase todas as mídias de massa do mundo. Em 1990, apenas sete anos depois, esse número de empresas diminuiu para 23.

Vale destacar que, no início dos anos de 1960, surge a perspectiva do difusionismo entre teóricos da Comunicação Internacional, estadunidenses em sua maioria, na qual o processo de inovação tecnológica ocorreria de maneira diferente dos países mais ricos para os mais pobres, promovendo transformações estruturais “espontâneas” nas sociedades, nas quais seriam reproduzidas as consequências da Revolução Industrial europeia e norte-americana nas demais regiões do planeta (Aguilar, 2018). Tal perspectiva desconsiderava as condições históricas objetivas locais e, de modo conveniente, excluía de suas variáveis o componente concreto do colonialismo e do imperialismo, que estiveram na base dos processos de industrialização da Europa e da América do Norte.

As relações de sujeição perante o domínio irão inscrever-se nos próprios traçados das redes de comunicação nacionais das zonas periféricas. [...] A extraversão será a regra. O caso dos territórios coloniais onde os caminhos-de-ferro e o telégrafo se implantam fundamentalmente segundo o modelo da “via de penetração” representa sem dúvida um esquema extremo. A razão militar do transporte de tropas esteve na origem de muitas redes ferroviárias [...] A necessidade de estabelecer ligações entre os portos e as minas e outros jazigos de matérias-primas fez o resto, privando geralmente essas regiões de comunicações transversais e isolando-as, muitas vezes, dos seus vizinhos próximos, quando estes estavam enfeudados aos impérios rivais. (Mattelart, 1994/1996, p. 213)

Sendo assim, a comunicação, principalmente após a Segunda Guerra Mundial, aliada ao conhecimento produzido mediante a informação, passou a agregar o fundamento da sociedade, antes fundamentada apenas em relações de trabalho ou em crenças. É a comunicação o dispositivo responsável por construir a realidade que conhecemos, isto é, algo só existe se é conhecido, comentado e divulgado (Guareschi, 2007). A presença da mídia diz respeito à uma das características mais marcantes das sociedades contemporâneas. Além de, sociologicamente, moldar o que é real pela (não) veiculação midiática, a nova forma de comunicação para as massas estabelece o que deve ser discutido (Guareschi, 2007), ou seja, a mídia torna-se responsável pela construção da narrativa, pela determinação daquilo que é ou não relevante a ponto de ser informado à população, tendo, portanto, o poder de incluir e, principalmente, de excluir questões relevantes da agenda, impossibilitando que populações tomem ciência de que determinados problemas existem.

Desenvolvido no século XVIII pelo parlamentar britânico Edmund Burke, o qual, apontando para um jornalista que se encontrava na Galeria de Imprensa, mencionou “The Fourth Estate in the Kingdom” (Quarto Estado do Reino, em tradução livre) (Hofman, 2009), o termo “Quarto Poder”, ou, também, “quarto pilar da democracia”, descreve o papel da mídia enquanto instituição cuja função se estabelece no monitoramento e formação do processo político (Khvostunova, 2014), na asseguuração dos feitos do governo ao povo e na garantia da participação da população em meio à governança (Aodu; Usaini; Ige, 2014), complementando aos outros três pilares.

O reconhecimento da mídia como “Quarto Poder” se consolidou à medida que se constatou que as alegações do século XVIII, segundo as quais a imprensa detinha o direito a uma posição independente como Quarto Estado no sistema político, tornaram-se ainda mais intensas no final do século XX, com a continuidade e o aprofundamento de sua influência na formação de atitudes e pensamentos tanto de políticos quanto de cidadãos (Schultz, 1998), como também no século XXI, sendo possível perceber, atualmente, o papel que a mídia possui na construção da visão de mundo de milhões de pessoas. Este cenário é reforçado através da perspectiva da cientista política polonesa Bogusława Dobek-Ostrowska, a qual, segundo Hofman (2009), determina que a mídia se torna o “Quarto Poder” quando os indivíduos são afetados por sua influência.

Com base no que foi apresentado, observa-se o consenso existente em relação ao papel integral que a mídia exerce nas sociedades contemporâneas, visto que ela está presente em todas as nações, com uma associação maior aos países democráticos, pois, nestes, a mídia não atua apenas como aparato de propaganda, mas como vigilante do governo e dos

indivíduos que o compõe (Khvostunova, 2014). É por meio deste sistema de comunicação que os detentores da pauta informativa optam por aquilo que será ou não divulgado (Hofman, 2009), sendo, na maioria das vezes, responsáveis pela omissão de situações ocorridas em determinadas regiões do globo.

2.3 As agências de notícias

Mais de cem anos antes da internet e da digitalização das comunicações, agências *Havas* (antecessora da *Agence France-Presse*, a AFP), *Wolff* (prussiana-alemã existente de 1849 a 1934) e, principalmente, *Reuters* ofereciam notícias para jornais, bancos, indústrias, embaixadas, ministérios e outros órgãos de Estado em tamanha quantidade e velocidade que foram consideradas verdadeiras instituições imperiais. As grandes agências de notícias (as três europeias citadas, logo acrescidas da estadunidense *Associated Press*) transformaram-se em motores da globalização ainda durante a fase monopolista e imperialista do capitalismo. O sistema de circulação de informações que construíram, combinando os domínios coloniais (periferia) às metrópoles (centro), sobreviveu às duas guerras mundiais do século XX e chegou à Guerra Fria praticamente incontestado (Aguiar, 2018).

As agências de notícias atuam na distribuição de informações de interesse jornalístico para clientes no mundo todo, especialmente veículos de comunicação que as recebem, filtram, editam (modificam) e, pelos meios de comunicação em que atuam, divulgam-nas ao público (leitores, espectadores, ouvintes, usuários) na forma de notícias (Pasti; Aguilar, 2019). De acordo com Aguilar (2015), a lógica operacional de uma agência, baseada em seu modelo de negócio, fundamenta-se em diluir o custo de operação de uma rede de correspondentes distribuídos pelo mundo com a receita obtida através da venda. Em razão dos recursos restritos para a cobertura de eventos externos, consolida-se uma dependência constante das informações produzidas por essas agências, contribuindo para a alienação do território (Fernandes; Pasti, 2022).

[...] os clientes das agências não são apenas empresas de comunicação, senão também corporações de naturezas diversas, indústrias, bancos, fundos de investimento, bolsas de valores, varejistas, transportadoras, entre muitos outros, além de órgãos do Estado e até indivíduos. Ao distribuir informação para os assinantes (mídia e não-mídia), as agências operam numa essencial dimensão geográfica, ligando pontas do sistema capitalista que estão espacialmente dispersas, exercendo papel central na divisão territorial do trabalho. (Pasti; Aguilar, 2016, p. 167-168)

A partir de uma leitura direta de Wallerstein, Mattelart assinala que a estrutura orientada para o centro do moderno sistema-mundo é a mesma que dá forma ao desenho das infraestruturas de comunicação, tanto no âmbito das telecomunicações, que vão dos cabos telegráficos do século XIX às redes digitais contemporâneas, quanto na circulação da informação, especialmente nos sistemas de fluxos das agências transnacionais de notícias.

Quando voltamos a traçar as redes comerciais sobre o mapa, apercebemo-nos de que elas têm uma configuração centrípeta bastante nítida. Seus pontos de partida são diferentes, mas todos os pontos de chegada estão orientados para um pequeno número de regiões. Diríamos, hoje, que têm tendência para se deslocarem da periferia para o centro, ou “coração”, da economia-mundo [...] Sob o termo de “redes comerciais” ou “ramos”, designamos uma forma extensa de divisão social do trabalho que, a partir do desenvolvimento do capitalismo histórico, tornou-se cada vez mais extensiva do duplo ponto de vista geográfico e funcional, ao mesmo tempo que se consolidava seu conteúdo hierárquico. Essa hierarquização do espaço decalcada sobre a estrutura dos processos produtivos conduziu a uma polarização cada vez maior entre zonas centrais e zonas periféricas da economia-mundo, não só ao nível da repartição das riquezas (níveis de remuneração real, qualidade de vida, etc.), mas também e sobretudo ao nível da própria dinâmica da acumulação do capital. (Mattelart, 1994/1996, p. 207)

A corrente difusionista, de matriz liberal clássica, defendia a ideia de que o processo de desenvolvimento seria disseminado dos centros do sistema-mundo para a periferia, fazendo-se necessária a importação não apenas de infraestrutura, como também de superestrutura: valores, ideologias, relações de produção e de poder. Sob a perspectiva territorial, as agências de notícias se estabeleceram nas áreas de maior concentração de capital do sistema capitalista, que à época consolidava sua fase industrial: Inglaterra, Alemanha, França e Estados Unidos, por conta da demanda gerada pelo movimento de pessoas e mercadorias (Boyd-Barrett, 1980).

Esse cenário contribuiu para o aprofundamento da dependência, uma vez que o controle sobre a tecnologia – em produção, reprodução, manutenção e capacitação inicial para uso – permanecia nas mãos do capital existente no centro. Sem transferência de tecnologia, a pura instalação de equipamentos em territórios periféricos não os proporcionava autonomia para implementação tecnológica em suas estruturas econômicas, até mesmo de comunicação. Pelo contrário: faziam com que se tornassem ainda mais dependentes dos fornecedores de equipamentos, peças de reposição, suprimentos, consertos e manutenção, assim como dos profissionais capacitados para operá-los (Aguiar, 2018). Além disso, a digitalização, ao invés de promover a descentralização das vias de transmissão de informação, reproduziu a

concentração que já existia, principalmente por ter sido orientada pelas mesmas lógicas de mercado do capital, submetendo as políticas estatais a interesses de caráter imperial. Como apontou Dicken (2009, p. 108), “os locais que mais se beneficiam com as inovações nas mídias de comunicação são aqueles que já são ‘importantes’”.

De acordo com Santos (2000), a permanência da centralização do comando da circulação da informação em poucos atores proporciona a leitura de que a “violência da informação” é uma importante peça do período da globalização. Para o autor, essa violência se baseia no fato de que a informação, embora cada vez mais presente e essencial à vida social e econômica, apresenta comando centralizado em poucos agentes, principalmente de grandes empresas globais. Paterson (2006) também destaca que a globalização e a ascensão das redes informacionais globais, impulsionadas pela internet, caminham junto a uma crescente concentração do controle da circulação de notícias nas agências. E, mesmo diante da interpretação de Hafez (2007), que entende a globalização da mídia como um mito e ressalta o fortalecimento dos vínculos territoriais e nacionais dos meios de comunicação, não se deve negligenciar o alcance global das 10 principais agências de notícias: nominalmente, *Reuters*, *Associated Press*, *AFP*, *EFE*, *DPA*, *ANSA*, *TASS*, *Xinhua*, *Kyodo* e *Bloomberg* (Pasti; Aguiar, 2016).

Uma virada de chave ocorreu em 1996, com a criação da TV *Al-Jazeera*, fundada no Catar tendo o emir (chefe de Estado) do país (e não o Estado) como o único acionista. A proposta consistia em criar uma emissora árabe inspirada nos padrões jornalísticos da *BBC News*, especialmente no que se refere à ética, à objetividade e ao rigor nos processos de apuração e verificação. Logo a emissora se consolidou como uma referência na cobertura de temas do Oriente Médio, consagrando-se durante a cobertura da agressão angloamericana ao Iraque, em 2003. Três anos depois, a *Al-Jazeera* lançou seu canal em inglês, o *Al-Jazeera English* (Aguiar, 2018).

O êxito da *Al-Jazeera* incentivou outros países a adotarem iniciativas semelhantes, voltadas a públicos do Sul Global, mas com canais estatais.

[...] a Rússia estabeleceu a RT (*Russia Today*), em inglês, espanhol e árabe; a China inaugurou a CCTV (*Central China News Television*) e depois a CGTN (*China Global Television Network*), em 2016; a Turquia formou a TRT, que transmite em inglês e em línguas do Cáucaso e da Ásia Central; o Irã tem a PressTV, em inglês, e a HispanTV, voltada para o público hispânico; a Índia tem a *Doordarshan News* (DD News) desde 2003, em inglês e hindi; e um consórcio intergovernamental de seis países latino-americanos capitaneados pela Venezuela lançou, em 2005, a *TeleSur*, um canal telejornalístico *all-news* em espanhol, captável por satélite, cabo e *streaming*. Nove anos

depois, a TeleSur abriu um canal paralelo em inglês, orientado especialmente para os países anglófonos do Caribe. (Aguiar, 2018, p. 139-140)

As agências de conglomerados — agências privadas pertencentes a conglomerados, seja um único ou mais em propriedade conjunta — são o modelo que historicamente predominou no Brasil. São exemplos deste modelo a Agência Estado, Folhapress e Agência O Globo, entre outras. As agências brasileiras ligadas a conglomerados jornalísticos não operam como agências de notícias propriamente ditas, mas sim como “agenciadoras de notícias”, ou seja, essas empresas não produzem material exclusivo diretamente para os clientes, apenas revendem o conteúdo produzido pelos veículos de suas *holdings*. Grande parte delas sequer atribui profissionais para realizar tarefas de apuração, preferindo fazer de cada repórter de seu “jornal-líder” também (e secundariamente) um repórter da agência. Sendo assim, no cenário brasileiro nunca houve um mercado nacional expressivo de agências de notícias, o que se configura como uma particularidade de âmbito nacional. (Aguiar, 2009).

3. Orientalismo e representação

Ao longo dos anos, o orientalismo ficou responsável por representar o Oriente, a fim de definir seus contornos, características e vocações. Tudo isto foi feito à margem dos

interesses dos orientais. Não foram os moradores do Oriente, mas os ocidentais que criaram e alimentaram – e ainda alimentam – o orientalismo. Porém, não é o que está oculto nos textos orientalistas que chamaram a atenção de Edward Said, crítico literário e ativista político palestino-estadunidense, uma vez que a sua análise foca no que está na superfície dos textos. É na sua exterioridade em relação ao que descreve que Said (2007) descobre todo um universo de percepções e ideias distorcidas.

Sendo assim, neste capítulo será abordado o conceito de orientalismo, sob a ótica de Said (2007), em seu livro “Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente”, publicado pela primeira vez em 1978. Além disso, o capítulo discorre sobre a relação entre a imagem dos árabes-palestinos construída no Ocidente e a atuação da hegemonia cultural estadunidense/europeia nesse cenário. Partimos do pensamento que tal construção, ao longo da história, foi potencializada no intuito de favorecer um enquadramento político que gira em torno de uma narrativa orientalista e em favor da Europa e dos Estados Unidos, nos embates contra os povos árabes.

Além disso, para discutir a caracterização dos palestinos feita pela mídia, será discutido o uso de estereótipos em suas representações. O objetivo aqui consiste em analisar de que maneira pesquisas anteriores identificaram o orientalismo em matérias jornalísticas e em outros produtos midiáticos, situando este estudo em um debate mais amplo.

Por fim, propõe-se uma discussão sobre o orientalismo na mídia brasileira. A observação dos meios de comunicação brasileiros demonstra um padrão que reafirma as representações negativas sobre árabes e muçulmanos.

3.1 As primeiras representações do Oriente

Primeiramente, é importante ressaltar que o Orientalismo surgiu da concepção do “diferente”, dos opostos, da comparação e das ideias dualistas alimentadas por uma visão eurocêntrica e imperialista de poder, que davam à cultura europeia mais força e identidade. Sendo assim, uma das heranças mais importantes do discurso orientalista é justamente a construção da superioridade do Ocidente em relação ao Oriente. Entre o Leste e o Oeste do globo existia uma ampla coletividade humana que, nesta concepção, deveria ser instruída pelos europeus e a quem deveriam ser ensinados os modos, os sentidos e os valores superiores ocidentais, ou seja, uma coletividade humana que deveria ser colonizada.

Edward W. Said, em seu livro “Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente”, publicado pela primeira vez em 1978, o qual teve sua versão em português lançada pela Companhia das Letras em 2007, no Brasil, define o orientalismo como um conjunto de

saberes literários, eruditos e científicos sobre o Oriente, não somente visto como um espaço geográfico, mas como uma “geografia imaginativa”, criada e disseminada pelo Ocidente, principalmente por franceses, ingleses e estadunidenses. O orientalismo é caracterizado por Said (2007), portanto, como uma visão que representa o oriental como um indivíduo exótico, inferior, misterioso, aquele que precisa ser dominado. Esse conceito pode ser usado em três contextos diferentes, mas que se complementam: os escritos sobre o Oriente, o estilo de pensamento baseado numa distinção entre o Ocidente e o Oriente, e as instituições “autorizadas” a lidar com o Oriente. Foi o orientalismo que estabeleceu os consensos que permitem e legitimam as atrocidades estadunidenses no Oriente Médio. Israel bebe da mesma fonte para submeter os palestinos dentro e fora do seu território.

[...] O Oriente não é apenas adjacente à Europa; é também o lugar das maiores, mais ricas e mais antigas colônias européias, a fonte de suas civilizações e línguas, seu rival cultural e uma das suas imagens mais profundas e mais recorrentes do Outro. Além disto, o Oriente ajudou a definir a Europa (ou o Ocidente) com sua imagem, idéia, personalidade, experiência contrastantes. Mas nada nesse Oriente é meramente imaginativo. O Oriente é uma parte integrante da civilização e da cultura material européia. O Orientalismo expressa e representa essa parte em termos culturais e mesmo ideológicos, num modo de discurso baseado em instituições, vocabulário, erudição, imagens, doutrinas, burocracias e estilos coloniais (Said, 2007, p. 13).

Said (1997) então passa para a análise de colunas de jornais e revistas semanais. O autor identifica nesses textos a imagem do Islã como algo negativo, uma ameaça a ser combatida, até mais do que o comunismo. A “troca de inimigos” entre o comunismo e o Islã já teria ocorrido dois anos após o fim do sistema soviético (Said, 1997). Dessa forma, contínua publicação de textos dessa natureza ajudaram a moldar a realidade. Ao escolher oferecer somente um tipo de notícias, as negativas, os jornais somente oferecem uma visão parcial da realidade, e é essa que influenciará a maneira como as pessoas percebem o assunto (Miguel, 2015).

Desde a antiguidade, o Oriente Médio já era retratado em diversas obras europeias como um território habitado por seres exóticos, carregando uma aura que misturava hostilidade, romance, erotismo e misticismo.

As viagens de Heródoto, Alexandre, O Grande, passando por Marco Polo, Napoleão e os desbravadores europeus dos séculos XVIII e XIX, como Antoine Galland (que assinou as primeiras traduções da obra “As mil e Uma Noites”), serviram para constituir um arsenal de relatos, histórias, fábulas e estereótipos que representavam as excentricidades da vida oriental, com seus calendários esquisitos, suas configurações espaciais exóticas, seus idiomas

estranhos e sua moralidade de aparência perversa. Nas profundezas desse palco oriental, encontrava-se um repertório cultural prodigioso, cujos itens individuais evocam um mundo mágico, fabulosamente rico: a Esfinge, Cleópatra, o Éden, Sodoma e Gomorra, Sabá, Babilônia, os Gênios, Maomé e outros inúmeros personagens, monstros e heróis do qual a imaginação europeia prazerosamente se nutria, recorrendo à riqueza oriental para criar suas produções que tinham o poder de aguçar os contornos das imagens, das ideias e das figuras que a povoavam. (Ribeiro, 2010, p. 21-22)

A autora explica que a eficiência dessa atuação na geografia imaginativa ocidental pode ser encontrada nos textos de William Shakespeare, Miguel de Cervantes, entre outros clássicos autores ocidentais. Dante Alighieri, em sua obra “A Divina Comédia”, por exemplo, combina a conjuntura realista secular a um sistema muito bem estruturado e universal de valores cristãos. Na obra, em determinado momento enquanto peregrina pelo inferno, Dante encontra Maomé, que está condenado em uma hierarquia de pecadores, considerada pior do que os lascivos, os coléricos, os suicidas e os hereges.

Em relação ao Islã, principalmente depois da morte de Maomé em 632, a hegemonia militar e mais tarde, cultural e religiosa do islamismo cresceu vertiginosamente, aumentando o medo dos europeus. Primeiro a Pérsia, depois a Síria e o Egito, depois a Turquia e mais tarde a África do Norte foram dominados pelos exércitos muçulmanos. Nos séculos VIII e IX, a Espanha, a Sicília e parte da França também entraram para o grupo de nações conquistadas pelos islâmicos. Quatro séculos depois, o Islã se expandiu para o leste, em direção à Ásia, alcançando a Índia, a Indonésia e a China. Nesse cenário, os autores cristãos que assistiram os avanços islâmicos nutriam pouco interesse pela erudição e cultura dos muçulmanos, uma vez que eram contemporâneos do período mais sombrio e inativo da história europeia (Said, 2007). Como consequência, o Islã passou a simbolizar o terror, a ameaça, o inimigo bárbaro que trazia destruição. Essa sensação de aversão foi inserida na sociedade europeia, assim como em suas figuras, virtudes e vícios que se tornaram parte da estrutura da realidade ocidental.

Said (2007) explica que, no decorrer do século XIX, o Oriente passou a ser um dos cenários favoritos para intelectuais europeus desenvolverem experiências pessoais existencialistas, alimentando um certo tipo de imaginário fantasioso.

A afirmação escrita sobre o Oriente baseia-se muito pouco no próprio Oriente. Ao contrário, a afirmação escrita é uma presença para o leitor em virtude de ter excluído, tornado supérflua qualquer coisa real com o Oriente. O fato de o Orientalismo fazer sentido depende mais do Ocidente do que do Oriente, e esse sentido tem uma dívida direta com várias técnicas ocidentais de representação que tornam o Oriente ‘presente’ no discurso a seu respeito. E para obter os seus efeitos, essas representações se baseiam em instituições,

tradições, convenções e códigos consensuais de compreensão, e não num distante e amorfo Oriente. (Said, 2008, p.52)

Entrelaçada com esse imaginário fantasioso e místico do europeu, estava uma associação quase homogênea entre o Oriente Médio e o sexo. Oriente Médio, para o homem ocidental, oferecia a promessa sexual, a sensualidade incansável e o desejo ilimitado, principalmente na Europa quando, naquela época, esse tipo de assunto era tratado como tabu. Essa concepção machista de mundo, retratava as mulheres orientais como objetos sexuais submissos e sempre disponíveis aos desejos masculinos. Entretanto, essa exotividade sexual também poderia ser estranhada e mal vista por outros cidadãos europeus. Quando Antoine Galland traduziu “As Mil e Uma Noites” para o francês, em 1704, por exemplo, ocultou muitas histórias que, devido ao seu conteúdo erótico, naquela época, seriam consideradas ofensivas à mente dos europeus. Sendo assim, a versão de Galland foi publicada com menos de trezentas dentre as mil e uma noites de histórias relatadas por Sheherazade, pelo fato do tradutor achar que os contos apresentavam um conteúdo que ia além da moral européia.

Seguindo por essa linha de raciocínio, ainda segundo os escritos orientalistas, o Oriente procurava reproduzir estruturas políticas e religiosas do Ocidente, não sendo capazes de criar sua própria identidade sócio-cultural (Said, 2007). Com isso, o Oriente era compreendido como um território que precisava de atenção, reconstrução e ajuda Ocidental. O Oriente, na concepção dos orientalistas, existia como uma região isolada da principal corrente do progresso científico, artístico e comercial, a Europa. O indivíduo oriental era associado a elementos marginalizados na sociedade ocidental (delinquentes, loucos, mulheres, pobres etc). Eram compreendidos, então, não como cidadãos, mas como problemas a serem resolvidos e “salvos” da miséria pelo domínio colonial europeu.

3.2 Orientalismo na mídia

Uma das contribuições mais significativas de Edward Said para a discussão acadêmica acerca das relações intercivilizacionais se constroi a partir de sua afirmativa de que a mídia, especialmente a televisão, atua como um agente potencializador do orientalismo (Porto, 2012). Ao alertar sobre o reforço dos estereótipos pelos quais o Oriente é representado, principalmente após o advento do mundo tecnológico pós-moderno, o autor percebeu que atitudes orientalistas foram infiltradas na esfera pública, contaminando a mente das pessoas com imagens negativas dos povos árabes e muçulmanos. Neste sentido, o autor enxergou a lógica do *simulacro* pela qual se construía a visão o Oriente, “filtrando-o através

de códigos reguladores, classificações, espécimes, revistas, dicionários, gramáticas, comentários, edições, traduções, todos os quais formam um simulacro” (Said, 2007, p. 232).

Jean Baudrillard, em sua obra “Simulacros e Simulações” (1991), define o *simulacro* como o esvaziamento do conceito de realidade, de tal modo que o próprio mundo em que se está inserido é substituído por um “mundo cópia” onde todos os sentidos e todas as significações anteriores são completamente drenados e o sujeito passa a buscar apenas por estímulos simulados. O objetivo é que “o real nunca mais tenha a oportunidade de se reproduzir” (Baudrillard, 1991, p. 9). Nesse contexto, o autor examina a relação do indivíduo com o meio, e desenvolve o conceito de hiper-real, caracterizando-o pelo consumismo desenfreado, pela mediação tecnológica e pelo estímulo de tornar a realidade mais real do que o real. Baudrillard cita o submundo como exemplo de hiper-real: “a pornografia é ficção é hipertrofiada de sexo consumido na sua irrisão para a sua irrisão” (Baudrillard, 1991, p. 120). Para o autor, o efeito do imaginário esconde que não há mais realidade além dos limites do cenário artificial.

O simulacro estava em tudo aquilo que o orientalista acadêmico, por fim, conhecia sem sair da Europa, sendo as fontes documentais e obras historiográficas a primeira camada de acesso ao passado alheio, abordadas com toda a liberdade metodológica do orientalista autorizado pela instituição oficial que reconhecia sua expertise autodidata. Logo, a filtragem histórica do outro começava em uma operação tradutória que dispensava critérios epistemológicos claros e, em especial, históricos, sem primar pela crítica das fontes de forma analítica e conexas a uma interpretação do passado. (Yunis, 2021, p. 4)

Sob a ótica do conceito de simulacro, os eventos geopolíticos inseridos no Oriente Médio, principalmente guerras e intervenções militares, podem ser entendidos como um espetáculo visual que embaralhou as distinções entre a vida e a mídia. Baudrillard afirma que a crescente eficácia operacional dos sistemas tecnológicos leva a supressão do simbólico, da alteridade e da singularidade humana, trocando estes atributos pela simulação. Algo que foi apontado por Said na década de 1970, quando percebeu que o mundo tecnológico pós-moderno ajudou a reforçar muitos dos estereótipos pelos quais o Oriente é visto. A televisão, os filmes e todos os recursos da mídia atuam como ferramentas que forçam as informações a se ajustarem em moldes cada vez mais padronizados. No caso do orientalismo, a padronização e os estereótipos culturais fortalecem o simulacro dominador do delírio imaginativo e acadêmico do “misterioso Oriente” do século XIX. O filme “Sniper Americano” (2014), por exemplo, segue essa lógica, retratando as “lições de heroísmo” de Chris Kyle, um atirador de elite das forças especiais da marinha dos Estados Unidos, que

durante a Guerra do Iraque, torna-se um dos maiores atiradores da história estadunidense. O protagonista passa a ser tratado como uma lenda viva à medida que o número de mortes de iraquianos em suas mãos aumenta.

Outro filme, “O Príncipe do Deserto” (2011), dirigido pelo francês Jean Jacques Annaud, retrata a história da descoberta do petróleo nos anos 1930, na região do Oriente Médio. No filme, mais uma vez, cenários que fazem alusão ao orientalismo imagético são convincentes por meio da representação do deserto, mulheres trajando a *abaya*² e dois sultões com visões de mundo antagônicas devido ao dinheiro proveniente da venda do petróleo e a influência da cultura ocidental em seus territórios. Dentro do contexto da narrativa, o islã nem sempre é visto como uma religião capaz de emancipar o ser humano, pelo contrário, está na maioria dos casos relacionado à lógica de estagnação cultural e atraso em relação ao Ocidente.

Um estudo realizado por Shaheen (2003) com o intuito de verificar e analisar o quanto a imagem desses grupos era manipulada mostra um resultado preocupante. O autor analisou mais de 1000 filmes produzidos em Hollywood, ao longo de um século, com personagens árabes e muçulmanos, como resultado foram identificados 936 filmes com teor negativo. É possível reconhecer um “padrão” consolidado por trás desse número massivo. Se mais de 90% dos filmes apresentam de forma recorrente o mesmo cenário de terror e medo a respeito de um grupo racial ou religioso específico, existe, então, uma construção representacional racista e preconceituosa que procura induzir o público a comprar e também internalizar essa ideia. Observa-se a existência de uma manipulação ideológica por meio de um instrumento de disseminação em massa que se “esconde” atrás das telas da ficção, promovendo a longevidade de certos estereótipos.

De acordo com Shaheen (2003), ao longo de aproximadamente 100 anos, árabes e muçulmanos foram retratados nas produções cinematográficas em meio a contextos de brutalidade, violência, intolerância, terrorismo, opressão, ignorância, fanatismo e diversas situações que evocam medo, ódio e perigo. Além da imagem caricaturizada, muitas produções também falsificam realidades geopolíticas:

Nunca os filmes apresentam os palestinos como vítimas inocentes e os israelenses como opressores brutais. Nenhum filme mostra soldados e colonos israelenses desenraizando pomares de oliveiras, atirando em civis palestinos em cidades palestinas. Nenhum filme mostra famílias palestinas lutando para sobreviver sob ocupação, vivendo em campos de refugiados, lutando para ter seu próprio país e passaportes declarando “Palestina” (Shaheen, 2003, p. 186-187, tradução nossa).

² Vestimenta negra geralmente usada pelas mulheres que as cobrem da cabeça aos pés. O intuito, nesse caso, é preservar sua beleza para o marido.

A indústria cinematográfica, com seu amplo alcance em mais de 100 países do mundo, contribuiu significativamente para a criação de um cenário repleto de preconceitos sobre essa população, que certamente deixarão resquícios ao longo de várias gerações. Douglas Kellner explica que essa tradição do cinema estadunidense é bem mais comum e antiga do que se possa imaginar, citando como exemplo as ornamentações imagéticas presentes no filme *Rambo*, o autor afirma: “Os estereótipos de raça e sexo em *Rambo* são tão exagerados e grosseiros que indicam a natureza artificial e social de todas as ideias de masculinidade, feminilidade, raça, etnia e outras posturas”. (Kellner, 2001, p. 93). É possível observar que mesmo em épocas e contextos diferentes, a ideologia permanecia quase a mesma, isto é, trazer a imagem do *Outro* de forma estereotipada e colocá-lo sempre como personificação do “mal” que, no caso do filme *Rambo*, se tratava de vietnamitas.

Os vietnamitas e os russos são apresentados como os Outros, os estrangeiros, a personificação do Mal, num esquema tipicamente hollywoodiano que apresenta o Outro, o inimigo, Eles como a encarnação do mal, e Nós como os bonzinhos, a encarnação da virtude, do heroísmo, da bondade, da inocência, etc. (Kellner, 2001, p. 92).

O filme, como os outros tipos de mídias, foi, principalmente na década de 2000, uma arma de forte poder ideológico para plantar na mente das pessoas uma visão deturpada a respeito do Oriente, do Islã e dos povos árabes, algo que se tornou quase impossível de corrigir (Cantalice, 2017).

De maneira geral, não é somente os filmes que têm influenciado o imaginário popular ocidental em relação ao Oriente Médio, mas também jogos de videogame. Dentro desse universo a representação de árabes muçulmanos geralmente aparece acompanhada de uma narrativa mais ampla que abrange o Islã e o modo como ele aparece em noticiários. Dessa forma, o “mundo árabe” - composto por vinte e dois países, lar de diversos ecossistemas, uma multidão de grupos étnicos e linguísticos e centenas de anos de história - é reduzido a uma imagem simplista (Sisler, 2008). O jogo *Assassin's Creed*, do gênero ação-aventura, lançado em 2007 pela Ubisoft Montreal, por exemplo, possui um personagem principal que faz parte da Seita Ismaelita, ou seja, um oriental cujo seus principais inimigos são templários. Vale ressaltar que o jogo se passa durante a terceira Cruzada. Entretanto, lugares comuns são acionados e imagens como a do harém e da violência muçulmana são constantemente evocadas (Silva, 2016).

Quanto ao conflito entre Israel e Palestina, a inferioridade moral dos palestinos tem sido reforçada constantemente pela imprensa a cada episódio dramático do conflito.

[...] a versão do mito criada no século XX tem sido mantida com muito maior dano. Produziu uma imagem do árabe visto por uma sociedade ‘adiantada’ quase ocidental. Na sua resistência aos colonialistas estrangeiros, o palestino era ou um selvagem estúpido ou uma grandeza negligível, moral e existencialmente (Said, 2007, p. 311).

A mídia ocidental, nesse contexto, usa uma voz passiva na hora de noticiar as ações de Israel contra o povo palestino (quando se é noticiado), por outro lado, quase sempre há espaço e detalhamento de sobra para relatar os ataques vindos de grupos da Palestina ou de outras nações do Oriente Médio. Uma análise feita em 2018 por pesquisadores do *416Labs*, uma empresa de pesquisa e análise de dados com sede no Canadá, a partir de 100 mil manchetes em 50 anos de cobertura por 5 jornais estadunidenses concluiu que a cobertura do conflito pela mídia estadunidense favorece Israel tanto em termos de quantidade de histórias, quanto em dar ao país mais oportunidades de ampliar suas ideologias (Siddiqui, 2018). É extremamente necessário levar em consideração os casos relatados na imprensa dos Estados Unidos, uma vez que este país é o principal exportador de informação do mundo (Shaheen, 1983). Jornais norte-americanos, como *New York Times* e *The Washington Post*, e agências internacionais de notícias são meios de comunicação que exercem grande influência na imprensa mundial. O conhecimento dos retratos feitos pelos veículos midiáticos dos Estados Unidos pode contribuir para o reconhecimento de fatores que estejam influenciando a imprensa do sul global.

Menahem Blondheim e Limor Shifman (2009) explicam que, na cobertura midiática de guerras e conflitos, existem três tipos de “arenas de noticiário”: o noticiário de cada lado do conflito e a mídia internacional. Entende-se que o noticiário nacional do país que está envolvido na guerra é compreendido como peça fundamental para o governo e oficiais daquele país, uma vez que através do controle dessa cobertura é possível mobilizar o público e impactar a estabilidade política do local. Por outro lado, segundo os autores, atingir a mídia da oposição no conflito também se configura como um dos objetivos durante uma guerra, para influenciar a moral nacionalista do inimigo. Em relação a cobertura midiática internacional, ou terceira arena, o impacto que ela tem sobre a opinião pública é de grande relevância, mesmo sendo mais difícil de ser controlada por governos e fontes oficiais. Além disso, é importante ressaltar também o que Blondheim e Shifman (2009) caracterizam como os tipos de discurso da mídia na cobertura jornalística de guerras: o discurso de poder, de vulnerabilidade e de desastre. O discurso de poder retrata determinado país como mais forte e preparado para ganhar o conflito militar; já o de vulnerabilidade, procura denunciar e expor possíveis fraquezas, ameaças e pontos fracos na região. Enquanto isso, o terceiro discurso, de

desastre, procura destacar o sofrimento das vítimas e a destruição ocorrida no país devido ao conflito.

Conforme esse raciocínio, os autores conseguem inferir os discursos de cada arena midiática no cenário referente ao conflito entre Israel e Palestina nos anos de 2008 e 2009. Com relação ao Hamas, grupo que controla a Faixa de Gaza, o discurso empregado na mídia local é o de exaltar o poder da organização, como um grupo de resistência. Já no lado israelense, é possível notar a presença de dois discursos: para mobilizar o apoio do público no ataque a Gaza, utilizava-se o discurso de poder (um pouco parecido com o caso do Hamas), entretanto, de modo a alertar os civis israelenses das consequências de conflitos como esse, empregava-se também o discurso de vulnerabilidade a ameaças (Blondheim e Shifman, 2009). Já no que diz respeito às ações do Hamas e do Estado de Israel perante a mídia internacional, os autores observam que Israel procura ressaltar sua vulnerabilidade, optando pela narrativa de vítima, enquanto fontes do Hamas se posicionavam com o discurso do poderio e da força da organização no confronto. Por outro lado, a cobertura jornalística internacional da Faixa de Gaza buscava enquadrar o aspecto de desastre, com imagens que demonstravam o sofrimento humano na região.

De acordo com Edward Said (1988), a prática orientalista se faz bastante presente na mídia em geral. Essas “singelas participações” têm se intensificado desde a Guerra do Seis Dias em 1967, Guerra do Yom Kippur em 1973, a Crise do Petróleo no mesmo ano, e a Revolução Iraniana de 1979 (Said, 1988). Com o aumento da circulação de jornais e revistas, juntamente com a popularização do rádio e da televisão e o surgimento da internet, a mídia passa, e precisa, ser encarada como a principal propagadora da representação de árabes e muçulmanos na atualidade (Moita Lopes; Fabricio, 2005, p. 254).

A polarização cada vez maior na mídia, atualmente, entre os ocidentais e os orientais-árabes é um modo de estereotipar e racializar a diferença, reduzindo-a a dois grupos estanques por meio de discursos que os estigmatizam e criam um mundo bipolar: os certos, que agem ao lado da verdade científica, da racionalidade e do Deus correto (cristão), em oposição aos errados (os muçulmanos). Assim, o que está em jogo é a construção de uma ótica fundamentalista e essencializadora.

Polarização essa baseada na construção das identidades. Conforme, Silva (2008) as identidades são constituídas por meio da diferença, ou seja, uma pessoa é, aquilo que a outra não é. Portanto, esse é um sistema binário de representações. Ainda, o autor aponta que a construção da identidade é o resultado da sociedade a qual ele se insere e dos símbolos acionados para representação da mesma. Desse modo, há uma divisão entre “nós” versus

“eles”, capaz de diferenciar, nesse caso, palestinos e israelenses, algo que se reflete no discurso midiático ocidental e, por vezes, é carregado dos estereótipos de que o povo palestino/árabe é sinônimo de “terrorista”.

Edward Said (1988) aponta em seu livro, *Covering Islam: how the media and the experts determine how we see the rest of the world*, a existência de uma tendência negativa na cobertura de assuntos relativos a árabes e, principalmente, muçulmanos na mídia. O professor de Literatura Inglesa da Universidade de Colúmbia indica que árabes e muçulmanos eram vistos como “potenciais terroristas”. E no prefácio escrito para a edição de 1997, ele afirma que quase nada havia mudado na cobertura da imprensa norte-americana até então, 16 anos após o lançamento de *Covering Islam* (Said, 1997).

Muito antes do atentado de 11 de setembro de 2001, a imagem de árabes e muçulmanos na mídia norte-americana já era objeto de estudo de pesquisadores que se preocupavam com a disseminação de estereótipos pelos meios de comunicação. Edmund Ghareeb (1983) pesquisou como a questão palestina era tratada pela imprensa estadunidense, sustentando que tanto jornais como revistas, canais televisivos e agências de notícias teriam sido tendenciosos, em favor de Israel, na cobertura do conflito palestino-israelense (Castro, 2007). O resultado do estudo foi publicado em um livro, que por acaso é um dos mais citados em pesquisas e discussões sobre o tema: *Split Vision: the portrayal of Arabs in the American media* (1977).

Em 2001, Hamada pesquisou qual era a imagem de árabes e muçulmanos entre os jornalistas, que ele chamava de “*image-makers*” (formadores de imagem). O pesquisador, naquela época, entrevistou 168 jornalistas – editores, repórteres e jornalistas free-lancers. Do total, 65,5% eram norte-americanos e 34,5% europeus. Um dos resultados preocupantes da pesquisa foi o desconhecimento que grande parte dos jornalistas entrevistados têm sobre uma informação básica em relação ao tema: 40% deles disseram que árabes e muçulmanos são a mesma coisa. Ou seja, uma grande parte daqueles que produzem os conteúdos midiáticos não sabem diferenciar etnia de religião (Castro, 2007).

No contexto britânico, diversos veículos de comunicação foram apontados como responsáveis pela terminologia ofensiva, discriminatória e provocativa criada para se referir aos muçulmanos. Um relatório realizado na Inglaterra pela Insted (2007) reuniu dados quantitativos de diversas pesquisas sobre o assunto. Dentre os resultados, o relatório mostrou que, no período de apenas uma semana, foram identificados na Inglaterra um total de 352 artigos em jornais impressos que abordavam temas ligados ao islã ou aos muçulmanos. Desses artigos, 91% das notícias eram de teor negativo, 5% eram neutras e apenas 4% tinham

um certo apelo positivo. Essa estatística se torna ainda mais preocupante quando o relatório menciona que 74% dos britânicos não sabem nada ou quase nada sobre o islã, e que 64% das pessoas entrevistadas têm a mídia como única fonte de informação sobre o islã (Insted, 2007). Um outro estudo realizado na mídia impressa de países como a Espanha e a Itália também destacou o teor islamofóbico presente em jornais impressos, confirmando que, além das representações serem negativas, existe uma clara parcialidade midiática, uma vez que raramente são concedidos aos muçulmanos espaços para se manifestarem ou se posicionarem sobre tais questões (Cervi, Tejedor, Gracia, 2021).

De acordo com o Dicionário Online de Português (2023), o termo estereótipo é definido como:

Padrão estabelecido pelo senso comum e baseado na ausência de conhecimento sobre o assunto em questão. Concepção baseada em ideias preconcebidas sobre algo ou alguém, sem o seu conhecimento real, geralmente de cunho preconceituoso ou repleta de afirmações gerais e inverdades. Algo desprovido de originalidade e repleto de clichês. Comportamento desprovido de originalidade que, faltando adequação à situação presente, se caracteriza pela repetição automática de um modelo anterior, anônimo ou impessoal.

Neste estudo, acionamos o conceito de estigma, proposto por Goffman (1988), para compreender as características e alguns dos impactos dessas categorizações sociais acerca dos muçulmanos. Estigmas são atributos depreciativos que criam uma identidade social virtual que, além de desvincular o indivíduo de sua identidade social real, acaba reduzindo-o a apenas uma categoria. Nesse cenário, um único atributo negativo associado ao sujeito tem o poder de dificultar a sua inserção no meio social, assim como impedir que outros de seus atributos sejam percebidos pelas pessoas (Goffman, 1988). Ou seja, um traço marcante é “escolhido” para classificar o indivíduo, enquanto as suas demais características são invisibilizadas.

Marques (2008) explica que a estigmatização do estilo de vida dos muçulmanos também é potencializada por uma “identidade social virtual” disseminada pela mídia, que fomenta ainda mais a imagem negativa do islã (algo que já foi comentado neste capítulo), provocando um distanciamento daqueles que desconhecem a religião em sua essência verdadeira. Goffman (1988) denomina esse fenômeno de identidade deteriorada.

Os estereótipos que circulam acerca dos muçulmanos tendem a ser indistintamente atribuídos ao islã e às diversas culturas que conformam suas identidades sociais. A doutrina islâmica é a mesma para todos os adeptos, contudo as interpretações mudam de acordo com as

escolas de pensamento religiosas e também conforme interesses pessoais ou costumes locais (Omais; Dos Santos, 2024). Fatores como o contexto sociocultural e a personalidade do indivíduo são apenas alguns dos elementos que contribuem para que existam estilos de vida tão diferentes dentro do mundo islâmico. Nesse sentido, Smaili (2015, p. 146) enfatiza que:

Como se não bastassem todas as distorções em relação aos árabes, o Ocidente tratou de criar grande desinformação a respeito do islã, que é a religião professada pela ampla maioria da população dos países do norte da África, do Oriente Médio e boa parte da Ásia (não árabe). [...] Além disso, existe uma dificuldade das sociedades do Ocidente em separar tradições e cultura de religião, ou mesmo de política.

Conforme os erros e desvios cometidos por um ou mais indivíduos são conferidos à religião que ele(s) professa(m), ou à toda a comunidade da qual ele(s) faz(em) parte, maior será a probabilidade da propagação de estereótipos e estigmas sobre o assunto (Omais; Dos Santos, 2024).

Allen (2013) destaca que os estereótipos estabelecem limites e dificultam ideias que se oponham a determinados assuntos, criando, por conseguinte, significados absolutos, normativos e simplificados, que podem apresentar ou não falta de precisão. Em razão disso, tais tipos de categorização muitas vezes dificultam a conceitualização e a compreensão de certos assuntos, ocultando suas nuances e complexidades.

O autor reforça que um dos maiores alvos de violências, abusos e discriminação na Europa são as mulheres muçulmanas, devido ao caráter explícito de suas identidades religiosas expressas por meio da vestimenta islâmica feminina, o *hijab* (Allen, 2013). Esses episódios nada mais são do que uma das consequências da disseminação de um estereótipo que instiga pessoas a agirem de alguma forma para “libertar” essas mulheres de uma “suposta” opressão. A recorrente representação negativa através da mídia molda a opinião pública, e a relação entre os conteúdos midiáticos e os estereótipos é tão minuciosa que, para muitos, é quase impossível separar a imagem de um muçulmano dessas concepções já formadas e institucionalizadas e, mesmo que as representações negativas sobre os muçulmanos deixassem de existir na mídia a partir deste momento, ainda assim seriam necessários muitos anos para desconstruir tantos estereótipos e incluir representações positivas (Omais; Dos Santos, 2024).

A recorrente veiculação de representações midiáticas que enquadram os muçulmanos como ‘vilões’ ou como indivíduos considerados menos evoluídos é acompanhada pela noção de que o islã seria uma religião de valores retrógrados e opressivos, supostamente

inconciliáveis com o modelo de liberdade promovido pelo Ocidente e nas religiões judaico-cristãs (Said, 2011; Smaili, 2015). Tendo em vista este cenário, Beydoun (2018) alerta para o fato de que a associação da islamofobia somente a atores privados, desconsiderando fatores macro envolvidos, pode tornar a discussão do assunto um tanto superficial. Dessa forma, ele enfatiza a existência de três níveis ou dimensões da prática em questão: a islamofobia privada, executada por indivíduos isoladamente; a islamofobia estrutural, proveniente de políticas públicas; e a islamofobia dialética, assentada no diálogo entre o Estado e seus cidadãos. Apesar das três categorias, o autor dá mais destaque à islamofobia estrutural, julgando-a como a mais perigosa em razão da sua ampla abrangência social e política. Nessa dimensão os agentes são os governos, assim como seus governantes, as políticas públicas e as leis construídas com base na justificativa de proteger o Estado e seus cidadãos de possíveis ameaças de grupos islâmicos ligados ao terrorismo. Essas ações políticas intensificam e consolidam a percepção de ameaça relacionada ao islã e aos muçulmanos, promovendo, consequentemente, o aumento de comportamentos islamofóbicos.

O cenário em questão também afeta diretamente o povo árabe, que existe há mais de 3.500 anos e que teve um papel fundamental na história da humanidade no legado deixado por várias civilizações até os dias de hoje. Porém, não é essa a imagem que vem sendo construída sobre os árabes nas últimas décadas. Segundo Smaili (2015, p. 146), “o século XX foi permeado por situações que anunciavam a discriminação da cultura árabe e do Oriente, tornada natural em um modo hegemônico de conceber a vida em sociedade”. Sendo assim, apesar de nem todo muçulmano ser árabe e de nem todo árabe ser muçulmano, essa associação com a religião islâmica se institucionalizou ao ponto de muitos não saberem que a maior parte dos muçulmanos são originários de outras etnias. Uma análise mais aprofundada desse fenômeno evidencia a recorrência com que essa população foi, e ainda é, representada:

Durante decênios, desenrolou-se uma guerra cultural contra os árabes e o islamismo nos Estados Unidos: caricaturas racistas assustadoras de árabes e muçulmanos dão a entender que são todos terroristas ou xeques, e que a região é uma grande favela árida, só prestando para a guerra ou o lucro (Said, 2011, p. 328).

Para Portilla (2018), as deturpações veiculadas pela mídia integram um amplo sistema de discriminação, na medida em que comprometem a autoestima dos indivíduos e grupos a que se referem, além de fomentar a segregação cultural. Montenegro (2002) também afirma que, além de contribuírem para a criação de estereótipos, não é possível dizer até que

ponto as representações sociais repercutidas de forma enviesada pela mídia afetam esses grupos.

3.3 Globalização e hegemonia: Universalização dos discursos ocidentais

A maior parte dos conteúdos midiáticos retratam os muçulmanos como uma ameaça para a sociedade ou, então, “diferentes” do Ocidente, classificando-os como “os outros”, indivíduos que se opõem aos valores ocidentais e que só se encaixariam na civilização ocidental caso abandonassem seus hábitos “bárbaros”. A construção e representação da imagem do islã e dos muçulmanos, assim como dos árabes, como retrógrada, opressiva e primitiva é constantemente comparada com a imagem de liberdade e modernidade do Ocidente (Omais; Dos Santos, 2024). As narrativas reforçam esse contraste a partir de estereótipos culturais ou de simples especulações. São narrativas que, ao longo do tempo, acabaram estabelecendo uma associação dos muçulmanos e dos árabes ao terrorismo (Allen, 2013, Beydoun, 2018).

Esses mecanismos de países europeus ou norte-americanos acabam tendo reflexos em outros países, como no Brasil. A utilização de imagens e informações oriundas de noticiários e agências de notícias internacionais servem frequentemente de fonte para as redes de jornalismo nacionais. Portanto, a análise da mídia brasileira exige, antes de tudo, o entendimento dos mecanismos que estruturam a mídia internacional e a forte influência que os grandes veículos de comunicação estrangeiros exercem sobre o cenário nacional, visto que a mídia no Brasil muita das vezes repete certas narrativas hegemônicas, alinhadas aos interesses das potências mundiais (Omais; Dos Santos, 2024).

Para Edward Said, o Oriente, assim como a grande maioria dos ocidentais conhecem, é produto de um discurso colonialista europeu que buscou caracterizar a complexidade das experiências políticas, religiosas e culturais do *Outro*, principalmente o árabe islâmico, enquanto inferiores ao modo de vida ocidental. Muito antes dos desdobramentos atuais envolvendo conflitos no Oriente Médio, a criação do Estado de Israel e suas consequentes guerras árabe-israelenses estruturaram a imagem estereotipada do árabe muçulmano na sociedade estadunidense. Na cultura popular, nas universidades, na política e na mídia do Ocidente, o muçulmano já não era mais representado como o comerciante de má fé ou o nômade no deserto, mas sim uma figura perigosa que instiga o medo e a desconfiança por parte dos Estados Unidos.

Alimentando-se de uma visão colonizadora e, portanto, dicotômica do mundo, esse conhecimento orientalista em relação aos palestinos e a outros povos árabes (que é difundido

pela mídia) é criado à luz de uma visão política da realidade, cuja estrutura promovia a diferença entre o familiar (a Europa, o Ocidente, “Nós”) e o estranho (o Oriente, o Leste, “Eles”). Said (2007) reforça a existência de um “Oriente” criado pela hegemonia ocidental e outro Oriente, mais real, que foi “desaparecendo” e se tornando menos conhecido aos olhos do mundo. Neste sentido, é possível dizer que qualquer produção midiática está envolvida em intencionalidades políticas, os discursos que são elaborados são produzidos com objetivos políticos. “A cultura da mídia assim como os demais discursos políticos, ajuda a estabelecer a hegemonia de determinados grupos e projetos político” (Kellner, 2001, p. 81). O autor, procura reforçar a ideia de que o discurso, a ideologia e a política estão intrínsecos. Além disso, Kellner (2001) explica que a ideologia deve ser compreendida num campo mais amplo, visto que reduzi-la ao campo econômico e de luta de classes é simplificar erroneamente um termo de grande abrangência.

Atualmente, num cenário de globalização, a universalização dos valores ocidentais (liderada pela influência estadunidense) funciona como uma ferramenta de dominação político-econômica, e de neutralização da pluralidade e da diferença do “outro”. Desse modo, toda a bagagem etnocêntrica e imperialista existente nos estereótipos orientais fornece uma justificativa para a presença física e ideológica do Ocidente nos países do Oriente Médio, como por exemplo a “intervenção” militar dos Estados Unidos no Afeganistão e no Iraque (Castro, 2007). Nesse contexto, a globalização se adapta perfeitamente ao discurso de dominação, promovendo os ideais de modernização e democracia ocidentais como a única forma de “libertar” o Oriente Médio.

Além disso, a globalização está diretamente ligada à universalização dos valores ocidentais, uma vez que a hegemonia política e econômica Ocidental possui o objetivo de impor seu modelo de estruturação social defendendo a ideia de que este é o melhor caminho a ser seguido pelo resto do mundo. Nesse sentido, o sistema midiático ocidental - representado pelos grandes conglomerados internacionais, em sua maioria estadunidenses e europeus – possui uma tendência institucionalizada de fabricar imagens transnacionais desproporcionais que têm a autoridade de orientar o discurso e o processo social internacional. Como Mohammed ElHajji escreveu:

[...] a globalização, enquanto processo hegemônico ocidental, achata tanto o espaços outros como os tempos alheios. Simplesmente não existe ou não vale a pena existir; tanto o não-branco europeu como o irracional, o arcaico, o primitivo, as “superstições” etc. Tudo que não é iluminado pelo ponto de vista ocidental, moderno e racional não passa de uma massa amorfa, sem estrutura clara, nem caráter definido; o que também significa que a razão não

reside nas coisas, mas na autoridade do olhar. Fora do ponto de vista racional, moderno e ocidental (sendo os três conceitos ao mesmo tempo indissociáveis e intersubstituíveis), não há possibilidade de ver o mundo. Fora do quadro conceitual decorrente desse momento / lugar civilizacional não há mundo inteligível. O *modus operandi* mudou, mas a questão de fundo continua a mesma: a relação do Ocidente com a alteridade e a diferença. (2001, p.18).

Essas declarações que flutuam do Orientalismo para a cultura geral fazem referência às concepções de Gramsci a respeito da hegemonia. Bebendo da fonte criada pelo autor marxista, Said (2007) esclarece a distinção que Gramsci fez entre a sociedade civil e a sociedade política, sendo a sociedade civil composta de associações voluntárias, racionais e não coercitivas, como escola, família e sindicato, e a sociedade política constituída de instituições estatais, como exército e polícia, tendo uma função de dominação direta na vida política. Dentro da sociedade, algumas formas culturais e algumas ideias prevalecem sobre as outras, e é essa dominação cultural que Gramsci identificou como hegemonia, a qual Said certifica ser um conceito indispensável para a compreensão da vida cultural no Ocidente: “É a hegemonia, ou antes o resultado da hegemonia cultural em ação, que dá ao Orientalismo a durabilidade e a força que tenho falado até o momento” (Said, 2007. p. 34).

Quando Gramsci fala de hegemonia, não se trata de algo determinista que atua somente na estrutura econômica e na organização política da sociedade, mas também, sobre as orientações ideológicas e sobre o modo de conhecer o mundo. Gramsci contribui em Said justamente por sua percepção de conferir validade a práticas que a Europa e os Estados nacionais possuíam para a afirmação do poder burocrático e da estruturação dos discursos universalistas que mantinham esse caráter hegemônico. Assegurando que a hegemonia não seria apenas política, mas também um fenômeno cultural e moral de concepção de mundo. Nesse contexto, a hegemonia se refere ao efeito da disseminação em larga escala da ideologia dominante, realizada por meio dos aparelhos privados de hegemonia, com o intuito de manter a dominação de classe. A partir das reflexões de Gramsci e Carlos Nelson Coutinho (1992), é possível argumentar que esse fenômeno se torna ainda mais evidente nas sociedades capitalistas entendidas como "avançadas", em que a dominação é feita não só pelo uso da força. Coutinho destaca como Gramsci amplia a teoria marxista do Estado ao incluir a ideia dos aparelhos privados de hegemonia - a igreja, a mídia, os partidos políticos, entre outros. Esses aparelhos exercem influência ideológica e criam consenso, dispensando a dominação através do uso da força em primeiro momento. Coutinho define aparelhos privados de

hegemonia como “organismos sociais coletivos voluntários e relativamente autônomos em face da sociedade política” (1992, p. 77).

Noam Chomsky (2014), em seu livro “Mídia: Propaganda política e manipulação”, aponta que a mídia estadunidense possui uma necessidade insana de modificar completamente a história, algo que se tornou visível com o fim da Guerra no Vietnã, quando o país tentou de todas as formas reconstruir a narrativa do conflito. Naquele contexto, era preciso passar a impressão de que quando os Estados Unidos ataca e destrói alguém, na verdade eles estão se protegendo e se defendendo de agressores, qualquer coisa que o país fizesse era nobre e correta. Essa narrativa precisava se tornar a versão oficial e, no fim, o plano funcionou muito bem, visto que quando se tem a mídia e o sistema educacional sob controle absoluto, se torna possível vender qualquer versão da história (Chomsky, 2014). O autor afirma que essa análise feita com o caso da Guerra no Vietnã pode ser aplicada a qualquer outro assunto:

[...] Oriente Médio, terrorismo internacional, América Central, qualquer que seja a situação, a imagem do mundo que é apresentada à população tem apenas uma pálida relação com a realidade. A verdade dos fatos encontra-se enterrada debaixo de montanhas e montanhas de mentiras. (Chomsky, 2014, p. 17)

É fundamental compreender como os objetivos do governo americano acabam influenciando a cobertura realizada pela mídia. Said (1997) apresenta uma análise da evolução temporal dessa assimilação. O autor cita o exemplo de um comercial transmitido em 1980, com a imagem de diversos líderes de países islâmicos enquanto o narrador afirma que “aqueles homens” controlavam o petróleo que os estadunidenses necessitavam. Said (1997) explica que, em poucos segundos, não só era estabelecida a diferença entre nós e eles, como também definido que “aqueles homens” eram os adversários, uma vez que eles controlavam algo que era necessário para a vida americana.

Além disso, Gramsci aponta outro aspecto que também é fundamental para o desenvolvimento da argumentação de Said, que é o papel dos intelectuais como porta-vozes da hegemonia. Gramsci identifica dois tipos principais de intelectuais: os *orgânicos*, “em estreita ligação com a emergência de uma classe social determinante no modo de produção econômico, e cuja função é dar homogeneidade e consciência a essa classe” (Coutinho, 1992, p. 108), e os *tradicionais*, que representam uma classe dominante anterior, mas que se torna autônoma com o desaparecimento dessa classe. Uma hegemonia só pode se estruturar quando se tem o que Gramsci caracteriza de quadro do aparato hegemônico. Os intelectuais são os

sujeitos que integram estes quadros da classe econômica e politicamente dominante, atuando como funcionários da hegemonia.

Sobre a constituição do Orientalismo como um panorama adequado para os intelectuais, Said discute como, a partir do fim do século XIX, surgiu um Oriente complexo, que se adequa aos estudos na academia, “para ser exibido no museu, para a ilustração teórica em teses antropológicas, biológicas, linguísticas, raciais e históricas sobre a humanidade e o universo” (Batalha, 2017, p. 7). Ou seja, servia de exemplo para teorias econômicas e sociológicas, de personalidade cultural, nacional ou caráter religioso.

O Orientalismo é antes a distribuição de consciência geopolítica em textos estéticos, eruditos, econômicos, sociológicos, históricos e filológicos; é a elaboração não só de uma distinção geográfica básica (duas metades desiguais compõem o mundo), mas também de toda uma série de interesses? que, por meios como a descoberta erudita, a reconstrução filológica, a análise psicológica, a descrição paisagística e sociológica, o Orientalismo não só cria, mas igualmente mantém; é, mais do que expressa, uma certa vontade ou intenção de compreender, em alguns casos controlar, manipular e até incorporar o que é um mundo manifestamente diferente. (Said, 2007.p. 40)

Said explica que quando Napoleão parte para a conquista do Egito, tudo o que ele sabia sobre o Oriente foi lido em livros escritos na tradição do orientalismo, disponíveis em sua biblioteca. Neste exemplo, o autor demonstra como, para um imperador francês, o Oriente era apresentado como algo que deveria ser achado, desbravado e tratado, justamente pelo discurso que ele teve acesso. Foram os textos que transformaram esse Oriente em algo real (Batalha, 2017). O Oriente presente nas obras era silencioso, disponível para o Ocidente, para a realização de projetos coloniais que envolviam os habitantes nativos. De certa maneira, o que os Estados Unidos fazem no Oriente Médio, assim como o que Israel faz na Palestina, não foge dessa regra, mesmo que o discurso tenha sido camuflado - ou não - com conceitos universalistas e ideias liberais, em favor de uma mesma dominação. De maneira lenta e gradativa, essa dominação ocidental, que por meio do orientalismo institucionalizou no Oriente os valores que não são verdadeiramente orientais, contribuiu para que esses povos procurassem restabelecer suas identidades através de tentativas de retorno à sua cultura. Esse retorno levou a produzir, entre outras manifestações, variedades de fundamentalismo nacionalista – que também possuem parcela de responsabilidade pela imagem negativa do muçulmano, especialmente o árabe.

De acordo com a própria delimitação do termo “orientalismo”, existe uma necessidade ocidental de narrar o outro para criar a si mesmo. Neste sentido, é indubitável que

os veículos de comunicação ajudaram a propagar e naturalizar o discurso orientalista, promovendo uma visão preconceituosa e homogênea do Oriente, como uma forma de reforçar a ideia de superioridade ocidental e da inferioridade oriental, estabelecendo um ambiente propício à dominação política, econômica e cultura do Oriente pelo Ocidente.

3.4 O oriental no imaginário brasileiro

Conforme levantamento realizado em 2020 pelo Ibope Inteligência e pela H2R Pesquisas Avançadas, a pedido da Câmara de Comércio Árabe-Brasileira, a população árabe e seus descendentes representavam 6% da população brasileira, totalizando aproximadamente 11,6 milhões de pessoas. A comunidade de imigrantes árabes tem significativa importância no cenário nacional, possuindo representantes na política, na literatura, nas artes em geral e no mundo empresarial (Omran, 2025).

O início dos grandes fluxos migratórios para o Brasil remonta ao século XIX. Provenientes do Império Otomano, os imigrantes árabes partiam da chamada Grande Síria (Bilad al-Sham), ou das terras do Levante, região que, até o final da Primeira Guerra Mundial, abrangia os atuais Estados do Líbano, da Síria, da Palestina/Israel e da Jordânia. Diversos motivos provocaram a vinda de sírios e libaneses ao Brasil, como por exemplo a diminuição da competitividade da seda libanesa no mercado internacional. Além das questões econômicas, a onda migratória foi potencializada pelas perseguições religiosas impostas pelos otomanos, ou ainda pela imposição do serviço militar no exército Otomano (Pinto, 2010), especialmente após a tomada de poder pelo movimento Jovens Turcos em 1908. Além disso, os conflitos sociais, políticos e a 1ª Guerra Mundial que culminaram na queda do Império Otomano, proporcionaram a maior leva de imigrantes, tanto cristãos quanto muçulmanos para o Brasil. Em 1913, registrou-se a entrada de mais de onze mil imigrantes de origem árabe no Brasil (Truzzi, 1997).

Quando chegavam ao Brasil, os árabes não se enquadravam em nenhum perfil racial, visto que não eram brancos como os europeus, nem amarelos e muito menos negros. (Pinto, 2010). A maioria dos imigrantes vinha da região do Monte Líbano, e eram cristãos, porém possuíam o passaporte que continha os símbolos do Império Otomano em seus documentos, e como consequência disso, eram classificados como “turcos”. Essa identificação incomodava principalmente os sírios e libaneses que não queriam ser associados aos turcos, uma vez que neles havia um forte ressentimento e o nacionalismo árabe refletia a total desvinculação com os seus antigos dominadores (Omran, 2025). Um dos maiores exemplos desta rejeição está no

personagem Nacib, do romance *Gabriela, Cravo e Canela*, de Jorge Amado, que odiava ser chamado de turco, “turco é a mãe!” (Amado, 2008, p.24).

Dessa forma, o léxico revelava não só a falta de conhecimento acerca desse grupo, mas também colaborava para a formação de mais um estereótipo associado aos árabes. Já estabelecidos no país, o termo “turco” passou a designar todos aqueles que atuavam como mascates, carregando consigo associações pejorativas como as de “trapaceiros” e “oportunistas”.

Ao “turco” empregado pejorativamente associou-se também a capacidade de fazer qualquer negócio. Hajjar menciona que a expressão mais dolorosa para os árabes do Brasil era a famosa ‘turco de prestação’, encontrada no dicionário. [...] Outros elementos pejorativos irão, na maior parte das vezes, correlacionar-se a essa marca, como por exemplo as referências ao rendoso assunto dos casos de trapaça em que se envolveram. Ao defenderem-se, lambuzavam-se, mostravam que de certa forma o assunto fazia sentido, compartilhando das acusações e, como sempre, acontece nesses casos, fornecendo uma base real para o desenvolvimento de visões estereotipadas, do preconceito. (Truzzi, 1997, p. 69)

Embora a maior parte dos imigrantes árabes, especialmente sírios, libaneses e palestinos, viesse ao Brasil para trabalhar como mascates e comerciantes, um contingente relevante da segunda onda migratória era formado por intelectuais, escritores e artistas que escapavam do domínio otomano e das instabilidades políticas no Oriente Médio, carregando um acentuado sentimento nacionalista. Jornalistas, escritores e professores, sob influência do movimento da *Nahda* (Renascimento Árabe), fundaram periódicos — em especial Rio e São Paulo, entre as décadas de 1920 e 1950 — com o objetivo de preservar referências culturais, promover o debate político e estabelecer uma inserção crítica na sociedade brasileira. Esses intelectuais converteram a imprensa étnica em um espaço de resistência e modernidade, no qual o uso da língua árabe e as reflexões anticoloniais coexistiam com um projeto de adaptação ao contexto brasileiro (Omran, 2025). Jornais como *Al-Tawhid* (São Paulo) e *Al-Jadid* (Rio de Janeiro) consolidaram-se como instrumentos de preservação cultural e de debate político.

No Rio de Janeiro, houve cerca de 50 jornais e revistas árabes publicados entre 1896 e 1950. Os primeiros jornais árabes eram orientados para temas ligados ao Império Otomano. A Orientação liberal de *Al-Raqib* fez com que ele fosse alvo da censura otomana. Na virada do século XX, surgiram no Rio de Janeiro os jornais *Al Sauab* (A Razão) que circulou de 1900 a 1920 [...]. A partir de 1910, os jornais passaram a expressar os diferentes projetos nacionalistas que circulavam entre os imigrantes árabes no Rio de Janeiro. (Pinto, 2010, p. 98)

Nesse processo de renegociação identitária, apesar das representações estereotipadas veiculadas pelo restante da mídia, os imigrantes sírio-libaneses preservavam um forte orgulho de seu legado cultural, reafirmando sua identidade por meio de tradições, da língua e de valores familiares. A partir desse contexto, consolida-se uma perspectiva ambivalente em relação a esse elemento diaspórico, uma vez que a imprensa brasileira, ao refletir os valores das elites intelectuais e políticas, construiu um discurso que articulava a admiração pela capacidade empreendedora dos árabes com preconceitos étnicos e culturais profundos. Ainda assim, na maior parte das vezes, conforme problematizado por Edward Said (2007), predominou na mídia a representação estereotipada, inserida em um enquadramento orientalista (Omran, 2025).

Segundo Patrícia Dario El-moor Hadjab (2015), a entrada de palestinos no território brasileiro se destacou a partir da quinta leva migratória árabe, que teve início poucos anos antes da década de 1960, traçando uma nova rota para o sul do país, destino, de modo geral, distinto daqueles que anteriormente haviam recebido boa parte dos imigrantes. Esse movimento continuou na década seguinte, quando teve início a sexta e última leva migratória, que se assemelhou à anterior “exceto pelo fato de que, a partir dos anos 1970, muitos atos revolucionários de guerrilheiros palestinos iniciaram-se por todo o mundo, alterando a inserção do árabe nos países para os quais migravam.” (Hadjab, 2015, p. 90-91).

Vale ressaltar que o ideário hegemônico na cabeça dos brasileiros envolvendo o Islamismo afeta não somente os descendentes de árabes, igualmente, os descendentes de negros africanos, que também praticavam o islamismo no Brasil. Como ressalta Pinto (2010, p. 201), a movimentação de muçulmanos no Brasil se inicia no período da colonização portuguesa pela presença individual dos chamados mouriscos que, temendo a perseguição da Inquisição, exerciam sua fé secretamente, nas esferas particulares, sem constituir uma coletividade organizada. No entanto, a primeira inserção de fato de muçulmanos no espaço religioso brasileiro aconteceu através da imigração forçada pelo tráfico de negros escravizados, que trouxe ao Brasil africanos oriundos de diversas etnias (Pinto, 2010). Entre eles vieram também negros muçulmanos que, apesar da dispersão étnica, conseguiram manter uma organização centrada em sua identidade religiosa. Muito diferente do Islã praticado na Península Arábica ou na Península Ibérica, o Islã africano que chega em terras brasileiras se caracteriza por adquirir práticas que reforçam o seu significado, ainda na África, de resistência à escravização.

Os malês, como eram chamados, formaram comunidades no Rio de Janeiro, Salvador e em Recife, e impactaram o cenário político e religioso no Brasil. Embora a origem do nome

malê seja objeto de disputa, há um consenso de que a palavra se refere aos escravizados africanos muçulmanos, ou seja, adeptos ao Islã. Como explica Reis (2003, p. 177):

Na Bahia de 1835, os africanos muçulmanos eram conhecidos como “malês”. A origem do termo tem sido objeto de disputa. Braz do Amaral, por exemplo, sugeriu que derivasse da “má lei”, que seria como os católicos consideravam o Islã, em oposição à “boa lei” da religião católica. [...] Nina Rodrigues, primeiro estudioso competente dos malês, sugeriu que o termo deriva de Mali, o poderoso Estado muçulmano da Costa do Ouro. Contudo, a explicação que nos parece mais sensata e direta é apresentada por Pierre Verger, Vincent Monteil e Vivaldo da Costa Lima, que associam o termo male a imále, expressão iorubá para muçulmano. Imále, por sua vez, é apontado por Kathleen Stasik como sendo derivado de Mali. [...] No entanto, deve ficar claro que na Bahia “malé” não denominava o conjunto de uma etnia africana particular, mas o africano que tivesse adotado o Islã, embora, se quisermos ser bem estritos e etnicamente corretos, malês seriam apenas nagôs islamizados. Porém, nagôs, haussás, jejes, tapas – enfim, indivíduos pertencentes a diversas etnias – eram tidos, se muçulmanos, por malês.

A rebelião, ou Revolta dos Malês, em si, não durou nem 24 horas sequer, sendo fortemente reprimida. No entanto, o episódio se tornou representativo por ter sido capaz de mostrar o alto poder de organização dos malês e a marcante presença do Islã neste período da história brasileira.

Em *O Poder Simbólico* (1989), Pierre Bourdieu explica que a mídia não apenas reflete a realidade, mas a constroi, atuando como um campo no qual se disputam as classificações sociais. No caso dos imigrantes árabes, a imprensa brasileira operou como um instrumento de legitimação de hierarquias sociais, estabelecendo critérios simbólicos que distinguiam os sujeitos considerados “desejáveis” daqueles vistos como “indesejáveis” no interior do projeto nacional. Esse sistema de representação ficou ainda mais visível a partir dos anos 2000, com os desdobramentos geopolíticos envolvendo os Estados Unidos e alguns países do Oriente Médio.

Isabelle Christine Somma de Castro, em sua pesquisa realizada em 2007, verificou como os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* cobriram assuntos relacionados a árabes e muçulmanos seis meses antes dos atentados de 11 de setembro de 2001 e seis meses depois. É possível perceber a ação do poder simbólico no capítulo III, “Análise do período anterior”, mais precisamente no tópico em que é abordado os árabes da Palestina. A grande maioria do que foi produzido pelas duas redações teve como fontes: materiais produzidos por agências internacionais de notícias e outros órgãos de imprensa, que cobriram o assunto retratado (jornais e revistas europeias e estadunidenses). Ou seja, havia um alinhamento dos jornais com o discurso dos governos europeus, dos Estados Unidos e de Israel, ignorando o

outro lado. Isabelle Christine (2007) observa que, em ambos os jornais, apenas os palestinos e seus atos são chamados de “terroristas” e somente suas ações são denominadas de “o terror”, “ataques terroristas”, “ameaça terrorista”. O poder simbólico, aqui, aparece para difundir o medo e ressignificar as ações de uma luta mais ampla e até mesmo reforçar a associação entre “terror” e “Palestina”. Os jornais não explicam, confundem. Substituem outras palavras que podem contextualizar melhor o que se passa, como “resistência”.

No recorte exposto no Capítulo III, demonstrei que a idéia de que a violência parte somente do lado palestino foi predominante. Naquele recorte, “terrorismo” e cognatos foram aplicados exclusivamente para o lado palestino. Além disso, as forças de ocupação apenas “respondiam” a esses ataques. Ou seja, atacavam a população palestina com armamento pesado e fechavam as fronteiras, punição coletiva que serviu mais como retórica de que o governo estava fazendo algo do que como meio efetivo de barrar qualquer atentado. O período retratava a retomada do levante contra a ocupação militar israelense, a segunda Intifada, que teve início em setembro de 2000. Os líderes foram culpados pela retomada da violência e palavras como terroristas e extremistas foram utilizadas tanto para os líderes como para o povo. Eram eles os responsáveis pela origem em si do conflito. Ou seja, o ciclo de violência partia deles sem que as causas de sua revolta ficassem claras. (Castro, 2007, p. 125).

Nessa lógica, se a prática do terrorismo está associada exclusivamente aos palestinos, o direito de contra-atacar também é atribuído exclusivamente ao lado oposto, algo que foi apontado por Edward Said (2003, p. 122). “Tudo o que Israel fazia transformou-se em retaliação. Tudo o que os palestinos faziam era violência ou terror ou (em geral) ambos.” Como podemos ver na análise feita por Isabelle Christine em 2007, as ações do governo israelense não eram denominadas como atos terroristas pelos dois jornais (*Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*), no lugar desses termos foram utilizados outros itens lexicais para denominar as mesmas ações, como os verbos “retaliar” e “responder”.

Luiz Antônio Araújo (2013), analisou a narrativa das quatro maiores revistas semanais de notícias do país: *Veja*, *Época*, *Istoé* e *Carta Capital*. O *corpus* da pesquisa foi constituído de Sequências Discursivas (Sds) extraídas de 53 números das quatro revistas durante o ano de 2011, marcado pela Primavera Árabe e pela captura e morte de Osama bin Laden, líder da *Al-Qaeda*, além de ter sido o ano do décimo aniversário dos atentados de 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos. Araújo selecionou matérias contendo as palavras “Oriente”, “oriental”, “orientais”, “Islã”, “islâmico”, “islâmicos”, “árabe”, “árabes”, “muçulmano” e “muçulmanos”. Como resultado, foram coletados 70 textos da *Veja*, 41 da *Carta Capital*, 26 da *IstoÉ* e 41 da *Época*, 178 textos ao todo. As FDs mapeadas na pesquisa foram três:

a) a de que o Islã em geral, e o fundamentalismo islâmico em particular, devem ser compreendidos em termos de cognição e de saúde mental (FD1), à qual nos referiremos neste trabalho também por meio da denominação ‘Islã Insano’; b) a de que o Islã é uma religião cismática (FD2), à qual nos referiremos também como ‘Islã Cismático’; c) a de que o mundo árabe e islâmico tem uma essência imutável, que se mantém desde a Idade Média e mesmo períodos anteriores, caracterizada por autoritarismo, violência, crueldade, fanatismo e malícia (FD3), à qual nos referiremos também como ‘Oriente Imutável’ (Araújo, 2013, pag. 98)

Felipe Farias (2012), abordou o uso do conceito de cultura para justificar as missões civilizadoras estadunidenses. Para isso, o autor analisou as matérias da revista *Veja* referentes ao assunto desde o atentado do 11 de setembro de 2001 até a completude de um ano da invasão do Iraque em março de 2004. Farias percebeu que a revista deu grande atenção ao atentado, sendo o tema que mais recebeu páginas, somente equiparável ao impeachment de Fernando Collor de Mello, que foi um tema de grande repercussão nacional. O assunto teve seis capas seguidas e contabilizou um total de 956 páginas de matérias. O autor concluiu que a *Veja* estava alinhada aos interesses estadunidenses, justificando as intervenções armadas no Afeganistão e no Iraque. Além disso, a revista aderiu à estratégia utilizada por Washington ao criar de um novo inimigo, atrelando ao islamismo o status de religião belicosa e potencialmente ameaçadora à paz mundial e à “civilização ocidental”. Farias também chama atenção ao fato da revista ter ignorado o papel da política estadunidense para o Oriente Médio no fortalecimento do antiamericanismo na região e no aumento dos ataques terroristas. Ou seja, a revista não buscava compreender a motivação por trás da violência, pelo contrário, apenas concluiu que esta se baseia somente em ódio cultural.

O repórter brasileiro de TV, Carlos Dorneles (2003), analisou a cobertura que os principais jornais e revistas do país — FSP, OESP, O Globo e Jornal do Brasil e nas revistas *Veja*, *IstoÉ* e *Época* — fizeram sobre as consequências dos atentados de 11 de setembro de 2001. Ao comparar o que foi publicado durante um ano nos jornais, o jornalista percebeu que os jornais abordaram os eventos que se seguiram aos ataques de maneira muito semelhante. Dorneles aponta alguns exemplos desse processo, entre eles a recorrente caracterização dos palestinos como terroristas, frequentemente desprovida da contextualização histórica e política necessária para compreender a luta pela autodeterminação daquele povo, ou seja, “o terror é exclusivo do outro lado [o palestino]” (Dorneles, 2003, pág. 264). O autor sugere que a imprensa brasileira repete o costume estadunidense/europeu de ignorar os massacres, o desrespeito aos direitos humanos e às liberdades individuais que as maiores potências militares do planeta cometem nesses territórios. Por isso que o nome de seu livro contendo os

resultados desta pesquisa, faz alusão ao artigo escrito por José Saramago, é tão assertivo: *Deus é inocente, a imprensa não* (2003).

Na mídia, conforme já apontado, o orientalismo manifesta-se por meio da reiterada reprodução de narrativas que constroem uma representação homogênea e distorcida das culturas não ocidentais, contribuindo para o reforço de hierarquias de poder e para a legitimação da dominação política e cultural sustentada pelo projeto civilizatório ocidental. Said (2007) aponta que o Orientalismo é uma forma de violência simbólica, visto que nega a agência e a complexidade das sociedades orientais. Ao impor uma visão distorcida e preconceituosa do Oriente, o Orientalismo desumaniza as pessoas e justifica sua subjugação e a imprensa possui um papel importante nesta construção para justificar a superioridade do Ocidente.

4. Mitos e mitologias políticas do sionismo

A intensificação da presença da religião, em especial do cristianismo evangélico, na política brasileira tem levantado debates relevantes acerca de seus efeitos na formulação de políticas públicas (Herrmann, 2023). Essa influência, contudo, extrapolou o âmbito tradicional das disputas políticas internas e passou a incidir também sobre o campo, mais restrito, da elaboração da política externa. Sendo assim, este capítulo procura entender os desdobramentos políticos que ocorreram no Brasil após os ataques de 07 de outubro de 2023,

na Faixa de Gaza, envolvendo o Exército de Israel e o Hamas. A partir dessa perspectiva, investiga-se os motivos pelo qual a extrema direita brasileira, nesse período e nos últimos anos, adotou o discurso pró-Israel e passou a fazer o uso de símbolos judaicos em suas manifestações políticas.

Sustenta-se que, apesar de adquirir maior visibilidade com o surgimento do bolsonarismo e com as eleições de 2018, o sionismo cristão que embasa grande parte das publicações sobre o tema já integrava a cosmovisão evangélica brasileira, tanto nas igrejas históricas quanto nas pentecostais. Além disso, observa-se que, enquanto a direita brasileira consolidou, nas últimas décadas, sua aproximação com o sionismo cristão, a esquerda fortaleceu sua tradicional vinculação à solidariedade Sul-Sul e à causa palestina. Nesse cenário, ambos os campos políticos passam a se capitalizar politicamente a partir do conflito israelo-palestino. Esta reflexão é importante para compreender como as ideologias políticas internacionais se entrelaçam com as do cenário brasileiro e, no caso do conflito entre Israel e Hamas, ajudam a polarizar ainda mais a direita e a esquerda no Brasil.

No contexto da polarização Israel *versus* Palestina, a abordagem sobre a mitologia política feita pelo historiador Raoul Girardet em *Mitos e Mitologias Política* (1987) fornece subsídios para o entendimento de rupturas e permanências de ideologias internacionais nas mentalidades políticas brasileiras, na construção de personagens políticos, nos comportamentos pós 7 de outubro de 2023 e na opinião pública sobre o conflito.

4.1 O sionismo moderno e as mitologias políticas de Raoul Girardet

A noção de cultura política concerne a um conteúdo ideológico transmitido por meios como a memória, os símbolos, dentre outros. E, de maneira muito considerável, pelos mitos, que são elementos-chave na composição do imaginário político. Partindo desta ideia, a abordagem dos mitos políticos e da mitologia política é de grande relevância para a compreensão das culturas políticas, que, por sua vez, são elementos determinantes das mentalidades políticas e das motivações dos sujeitos em seus atos políticos na sociedade. Além disso, a cultura política se manifesta como fenômeno individual, porém, com reflexos no coletivo – visto que move os indivíduos em seus atos políticos – podendo oferecer respostas mais satisfatórias a respeito da complexidade dos comportamentos políticos e do universo político de uma sociedade.

Raoul Girardet (1987) destaca a importância dos mitos e mitologias políticas como ferramentas que permitem compreender e estudar o imaginário político e a cultura política de uma sociedade. Segundo o autor, a importância do estudo das narrativas míticas para a leitura

de eventos contemporâneos está no fato de o mito, mesmo conectado a acontecimentos fantásticos de um passado remoto, continuar explicando eventos do presente, como a organização social, cultural e política de um país. O discurso sionista, por exemplo, utiliza a narrativa milenar do suposto direito do povo judeu à terra de Israel - que seria a terra prometida a Abraão e seus descendentes - e a barbaridade do povo palestino como justificativas do projeto colonial de construção de um Estado judeu na Palestina (Odenheimer, 2024, p.1).

De acordo com Girardet, os mitos políticos são formados por meio de instrumentos da memória que produzem no inconsciente coletivo ideologias pautadas na imaginação social, independente da veracidade ou da fonte histórica. Os mecanismos de memória, muitas das vezes, remetem a tempos melhores vividos, grandes feitos de um indivíduo, como também a aspectos negativos ou a situações de perigo que não podem se repetir (Girardet, 1987).

Girardet fala sobre quatro mitos do campo político que são acionados quando uma determinada sociedade atravessa períodos nefastos, de crise, que acarretam desorganização e receios em relação ao futuro. São eles os mitos da Conspiração, da Idade de Ouro, da Unidade e do Salvador.

O mito da Conspiração, de acordo com Girardet, atribui a um determinado grupo, na maioria das vezes marginalizado, o papel de responsáveis por todo o “mal da sociedade”, permitindo que outros grupos oportunistas se utilizem do ressentimento que a ideia causa. Citando como exemplo os palestinos, sejam muçulmanos ou cristãos, que foram racializados e desumanizados para justificar a sua limpeza étnica em favor da criação de um estado judeu no território da Palestina, e continuam a ser animalizados pela narrativa orientalista e islamofóbica que os ilustram como potenciais terroristas. O povo palestino é visto como uma potencial ameaça apenas por serem o que são. Uma narrativa conspiratória que foi fortemente disseminada pelos Estados Unidos após o 11 de setembro, em relação aos palestinos e a todo o Oriente Médio visto como uma sociedade homogênea, estimulando a propagação da islamofobia e permitindo o crescimento oportunista de Israel como a linha na guerra contra o terrorismo (Vilchis, 2023).

O segundo mito, o da Idade de Ouro, de acordo com o autor, diz respeito a um tempo de glórias do passado, sendo resgatado como solução para o presente caótico. Para os indivíduos que partilham da crença neste mito, o presente é visto como um tempo de destruição dos valores e das instituições. O resgate de tempos passados, nos quais havia felicidade, moralidade, harmonia e organização, passa a ser a única maneira possível para solucionar o caos do presente. Esse tipo de mito está presente nos discursos sionistas desde a

criação do Estado de Israel. Segundo Pappe (2022) o uso da bíblia é comum em justificativas de discursos sionistas com a narrativa da “Terra Prometida” desde Os Amantes de Sião em 1882, passando pelos líderes sionistas às vésperas da Primeira Guerra Mundial e a ala socialista do movimento, até os dias de hoje.

[...] a Bíblia fornecia ‘o mito do nosso direito sobre a terra’. Era na Bíblia que liam histórias sobre fazendeiros, pastores, reis e guerras hebraicas, das quais se apropriaram enquanto descrições de uma antiga era de ouro do nascimento de sua nação. Voltar àquela terra significaria voltar a ser fazendeiro, pastor e rei. (Pappe, 2022, p.71)

O terceiro mito destacado por Girardet é o da Unidade. Segundo ele, este mito opera no que há de mais primordial numa sociedade, que é o sentimento de pertencimento, sendo assim, ele acaba se tornando politicamente fundamental. O mito da unidade está relacionado ao sentido de pátria enquanto conjunto unido, pertencimento, sendo a unidade vista como única forma de se obter uma harmonia social. Este mito, historicamente, serviu de base para que certos regimes, movimentos políticos ou mesmo revoluções sociais agissem com as ideias de nacionalismo, patriotismo, ordem nacional, harmonia, paz, progresso. Esse pensamento é bastante visto no sionismo hertzliano. Na introdução e no primeiro capítulo do livro “Estado judeu” de Theodor Herzl (1949), o autor diz:

Temos tentado por toda parte e lealmente entrar nas coletividades nacionais que nos cercam, apenas conservando a fé dos nossos pais. Não o admitem. Em vão somos sinceros patriotas, até mesmo, em certos lugares, exuberantemente patriotas; em vão fazemos sacrifícios de dinheiro e de sangue como os nossos concidadãos; esforçamo-nos em vão por elevar a glória e nossas pátrias respectivas nas artes e nas ciências, e por aumentar as suas riquezas pelo comércio e pelas transações. Nessas pátrias em que habitamos já há séculos, somos interditados como estrangeiros, e, muitas vezes, por aqueles cuja raça não estava ainda no país quando nossos pais já haviam aí padecido. A maioria pode decidir quem é o estrangeiro no país. (Herzl, 1949, p. 43).

O mito da Unidade, assim como o sionismo hertzliano, possuem bases que se dão nas idealizações que almejam internalizar na sociedade a ideia de que a construção de uma nação ou Estado unificado é do interesse do bem comum - no caso do sionismo: a criação do Estado de Israel. Porém, segundo Girardet, nem sempre essa unidade corresponde ao real. As ideias de Theodor Herzl, por exemplo, foram bastante criticadas por várias partes da comunidade judaica, principalmente na Grã-Bretanha e na França. Eles viam Herzl como uma ameaça que poderia “sabotar a vida dos judeus dentro da sua própria sociedade” (Pappe, 2022, p. 67).

O quarto mito mencionado por Girardet é o do Salvador. Este mito tem sua composição mergulhada na necessidade coletiva de uma personificação da solução e da esperança de mudança em meio a um cenário cheio de inseguranças e de instabilidade. Toda a esperança é focada numa figura política heroica, vista como o único meio capaz de salvar um povo, uma nação ou um Estado em situação de caos.

4.2 O sionismo cristão no Brasil no século XX

O sionismo cristão, de acordo com a visão de Lewis (2021), nunca foi simplesmente sobre os judeus ou Israel, mas como alguns grupos protestantes moldaram sua própria identidade e ideologia. Ele apresenta um caráter plural e abrange desde iniciativas como a publicação de narrativas associadas a profecias bíblicas e acontecimentos históricos envolvendo os judeus ao longo dos séculos, até a arrecadação de fundos para ajudar na instalação de novos assentamentos na região de Gaza, passando por moções de repúdio a deliberações da ONU em defesa dos palestinos.

O trabalho “Genealogia do sionismo evangélico no Brasil” das autoras Maria das Dores Campos Machado, Cecília Loreto Mariz e Brenda Carranza (2022) têm como objetivo analisar o desenvolvimento de discursos sionistas cristãos no nicho evangélico brasileiro. As autoras defendem a ideia de que o sionismo começou a surgir, no Brasil, muito antes da ascensão do bolsonarismo, tendo fortes influências de partes pentecostais e das crescentes teologias estadunidenses no meio evangélico brasileiro. As autoras utilizam a perspectiva adotada por Crome (2018), que caracteriza o sionismo cristão como um movimento fomentado pela crença de que os judeus teriam o direito de habitar e possuir a terra prometida a eles, por graça divina, no Antigo Testamento, e que, por essa promessa estar nas escrituras sagradas, todos cristãos deveriam apoiar essa causa. Esse conceito de sionismo cristão apontado por Crome (2018), expõe não apenas aproximações ideológicas dos evangélicos com os judeus, mas principalmente movimentações políticas de organizações cristãs transnacionais apoiadoras do Estado de Israel (Hummel 2019).

Um dos fatores que teriam favorecido a infiltração do pensamento sionista no meio evangélico brasileiro seria a intensificação do trabalho missionário de igrejas estadunidenses no país a partir da década de 1940, influenciado pelas crescentes dificuldades das missões europeias em adquirir recursos durante a Segunda Guerra Mundial. Essa também foi a época em que, nos Estados Unidos, o fundamentalismo dispensacionista se reposicionou, principalmente entre os batistas do sul que faziam parte do fluxo missionário para a América Latina (Machado; Mariz; Carranza, 2022). Além disso, em 1966, com a chegada do casal

estadunidense Thomas Larry e Linda Jean McCoy Gilmer, da Igreja Batista, a São Paulo, o sionismo cristão no Brasil ganha mais um combustível, visto que eles incentivaram as lideranças locais para criação do grupo Amigos de Sião³, que tinha o objetivo de lembrar os cristãos de suas origens no judaísmo bíblico, motivando-os também a orar pela paz em Israel e combater o antissemitismo e o anti-sionismo.

Os Amigos de Sião foram responsáveis pela criação da Sociedade Bíblica Trinitária do Brasil (1968) que disputaria as traduções do livro sagrado na intenção de garantir que os brasileiros tivessem a oportunidade de ler uma versão fiel dos “manuscritos originais” do Velho e Novo Testamento bíblico. Esse grupo, posteriormente em 1976, participaria da publicação do livreto intitulado “Sionismo não é racismo” (lançado no contexto da ditadura militar, mais precisamente no ano em que um evangélico era o mandatário do país: General Geisel), pela Associação Internacional das Missões Israelitas (AIMI), escrito por Gerson Rocha, pastor da Igreja Batista de Vitória da Conquista na Bahia (Machado; Mariz; Carranza, 2022). Rocha, em seu livro, defende a ideia de que o sionismo é uma questão territorial, partindo de uma visão providencialista da história e se caracterizando como um movimento moral, juridicamente irreversível e biblicamente estabelecido. Aqueles que não reconheçam essa suposta verdade e tentem combater o movimento sionista estariam indo contra a lei internacional, a moral e a providência divina.

De acordo com as autoras, o livro foi escrito e publicado como uma clara resposta à Moção da ONU, de 1975, que classificava o sionismo como um ato de racismo. Para Gerson Rocha, todos deveriam repudiar a moção da ONU, uma vez que ela cria o argumento indiscutível para o extermínio do povo de Israel.

Outro livro analisado pelas autoras do artigo é o “O Sionismo – Análise à Luz de Sião, Cidade do Grande Rei”, escrito Reverendo Synésio Atiliano Pereira Lyra⁴, que tinha o objetivo de difundir no nicho cristão uma narrativa criada por intelectuais do movimento sionista sobre a trajetória histórica dos judeus, a criação do Estado de Israel e o conflito árabe-palestino, nas décadas 1950, 1960 e 1970. O livro que também apresenta narrativas bíblicas, ao contrário do primeiro citado, abordava um enquadramento mais étnico e histórico focado no sionismo político, no movimento de libertação nacional e nos conflitos do Estado de Israel com os povos árabes (Machado; Mariz; Carranza, 2022).

³ Disponível em: <https://templobatistadotorg.wordpress.com/missionarios/pastor-alexandre-b-dutra/>. Acesso em: 24/09/2024.

⁴ Synésio Lyra foi pastor da Igreja Evangélica Pernambucana entre os anos de 1925 e 1938 e, posteriormente, atuou na Igreja Evangélica Fluminense, de 1938 a 1956, e na Igreja Evangélica do Rio de Janeiro, de 1956 a 1993 (Machado; Mariz; Carranza, 2022).

Além desses, em 1978, um outro livro sionista cristão foi publicado pela Casa Publicadora das Assembleias de Deus, intitulado como “Israel, Gogue e o Anticristo”, escrito por Abrão Almeida, vinculado à Igreja Assembleia de Deus. Este livro possuía um viés anticomunista e expressava uma forte preocupação com a defesa do Estado de Israel.

Apesar da fundação de várias organizações cristãs em defesa de Israel, como citado acima, e da publicação de livros de autores sionistas cristãos, não houve nenhuma mobilização política sionista pelos segmentos evangélicos durante o século XX no Brasil. Estas mobilizações surgiram no país apenas no início do século XXI, graças a atuação evangélica na política, como um setor organizado da sociedade, no final da década de 1980 com a redemocratização. Neste período surge o grupo denominado pela mídia de “bancada evangélica”.

A prévia retração política desse grupo religioso se devia não apenas à repressão política durante o regime militar, mas também por ênfase nos valores morais e extramundanos. Rejeitavam-se os valores do mundo contemporâneo que era interpretado como um anúncio dos fins dos tempos. A maioria dos evangélicos compartilhava um discurso conversionista, de santificação pessoal e da iminente parúsia, bem como uma visão negativa desse mundo e da política (Machado; Mariz; Carranza, 2022, p.236).

Por meio de análises das mídias impressas evangélicas e das pregações de pastores nos anos 1980 e 1990, as autoras apontam uma reformulação dos discursos religiosos no Brasil. Era possível perceber um enfraquecimento da narrativa apocalíptica do fim dos tempos, enquanto crescia uma pregação mais centrada nesse mundo e para o tempo presente: prosperidade, libertação e cura, valores muito difundidos nos anos 1990. Essa reformulação discursiva foi impulsionada por um otimismo da abertura política, do crescimento econômico, um maior espaço na mídia e a crescente visibilidade.

Foi justamente na década de 1990 que houve um grande crescimento do turismo evangélico para a região da Palestina/Israel - considerada como Terra Santa por eles. De acordo com Frossard (2013), as caravanas que levavam os cristãos brasileiros para Israel se tornaram importante fonte de renda para muitas igrejas, fazendo com que algumas criassem, até mesmo, agências de viagem. Além disso, três dos mais famosos sionistas cristãos da atualidade, René Terra Nova, Silas Malafaia, e Valnice Milhomens, ficaram entre os líderes evangélicos que mais lotavam aviões nos anos 1990 para Israel. Posteriormente, a partir dos anos 2000, os três adotam um discurso sionista que perdura até hoje (Machado; Mariz; Carranza, 2022).

[...] desde o final dos anos de 1990, cresce o interesse por Israel – ora associado ao imaginário bíblico ora a uma estética e apropriação de referências judaicas –, e a tendência de judaização das igrejas cristãs tanto entre igrejas protestantes históricas (caso de algumas batistas), como no pentecostalismo (caso da Assembleia de Deus), das renovadas e de neopentecostais, com destaque para a Igreja Universal do Reino de Deus (Machado; Mariz; Carranza, 2022, p.244).

As autoras explicam que, embora existam fatores internos à sociedade brasileira que explicam novos comportamentos dos evangélicos na política brasileira nesse início do século XXI, é possível apontar uma novidade: a influência político-religiosa de lideranças pentecostais, neopentecostais, renovadas e carismáticas estadunidenses em igrejas brasileiras também pentecostalizadas. Ao contrário do que ocorre nas igrejas históricas brasileiras, já apontado acima, cujos líderes estudavam em seminários e, algumas vezes, no exterior, a tradição pentecostal priorizava por não enfatizar estudos acadêmicos e teológicos nem no país nem fora dele.

4.3 Bolsonarismo e desdobramentos do 7 de outubro

Trazendo para o cenário do sionismo no Brasil, é possível colocar na discussão a figura de Jair Messias Bolsonaro, que ficou em 2º lugar no *ranking* dos 50 principais aliados cristãos de Israel no mundo todo, segundo a *Israel Allies Foundation*⁵.

O discurso bolsonarista, de acordo com Michel Gherman e Misha Klein (2021), utiliza constantemente bandeiras israelenses, símbolos religiosos judaicos e ideologia fortemente sionista. Essas trocas de símbolos e significados acabou seduzindo segmentos da comunidade judaica no Brasil que passaram a simpatizar com a extrema direita e, como consequência, isso contribuiu na candidatura de Jair Bolsonaro em 2018. Assim, pode-se dizer que o bolsonarismo era atraente não somente para algumas partes da comunidade judaica brasileira, como também para o nicho evangélico, porque eles viam Bolsonaro como um inédito apoiador de Israel e resgatador dos bons valores morais.

[...] os eleitores judeus bolsonaristas experimentavam a tão desejada participação na sociedade brasileira mais ampla. Quando eles veem vizinhos não judeus agitando a bandeira israelense, usando símbolos religiosos judaicos (como a menorá e o shofar) e vestindo camisetas representando o exército israelense e o serviço secreto, eles veem a sociedade dominante empregando discurso político e símbolos que são relevantes para eles. [...] Da perspectiva desses judeus, por meio de um processo de transformação da identidade, não foi apenas que eles se tornaram bolsonaristas, mas também

⁵ ISRAEL ALLIES FOUNDATION. Israel's Top 50 Christian Allies 2023. Israel Allies Foundation, 2023. Disponível em: <https://israelallies.org/israels-top-50-christian-allies-2023>. Acesso em: 15 mar. 2024.

que os bolsonaristas se tornaram ‘quase judeus’. (Gherman; Klein, 2021, p.129)

Todo esse contexto político e simbólico, além dos significados clássicos para os judeus brasileiros, passa a transmitir outro significado para brasileiros não judeus que veem Bolsonaro um herói que apoia Israel e valoriza as raízes do cristianismo e da civilização ocidental.

Michel Gherman e Misha Klein (2021), relatam que o significado do judaísmo para o contexto político contemporâneo brasileiro deve ser compreendido a partir das referências simbólicas. Símbolos vistos a partir da dinâmica paisagem cultural e política do Brasil.

Na última década foi possível notar, em manifestações conservadoras e da direita no Brasil, a presença de bandeiras de outros países. Entre estas, uma se destacou em particular: a bandeira de Israel. A presença das bandeiras israelenses não sinalizam ‘dupla lealdade’, de acordo com as lógicas tradicionais de acusação antissemita tão frequentemente lançadas contra judeus ‘cosmopolitas’ (ou no vernáculo de hoje, ‘globalistas’). Pelo contrário, a bandeira de Israel não representa exatamente um apoio ao ‘Estado Judeu’, mas apresenta algo fundamentalmente distinto. Há ali outros significados ligados a ideologias-chave no novo contexto político do Brasil. (Gherman e Klein, 2021, p.124)

Os autores explicam que Israel, assim como os judeus e o judaísmo em si, é visto como um entrave moralizador e civilizatório contra o terrorismo e como um símbolo do Ocidente contra a expansão do Islã, que no imaginário social desse grupo está ligado a esquerda. Difundidos desta forma, símbolos como a Estrela de Davi (presente na bandeira) evocam, para a direita brasileira, mais ao antigo Reino de Salomão, mencionado em livros sagrados, do que ao Estado de Israel atual, se diferenciando completamente dos significados classicamente atribuídos a esses símbolos por judeus e sionistas do mundo inteiro.

As manifestações que surgiram em junho de 2013 em várias cidades brasileiras, inicialmente visando o preço dos serviços de transporte público, se tornaram um marco fundamental para o surgimento de uma nova identidade da direita no Brasil (Gherman e Klein, 2021). Impulsionado por esses protestos e, logo depois, o impeachment da presidente Dilma Rousseff (PT) em 2016, um ‘neopentecostalismo’ pontualmente conservador surgiu na extrema direita (Freston 1994; Oro 1996; Mariano 1999) com uma forte orientação religiosa. Esse processo ganhou força nas eleições presidenciais de 2018 quando Jair Messias Bolsonaro, um claro representante das ideologias conservadoras presentes nos protestos, foi eleito como o 38 presidente do Brasil.

Desde cedo em sua campanha eleitoral, Bolsonaro flertou com Israel e com símbolos judaicos, que passaram a ser cada vez mais frequentes em comícios e manifestações. Ainda candidato, se sustentou na nova direita evangélica na condição de principal nicho eleitoral, respaldando suas demandas moralistas e conservadoras. (Calfat, 2024, p.46)

Como na disputa eleitoral estadunidense de 2016, o resultado das eleições brasileiras de 2018 revelou uma afinidade de setores cristãos e judeus conservadores com a candidatura Bolsonaro. Liderando esta coalizão religiosa se encontravam figuras evangélicas que dispõem de uma grande capacidade de mobilização das camadas populares. Bolsonaro não só ampliaria a participação dos políticos evangélicos no Estado como se alinharia com o governo de Donald Trump, que desde 2017 aderiu a uma política de relações internacionais que beneficiava o Estado de Israel e fortalecia a direita cristã na América Latina (Machado; Mariz & Carranza, 2021).

O discurso bolsonarista faz uso constante de bandeiras israelenses, símbolos religiosos judaicos e ideologia fortemente sionista. Nesse novo cenário político, a ideia da “cordialidade” brasileira foi trocada por um tipo de “grosseria politizada”. A intolerância tornou-se uma qualidade louvada pela direita que passou a cultivar uma forma de “sinceridade” ou “sincericídio” (Iaconelli, 2019). Além disso, era legitimado socialmente todo e qualquer tipo de discurso de ódio em função da ruptura com o “politicamente correto” e a valorização das raízes do cristianismo e da civilização ocidental (Gherman e Klein, 2021).

Em março de 2019, Bolsonaro realizou sua primeira viagem como presidente aos Estados Unidos, marcando presença, juntamente com o então ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, e com o deputado federal Eduardo Bolsonaro (seu filho), em um encontro com pastores e importantes líderes religiosos estadunidenses. Entre os temas abordados na reunião encontrava-se “o apoio a Israel”. E, no final do mesmo mês, o então presidente do Brasil fez uma visita oficial a Israel, sendo recebido com todas as honras pelo Primeiro-ministro Benjamin Netanyahu.

Característica marcante do populismo bolsonarista reacionário, o anti-intelectualismo o associa ao progressismo e à esquerda identitarista. Enquanto elitistas, seriam alheios à vida real. Para além do solapamento das instituições democráticas, a extrema-direita brasileira disputa a própria episteme da democracia, postulando-se como verdadeira representante popular – no discurso e na estética. Sua característica personalista e messiânica, além de capitalizar sobre demandas econômicas e sociais, explora a sensação de insegurança pública e moral. O bolsonarismo alavancou-se a partir desse arcabouço religioso pela inserção institucional e pública, legitimando-se e tecendo alianças transnacionais. (Calfat, 2024, p.48)

Nesse cenário da direita brasileira, o personalismo, segundo Erica Frantz, Andrea Kendall-Taylor, Carisa Nietzsche e Joseph Wright (2021), se liga ao populismo autoritário e à polarização política, patrocinados por novas tecnologias e ferramentas digitais. Para Somer, McCoy e Luke (2021). Sendo assim, enquanto a imagem israelense vai sendo associada ao exemplo quase perfeito de democracia e à exceção regional em meio a um Oriente Médio nefasto, constrói-se uma identidade israelense essencialmente branca e ligada à imagem liberal e ocidental (Calfat, 2024). Essa visão distorcida acaba provocando reações desproporcionais em episódios como o do 7 de outubro de 2023.

O sionismo cristão brasileiro harmoniza com o Israel de Netanyahu através do discurso anti-Palestina (até mesmo anti-árabe), defendendo a equivalência entre antissemitismo e antissionismo. Além disso, desde o início do conflito, a defesa da causa palestina foi atrelada pelo sionismo cristão e judaico “à violência, ao desrespeito às liberdades religiosas, às iniciativas antidemocráticas e ao antiamericanismo iraniano” (Calfat, 2024, p.56)

4.4 Polarização político-partidária brasileira

A direita religiosa (principalmente evangélica), que se mostrou mais vigorosa nos Estados Unidos ao ajudar eleger seis presidentes republicanos entre os anos de 1980 e 2016, tornou-se uma força política relevante em países da América Latina nas últimas décadas, como Guatemala, Honduras, El Salvador, Costa Rica, Peru, Colômbia, Brasil, Bolívia, entre outros (Pérez Guadalupe & Carranza, 2020).

Como já foi dito neste trabalho, a direita cristã estadunidense disseminou sua teologia política no Brasil a partir das décadas de 1960, 1970 e 1980, por meio das movimentações missionárias e televangelistas que defendiam as transformações teológicas e escatológicas estadunidenses – enquanto visão de mundo. Com essa bagagem teológica, tais missionários progrediram num contexto em que a Teologia da Libertação e a consolidação pentecostal, com a emergência de igrejas nacionais e suas lideranças, consistiam em parte do cenário religioso (Stoll, 1990). Vale ressaltar, que isso tudo ocorre em clima de Guerra Fria, expansão dos movimentos socialistas e ditaduras militares, fomentando no campo cristão a polarização ideológica e o anticomunismo.

Como explicam Cowan (2014) e Villazon (2015), nesse cenário da Guerra Fria, grande parte dos líderes evangélicos apresentava uma perspectiva anticomunista, o que incentivou o apoio ao regime autoritário brasileiro no interior dos grupos confessionais. Essa afinidade

ideológica viabilizou também as primeiras negociações entre os militares e a elite evangélica para as concessões dos meios de comunicação (Cowan, 2014).

O início do processo de redemocratização e convocação de uma Assembleia Constituinte, em meados dos anos 1980 no Brasil, proporcionou que os pentecostais se tornassem representantes políticos e aderissem uma política de identidade evangélica juntamente com outros cristãos conservadores. Ocorria, no Brasil, a união de pentecostais com protestantes históricos (Machado; Mariz & Carranza, 2021). Este apelo identitário seria caracterizado posteriormente por Burity (2015) como um processo de “minoritização”, visto que essas figuras políticas evangélicas passaram a defender um discurso de minoria política e social discriminada pela elite brasileira.

Em 2003, foi criada a Frente Parlamentar Evangélica no Congresso Nacional e, em 2007, 28 parlamentares deste grupo evangélico passaram a compor também a Frente Parlamentar Cristã Brasil-Israel Pela Paz (FRENPAZBRIL), frente esta que foi estabelecida durante a 1ª Conferência Brasileira pela Paz, realizada naquele mesmo ano (Gonçalves, 2015). Ainda que os parlamentares evangélicos representassem somente 12% dos seus integrantes totais (225), ganharam espaço e tornaram-se figuras importantes no debate legislativo sobre as questões relacionadas ao Estado de Israel. Na narrativa defendida por este grupo e por lideranças pentecostais na mídia, a sociedade brasileira é apresentada como “uma nação cristã que tem o dever moral de defender os judeus nos conflitos do Oriente Médio” (Machado; Mariz & Carranza, 2021, p.16).

Com relação à esquerda, no Brasil, o Movimento Negro Unificado (MNU), fundado em 1978, integrou a formação de redes internacionais antirracistas e de libertação dos povos, estabelecendo alianças com a OLP e desempenhando papel relevante no apoio à luta contra o apartheid durante a década de 1980. A aliança com a Federação Árabe Palestina do Brasil (Fepal) permanece até hoje. O movimento de solidariedade transnacional negro-palestino no eixo Sul-Sul consolidou-se no contexto da virada anticolonial, intensificando-se especialmente após a guerra de 1967. Os elos incluem ativismo político e correntes intelectuais proeminentes (Erakat; Hill, 2019), como no enfrentamento à militarização e à violência policial, problemáticas que incidem de forma semelhante sobre populações negras e palestinas (Borges; Neto, 2023).

É importante destacar que, de acordo com Machado, Mariz e Carranza (2021), a política externa brasileira dos governos de Lula (2003-2010) e Dilma (2011-2016), ambos do Partido dos Trabalhadores (PT), estava empenhada em defender os palestinos, que eram vistos pela esquerda como vítimas do empreendimento bélico de Israel. Como consequência disto,

os parlamentares cristãos passaram a ser atores importantes na defesa política do Estado e governo de Israel.

Após os ataques perpetrados pelo grupo Hamas em 7 de outubro de 2023, que vitimaram em torno de 1.200 israelenses, em sua maioria civis, aproximadamente 100 países lançaram declarações oficiais sobre o ocorrido. Entre os países ocidentais, prevaleceu o tom de repúdio ao ato terrorista e o apoio ao direito de defesa do lado israelense. Na América Latina e na Ásia, o tom dominante foi de crítica à escalada de violência, variando o grau de responsabilização, uma hora ao Hamas, outra a Israel, ou a ambos (Casarões. 2024). Nas redes sociais, o presidente Lula expressou condolências aos familiares das vítimas e reafirmou seu repúdio ao terrorismo “em qualquer de suas formas” (@LulaOficial, 7 de outubro de 2023).

Lula possui uma trajetória ímpar em relação ao Oriente Médio. Ele foi o primeiro mandatário brasileiro a desembarcar na região em visitas oficiais a países como Síria, Líbano, Emirados Árabes Unidos, Egito, Argélia, Catar, Líbia e Arábia Saudita, nos seus dois primeiros mandatos (2003-2010). O político defendeu a criação de um Estado Palestino, a desocupação das Colinas de Golã e estimulou a abertura de uma representação brasileira em Ramallah junto à Autoridade Palestina (Amorim, 2018). Além disso, Lula também colocou o Brasil como um ator importante nas negociações durante momentos críticos do conflito entre Israel e Hezbollah, em 2006, e contra Gaza, em 2009 (Vagni, 2011). Entretanto, vale ressaltar que, sob a presidência de Lula, o Mercosul negociou e fechou o Acordo de Livre Comércio (ALC) com Tel Aviv, o primeiro do tipo fora da América Latina. O ALC, que entrou em vigor em 2010, dizia respeito à isenção de tarifas para produtos de ambos os lados, permitindo assim legitimidade inequívoca a Israel, não somente como parceiro comercial, mas como Estado (Castro, 2024).

Com relação ao novo mandato de Lula, a sequência de episódios que se seguiram ao ataque do Hamas em outubro de 2023 promoveu um certo desconforto, graças à disputa entre os dois pólos da política brasileira: O Estado de Israel considerou que o presidente brasileiro não havia sido duro o bastante na hora de condenar o Hamas, por outro lado o ex-presidente Jair Bolsonaro se apresentava totalmente engajado em apoiar o lado israelense. Sendo assim, a diplomacia brasileira adotou um papel de articuladora, exigindo uma resolução que demandava um cessar-fogo no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU). A iniciativa, contrária aos desejos pró-guerra do governo de Benjamin Netanyahu, foi vetada pelos Estados Unidos. Na mesma época, houve a suspeita de que a demora na liberação por parte de Israel de brasileiros e familiares que se encontravam na Faixa de Gaza seria uma forma de resposta a essa medida (Castro, 2024). A relação com Israel, que já estava

desgastada, se deteriorou de vez com os comentários de Lula em viagem a Addis Abeba, em fevereiro de 2024, quando comparou o que estava acontecendo com o povo palestino com o holocausto judeu na Alemanha nazista. O ministro das Relações Exteriores, Israel Katz, declarou que Lula, a partir daquele momento, seria *persona non grata* em Israel. Pouco tempo depois desse episódio, Lula suspendeu a compra de 36 blindados israelenses para o exército brasileiro, contribuindo ainda mais com o isolacionismo israelense, principalmente entre os governos latino-americanos (Seabra; Feitoza, 2024).

De acordo com Casarões (2024) é possível compreender a evolução das posições brasileiras sobre o conflito entre Israel e Palestina, após o 7 de outubro de 2023, a partir de dois níveis distintos de polarização: a político-partidária e a da opinião pública.

No plano político-partidário, o que se viu foi um movimento em dois tempos. O primeiro deles envolveu a tentativa da oposição em empurrar o governo (e o presidente Lula) para o campo anti-Israel e pró-Hamas, independentemente do que a diplomacia estivesse efetivamente fazendo. A premissa simples é que, se o “cidadão de bem” ama e apoia Israel, qualquer um que critique o país está automaticamente no campo oposto – e simpatiza com ditaduras (como o Irã) ou terroristas (como o Hamas). Em um segundo momento, o Partido dos Trabalhadores e aliados buscaram qualificar a crítica a Israel, expondo a violência em curso em Gaza, mas buscando dissociar sociedade/povo de governo. O objeto de condenação do governo seria Netanyahu e seu gabinete, frequentemente associados à extrema-direita e a Jair Bolsonaro, e o objetivo do posicionamento brasileiro seria contribuir para a solução de dois Estados (Casarões, 2024, pág. 23).

É importante ressaltar que a relevância do conflito entre as duas nações junto à opinião pública não é nova e que, nesse caso em particular, os ataques de 7 de outubro de 2023 mobilizaram fortemente a comunidade judaica, que possui representatividade no mundo artístico, cultural, empresarial e acadêmico, bem como entre figuras políticas e fiéis evangélicos.

Uma das primeiras iniciativas públicas foi um manifesto “contra o terrorismo e pela paz”, assinado por personalidades judias e não judias como Abílio Diniz, Angélica e Luciano Huck, Natalia Pasternak, Patrícia Abravanel, Tiago Leifert e Zico. O documento, veiculado em página inteira nos três maiores jornais brasileiros (Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo e O Globo) no dia 17 de outubro, pedia “a pronta liberação dos reféns que permanecem sequestrados pelos terroristas, assim como para que a ajuda humanitária chegue imediatamente à população na zona de conflito”. A reação do ator José de Abreu, vinculado ao PT, dava o tom da polarização já naquele momento: “Colegas (a maioria ignorantes políticos, que jamais leram uma página de jornal a não ser coluna de TV) envergonhando a categoria artística gravando vídeo em apoio a Israel” (@zehdeabreu, 16 de outubro de 2023). Nas semanas seguintes aos atentados, manifestações pró-Israel ocorreram em São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre. A capital

paulista também foi local de uma manifestação pró-Palestina e em defesa do cessar-fogo (Casarões, 2024, pág. 23).

Devido a esse cenário de polarização, é possível observar uma escalada de discriminação contra judeus e muçulmanos no Brasil. Os dados sobre o preconceito contra muçulmanos no pós-7 de outubro são mais limitados e partem do segundo Relatório sobre Islamofobia no Brasil, produzido pelo Grupo de Antropologia em Contextos Islâmicos e Árabes (Gracias) da Universidade de São Paulo (USP), divulgado em dezembro de 2023. A pesquisa mostrou que a maioria dos 310 muçulmanos entrevistados afirma perceber um aumento significativo da intolerância direcionada à sua religião após os ataques a Israel (56% entre homens e 69,2% entre mulheres), ao mesmo tempo em que um número menor identificou crescimento pequeno da intolerância no período (28% entre homens e 23,1% entre mulheres). Os entrevistados também destacaram que a cobertura jornalística, e sua viralização do assunto nas redes sociais, colaborou para o aumento de ataques contra muçulmanos no país (Bond, 2023).

Nesse cenário, a polarização em torno do tema já estava definida: Lula e os setores da esquerda passaram a ser identificados como porta-vozes da causa palestina, enquanto Bolsonaro e a direita reivindicavam a representação do povo de Israel. Em nenhuma dessas narrativas hegemônicas havia espaço para a posição historicamente defendida pela diplomacia brasileira — e tradicionalmente sustentada pelos principais partidos do país — em favor da negociação entre israelenses e palestinos como caminho para a solução de dois Estados. Para parcela expressiva de políticos e militantes de esquerda, qualquer tentativa de moderação em relação a Israel era interpretada como um assentimento silencioso a práticas colonialistas, de apartheid ou mesmo de genocídio. Já sob a ótica da direita, progressivamente aderida pela extrema-direita, a defesa da causa palestina era frequentemente associada à conivência com o terrorismo, o totalitarismo e o fundamentalismo.

5. Breve histórico do conflito árabe-israelense

Este capítulo tem como objetivo delinear a trajetória histórica dos conflitos e impasses envolvendo o povo palestino e seu território, destacando suas rupturas desde os primórdios, mas sobretudo a partir do período posterior à Primeira Guerra Mundial, momento em que tais problemas passaram a se configurar de forma mais sistemática na região. Assim como os principais conflitos subsequentes à fundação de Israel, incluindo a Guerra dos Seis Dias, a Guerra do Yom Kipur, Primeira e Segunda Intifada e os impactos que esses eventos tiveram no prolongamento do conflito entre Israel e Palestina.

Desenvolveu-se uma análise sobre a partilha do território palestino entre árabes e judeus, compreendida como um fator central para a intensificação dos conflitos na região. Procurou-se reconstruir os principais acontecimentos relacionados a esse processo e examinar seus impactos, especialmente no que se refere à mobilização e à revolta da população palestina, bem como ao agravamento das tensões. Tais elementos constituem a base histórica

do conflito na Palestina contemporânea e estiveram diretamente associados à expulsão dos palestinos de seus lares, sobretudo a partir da criação do Estado de Israel em 1948.

Este capítulo também é voltado para compreensão do processo de surgimento e ascensão do Movimento de Resistência Islâmica, o Hamas, desde sua condição de movimento de assistência social ao povo palestino até sua afirmação como partido político responsável por um governo em uma situação eminentemente conflituosa.

A compreensão prévia desse percurso histórico permite lançar um novo olhar sobre as práticas de violência adotadas por alguns movimentos surgidos nesse contexto, bem como sobre os processos sociais e políticos gerados e aprofundados pelos conflitos.

5.1 Período colonial e a criação do Estado de Israel

O território geopolítico, atualmente chamado de Israel ou Palestina, é um país reconhecido desde a época dos Romanos, sendo província imperial dos mesmos e, posteriormente, dos bizantinos, passando a ser controlado pela Inglaterra com o fim da Primeira Guerra Mundial (Pappe, 2022). Suas reviravoltas e condições históricas são pautas de debates entre aqueles que acreditam que a Bíblia é um relato histórico e aqueles que não a veem dessa forma. De acordo com Pappe (2022), os árabes e muçulmanos assumem um papel na história da Palestina em meados do século VII em diante, tendo uma pequena pausa no período medieval durante as cruzadas (expedições ocidentais, sob o comando da Igreja, que tinham o objetivo de recuperar a liberdade de acesso dos cristãos à Jerusalém, a “Terra Santa”). Braga (2002, p. 2) ainda nos assegura que:

Talvez por causa da sua situação geográfica – faz parte do corredor entre a África e a Ásia e ao mesmo tempo fica às portas da Europa – a Palestina nunca foi sede de um poder que se estendesse para além das suas fronteiras. Pelo contrário, esteve quase sempre submetida a poderes estrangeiros, sediados na África, na Ásia ou na Europa. Em regra geral, foi só sob as potências estrangeiras que ela teve alguma unidade política.

Nesse contexto, os movimentos pan-islamista e pan-arabista surgiram como respostas às crises identitárias intensificadas pela fragmentação territorial e pela dominação europeia. Tais processos foram centrais para a consolidação gradual dos nacionalismos na região, ainda que atravessados por impasses identitários e pela resistência árabe e muçulmana ao apoio britânico à imigração sionista (Gherman, 2014).

Desse modo, afirmaram-se na região dois projetos centrais e concorrentes: o sionismo e o nacionalismo palestino. ambos reivindicando o mesmo território, ancorados em narrativas

históricas distintas de pertencimento e em experiências coletivas traumáticas que, a partir da década de 1940, passaram a constituir elementos estruturantes de suas respectivas identidades nacionais (Andrade, 2025).

Sendo assim, tanto o Holocausto (*Shoá*), genocídio de judeus promovido pelos nazistas, quanto a Nakba, termo utilizado na historiografia árabe para referir-se à derrota palestina entre 1947 e 1949, passaram a embasar as reivindicações políticas e morais de judeus palestinos. Como aponta Gherman (2014, p. 104): “a centralidade dos usos políticos da *Nakba* e da *Shoá* por palestinos e sionistas em cenários de confronto ideológico, nacional e territorial é de grande acirramento”.

A região da Palestina/Israel é vista como “Terra Santa” pelo o povo judeu, mas não somente por eles, cristãos e muçulmanos, grupos que historicamente também ocupavam a Palestina, também partilham dessa visão, uma vez que as três religiões monoteístas possuem raízes abraâmicas. Essas três religiões acreditam em Deus como criador do universo e da humanidade, apresentando em suas narrativas praticamente os mesmos lugares, histórias e valores, mas com diferentes nomes, perspectivas, e significados (Santos, 2021).

Antes da intervenção europeia, durante o domínio otomano, os árabes da Palestina estavam submetidos a um sistema de caráter feudal imposto pelos turcos, no qual se estabeleciam formas de exploração comparáveis às do colonialismo (Gherman, 2014). Grande parte das terras comercializadas durante esse período pertenciam a latifundiários ausentes, turcos residentes na Turquia ou Síria, ou grandes proprietários árabes que na maioria das vezes não habitavam a Palestina (Andrade, 2025).

Em 29 de novembro de 1947, a Organização das Nações Unidas (ONU) apoiou a divisão da, até então, Palestina em dois estados: um judeu e outro árabe. Essa divisão não foi aceita por outros países do Oriente Médio. Porém, no ano seguinte, 1948, mais precisamente no dia 14 de maio, o presidente da Agência Judia para a Palestina, David Ben-Gurion, anunciou a criação do Estado de Israel. O movimento migratório de judeus para aquela região se intensificou e o aumento da população judaica em um território, agora dividido, que há séculos era de maioria árabe, aumentou a tensão, resultando no surgimento de confrontos imediatos.

O objetivo final do movimento sionista consistia na apropriação da Palestina e de toda a Cisjordânia, estendendo-se, possivelmente, a áreas do sul do Líbano e do sul da Síria (Morris, 2004). Neste sentido, Ishibashi (2009, p. 30) nos aponta:

Assim, financiados pelo imperialismo britânico e depois pelo norteamericano, os sionistas se utilizaram de diversas medidas para

favorecer a imigração judia para o território palestino, incluindo imensas facilidades econômicas. A administração britânica na Palestina lançou um decreto que concedia a propriedade da terra a todo judeu que construísse uma simples torre, estimulando a ocupação de terras pelos judeus e a imigração, e consequentemente a expulsão e expropriação das terras palestinas. Assim, as aldeias palestinas foram cortadas por um número cada vez maior de propriedades judias, enquanto se formavam bandos paramilitares de sionistas que se dedicavam a aterrorizar os camponeses palestinos protagonizando diversos crimes, como o massacre de Kibiya em 1936, Deir Yassin em 1948 etc. Esses bandos foram comandados por Ariel Sharon e Menahem Begin, formando a base do Estado sionista e de seus atuais partidos políticos.

Ainda nesse período, o braço armado do movimento sionista, o Haganah — organização paramilitar judaica, que constituiu a base do exército israelense (Lima, 2006), usou várias táticas de guerra para obrigar os palestinos a fugirem de suas casas. De acordo com Finkelstein (2005), esses grupos armados utilizaram de meios ilegais e invariavelmente cruéis para expulsar e amedrontar a população da Palestina.

Eles utilizavam jipes para percorrer os vilarejos e transmitir por alto-falantes sons de horror, entre eles gritos, lamentos e gemidos angustiados de mulheres árabes, toque de sirenes e alertas sonoros de incêndio interrompido por uma voz sepulcral dizendo em língua árabe: “salvem suas almas, ó fieis! “Fujam para salvar as suas vidas” além de incendiar as colheitas. Todas essas ações tiveram por objetivo de levar ao exílio os povos palestinos, por um modo de expulsão de seu território. Relato de um oficial da Haganah, testemunha ocular (Finkelstein, 2005, p. 138).

Essa fuga dos árabes palestinos divide-se basicamente em duas etapas: a primeira em novembro de 1947, até a criação do Estado de Israel em maio de 1948 e a segunda no período de junho de 1948 até a assinatura dos acordos de armistício em meados de 1949 (Finkelstein, 2005).

Nesse período, o Oriente Médio iniciou um processo de transformação territorial que pouco se parecia ao modelo do passado e que se consolidou após 1948. Considera-se que a alteração nos ânimos políticos da região foi provocada principalmente pelas transformações territoriais ocorridas com a criação do Estado de Israel.

O mundo colonial fora tão completamente transformado numa coleção de Estados nominalmente soberanos depois de 1945 que retrospectivamente pode parecer que isso não só era inevitável como aquilo que os povos coloniais sempre haviam querido. Isso é com certeza verdadeira nos países que tinham atrás de si uma longa história como entidade política, como os grandes impérios asiáticos — China, Pérsia, os otomanos — e talvez um ou dois outros países como o Egito; sobretudo quando eram construídos em torno de um substancial *staatvolk*, ou Estados do povo, a exemplo dos

chineses Han ou dos crentes no islamismo xiita como religião nacional do Irã (Hobsbawm, 1995 p. 185).

Após 1948, a região da Palestina se tornou palco de constantes conflitos. As alianças políticas estabelecidas com as principais potências do período, sobretudo com a Inglaterra, foram decisivas para a viabilização do projeto sionista, culminando na criação de um Estado em um território previamente habitado. Tais alianças se sobrepuseram aos interesses da população palestina, em especial ao direito de não ver seu território ocupado (Nagm, 2013).

5.2 A divisão do território e os primeiros conflitos

Logo após a Declaração de Independência de Israel, os países árabes vizinhos (Egito, Iraque, Líbano, Síria e Transjordânia) intervieram militarmente no território do recém-criado Estado, o que serviu de estopim para o início da Primeira Guerra Árabe-Israelense. O conflito é denominado em Israel como Guerra de Independência e, no mundo árabe, como *Nakba* (catástrofe). A intervenção desses países tinha como objetivo impedir a consolidação de Israel e apoiar a população árabe palestina, que se opunha ao plano de partilha proposto pela ONU (Morris, 2001).

O conflito resultou em vitórias expressivas para as forças israelenses, que ampliaram suas fronteiras para além dos limites previstos pelo Plano de Partilha de 1947. Com isso, Israel consolidou-se como Estado, enquanto a população palestina enfrentou perdas significativas, incluindo o deslocamento forçado de centenas de milhares de pessoas, dando origem a uma das mais graves crises de refugiados da história contemporânea (Morris, 2001). A assinatura dos acordos de armistício entre Israel e quatro países árabes (Egito, Jordânia, Líbano e Síria) marcou formalmente o fim do conflito iniciado em maio de 1948. O Iraque, por sua vez, não oficializou um acordo formal com Israel, retirando suas forças militares do confronto direto sem que houvesse o estabelecimento de qualquer entendimento diplomático (Andrade, 2025).

A criação do novo Estado deu origem a legislações que favoreceram a expulsão da população palestina, contribuindo para a intensificação do conflito na região. Em 1949, o número de refugiados palestinos já alcançava aproximadamente 726 mil pessoas (Gomes, 2001). A respeito dessas leis estabelecidas após a criação de Israel, Jardim (2003, p. 10) explica que:

Depois da guerra de 1948-49, o primeiro parlamento do Estado de Israel (Knesset) define duas leis que irão atuar de modo complementar, redefinindo a ocupação territorial da Palestina. A primeira lei, formulada em março de

1950, visava negar, às massas palestinas que haviam evadido na guerra, a permanência em Israel. A "*Absentees Property Law*" era o mecanismo para a apropriação de vastas áreas rurais e urbanas dentro de um novo Estado. Também em julho de 1950 é promulgada a Lei de Retorno, que garantia a todo e qualquer judeu do mundo o direito de imigrar e povoar de forma desimpedida, tornando-se automaticamente um cidadão de Israel. As duas leis agiram de forma combinada no sentido de classificar os refugiados palestinos como ausentes, como não-pessoas, sem direitos às suas propriedades, à residência e à cidadania em Israel.

A imposição dessas legislações intensificou o processo de exclusão territorial da população palestina, que foi coagida a buscar refúgio em países vizinhos, alimentando a expectativa de um eventual retorno a seus lares (Nagm, 2013).

O território palestino, como já mencionado, situa-se historicamente em uma rota comercial de grande interesse para a Europa, uma vez que integra o corredor entre a África e a Ásia e, simultaneamente, às portas do continente europeu, ou seja, uma região que se configurou como espaço estratégico para as nações capitalistas daquela época. O interesse das grandes potências contribuiu para a progressiva redução do território palestino ao longo dos anos, bem como para a inserção de sua problemática no debate internacional a partir da perspectiva israelense. Essa abordagem passou a legitimar a diminuição contínua das terras palestinas como solução para a questão, sob a justificativa de que tais áreas pertenceriam historicamente ao povo judeu (Jardim, 2003). O território do Estado de Israel, permaneceu avançando sobre as fronteiras da Palestina. Dessa forma, os palestinos tiveram seu território gradativamente invadido e ocupado pelos israelenses.

Na Guerra dos Seis Dias, em 1967, após ameaça de aniquilação proferida pelo mundo árabe, Israel lançou-se ao ataque e, em seis dias provocou uma derrota esmagadora aos exércitos do Egito, Jordânia e Síria, conquistando toda a Península do Sinai, as Colinas de Golan, Cisjordânia e a Faixa de Gaza, reunificando sob seu domínio a cidade de Jerusalém como sua capital (Schvartzman, 2000).

Por terra, o exército israelense ocupou todo o Sinai até ao Suez, a parte oriental de Jerusalém e os montes Golan. Nasser reconheceu a derrota e aceitou o cessar-fogo proposto pelo Conselho das Nações Unidas, quadruplicando Israel o seu território de 20.800 km² para 89.859 km², embora a Rússia cortasse relações diplomáticas com Israel. Mais de 1.000.000 de palestinos ficaram sujeitos a Israel e muitos outros foram obrigados a viver em campos de refugiados, dentro e fora da Palestina. Assim nasce, o que as Nações Unidas classificam como de territórios ocupados por Israel (Nagm, 2013, p. 51).

Em novembro de 1967, após a Guerra dos Seis Dias, a ONU aprovou várias resoluções que firmavam críticas à política israelense na Palestina, principalmente no que diz respeito à forma de ocupação adotada pelos colonos. Em resumo, as resoluções condenavam Israel por ataques a alvos palestinos e pelo desrespeito aos direitos humanos (resoluções 592 e 605), pela ilegalidade da ocupação e dos assentamentos construídos em Gaza e na Cisjordânia (resoluções 242, 446, 452 e 465), pela ocupação de Jerusalém (resoluções 250, 251, 252, 267 e 271), pela deportação forçada de palestinos (resoluções 468, 484, 607, 636, 641, 681, 694, 726 e 799), e por Israel não permitir o retorno dos refugiados palestinos (resolução 237) (Chemmeris, 2002).

Mesmo estabelecidas de acordo com o Direito Internacional, essas resoluções não foram aderidas por Israel, pelo contrário, os líderes israelenses, historicamente, procuraram adotar medidas contrárias aos interesses da população palestina, como exemplo, a criação assentamentos israelenses em território palestino.

Para os palestinos, que se fundamentam no direito internacional com vistas a reivindicar a posse sobre a Palestina, os assentamentos israelenses constituem-se numa tentativa ilegal de ocupar a terra confiscada na guerra de junho de 1967. Além disso, assentamentos são vistos pelos palestinos e por outros acordos internacionais como “uma violação do direito palestino à autodeterminação e também aos princípios de direitos humanos como definidos pelas Resoluções das Nações Unidas” (Chemmeris, 2002, p. 115).

Em 28 de maio de 1964 foi criada a Organização para a Libertação da Palestina (OLP) comandada por Yasser Arafat. A carta adotada pela organização promovia a "revolução armada" e a ocupação da Cisjordânia (região Ocidental do Jordão) e da Faixa de Gaza, dando início a um grande movimento de refugiados (as duas regiões eram habitadas por palestinos), contribuindo para a radicalização do conflito entre os dois lados (Cunha, 1998).

Em 1973, houve a Guerra do Yom Kippur, um conflito que teve como base profunda o permanente confronto entre Israel e os países árabes, agora abertamente apoiados respectivamente pelo Ocidente e pela União Soviética (Cunha, 1998). O nome dessa guerra está relacionado com o feriado judaico do Dia do Perdão – *Yom Kippur*, em hebraico. O motivo principal da Guerra do Yom Kippur foi a anexação de territórios sírios e egípcios por Israel durante a Guerra dos Seis Dias. Esses territórios eram a Península do Sinai, uma parte do Canal de Suez, a Faixa de Gaza, a Cisjordânia e as Colinas de Golã.

Segundo Moreau-Defarges (1992), no apoio a Anouar El Sadat, presidente do Egito, os países árabes utilizaram a arma do petróleo sobre o Ocidente, deixando de o fornecer aos países aliados de Israel, ou reduzindo as suas vendas. Uma vez feridos os interesses

internacionais, Israel e Egito aceitam o cessar-fogo imposto pelos Estados Unidos, a URSS e a ONU, em 26 de Outubro. Foram estabelecidas relações diplomáticas através do cessar-fogo, iniciando-se um processo que é chamado de *pax americana*. Inaugurado em 1974/1975 com a metodologia dos pequenos passos de Henry Kissinger e, mantida pelo presidente Jimmy Carter em 1978/1979, a *pax americana* visava a divisão do mundo árabe (Cunha, 1998).

A realidade que veio posteriormente não supriu as expectativas das relações estabelecidas. Os líderes israelenses prosseguiram, até 1983, com uma política de aumento na agressividade e na ocupação, como por exemplo nos Montes Golan em 1980. Quanto às deliberações sobre a autonomia dos territórios ocupados, previstas no Tratado de Paz entre o Egito e Israel, foram praticamente ignoradas, tendo em vista que Israel continuou a instalar assentamentos na Cisjordânia (Cunha, 1998).

Em dezembro de 1987 estoura a primeira Intifada, ou “revolta das pedras”. O nome faz referência ao ato de jogar pedras em direção às forças da ocupação israelense. Durante esse período a população palestina organizou greves e manifestações, assim como o boicote aos produtos israelenses. Essa Intifada, que durou até 1993, marca uma virada de chave no conflito Israel-Palestina. As mídias internacionais transmitiram as imagens de adolescentes armados com pedras enfrentando tanques de guerra. Predominava na população palestina o sentimento de que eles poderiam mudar o curso da ocupação e, enquanto em Israel, crescia o pensamento de que não poderiam continuar a dirigir a Faixa de Gaza e a Cisjordânia impunemente (Dias, 2006).

Mais uma vez, vários acordos foram assinados entre 1993 e 2000, porém apenas uma pequena parcela das obrigações presentes nesses textos foram colocadas em prática. Como resposta ao fracasso das negociações, nasce a Segunda Intifada (2000), conhecida como Intifada *Al-Aqsa*.

Ao contrário da Primeira Intifada que tinha um caráter social, que fazia da luta nacional um movimento social de redefinição das orientações gerais da sociedade, a Intifada *Al-Aqsa* dava destaque à ação individual no interior da cena palestina, independente de um projeto social e de uma mobilização coletiva. Além disso, enquanto as ações da Primeira Intifada caracterizavam-se por um viés “não armado”, durante a Segunda Intifada observa-se um aumento da violência e do recurso às armas, apesar de terem sido pouco eficazes quando comparadas com o poder bélico israelense (Dias, 2006).

No começo da Segunda Intifada, tentou-se utilizar os mesmos repertórios de ação da Primeira, tais como manifestações, lançamento de pedras e boicote aos produtos israelenses. Entretanto, no novo contexto esse repertório

apresentava três limites. Em primeiro lugar, como vimos, o espírito que havia sustentado o levante de 1987-1993 havia mudado. Em segundo lugar, a Intifada Al-Aqsa não consegue mobilizar de forma massiva a população palestina, o que impede a eficácia desse tipo de ação. Finalmente, a repressão israelense é tão mortífera que participar de uma manifestação torna-se quase tão perigoso quanto realizar uma ação armada (Dias, 2006, p. 5).

Os palestinos passaram a desacreditar na eficácia dos métodos pacíficos, permitindo a imposição gradual de ações armadas. Essas ações consistem, essencialmente, em quatro formas: emboscadas contra soldados e colonos, tiros regulares contra os bairros de colonização, tiros de foguetes artesanais e atentados suicidas. Os métodos dos movimentos islamistas praticamente não são mais criticados e os atentados suicidas, antes reservados às organizações islamistas, são aderidos pelo conjunto das organizações (Brigadas dos Mártires da Al-Aqsa, originários do Fatah; Brigadas Abu Ali Mustapha, ligadas ao Fronte Popular de Liberação da Palestina). De modo geral, a distinção entre repertórios de ação violenta e não violenta deixa de ser estabelecida; ao contrário, ambos passam a ser concebidos como interdependentes e complementares. Nesse contexto, a ação dos mártires sobrepõe-se à representação da luta contra a ocupação que caracterizou a Primeira Intifada (Dias, 2006).

Uma terceira diferença refere-se aos impactos das Intifadas sobre a sociedade israelense. A partir de 1988, quando a OLP reconhece a criação de um Estado palestino na Cisjordânia e na Faixa de Gaza, setores relevantes da sociedade israelense passaram a admitir a perspectiva de uma paz negociada, assentada em bases de compromisso mútuo. Apesar de momentos violentos, a Primeira Intifada contribuiu para a conformação de um ambiente favorável à negociação política, no qual ambas as partes se reconheciam, tornando possível a projeção de um futuro minimamente consensual. Em contraste, a Segunda Intifada é interpretada por palestinos como um desdobramento frustrado dos processos de Oslo: embora Israel tenha reduzido o controle direto sobre a população palestina, os acordos não produziram avanços significativos em questões centrais, como Jerusalém, os refugiados e os assentamentos. Diferentemente da Primeira Intifada, esse novo ciclo de violência reativou, no interior da sociedade israelense, a percepção de que a própria existência do Estado voltava a estar ameaçada (Dias, 2006).

5.3 O Hamas

No início do século XX, parcelas significativas da população muçulmana passaram a demonstrar uma certa desilusão em relação aos movimentos seculares, vistos como incapazes

de responder a novas demandas sociais e de enfrentar as graves dificuldades econômicas vivenciadas, sobretudo no contexto posterior à Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Nesse cenário, surgiu no Cairo, capital do Egito, a Sociedade dos Irmãos Muçulmanos, frequentemente interpretada como a principal matriz dos movimentos de política islâmica no Oriente Médio, com exceção do Irã. Oficialmente, a “filial” da Irmandade Muçulmana na Palestina foi inaugurada em 1946, na cidade de Jerusalém (Collares, 2012).

Os grupos e movimentos de resistência existem na Palestina desde os tempos da ocupação Otomana na região. Porém, os movimentos nacionalistas ou de resistência não tinham explicitamente o caráter político (Collares, 2012). De acordo com Arendt (1993), caráter político se refere ao fato de, através do testemunho de sua excelência, o homem ser capaz de conquistar adesões ao que o testemunhado inicia. Lewis (2002) acredita que os movimentos naquela região já eram muito politizados desde a década de 1920.

Entre os anos de 1964-65, surgiu o Movimento de Libertação Nacional da Palestina (*Al Fatah*). Segundo Hroub (2008, p. 12), “dois anos antes da guerra de 1967, Yasser Arafat e outros ativistas palestinos na Cisjordânia, Faixa de Gaza e países árabes vizinhos criaram o *Fatah*, que declarou representar uma afiliação não ideológica e possuir uma perspectiva secular”. Com os primeiros ataques às instalações israelenses, o *Fatah* é um movimento secular e como tal, sempre manteve um relacionamento incômodo com a religião, nunca levando a sério suas reivindicações, em razão do receio de comprometer sua própria credibilidade política (Collares, 2012).

Por volta dessa mesma época, incluindo outras facções de esquerda menores, foi criada a Organização para a Libertação da Palestina (OLP). Ainda conforme Hroub (2008, p. 13):

O objetivo da OLP era — libertar a Palestina, ou seja, tratava-se de todo o território que havia sido ocupado na guerra de 1948 e que se tornara conhecido como Israel[...]. Mas depois da guerra de 1967, o objetivo precisava ser reduzido. Em vez de —libertar a Palestina, seu enfoque voltou-se para a libertação de apenas duas das mais recentes perdas de territórios: A Cisjordânia e a Faixa de Gaza.

A OLP, embora comprometida com a luta armada em defesa da constituição de uma pátria democrática e secular, não dispunha de um programa político ou social voltado especificamente aos trabalhadores e camponeses palestinos. Ainda que se caracterizasse como um movimento de base popular e abrangesse distintas correntes políticas, seu projeto acabou por invisibilizar as questões de classe e as desigualdades sociais (Collares, 2012).

Inserida no cenário dos anos 1980, destaca-se também a *Jihad islami* (ou Jihad Islâmica), um movimento de ideologia religiosa islâmica que, naquela época, era o grupo mais fundamentalista e mais ativo nos territórios. Ainda segundo Hroub (2004, p.194), o fundamentalismo refere-se:

a um movimento religioso que surgiu há um século dentro do protestantismo norte-americano. Hoje, no entanto, o termo é também usado para movimentos vagamente paralelos em outras religiões [...]. Certos autores usam simplesmente “o islã radical” ou islamismo, o equivalente a “fundamentalismo muçulmano”.

A origem da expressão “fundamentalismo” remonta ao início do século XX, mais especificamente a 1909, quando, nos Estados Unidos, teólogos vinculados a confissões protestantes de tradição anglo-saxônica produziram artigos de caráter doutrinário. Essas publicações tinham por objetivo consagrar um conjunto de princípios sagrados considerados inegociáveis e foram reunidas em uma coletânea que passou a ser conhecida genericamente como *Fundamentals* sendo assim seus apoiadores e seguidores ficaram conhecidos como *Fundamentalists* (Collares, 2012). Tanto a Jihad Islâmica quanto os Irmãos Muçulmanos, em suas vertentes egípcia e palestina, são frequentemente enquadrados na categoria do fundamentalismo, na medida em que compartilham a rejeição ao secularismo, entendida como reação a processos de modernização não acompanhados por emancipação social ou política e percebidos, portanto, como transformações negativas da sociedade. Ademais, os contextos de dominação e ocupação militar contribuíram para a consolidação dessa ideologia.

A problemática do fundamentalismo religioso, especialmente em sua vertente islâmica, demanda uma análise que considere simultaneamente dimensões regionais e globais. Os conflitos contemporâneos que envolvem, sobretudo, as culturas árabe-muçulmana e ocidental podem ser compreendidos sob a perspectiva da afirmação identitária, ou seja, como expressões de disputas em torno da construção e do reconhecimento de identidades (Collares, 2012). O fundamentalismo, portanto, é tanto uma ideologia política quanto um movimento social.

[...] se o fundamentalismo islâmico trata-se, primeiro, de um predomínio absoluto da *Sharia* (lei sagrada muçulmana, baseada na interpretação do Corão com pertinência ao momento histórico e social), também trata-se de uma reconstrução da identidade islâmica em oposição a modernização, ao socialismo e ao nacionalismo, mesmo árabe, que são, no entendimento destes, ideologias fracassadas provenientes de uma ordem pós-colonial e que pode ter o seu surgimento dado em função da exposição do mundo islâmico aos processos de globalização (Castells, 1999, p. 30).

Em resumo, o fundamentalismo islâmico pode ser caracterizado, nestes últimos tempos, como uma reação aos efeitos da globalização sobre as populações em questão, bem como às tentativas de ocidentalização do mundo muçulmano. No entanto, a relevância concedida a esta ideologia varia de acordo com os atores. A partir da década de 2000, até os fundamentalistas mais radicais e mais anti ocidentais passaram a reconhecer a necessidade de se modernizar e de fazer uso da “tecnologia ocidental”, principalmente a tecnologia de guerra e a propaganda. Isso é visto como modernização necessária e útil (Collares, 2012). A questão reside na ocidentalização da cultura, expressa na transformação de costumes e comportamentos, como um processo nocivo, interpretado como uma traição aos valores considerados autênticos do islã.

O último movimento dessa categoria a emergir no cenário palestino foi o Hamas. Em árabe, a palavra *Hamãs* pode ser traduzida para entusiasmo, ardor, ou espírito guerreiro. O Hamas na verdade representa uma transformação da Irmandade Muçulmana da Palestina, que ocorreu no final da década de 1980. Khaled Hroub (2008, p.13) menciona que “da metade dos anos 60 até quase a metade dos anos 80, a OLP conduzida pelo movimento nacional palestino *Fatah*, abraçou a luta armada como sua principal estratégia para libertar a Palestina”. Nesse cenário, o grupo de oposição era o principal agente que interferia nas investidas israelenses na região. Foi quando o Estado de Israel teve a ideia de financiar o movimento antecessor do Hamas, a Irmandade Palestina, com o objetivo de alterar a situação ao seu favor.

A liderança israelense procurava com essa ação mudar a lealdade palestina da OLP, política e secular, para a religiosa e “não-política” da Irmandade que sempre esteve voltada para os seus trabalhos sociais e por acreditar que, com essa mudança, pudesse controlar a situação na região segundo seus ideais. Deste modo, com essa alteração, Israel poderia continuar a sua marcha de assentamentos na região sem maiores problemas. Mediante tal realidade, a OLP, se sentido pressionada, colocou em marcha uma série de negociações com o governo Israelense no sentido de se manter como representante maior da causa palestina. Nessa série de acordos e promessas de concessões ao povo palestino, a OLP em suas novas negociações de paz selará de uma forma quase sem volta o destino da Palestina (Collares, 2012, p. 44).

De acordo com Hroub (2008, p.13), “durante décadas de luta, a OLP acabou fazendo concessões históricas, uma delas na década de 1980 quando reconheceu o Estado de Israel e o seu direito de existir”. Consciente ou não, Arafat reconheceu Israel, abandonou a luta armada na esperança de recuperar a Cisjordânia e Gaza e poder estabelecer um Estado palestino. Edward Said argumenta que:

[...] depois dos acordos de Oslo, as condições de vida dos palestinos só pioraram sem cessar. Tornou-se impossível para os palestinos viajar livremente. Jerusalém foi declarada área proibida e grandes projetos de construções transformaram a geografia do país. [...] Isso só demonstra a falta de preparo e compreensão da estratégia da OLP durante os processos de paz, com o resultado de que muito da simpatia conquistada internacionalmente pelos palestinos contra a política de assentamentos de Israel e seu funesto histórico de direitos humanos foi jogada fora, não usada e não explorada. Todo apoio e simpatia que demorou anos para os palestinos conseguirem foram-se embora, por assim dizer, com a convicção equivocada de que a luta havia acabado (Said, 2012, p. 63).

Sob essa perspectiva, a OLP, orientada sobretudo por seus próprios interesses, realizou diversas concessões, incluindo a aceitação da continuidade dos assentamentos israelenses. Ao final, os Acordos de Oslo não foram capazes de instaurar a dinâmica de paz que deles se esperava. Diante dessas deficiências e do contínuo apoio internacional a Israel, o sonho palestino da libertação de sua terra e de criação do seu próprio Estado se tornou uma possibilidade remota. Yousef (2010) relata, que muitos jovens do movimento islâmico, principalmente na Faixa de Gaza, decidiram que a Irmandade precisava se posicionar diante da problemática que viviam. Assim, depois de muita pressão, a Irmandade Muçulmana da Palestina se transformou em um partido político, com o objetivo de unificar e mobilizar o povo palestino de uma forma organizada, numa tentativa de mesclar a necessidade da liberdade e independência à bandeira do islamismo (Collares, 2012). Hroub (2008) explica que o Hamas foi criado pela Irmandade Palestina, com o intuito de suprir um número de fatores que pressionaram a organização, sendo assim, a organização foi dividida em duas alas, o Hamas assistencial e o Hamas da resistência.

O Hamas passou a existir oficialmente no dia 14 de Dezembro de 1987, quando emitiu uma auto-declaração juntamente com um comunicado oficial poucos dias após a eclosão da Primeira Intifada em 8 de Dezembro de 1987. As pressões internas e externas contribuíram, por alguns anos, para a intensificação da radicalização e da violência por parte do Hamas. Do ponto de vista político e estratégico, o movimento passou a compreender que, em determinados episódios, o recurso a ataques violentos constituía um de seus instrumentos mais eficazes tanto no enfrentamento com Israel quanto na disputa interna com a Autoridade Palestina e o movimento *Fatah* (Collares, 2012).

No final da Segunda Intifada, por volta de 2003, quase todos os líderes do Hamas estavam mortos ou presos pelo governo de Israel e o partido se encontrava praticamente acabado e, mesmo tendo as suas instituições de caridade fechadas, sua popularidade não diminuiu junto ao povo palestino. Para Arendt (2006), o poder existe apenas entre os homens,

isto é, quando eles agem e discursam de forma persuasiva, desaparecendo no momento em que se dispersam ou são impedidos de se reunir livremente, de falar entre si e agir em comum. A autora afirma, em *Crises da República*, que “poder corresponde à capacidade humana não somente de agir, mas de agir de comum acordo. O poder nunca é propriedade de um indivíduo, pertence a um grupo e existe somente enquanto o grupo se conserva unido” (Arendt, 2006, p. 123). O Hamas, apesar de praticamente exterminado, conseguiu se reerguer, visto que sua maioria permaneceu unida em suas convicções. Arendt (2006) destaca que a mobilização dos cidadãos, seja com o objetivo de preservar o *status quo*, seja de promover mudanças consideradas necessárias ou desejáveis, adquire maior poder e eficácia quando ocorre de forma associativa e organizada, tornando-os capazes de se fazer ouvir e de exercer pressão sobre o governo.

Enquanto grande parte dos palestinos enxergavam o Hamas como um movimento de resistência, no cenário internacional o grupo foi denominado como “terrorista”. Resultado dos anos de luta agressiva, ataques suicidas e do alinhamento com os pensamentos e ideologias de Said Qutb, figura emblemática para homens como Osama Bin Laden, conhecido por seus atos de violência e “terrorismo”.

[...] toda essa violência permitiu que a imagem do Hamas fosse vendida pelos israelenses como uma “organização terrorista” cujo único propósito é matar civis inocentes de Israel. Nessa medida, a legitimidade da causa palestina pagou um preço alto por esse motivo, já que Israel e o “mundo” exploraram os ataques ao reduzir a natureza da luta palestina a uma questão de terrorismo e antiterrorismo (Hroub, 2008, p. 86).

A questão do terrorismo reside em quem detém o uso das armas, contra quais alvos elas são empregadas e com quais motivações. “Governos aliados e alinhados à política beligerante dos Estados Unidos da América não são tratados como terroristas pela grande imprensa mundial, independente dos grotescos estágios no campo da tortura, assassinato e outras violações dos direitos humanos” (Chomsky, 2002, p.54).

Apesar da imagem negativa e militante que é transmitida pela mídia no Ocidente, o Hamas é muito mais do que uma simples facção militar. Como mencionado anteriormente, as ações militares do Hamas concentram-se em seu braço armado; para além dessa dimensão, o movimento configura-se como uma organização política, cultural e social, cujos demais setores atuam no âmbito das esferas públicas. De acordo com a BBC News (2009), ao longo de vários anos a organização estruturou-se em duas esferas centrais de atuação: programas

sociais, como construção de escolas, hospitais e instituições religiosas; e as operações realizadas por militantes do *Hamas 'al-Din Qassam*.

Difícilmente se pode dizer que o povo palestino votou no Hamas essencialmente por razões religiosas, no momento que se colocou como partido político disposto a participar das eleições de 2006, tendo em vista os anos de trabalhos sociais e de resistência à ocupação israelense.

[...] os seus eleitores naquelas eleições, endossou a opinião de que as pessoas estavam votando por um novo sangue e por um movimento nacionalista de libertação que prometia mudar e reformar todas as frentes tanto políticas quanto sociais. Quando as partes são diretamente comparadas, os prováveis eleitores tendem a ver o Hamas como mais qualificado para limpar corrupção, resistir à ocupação e defender os valores sociais (Collares, 2012, p. 123).

Desde sua fundação, o Hamas mantém sua principal base de apoio político e seu comando militar na Faixa de Gaza, território sobre o qual passou a exercer controle de fato a partir de junho de 2007, embora também possua presença significativa na Cisjordânia. A noção de que o Hamas “controla” a Faixa de Gaza, contudo, corresponde a um enquadramento discursivo israelense consolidado após a chamada “Operação Chumbo Fundido” (2008–2009), episódio no qual o movimento foi politicamente destituído do reconhecimento internacional. Desde então, apenas a Autoridade Palestina, sediada na Cisjordânia, passou a ser considerada a representante legítima do povo palestino, enquanto o Hamas foi rebaixado à condição de governo tido como ilegítimo na Faixa de Gaza, o que não significa que ele não exerce efetivo poder administrativo sobre o território (Collares, 2012).

5.4 Operação Al Aqsa

No dia 07 de outubro de 2023, o Estado de Israel e o resto do mundo foram surpreendidos pela investida do Movimento de Resistência Islâmica (Hamas) - mais especificamente pelo seu braço militar: as Brigadas *Al-Qassam* - através da operação “Tempestade de *Al-Aqsa*”, ou *Operation Al-Aqsa Flood* (Operação Inundação/Tempestade de Al-Aqsa). Pelo menos 1,4 mil israelenses foram mortos, incluindo 1.033 civis, 275 soldados e 58 policiais, deixando cerca de 3,4 mil feridos (Oshin, 2023). Além disso, o Hamas e a Jihad Islâmica Palestina realizaram um ataque com milhares de foguetes, com o objetivo de ampliar o impacto dos danos infligidos a Israel.

A operação da Resistência Nacional foi anunciada com o lançamento de cinco mil foguetes disparados às 6h30 da manhã contra cidades

governadas pelo Estado sionista. Enquanto os foguetes eram lançados, cerca de 100 combatentes de ambos os grupos resistentes atravessaram as fronteiras sionistas para a cidade Sderot, onde dezenas de israelenses foram mortos pelos resistentes (Carvalho; Gregorio, 2023).

O episódio é visto pelo grupo como uma operação de retomada e resistência em resposta a alguns acontecimentos daquele mesmo mês, como os ataques à Mesquita de Al-Aqsa, em Jerusalém na Cisjordânia, e a invasão na Mesquita de Abraão, na cidade de Hebron, que também está localizada na Cisjordânia, resultando em agressões e assassinatos de palestinos. A operação também surge como resposta a um plano de anexação da Palestina que foi colocado em prática em julho de 2020. Tal projeto foi lido como uma violação dos direitos internacionais e uma forma de legitimar a ocupação ilegal de terras palestinas, respaldando também a limpeza étnica (Teles; Manfrinato, 2024).

Com a operação Tempestade *Al-Aqsa*, o Hamas conseguiu quebrar pontos do bloqueio terrestre do exército de Israel, tomando alguns postos militares e conseguindo acessar documentos da inteligência israelense. Além destes postos militares, o Hamas invadiu assentamentos do exército, rendendo colonos que, posteriormente, seriam trocados por prisioneiros palestinos na Cisjordânia. Ainda nessa operação, o grupo invadiu um festival de música (a 7km de Gaza) realizado com o intuito de proporcionar lazer para os soldados israelenses, mas que também contava com a presença de civis. Houve assassinatos de israelenses, tanto no festival, quanto nos assentamentos.

De acordo com Teles e Manfrinato (2024), Israel destruiu a maior parte dos hospitais da Faixa de Gaza, além de escolas, prédios oficiais do governo, estruturas de telecomunicações (redações de jornais, torres de transmissão), universidades (não apenas por bombardeios, mas demolição terrestre), laboratórios de pesquisa, blocos residenciais, mesquitas e igrejas cristãs. Ou seja, todas as instituições que sustentavam a existência de uma sociedade civil naquela região. Além disso, o modo como Israel agiu mediante as ajudas humanitárias enviadas à Palestina também chamou a atenção da população ao redor do mundo, como foi o caso da distribuição de comida, no dia 29 de fevereiro de 2024, que resultou em mais de 100 palestinos mortos e mais de 700 feridos na Faixa de Gaza, devido a disparos feitos pelo exército israelense. Houve também um aumento significativo da violência israelense na Cisjordânia governada pela Autoridade Palestina (AP), sob a liderança do *Fatah*, com a justificativa infundada de que as forças militares de Israel estariam tentando alvejar militantes do Hamas (Huberman; Fernandes, 2023).

Além disso, a ofensiva israelense sobre a Faixa de Gaza, iniciada em outubro de 2023, evidencia a radicalização de um processo histórico de colonialismo de ocupação, no qual a guerra se exerce não apenas sobre corpos e territórios, mas também sobre memórias e regimes de sentido. A destruição sistemática de sítios arqueológicos, arquivos, mesquitas, igrejas, universidades e museus indica que o patrimônio cultural também passou a constituir um alvo político e epistêmico, configurando-se como um espaço de disputa pela legitimidade histórica e pelo direito de narrar o presente e o passado (Cruxen, 2025).

6. Análise

Este capítulo apresenta a análise do *corpus* selecionado para esta pesquisa, composto por matérias publicadas e coletadas nos websites dos veículos *O Globo* e *Al Jazeera* acerca dos acontecimentos relacionados ao conflito entre Israel e Palestina após os ataques de 7 de outubro de 2023 e seus desdobramentos. A partir da perspectiva metodológica da Análise de Conteúdo, conforme proposta por Bardin (2011), e da Teoria do Enquadramento desenvolvida por Robert Entman (1993). Dessa forma, este capítulo busca identificar os principais enquadramentos mobilizados pelos dois veículos, bem como comparar as estratégias narrativas adotadas em cada cobertura.

Como procedimentos metodológicos foram acionados os seguintes passos:

a) Pesquisa Bibliográfica: A pesquisa bibliográfica está sendo desenvolvida a partir de materiais publicados em livros, artigos, dissertações e teses. Para Antônio Carlos Gil (2008), a principal vantagem da pesquisa bibliográfica está no fato de permitir a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Em muitas situações, não há outra maneira de conhecer os fatos passados senão com base em dados secundários. Como suporte teórico, as bibliografias foram agrupadas em 4 pilares: I) Comunicação e interferências nos processos sociais, a qual trata a forma como a mídia participa da formação do sujeito e seu conhecimento de mundo; II) Israel e Palestina, a qual compreende contexto histórico e geopolítico da região; III) Guerras de Narrativas, em que busca-se discutir como a mídia ocidental se apropria dos discursos para construir imgeticamente as ideias sobre os árabes no contexto de conflito; por fim, IV) Análise de Enquadramento, como forma de se investigar o posicionamento da mídia na cobertura do conflito Israel e Palestina.

b) Pesquisa Documental: Para Gil (2008), a análise documental compreende a identificação, a verificação e a apreciação de documentos para determinado fim. As fontes de material documental são de origem primária, ou seja, constituem conhecimentos, dados ou informações já reunidos, sendo fontes secundárias a mídia impressa, à eletrônica e os relatórios técnicos. No âmbito da análise documental, pode-se também encontrar material de fontes primárias, como: escritos pessoais; cartas particulares, documentos oficiais; textos legais; documentos internos de empresas e instituições. A pesquisa documental possui pontos semelhantes à pesquisa bibliográfica, contudo, a pesquisa documental recorre a materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa.

c) Análise de Conteúdo e Enquadramento: Para este trabalho foi acionada a metodologia de análise híbrida com Análise de Conteúdo e Análise Comparativa, a partir de uma Análise de Enquadramento. A Análise de Conteúdo (Bardin, 2011) se divide, basicamente, em 3 etapas: pré-análise, com a separação do banco de dados; categorização, a partir das semelhanças presentes; e inferências, momento em que pode-se observar as mensagens nas entrelinhas e suas intenções. Já a Análise de Enquadramento, uma abordagem apropriada para o estudo de matérias jornalísticas, visto que trata-se de uma abordagem que evidencia o caráter construído da mensagem, revelando a sua retórica implícita, escondida em textos supostamente objetivos, imparciais e com função meramente referencial (Entman, 1993). Partindo do pressuposto de que qualquer narrativa é uma síntese imperfeita de um acontecimento, uma construção enquadrada de um ideário que encarna discursos e pontos de

vista específicos, neste trabalho nos interessa a forma mais recente de execução do conceito, que foca na análise do conteúdo veiculado nas mídias, concentrando-se nos modos como as narrativas usadas por cada veículo enquadram a realidade do conflito entre Israel e Palestina.

O conceito de enquadramento (*framing*) tem origem na obra *Frame Analysis: An Essay on the Organization of Experience* (1972), do sociólogo norte-americano Erving Goffman. Embora seja amplamente reconhecido como o principal responsável pela sistematização inicial da análise de enquadramento, o próprio Goffman ressalta que a noção se insere em uma tradição mais ampla, vinculada a autores de orientação fenomenológica. Ainda assim, foi ele quem formulou a primeira articulação teórica consistente do conceito, aplicando-o de maneira estruturada à análise das interações sociais (Porto, 2004).

Anos mais tarde, Robert Entman (1993) foi responsável por articular o conceito original de enquadramento com a noção de hegemonia midiática, formulando uma das definições mais influentes de *framing*:

Enquadrar é selecionar alguns aspectos de uma realidade percebida e fazê-los mais salientes em um texto comunicativo, de forma a promover uma definição particular do problema, uma interpretação causal, uma avaliação moral e/ou uma recomendação de tratamento para o item descrito. (Entman, 1993, p. 52, tradução nossa)

De acordo com Porto (2004), essa definição resume os elementos centrais do conceito, sobretudo no que se refere às suas aplicações na análise de conteúdo da mídia. O autor sustenta que é mais adequado compreender os enquadramentos como recursos heurísticos que orientam e estimulam padrões específicos de interpretação, especialmente no âmbito das questões políticas. A partir de seus estudos, evidencia-se a necessidade de investigar a relação entre os enquadramentos midiáticos e o pensamento político. Destaca-se, ainda, a crescente preocupação da literatura com a interação entre os enquadramentos produzidos pelos meios de comunicação e os processos cognitivos individuais.

A partir dessa definição, Entman (1993) identifica quatro funções centrais do enquadramento: a definição dos problemas, o diagnóstico de suas causas, a formulação de julgamentos morais e a proposição de soluções. O autor argumenta que uma única frase pode desempenhar mais de uma dessas funções — e, em alguns casos, todas elas — embora a maior parte das frases de um texto não exerça qualquer função específica de enquadramento. Ainda que se trate de uma descrição simplificada, a sistematização proposta por Entman possibilita uma compreensão inicial da amplitude do processo de enquadramento, bem como da diversidade de níveis nos quais sua análise pode ser desenvolvida.

Considerando que os enquadramentos constituem formas de organizar a interpretação de acontecimentos e fenômenos, é plausível supor que, em diferentes países, os enquadramentos construídos não sejam inteiramente iguais (Leal, 2007). As pesquisas realizadas nos Estados Unidos avançaram de tal forma que, atualmente, é possível identificar com clareza os enquadramentos adotados pela grande mídia norte-americana na cobertura de temas como o terrorismo (Entman, 2003).

A fim de investigar os enquadramentos do genocídio palestino na mídia após os acontecimentos do 7 de outubro de 2023, na Faixa de Gaza, serão analisados os seguintes veículos: *O Globo* (Brasil) e *Al Jazeera* (Qatar), nas suas versões digitais (*websites*). A escolha desses meios justifica-se por sua relevância no cenário midiático internacional e por suas distintas inserções geopolíticas, possibilitando a comparação entre diferentes perspectivas narrativas sobre o conflito.

O *corpus* foi constituído por matérias jornalísticas publicadas nas versões digitais desses veículos em momentos considerados centrais para a compreensão da escalada do conflito. Foram coletadas as notícias veiculadas durante a primeira semana subsequente aos ataques de 7 de outubro de 2023, abrangendo o período de 7 a 13 de outubro, bem como matérias publicadas nas datas de ocorrência de eventos de grande repercussão internacional, como o Massacre da Farinha e o marco de um ano dos ataques de 7 de outubro. A seleção privilegiou conteúdos informativos diretamente relacionados aos acontecimentos analisados, excluindo textos opinativos e materiais que não abordassem de forma substantiva os eventos em questão.

Após a constituição do *corpus*, as matérias foram organizadas e categorizadas a partir de cinco dimensões analíticas: títulos, seções editoriais, angulação temática, autoria e imagens utilizadas para representação. Essa sistematização permitiu identificar padrões de cobertura, recorrências discursivas e diferenças na construção narrativa dos acontecimentos entre os dois veículos. Em seguida, os textos foram submetidos a uma análise considerando elementos como a definição dos atores envolvidos, a atribuição de responsabilidades, a caracterização das ações militares, as fontes mobilizadas, os vocabulários empregados e os aspectos enfatizados ou silenciados na cobertura. A partir dessas categorias analíticas, foram inferidos os enquadramentos predominantes em cada veículo, buscando compreender como diferentes escolhas editoriais e discursivas contribuem para a construção de sentidos sobre o conflito, seus protagonistas e a população palestina.

6.1 O Globo

A escolha do *O Globo* se dá devido ao seu alinhamento com o discurso advindo de mídias estadunidenses/europeias sobre questões envolvendo o Oriente Médio, tendo uma seção intitulada “Mundo” para tratar de assuntos como este, e também por sua relevância em alcance e abrangência. De acordo com dados apurados pela *Comscore*, o jornal foi o jornal mais lido do país em 2021, assim como em 2022, quando superou a marca de meio bilhão de páginas vistas em um único mês. *O Globo* também registrou o maior número de visitantes, segundo o *IVC Web* (Instituto Verificador de Comunicação) - em média, foram mais de 44 milhões a cada mês de 2022, batendo recorde histórico em outubro, mês das eleições, atingindo 584,9 milhões de visualizações de páginas, o que mostra sua relevância quando o assunto é política. O site manteve uma posição de destaque no cenário digital brasileiro em 2023, consolidando os resultados obtidos no fim do ano anterior.

Partindo de uma perspectiva de análise, busca-se compreender e comparar, como o conflito entre Israel e Palestina é tratado no *O Globo*, partindo do entendimento da relação do Grupo Globo com as agências de notícias internacionais, principalmente as europeias e estadunidenses. Busca-se analisar os conteúdos apresentados nas matérias, destrinchando os títulos, seções do site, angulação temática, autorias e imagens, explorando ainda informações complementares na construção da matéria. Articula-se os contextos sociais, políticos e históricos com as informações coletadas no intuito de construir sentidos, tendo em vista o viés editorial do veículo.

Durante a primeira análise, percebeu-se que o conflito em questão era tratado nas seguintes seções: Mundo, Política, Cultura, Fotos, Play e Rio. A seção Mundo apresenta notícias sobre política internacional, conflitos, refugiados e os principais acontecimentos no exterior, tendo uma aba exclusiva para o conflito entre Israel e Hamas. A seção de Política continha matérias que trabalhavam com o tema a partir das relações diplomáticas com o Brasil e seus desdobramentos no cenário político brasileiro. A seção de Cultura aborda assuntos envolvendo cinema, televisão, artistas, teatro, livros, artes plásticas e política cultural, na maioria das vezes relatando o pronunciamento de celebridades sobre o conflito. Já a seção Fotos apresenta as melhores imagens publicadas no jornal em fotogalerias divididas por temas. A seção Rio aborda assuntos envolvendo o Rio de Janeiro, neste caso os desdobramentos do conflito no cenário regional. E, por fim, a Coluna Play, por Anna Luiza Santiago, pauta novelas, *realities*, séries e programas de TV, contendo críticas, entrevistas, reportagens, fotos e vídeos, contendo principalmente, neste caso, matérias sobre os impactos do conflito na indústria cinematográfica israelense. Assim, foram encontradas 236 matérias na

primeira semana do conflito, 6 matérias sobre o Massacre da Farinha e 9 matérias sobre o aniversário de 1 ano do conflito.

Além das seções, as matérias foram divididas por autoria, verificando quantas matérias foram feitas pelo próprio portal ou agências internacionais; e temas, observando o foco e a angulação das matérias publicadas. Os temas, levantados de acordo com os textos coletados foram: Ataques do Hamas, Ataques de Israel, Vítimas Brasileiras, Impactos no Brasil, Impactos no Oriente Médio, Impactos na Europa, Impactos nos EUA, Impactos em Israel, Declaração do Hamas, Declaração de Israel, Declaração da ONU, Celebidades, Situação em Gaza, Número de vítimas, Situação de reféns, Violência contra jornalistas, Contexto Histórico e Entrevista com Especialista.

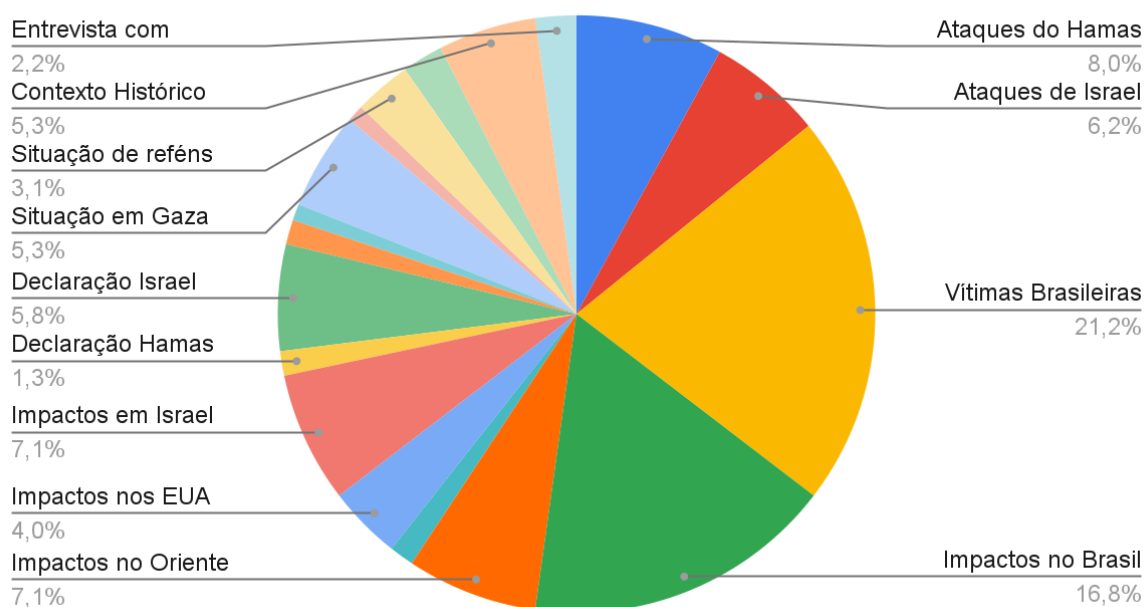
Devido ao grande número de matérias, optou-se por analisar apenas as publicações que abordaram os “Ataques do Hamas” e os “Ataques de Israel”.

6.1.1 A semana do 7 de outubro de 2023

Como foi dito anteriormente, foram encontradas 236 matérias na primeira semana do conflito, sendo categorizadas e divididas por seções, autoria e temas. Os resultados dessa categorização foram apresentados nos gráficos a seguir.

Gráfico 1 - Temas das Matérias em *O Globo*.

Temas das Matérias



Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

Como é possível observar, os temas mais abordados pelo veículo foram “Vítimas brasileiras”, com 21,2% (48 matérias), retratando a situação dos brasileiros que ficaram presos na região durante o conflito, assim como os brasileiros desaparecidos, os brasileiros mortos pelo Hamas e os brasileiros que estavam na *rave* atacada pelo grupo; e “Impactos no Brasil”, com 16,8% (38 matérias), abordando os desdobramentos do conflito aqui no Brasil, principalmente no cenário político polarizado, assim como a desenvoltura da diplomacia brasileira e do presidente Lula no cenário internacional ao lidar com questões do conflito. Esses dois temas ganharam força depois do terceiro dia (09/10), quando os ataques do Hamas deixaram de ser o foco principal do veículo e, principalmente, devido ao fato do brasileiro Ranani Glazer, desaparecido na *rave* em Israel atacada pelo Hamas, ter sido encontrado morto. Esses dados indicam um forte processo de nacionalização do conflito, no qual um evento internacional é traduzido prioritariamente a partir de seus efeitos sobre cidadãos e interesses nacionais. Tal estratégia é comum em coberturas de política internacional, mas, ao mesmo tempo, pode deslocar o foco das dinâmicas estruturais do conflito para uma lógica de proximidade emocional e identitária com o leitor brasileiro. Observa-se um enfoque específico nos brasileiros que estavam em Gaza e em Israel, retratando o esforço do governo brasileiro para tirar esses cidadãos de lá. Algumas matérias foram dedicadas para abordar a vinda deles, oferecendo uma perspectiva detalhada de suas experiências e desafios ao deixarem a região. Essa atenção demonstra a importância de explorar não apenas os aspectos globais, mas também os impactos locais e pessoais que afetam diretamente os brasileiros enquanto parte da comunidade global. Ou seja, esses dados indicam que o conflito foi prioritariamente definido não como uma crise estrutural do Oriente Médio, mas a partir de como afeta e envolve o Brasil. Segundo Entman (1993), a definição do problema orienta o campo perceptivo do público. Nesse caso, o enquadramento desloca o conflito de uma disputa geopolítica complexa para uma questão de proteção de nacionais e gestão diplomática. O foco na repatriação e nos esforços do governo brasileiro estrutura o acontecimento como uma crise consular e política doméstica, promovendo um processo de nacionalização do evento internacional.

As temáticas menos abordadas foram: Número de vítimas (0,9%) e Celebidades (0,9%), com 2 matérias cada; e Impactos na Europa (1,3%), Declaração da ONU (1,3%) e Declaração do Hamas (1,3%), com 3 matérias cada. Isso sugere que a cobertura priorizou enquadramentos políticos e institucionais em detrimento de abordagens humanitárias mais quantitativas ou de leituras voltadas à dimensão simbólica e midiática do conflito. No plano

diretamente militar, observa-se um desequilíbrio relativo entre os atores. Embora os ataques do Hamas (8%) apareçam com maior frequência do que os ataques de Israel (6,2%), a diferença se acentua quando se analisam as fontes oficiais: as declarações do governo israelense (5,8%) recebem cobertura muito mais ampla do que as declarações do Hamas (1,3%). Esse contraste sugere uma hierarquização das vozes legítimas, em que o discurso estatal israelense é mais frequentemente reconhecido como fonte autorizada, enquanto a fala do Hamas aparece de forma residual, reforçando assimetrias de poder simbólico no noticiário. Segundo Entman (1993), o diagnóstico causal é fortemente moldado pelas fontes autorizadas. Assim, ao conferir maior legitimidade discursiva ao governo israelense, o noticiário contribui para estruturar a narrativa causal a partir de um ponto de vista estatal reconhecido como legítimo no sistema internacional.

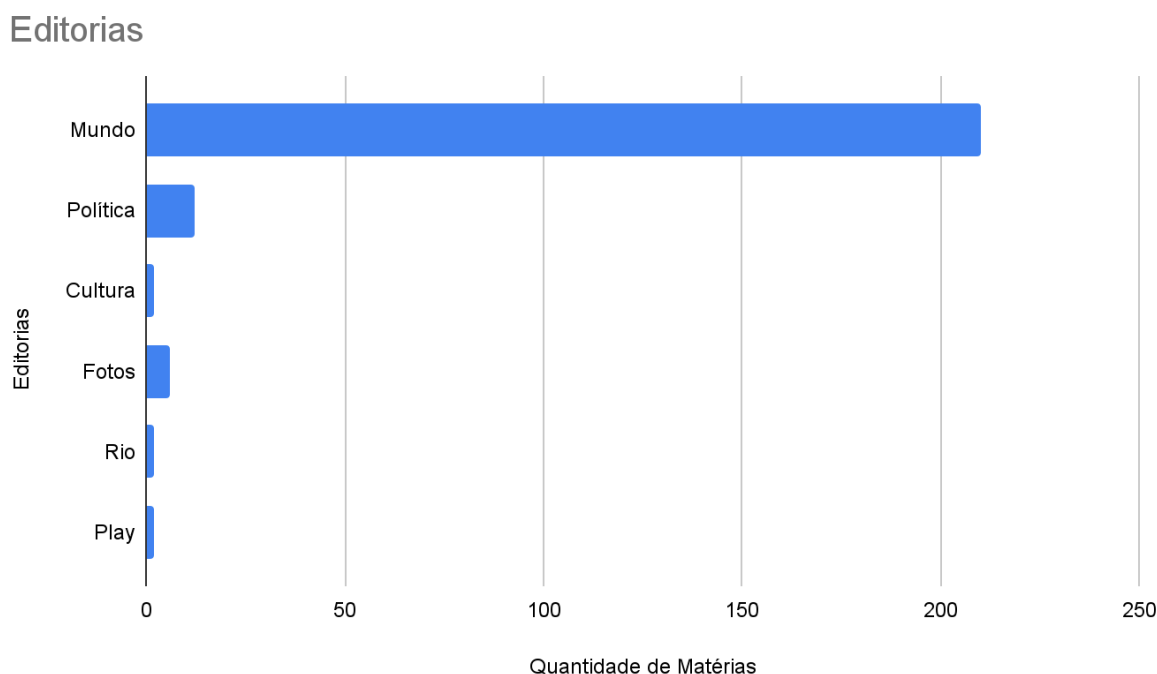
Esse padrão reforça a tendência à ocidentalização das fontes, na qual determinados atores são considerados mais “autorizados” a falar e a interpretar os acontecimentos. Said (2007, p. 15) reforça a existência desse sistema ao falar da relação entre discurso e poder político: “é [o orientalismo], acima de tudo, um discurso que não está de maneira alguma em relação direta, correspondente, ao poder político em si mesmo, mas que antes é produzido e existe em um intercâmbio desigual com vários tipos de poder”. O autor defende a possibilidade de que o próprio Oriente crie sua narrativa como resposta àquela imposta pelo Ocidente, porém reconhece que a produção de conhecimento no mundo é mal distribuída e concentrada nas metrópoles ocidentais. Para Said (2007), o ponto fundamental é que não há como transformar a produção de conhecimento em sua origem sem que se modifique, simultaneamente, a situação política que lhe dá sustentação. Ademais, é preciso lembrar dos cinco filtros criados por Chomsky e Herman (2008) para o modelo de propaganda dos veículos de comunicação. Neste caso da cobertura de guerra, os que se destacam, especialmente, são o “domínio das fontes oficiais” e a dependência da mídia a elas, e a “criação de um inimigo comum” com um pacto ideológico criado entre mídias e setores dominantes mundiais. Considerando que a mídia atua como um agente de construção da realidade, os grupos que detêm maior poder simbólico e material tendem a ter maior capacidade de difundir e impor ideias, influenciando de forma decisiva a consolidação dessa realidade (2007).

Além disso, o volume relativamente elevado de matérias sobre impactos em Israel (7,1%), comparado à situação em Gaza (5,3%), indica um enquadramento que tende a privilegiar os efeitos do conflito sobre o lado israelense, ainda que Gaza seja o principal território atingido pelas operações militares. Também é necessário considerar que, na primeira

semana do conflito, Israel foi apresentado como o principal atingido pelos ataques. Esse cenário contribuiu para a construção de uma percepção inicial de que os maiores danos recaíam sobre o lado israelense, reforçando sua posição como vítima central naquele momento da cobertura. Ainda que ambas as dimensões estejam presentes, a distribuição desigual de visibilidade indica uma hierarquização implícita da relevância das perdas. Entman argumenta que o julgamento moral pode estar embutido na própria seleção temática. Ao enfatizar vítimas brasileiras e impactos sobre Israel, a cobertura favorece uma lógica de proximidade identitária e geopolítica. Outro aspecto relevante é a escassa contextualização histórica. Apesar de o contexto histórico (5,3%) aparecer de forma moderada, esse número é pequeno diante da intensidade da cobertura factual e imediata. Isso contribui para uma narrativa centrada no evento isolado do ataque de 7 de outubro, com menor aprofundamento sobre as causas estruturais, o histórico da ocupação e as assimetrias políticas que moldam o conflito há décadas. Ao privilegiar a factualidade do ataque e reduzir o espaço para o histórico da ocupação e das assimetrias estruturais, o enquadramento tende a operar dentro de uma lógica episódica.

No modelo de Entman (1993), enquadramentos também sugerem tratamentos ou soluções. A ênfase na atuação da diplomacia brasileira e na performance presidencial no cenário internacional indica que a “solução” implicitamente promovida pelo noticiário é a gestão institucional da crise. O conflito não é apresentado prioritariamente como problema de ordem internacional sistêmica que exige transformação estrutural, mas como: situação a ser administrada diplomaticamente; crise a ser resolvida por negociações e evacuações; teste de eficiência governamental.

Ainda que o Brasil não esteja envolvido em conflitos armados com outros países, a mídia tradicional brasileira frequentemente direciona sua cobertura a acontecimentos que apresentam traços típicos de um cenário de guerra, como perdas humanas, destruição e tragédias, especialmente no âmbito do jornalismo policial (Silveira, 2012). Esse padrão de cobertura, sustentado majoritariamente por fontes oficiais, tende a privilegiar atores hegemônicos e a estruturar narrativas centradas na oposição entre inimigos e heróis, sendo igualmente identificável no jornalismo nacional e contribuindo para a assimetria nas abordagens (Silveira, 2012). Consequentemente, quando os grandes meios de comunicação brasileiros, que já estão habituados a empregar esse modelo na cobertura de conflitos urbanos e da chamada “guerra ao tráfico”, se deparam com guerras e conflitos internacionais, tendem a reproduzir essas mesmas estruturas narrativas e enquadramentos na apresentação dos acontecimentos (Cunha, 2025).

Gráfico 2 - Seções das Matérias em *O Globo*.

Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

A distribuição das matérias sobre o conflito entre Israel e Hamas nas diferentes seções de *O Globo*, na primeira semana após 7 de outubro de 2023, evidencia escolhas editoriais que ajudam a compreender como o jornal enquadrrou o acontecimento e delimitou seus sentidos prioritários.

A concentração esmagadora de 210 matérias (89,7%) na seção Mundo indica que o conflito foi tratado quase exclusivamente como um tema de política internacional, demarcado ao campo das relações exteriores e da geopolítica, contradizendo a divisão temática levantada acima. Embora a maioria dos assuntos envolvam brasileiros desaparecidos e os desdobramentos do conflito no Brasil, a maioria das matérias apareciam na seção Mundo. Esse enquadramento pode reforçar a ideia de um distanciamento simbólico: trata-se de um evento “externo”, ainda que com repercussões diretas no Brasil e forte carga humanitária. Ao designar majoritariamente o tema a seção Mundo, o jornal tende a apresentá-lo como algo que acontece fora do espaço político e social doméstico, podendo limitar sua articulação com debates internos mais amplos. Para Entman, a definição do problema delimita “sobre o que” a questão realmente é.

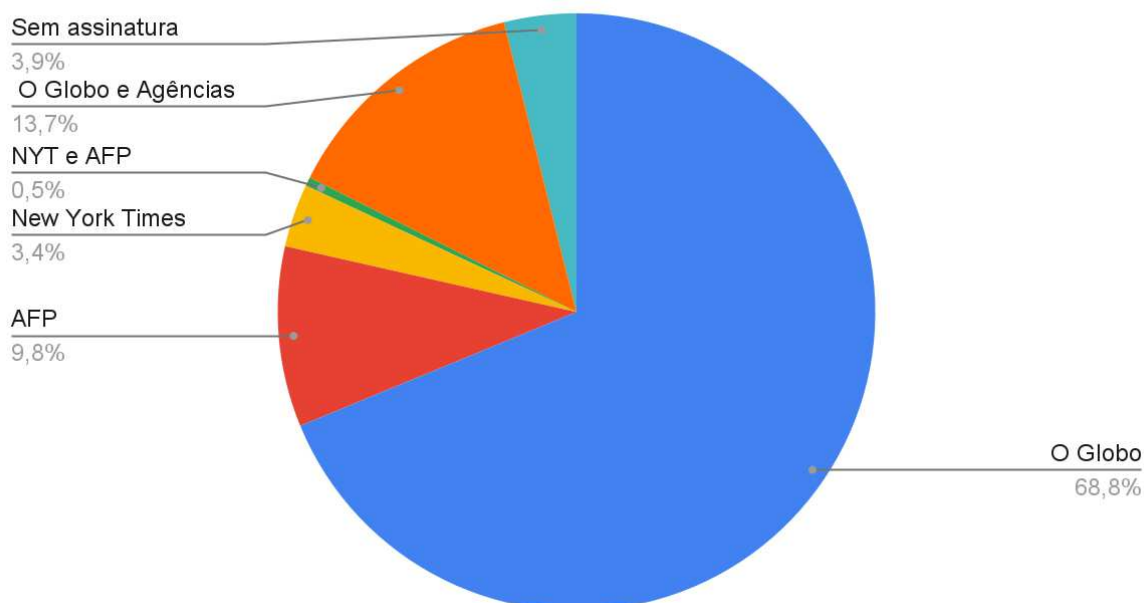
Ao concentrar a cobertura na seção Mundo, o enquadramento também influencia o diagnóstico causal. O conflito tende a ser compreendido como resultado de dinâmicas geopolíticas externas (disputas regionais, confrontos militares, ações de governos estrangeiros) e não como fenômeno que também dialoga estruturalmente com decisões políticas brasileiras ou com disputas ideológicas domésticas, como foi mostrado ao longo do capítulo 4, principalmente através da polarização política com a aproximação da extrema direita ao sionismo cristão e a esquerda com sua tradicional vinculação à solidariedade Sul-Sul e à causa palestina.

A presença relativamente reduzida da seção Política com 12 matérias (5,1%) é particularmente significativa. Apesar das claras implicações do conflito para a política externa brasileira, para o posicionamento do governo Lula, para o Congresso e para o debate ideológico interno, essas dimensões aparecem de forma marginal. Isso sugere uma separação editorial entre política interna e conflitos internacionais, que pode contribuir para despolitizar, no plano doméstico, as disputas narrativas e diplomáticas relacionadas ao tema. Nesse contexto, Israel e Palestina deixam de ser apenas realidades distantes, marcadas por conflitos próprios, e passam a ocupar um lugar central nas disputas ideológicas que atravessam a polarizada política brasileira (Baldin; Ramos, 2023).

A categorização editorial, portanto, não é neutra: ela opera como dispositivo de saliência que delimita fronteiras simbólicas entre o “externo” e o “interno”. Ao concentrar a cobertura na seção Mundo, o jornal contribui para um enquadramento que mantém o conflito predominantemente no âmbito internacional, mesmo quando seus desdobramentos afetam diretamente cidadãos e o debate político brasileiro. Com isso, a “solução” implícita é apresentada como técnica e diplomática, situada no campo especializado das relações exteriores, e não como tema de deliberação política interna ampla. O conflito é tratado como matéria de gestão estatal no cenário internacional, não como objeto central de disputa ideológica doméstica.

Gráfico 3 - Autoria das Matérias em *O Globo*.

Autoria das Matérias



Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

Como é possível observar, os dados sobre a autoria das matérias publicadas por *O Globo* na primeira semana após 7 de outubro de 2023 revelam aspectos centrais da dependência informacional, dos fluxos internacionais de notícias e dos regimes de autoridade jornalística que estruturam a cobertura de conflitos internacionais.

A predominância de conteúdos assinados por *O Globo* (141 matérias, ou 68,8%) indica um esforço significativo de produção própria. No entanto, essa “autoria nacional” não deve ser interpretada automaticamente como autonomia informacional. Em coberturas internacionais, a produção local frequentemente se apoia em fontes secundárias, imagens, despachos e enquadramentos fornecidos por grandes agências globais, o que relativiza a ideia de independência editorial plena. Assim, a seleção inicial dos acontecimentos — o que vira notícia, quais números são priorizados, quais declarações ganham centralidade — pode já estar previamente enquadrada por circuitos globais de produção informacional. Ou seja, a autoria nacional pode operar dentro de um enquadramento estruturalmente internacionalizado. Assim, os resultados sugerem que *O Globo* tampouco enviou um correspondente internacional para a região.

Nesse sentido, para a compreensão dessa repercussão dos eventos, é importante rever a questão da *escala*. A escala geográfica deve levar em conta o conteúdo do território e os eventos, uma vez que

é a funcionalização dos eventos no lugar que produz uma forma, um arranjo, um tamanho do acontecer. Mas, no instante seguinte, outra função cria outra forma e, por conseguinte, outros limites. Muda a extensão do fenômeno porque muda a constituição do território: outros objetos, outras normas convergem para criar uma organização diferente. Muda a área de ocorrência dos eventos (Silveira, 2004, p. 90).

A noção de escala, segundo Santos (2006), pode ser aplicada aos eventos a partir de duas dimensões: (1) a escala de origem das variáveis que intervêm na produção do evento, vinculada ao poder e à força de seu emissor; e (2) a escala de seus efeitos ou de sua concretização, isto é, o âmbito espacial em que o fenômeno se manifesta. Desse modo, se, por um lado, os agentes produtores de informação detêm a capacidade de criar acontecimentos, é possível afirmar que a escala de origem do evento varia conforme o poder desses emissores, podendo situar-se, por exemplo, no âmbito nacional ou mundial; por outro lado, ao moldarem a repercussão desses acontecimentos, tais agentes também definem a escala de seus efeitos, isto é, sua geografização e sua objetivação.

A *Agence France-Presse* (AFP) aparece como a principal fornecedora externa, com 20 matérias (9,8%), além de outras 28 (13,7%) assinadas conjuntamente por *O Globo* e agências internacionais. Esse dado confirma o papel estrutural das agências de notícias europeias e norte-americanas como mediadoras centrais da informação sobre o Oriente Médio, reproduzindo um padrão histórico do sistema global de circulação de notícias, no qual poucos polos concentram a produção e a distribuição de sentidos sobre conflitos periféricos ou semiperiféricos. Já a presença mais limitada do *New York Times* (7 matérias, ou 3,4%) e a autoria conjunta NYT e AFP (1 matéria, ou 0,5%) reforçam o prestígio de veículos do eixo Estados Unidos–Europa como fontes de legitimidade jornalística. Mesmo com menor volume, esses conteúdos tendem a ocupar um lugar simbólico de autoridade, funcionando como referência interpretativa para leitores e para a própria imprensa nacional.

Neste caso, pode-se dizer que, segundo o modelo de Entman (1993), quem controla os fluxos de informação exerce influência decisiva na definição do problema. Se as agências internacionais são mediadoras centrais, elas participam da definição: de quais eventos são prioritários; de como o conflito é caracterizado (terrorismo, guerra, retaliação, crise humanitária); de quais atores são apresentados como protagonistas.

As agências transnacionais de notícias, ao coletarem, selecionarem e distribuírem informações aos principais veículos nacionais de comunicação, exercem influência decisiva na definição da escala dos eventos. Nesse sentido, vale questionar em que medida seu poder

de orientar as pautas nacionais se traduz no condicionamento dos acontecimentos e na filtragem daqueles que passam, ou não, a ter repercussão no território nacional.

A ausência de veículos árabes, palestinos ou de outras regiões do Sul Global entre as autorias é particularmente reveladora. Ela evidencia uma assimetria epistemológica: a narrativa sobre o conflito é majoritariamente mediada por instituições jornalísticas situadas nos centros globais de poder, o que limita a pluralidade de perspectivas e contribui para a reprodução de enquadramentos ocidentalizados e, muitas vezes, alinhados a interesses geopolíticos dominantes. Quando agências como a AFP ou veículos como o NYT aparecem como fontes legitimadas, mesmo com menor volume, reforça-se uma hierarquização simbólica das vozes autorizadas a interpretar o conflito. Nesse sentido, a autoridade interpretativa permanece concentrada em polos do Norte global, reforçando assimetrias na produção de sentido.

Se a definição do problema e o diagnóstico causal são moldados por matrizes informacionais concentradas no Norte global, as soluções sugeridas também tendem a se alinhar a esse horizonte: diplomacia multilateral tradicional; reconhecimento de certos atores como interlocutores legítimos; enquadramento do conflito dentro da gramática da segurança internacional. Assim, a estrutura de autoria revela não apenas quem escreve, mas quais horizontes de solução são considerados plausíveis.

6.1.1.1 Ataques do Hamas

Depois dessa análise mais geral, foi analisado alguns aspectos mais específicos das matérias que abordaram a temática dos ataques dos dois lados envolvidos no conflito, no intuito de averiguar privilégios narrativos e destaque de perspectivas.

Como já foi dito anteriormente, foram encontradas 19 matérias com o tema “Ataques do Hamas” e 12 matérias com o tema “Ataques de Israel”.

Tabela 1 – Matérias sobre os “Ataques do Hamas” veiculadas em *O Globo*

Matéria	Data de publicação
Hamas faz ataque surpresa contra Israel, que declara guerra	07/10/2023
Hamas usou parapentes para invadir território israelense, diz exército do país; vídeo	07/10/2023
'Ataque assim é inédito', dizem especialistas sobre ação surpresa do Hamas que gerou declaração de guerra de Netanyahu	07/10/2023
Vídeos mostram momento de invasão do Hamas em Israel e	07/10/2023

contraofensiva; veja	
Guerra no Oriente Médio: repórter é surpreendida por explosão em prédio residencial; veja vídeo	07/10/2023
Invasão surpresa do Hamas coloca em evidência falhas de segurança de Israel	07/10/2023
Combatentes do Hamas invadem 22 cidades de Israel e fazem reféns, diz porta-voz militar	07/10/2023
Ataque-surpresa terrorista do Hamas por terra, mar e ar sem precedentes nas últimas décadas deixa centenas de mortos e dezenas de reféns em Israel	07/10/2023
'Um foguete do Hamas caiu a uma quadra de onde estou dormindo', relata Paola de Orte, de Tel Aviv	08/10/2023
Vídeos mostram fuga de participantes de rave pelo deserto após invasão de extremistas em Israel; assista	08/10/2023
Corpos de 40 bebês e crianças foram encontrados em comunidade atacada pelo Hamas, diz TV	09/10/2023
Projéteis com alcance de cinco a até 160 quilômetros: conheça o arsenal do Hamas usado contra Israel	11/10/2023
Trator, bomba em bunker e tiros à queima roupa: entenda como o Hamas realizou o pior ataque a Israel em 50 anos	11/10/2023
Hamas publicou registro do assassinato de idosa israelense na conta dela no Facebook	11/10/2023
Médica é assassinada quando tentava salvar vítimas do Hamas, diz serviço de resgate de Israel	11/10/2023
Juarez Petrillo mostra vídeo do festival Universo Paralello minutos antes de ataque do Hamas	12/10/2023
Vídeo mostra momento em que terroristas do Hamas atiram contra banheiros em rave de Israel; assista	13/10/2023
Mulher conta como sobreviveu a ataque do Hamas com aspirador de pó e rolo de massa	13/10/2023
Conflito Israel x Hamas completa uma semana: um resumo do pior ataque do grupo armado a Israel nos últimos 50 anos	14/10/2023

Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

A leitura conjunta desses títulos permite identificar padrões recorrentes de linguagem, enquadramento e hierarquização que estruturam a cobertura inicial de *O Globo* sobre o conflito Israel–Hamas na primeira semana pós 7 de outubro de 2023. Esses padrões

não são neutros: eles organizam sentidos, produzem afetos e orientam a interpretação do leitor desde o título.

Em muitas línguas naturais, como o português, a palavra é compreendida como uma unidade básica de sentido. É nela que o falante reconhece, de forma intuitiva, o elemento fundamental que se combina na formação de expressões e estruturas sintáticas supraléxicais utilizadas na comunicação. Tais expressões e estruturas são constituídas a partir do léxico, envolvendo palavras gramaticais e lexicais que compõem os enunciados, aos quais os sentidos são atribuídos no processo de interlocução (Ferraz; Liska, 2021). Nesse contexto, o título atua como uma síntese da notícia, antecipando de forma coerente, coesa e concisa os principais aspectos que serão desenvolvidos no texto, destacando ainda que o título constitui o primeiro ponto de contato do leitor com o conteúdo informativo, com o objetivo de despertar o interesse e incentivar a leitura da matéria (Otaviano; Santos, 2021).

Sob a perspectiva linguística, o texto pode ser compreendido como a materialização das ideias de um autor. Entretanto, sua análise vai além dessa dimensão, pois envolve o funcionamento do sistema linguístico como um todo, abrangendo aspectos da morfologia, da sintaxe, da fonologia, da semântica e do léxico. De acordo com Marcuschi (2008, p. 72):

O texto é uma (re)construção do mundo e não uma simples refração ou reflexo. Como Bakhtin dizia da linguagem que ela ‘refrata’ o mundo e não reflete, também podemos afirmar do texto que ele refrata o mundo na medida em que o reordena e reconstrói.

Nesse sentido, o texto é concebido como um evento situado, produzido e interpretado em um contexto sociocomunicativo, no qual processos cognitivos possibilitam a construção de sentidos e a efetivação da compreensão textual.

Voltando para os títulos de *O Globo*, alguns termos e campos semânticos se repetem de forma insistente: “Ataque”, “ataque-surpresa”, “invasão”, “contraofensiva”, “terrorista(s)”, “grupo armado”, “vídeos mostram...” / “veja” / “assista”, “sem precedentes”, “inédito”, “pior ataque em 50 anos”. Esse léxico constrói uma narrativa de violência extrema, excepcionalidade histórica e brutalidade, associada quase exclusivamente ao Hamas, enquanto Israel aparece majoritariamente como alvo, vítima do ataque, espaço de sofrimento civil (*raves*, cidades, residências) ou agente reativo (“declara guerra”, “contraofensiva”, “falhas de segurança”). Ou seja, como já era esperado, o “Hamas” é colocado quase sempre como sujeito ativo da ação: sujeito da ação violenta (“faz ataque”, “invadem”, “fazem reféns”, “assassinam”); qualificado moralmente (“terrorista”, “extremistas”); associado a imagens de crueldade e barbárie (bebês mortos, tiros à queima-roupa, assassinato de idosa). Além disso,

produzem uma definição clara do problema: trata-se de uma agressão violenta, abrupta e extraordinária contra Israel.

A realização de uma festa *rave* em território israelense, nas proximidades da fronteira com a Faixa de Gaza, constitui, segundo Paled-Elhanan (2023), um exemplo de como, no Estado de Israel, se celebra a vida e a liberdade de determinados grupos que desfrutam de alguns dos mais altos padrões de vida do mundo, enquanto, do outro lado do muro, a população palestina enfrenta a escassez de eletricidade, água potável e alimentos.

A narrativa de que o Hamas realizou um ataque terrorista inédito, brutal e sem precedentes contra civis israelenses, obrigando Israel a reagir em legítima defesa, produz a sensação de ruptura absoluta, apagando processos históricos, contexto de ocupação e ciclos anteriores de violência. Segundo Entman, esse tipo de ênfase aumenta a saliência e organiza a percepção pública em torno da ideia de crise extrema. Ao enquadrar o evento como terrorismo excepcional, a “declaração de guerra” (legitimação antecipada da resposta israelense) aparece como consequência lógica e necessária, não como decisão política passível de questionamento.

Do ponto de vista sintático, há padrões claros: “Hamas faz ataque surpresa...”; “Combatentes do Hamas invadem...”; “Hamas publicou registro do assassinato...”; “Terroristas do Hamas atiram...”. O uso recorrente da voz ativa para o Hamas reforça a atribuição direta de agência e culpa. Enquanto, por outro lado, é possível observar o uso de fontes institucionais israelenses como legitimadoras: “diz exército do país”; “diz porta-voz militar”; “diz serviço de resgate de Israel”. No modelo de Entman (1993), isso configura um enquadramento com causalidade altamente personalizada e unilateral: o Hamas é definido como iniciador exclusivo da violência, sem contextualização estrutural (ocupação, bloqueio de Gaza, histórico de confrontos etc.).

O resultado é um enquadramento moralmente assimétrico: o Hamas é construído como agente bárbaro; Israel, como vítima de agressão extrema. Segundo Entman (1993), enquadramentos frequentemente sugerem tratamentos de forma implícita. Ao destacar a gravidade e excepcionalidade da agressão, o noticiário cria condições interpretativas que tornam aceitável uma contraofensiva ampla.

A língua desempenha um papel cognitivo fundamental ao possibilitar uma representação mental organizada da experiência. Longe de ser neutra, ela atua como um mediador social e simbolicamente construído. Nesse sentido, o noticiário constitui uma representação do mundo produzida pela linguagem. Fowler (1994) acredita que existe uma relação causal entre a estrutura semântica e a cognição, sendo que a língua influencia o

pensamento, estruturando os canais de nossa experiência mental no mundo. Para o autor, qualquer dimensão da estrutura linguística, seja fonológica, sintática, lexical, semântica, pragmática ou textual, é passível de carregar significados ideológicos.

Fowler (1994) destaca o processo de categorização por meio da estrutura lexical, argumentando que a comunicação humana é permeada por sistemas de crenças, categorias e “grades discriminatórias” que organizam e representam o mundo de acordo com as necessidades das sociedades em que essa comunicação se realiza. De acordo com o autor, o léxico, entendido como um “dicionário mental”, organiza e armazena ideias em conjuntos estruturados, articulados por relações lógicas e formais, como oposição, complementaridade, inclusão e equivalência. Como por exemplo: bem/mal, moderação/extremismo, pacifista/terrorista, etc. E não são apenas as escolhas lexicais que evidenciam relações de poder. O autor também destaca que estruturas sintáticas “clichê”, ou sintagmas recorrentes, como “grupo extremista/terrorista”, são empregadas para condensar proposições gerais que resumem e disseminam uma determinada ideologia.

Assim, antes mesmo do desenvolvimento do conflito, os títulos fixam posições morais, tornando mais aceitável, e até naturalizada, a escalada militar subsequente. À luz de Edward Said (2007), os títulos operam um dispositivo orientalista clássico, visto que o Oriente (Hamás/Palestinos) aparece como: violento, irracional, cruel e ameaçador à civilização; enquanto o Ocidente (Israel) aparece como: espaço da vítima, ordem violada e reação necessária.

Segundo Zizek (2014), violência da linguagem diz respeito a uma forma mais difusa de violência, caracterizada pela imposição de uma estrutura social na qual o Outro só é tolerado ou respeitado se este se mantiver como um personagem secundário, dotado de menor valor social. Um conceito relevante utilizado pelo autor para designar as vítimas da violência de linguagem é a taxação do “*sujeito suposto saquear e estuprar*”. Essa figura passa a carregar o estigma de representar, aos olhos da sociedade, o mais elevado potencial ofensivo, sendo construída como um sujeito socialmente estigmatizado. Aqui não se trata mais de alguém que efetivamente saqueia ou estupra, mas de um sujeito construído como suposto saqueador e estuprador a partir do juízo de quem exerce a violência simbólica — isto é, do agente que produz ou contribui para a manutenção da estrutura desse universo simbólico opressor.

Na matéria “Corpos de 40 bebês e crianças foram encontrados em comunidade atacada pelo Hamás, diz TV”, por exemplo, o *Globo* retrata o caso dos supostos 40 bebês e crianças que teriam sido mortas na comunidade de Kfar Aza. A história foi divulgada,

primeiramente, pela emissora local *i24News*, e foi se espalhando de forma confusa ao redor do mundo. A editora de Internacional da emissora francesa LCI, Margot Haddad, foi mais incisiva e disse ter confirmado a informação de que bebês e crianças menores de dois anos foram decapitados pelo Hamas em Kfar Aza. A agência turca *Anadolu* e o jornal britânico *The Independent*, que também visitaram Kfar Azar, disseram que um comandante das Forças de Defesa de Israel (IDF em inglês) afirmou não ter confirmações quanto a isso. A matéria de *O Globo* termina com a fala do major-general Itai Veruv: “Não é uma guerra, não é um campo de batalha. Você vê os bebês, a mãe, o pai, em seus quartos, em suas salas de proteção e como os terroristas os mataram. É um massacre.” (O Globo, 2023).

Nenhuma imagem ou prova sobre o suposto acontecimento foi divulgada. Posteriormente, a informação foi negada pelo Exército de Israel e pelo porta-voz do Ministério de Relações Exteriores do país. Apesar disso, o boato já tinha se espalhado. Até mesmo o presidente dos Estados Unidos na época, Joe Biden, disse ter visto imagens de bebês decapitados, sendo desmentido pela Casa Branca posteriormente. Veículos brasileiros como *O Estadão* e *Band* fizeram novas matérias que apresentaram uma nova narrativa sobre o ocorrido, destacando o fato de não haver provas sobre a morte dos 40 bebês e crianças. O *Estadão Verifica* montou inclusive um guia cronológico explicando o que se sabia, até aquele momento, sobre a alegação não confirmada de que 40 bebês teriam sido decapitados pelo Hamas. Em *O Globo*, não encontramos outra matéria sobre o episódio.

Após a declaração feita inicialmente à jornalista do *i24News* e diante do reconhecimento das IDF de que não era possível confirmar o relato, Israel passou a ser questionado. Já na quarta-feira, um porta das IDF, major Nir Dinar, disse ao jornal *Business Insider* que não investigariam nem buscariam mais evidências sobre a decapitação de bebês pelo Hamas no Kibutz Kfar Aza porque isso era “desrespeitoso com os mortos”. (O Estadão, 2023).

Embora o canal israelense *i24News* tenha divulgado nesta terça-feira (10) que 40 bebês foram encontrados mortos na comunidade de Kfar Aza, em ataque do Hamas que teve início no sábado (7), as Forças Armadas do país não confirmaram a informação através dos canais oficiais (Band, 2023).

O Hamas, desde o primeiro momento, negou ter decapitado os 40 bebês e crianças de Kfar Aza. Porém, como já apontava Zizek (2014), aqui o Hamas, mesmo sendo o sujeito ativo, é transformado em um personagem secundário dentro da narrativa, o “sujeito suposto matar e decapitar”. Tal quadro Orientalista ainda é reforçado quando observamos que, das 18 matérias, 9 foram escritas pelo *O Globo*, 1 pela AFP, 2 pelo NYT e 6 por *O Globo* e

Agências Internacionais. A matéria sobre os 40 bebês foi escrita por *O Globo* e Agências Internacionais.

6.1.1.2 Ataques de Israel

Como já foi dito anteriormente, foram encontradas 12 matérias com o tema “Ataques de Israel”. Veja no quadro a seguir:

Tabela 2 – Matérias sobre os “Ataques de Israel” veiculadas em *O Globo*

Matéria	Data de publicação
Entenda a guerra em Israel, que começou com o maior ataque do Hamas e tem contraofensiva intensa na Faixa de Gaza	08/10/2023
Forças Armadas de Israel planejam ataque terrestre massivo em Gaza nas próximas 48 horas, diz jornal	08/10/2023
Israel realiza mais de 500 ataques aéreos a Gaza e atinge campo de refugiados; número de vítimas é incerto	09/10/2023
Bombardeios de Israel atingem abrigos para civis e até escolas em Gaza, diz ONU	11/10/2023
Bombas de fósforo branco: autoridades palestinas acusam Israel de usar munição proibida; entenda por que	11/10/2023
Aviões israelenses bombardeiam universidade de Gaza ligada ao Hamas; vídeo	11/10/2023
'Armadilha de Gaza': invasão por terra pode ser 'tiro no pé' para Israel e ameaça para todo Oriente Médio	12/10/2023
Israel seguirá com bloqueios até a devolução dos cerca de 150 reféns em poder do Hamas	12/10/2023
Morador da Faixa de Gaza se desespera, sob ataque de bombas: 'Por quê? Não fizemos nada!'	12/10/2023
Israel ordena deslocamento de 1,1 milhão de habitantes de Gaza para o sul; ONU alerta para consequências devastadoras	13/10/2023
Hamas divulga que 13 reféns foram mortos em ataques israelenses a Gaza nas últimas 24h	13/10/2023
Tanque supermoderno de Israel chega à fronteira com Gaza para 'próxima fase' de guerra contra Hamas; fotos	13/10/2023

Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

A análise desse segundo conjunto de títulos revela mudanças importantes de tom e foco, mas também continuidades estruturais no enquadramento adotado por *O Globo* na

primeira semana pós 7 de outubro. Em comparação com o primeiro bloco, há maior visibilidade da ação militar israelense e do impacto humanitário em Gaza; ainda assim, a narrativa permanece assimétrica e cuidadosamente modulada.

Com relação aos termos e expressões recorrentes, destacam-se outros campos semânticos. “Israel” aparece como sujeito recorrente (“realiza”, “atingem”, “ordenam”, “seguirá”). Enquanto o lado palestino (Gaza) é frequentemente associado a “campo de refugiados” e “abrigos”. É possível observar também o uso de um vocabulário militar-tecnológico: “tanque supermoderno”, “próxima fase”, “ataque massivo”, “bombardeios”, “ataques aéreos”, “bloqueios”, “invasão terrestre”. O uso desse vocabulário militar não reflete que os alvos do ataque israelense também são civis. Os ataques israelenses à população civil não são em nenhum momento denominados como atos “terroristas”, nem “terrorismo”, nem “terror”.

Há, portanto, uma ampliação do léxico da guerra e da devastação, mas com marcadores discursivos de cautela e distanciamento quando se trata das ações israelenses. Algo que Castro (2007) já havia notado na década de 2000:

Responder, retaliar e reagir sempre pressupõem a ocorrência de uma provocação anterior. Mas a provocação nunca vem do lado israelense. Os palestinos é quem são os provocadores, que somente fazem com que os militares de Israel “respondam” às agressões. [...] Associar os itens lexicais “responder” e “retaliar” a apenas um dos lados, faz com que o conflito pareça um desenho animado no estilo gato e rato. Mas, nesse caso, apenas o maior (equipado com armamento, aviões, tanques, helicópteros e com um exército organizado) é perseguido pelo menor (com armas contrabandeadas e combatentes não regulares), segundo o noticiário dos dois jornais. Os verdadeiros meandros que levam grupos a organizarem atentados com suicidas não são expostos (Castro, 2007, p. 105-106).

A maioria dos títulos mantém clara a ordem causal: o “maior ataque do Hamas” → a “contraofensiva intensa de Israel”. Essa construção enquadra a ação israelense como continuidade ou resposta. Mesmo quando o foco é Gaza, a origem do conflito é reiterada. Até mesmo em ataques a universidades ou bloqueios, o veículo faz menções diretas ou indiretas à ligação com o Hamas, assim como reforça-se a ideia de que Gaza é um espaço “contaminado” pela presença do grupo como podemos ver no título: “Morador da Faixa de Gaza se desespera, sob ataque de bombas: 'Por quê? Não fizemos nada!'”.

Apesar de Israel aparecer agora como ator central da violência, o enquadramento ainda tende a preservar sua legitimidade política e moral, visto que o lado israelense: age dentro de uma lógica estratégica (“planejam”, “próxima fase”, “seguirá com bloqueios”); tem

suas ações frequentemente mediadas por justificativas (reféns, guerra contra o Hamas), ou seja, aparece como sujeito racional, ainda que duro. Por outro lado, os palestinos surgem sobretudo como espaço de sofrimento, não como sujeitos políticos. Aparecem por meio de números incertos, acusações ou falas emocionais isoladas, raramente possuindo voz institucional equivalente à israelense. Assim, mesmo quando Israel é associado a bombardeios e deslocamentos forçados, a narrativa não o desloca do lugar de ator legítimo do conflito.

Com relação a construção sintática dos títulos, é possível perceber o uso de voz ativa com atenuadores: “Israel realiza...”; “Aviões israelenses bombardeiam...”; “Israel ordena deslocamento...”. Essas ações são frequentemente acompanhadas de termos técnicos ou burocráticos, que reduzem a carga emocional. Além disso, percebe-se o uso da voz passiva ou impessoal para vítimas: “número de vítimas é incerto”; “foram mortos” (nunca assassinados); “consequências devastadoras”. As vítimas palestinas raramente aparecem como sujeitos nomeados. Diferente do caso do Hamas, onde a agência do grupo era afirmada diretamente, aqui aparecem marcadores de atribuição (“acusam”, “divulga”), que introduzem certa distância discursiva. No modelo de Entman (1993), isso sugere um enquadramento menos categórico na atribuição de responsabilidade.

Tabela 3 – Recorrências lexicais e campos semânticos dominantes em *O Globo*

Verbos de ação atribuídos a Israel	Termos ligados à destruição e intensidade	Vocabulário humanitário e civil
realiza → executa / conduz ataques	ataques aéreos → ofensiva aérea / bombardeios	Gaza / Faixa de Gaza → território palestino / área civil
planejam → preparam / articulam ofensiva	ataque terrestre → ofensiva militar por terra / invasão	campo de refugiados → área de abrigo de deslocados
ordena → determina / impõe deslocamento	bloqueio / bloqueios → cerco / restrição de acesso	reféns → pessoas capturadas / prisioneiros
bombardeiam → atacam com bombas / realizam bombardeios	fósforo branco → munição incendiária / arma	civis → população não combatente
atinge / atingem → acerta / impacta alvos	tanque supermoderno → equipamento militar pesado	habitantes → moradores / população local
seguirá → manterá / continuará ação	próxima fase da guerra → escalada do conflito	vítimas → mortos e feridos
	contraofensiva intensa → intensificação da guerra	refugiados → deslocados por conflito
	fronteira com Gaza → zona	deslocamento → migração

	militar estratégica	forçada / evacuação
--	---------------------	---------------------

Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

Em síntese, os títulos indicam que *O Globo* mantém a narrativa causal que legitima a ação israelense, preserva Israel como ator estratégico, não como violador sistemático, e o Hamas segue sendo o marco inicial e justificativo da narrativa. Segundo Entman (1993), a definição do problema orienta a interpretação inicial do leitor. Aqui, a ação de Israel surge dentro de uma lógica sequencial — reação e escalada — e não como ato inaugural. Apesar disso, há maior visibilidade do sofrimento em Gaza e Israel também passa a ser nomeado como agente da violência.

No que diz respeito ao Orientalismo de Said (2007), mesmo quando Gaza aparece, ela é frequentemente representada como: espaço de caos, tragédia humanitária e ameaça regional. Não como um território politicamente organizado, ocupado e historicamente disputado. Assim, a narrativa continua operando uma lógica orientalista atenuada, visto que o conflito é explicado pela violência e pela segurança e não por relações coloniais, ocupação ou assimetrias estruturais de poder.

Em conjunto com o tópico 6.1.1.1, este segundo tópico não contradiz, mas complementa a narrativa inicial: primeiro, constrói-se o choque moral; depois, administra-se o impacto humanitário como consequência inevitável da guerra. O resultado é um enquadramento mais moderado e ambivalente do que aquele aplicado ao Hamas. Enquanto o primeiro conjunto de títulos constrói uma narrativa de agressão terrorista moralmente inequívoca, este segundo conjunto organiza a percepção em torno de uma resposta militar estratégica que pode ser criticada ou arriscada, mas que é apresentada dentro de uma lógica de guerra.

6.1.2 O Massacre da Farinha no Globo

Como vimos no capítulo anterior, a cobertura do veículo tende a preparar o terreno discursivo para a legitimação da resposta militar israelense, beneficiando Israel no plano simbólico e político. Sempre ancorados na lógica: se o Hamas realizou um ataque terrorista inédito, brutal e sem precedentes contra civis israelenses, Israel é obrigado a reagir em legítima defesa.

É importante ressaltar que Israel destruiu a maior parte dos hospitais da Faixa de Gaza, além de escolas, prédios oficiais do governo, estruturas de telecomunicações (redações

de jornais, torres de transmissão), universidades (não apenas por bombardeios, mas demolição terrestre), laboratórios de pesquisa, blocos residenciais, mesquitas e igrejas cristãs. Ou seja, todas as instituições que sustentavam a existência de uma sociedade civil naquela região (Teles; Manfrinato, 2024).

Nesse sentido, surge a necessidade de observar como o veículo se comporta em um episódio que se inicia com ataques vindos do lado israelense. Sendo assim, foi selecionado o episódio conhecido como “O Massacre da Farinha”, que diz respeito ao caso da distribuição de comida, realizada no dia 29 de fevereiro de 2024, que resultou em mais de 100 palestinos mortos e mais de 700 feridos na Faixa de Gaza, devido a disparos feitos pelo exército israelense.

No *O Globo*, foram feitas buscas nas seções: Mundo, Política, Cultura, Fotos, Play e Rio. Assim, foram encontrados 6 resultados na busca - no recorte temporal de 29 de fevereiro a 8 de março - que tinham como ponto central o debate sobre as mortes durante a distribuição de comida na Faixa de Gaza.

Tabela 4 – Matérias sobre o Massacre da Farinha veiculadas em *O Globo*

	Matéria	Data de publicação	Tema
1	Dezenas morrem durante entrega de ajuda caótica em Gaza em meio a disparos de Israel e atropelamentos; veja vídeo	29/02/2024	Ataques de Israel
2	Biden diz que mortes em entrega de ajuda em Gaza complicam negociações de cessar-fogo; Conselho de Segurança é convocado	29/02/2024	Repercussão nos EUA e na ONU
3	Mortes em Gaza revelam desafios de entrega de ajuda humanitária em meio a conflito entre Israel e Hamas	01/03/2024	Consequências do conflito
4	Países pedem investigação independente e cessar-fogo em Gaza após mortes em meio a disparos de Israel durante entrega de ajuda	01/03/2024	Repercussão internacional
5	Lula deu aval a tom mais duro de nota sobre crise humanitária em Gaza	01/03/2024	Desdobramentos no Brasil
6	Israel diz que Exército atirou 'precisamente' contra palestinos que 'representavam ameaça' perto de comboio de ajuda em Gaza	08/03/2024	Pronunciamento de Israel

Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

Primeiramente, é possível observar que os títulos de *O Globo* sobre o episódio conhecido como “Massacre da Farinha” evidenciam um deslocamento discursivo relevante em relação à cobertura inicial pós 7 de outubro, mas também revela mecanismos persistentes de atenuação da responsabilidade israelense, sobretudo no plano sintático e narrativo. Trata-se de um momento-limite da cobertura: um massacre de civis durante a busca por comida, ocorrido meses após o início da ofensiva israelense e já no contexto de uma crise humanitária amplamente reconhecida.

Os termos e expressões recorrentes centrais agora são: “Entrega de ajuda” / “ajuda humanitária”; “Crise humanitária”; “Mortes”, sem especificação imediata de agentes. Diferentemente dos títulos sobre o 7 de outubro, aqui não aparecem termos como “terrorismo”, “ataque sem precedentes” ou “extremistas”. O léxico desloca o foco da segurança para o humanitário, mas de maneira cuidadosamente controlada.

Mesmo diante de um episódio amplamente reconhecido como massacre de civis palestinos, a narrativa continua a operar em favor de Israel, ainda que de forma mais sutil. Os palestinos aparecem quase exclusivamente como vítimas genéricas (“dezenas morrem”, “mortes em Gaza”) e sua morte é frequentemente associada ao “caos”, à “dificuldade logística” ou ao “conflito”. Enquanto isso, Israel surge como agente apenas em construções mitigadas (“em meio a disparos de Israel”); tem sua versão amplamente destacada e legitimada (“Israel diz que Exército atirou ‘precisamente’...”); e volta a aparecer como ator racional que reage a “ameaças”. Ou seja, as mortes ocorreram em um contexto caótico de guerra e crise humanitária, agravando negociações diplomáticas, enquanto Israel afirma ter agido por razões de segurança.

Essa narrativa pode ser estruturada em três camadas: 1 - Despolitização do massacre, uma vez que o episódio não é nomeado como massacre, chacina ou crime de guerra, sendo enquadrado como “entrega de ajuda caótica”; 2 - Centralidade da diplomacia internacional, o foco desloca-se das vítimas palestinas para os efeitos diplomáticos do episódio quando os títulos destacam desdobramentos envolvendo Joe Biden (ex-presidente dos Estados Unidos), Conselho de Segurança da ONU e o presidente Lula; 3 - Legitimação preventiva da versão israelense, visto que o último título oferece a explicação israelense, usa aspas para termos-chave que, embora formalmente distanciadores, funcionam como marcadores de racionalidade e precisão e sugere que as vítimas poderiam representar ameaça.

Ainda pensando no quesito da centralidade da diplomacia internacional, principalmente os desdobramentos envolvendo os desdobramentos nos Estados Unidos, é importante destacar a influência do complexo militar-industrial estadunidense, tanto sobre a

presidência dos Estados Unidos quanto sobre sua política externa, constitui um fator de agravamento dos conflitos internacionais, especialmente daqueles que se desenvolvem no Oriente Médio. Soma-se a esse fator a atuação do lobby sionista em Washington, que garante apoio político e recursos militares a Israel, independentemente do partido no poder. Nesse contexto, em 2024, a administração Biden autorizou um pacote de US\$ 95 bilhões em ajuda militar destinado a Israel, à Ucrânia e a Taiwan (EUA, 2024).

No ano seguinte, as exportações de armamentos dos Estados Unidos para governos estrangeiros cresceram 29%, alcançando o recorde de US\$ 318,7 bilhões. Entre as principais beneficiárias estiveram empresas como Lockheed Martin, General Dynamics, Northrop Grumman, Boeing e Raytheon. Apenas em 2024, as vendas autorizadas incluíram US\$ 18,8 bilhões em caças F-15 destinados a Israel (Stone, 2025). O lobby pró-Israel exerce forte influência sobre a política externa dos Estados Unidos, a principal potência global, destacando-se a atuação do AIPAC (*American Israel Public Affairs Committee*, ou Comitê Americano de Assuntos Públicos de Israel), organização fundada em 1959 que opera no país com o objetivo de fortalecer as relações entre EUA e Israel. Com atuação centrada principalmente nos temas de segurança e defesa, o AIPAC exerce influência sobre a política externa dos Estados Unidos, impulsionando a adoção de políticas favoráveis ao Estado de Israel (Pinto, 2015). A organização mantém forte apoio aos partidos de direita israelenses, como o Likud, liderado por Netanyahu. Reconhecido como um dos lobbies mais influentes dos Estados Unidos, o AIPAC promove anualmente uma conferência em Washington que reúne autoridades de alto escalão, entre elas o primeiro-ministro de Israel e o presidente dos EUA (Carneiro; Mols, 2025).

Com relação a construção sintática dos títulos, o agente da violência é frequentemente deslocado para segundo plano: “Dezenas morrem”, “Mortes em Gaza revelam...”, “mortes complicam negociações”. Israel, mais uma vez, aparece como agente apenas com atenuadores: “em meio a disparos de Israel”, “Israel diz que...”. Essas construções evitam imputação direta de responsabilidade e colocam a violência como circunstancial. Além disso, o único título que nomeia claramente a ação do Exército é justamente aquele que reproduz sua justificativa, não a denúncia.

A mídia é um grande mecanismo de guerra dentro da questão da Palestina, uma vez que é esta violência simbólica que mantém inerte a visão ideológica das pessoas acerca do genocídio palestino. Ainda que o HAMAS e outras organizações realmente fizessem o que é noticiado na mídia, a própria atitude midiática de noticiar estes atos e encobrir tudo que diz respeito às condutas violentas de Israel é racista e ideológica (Reis, 2024, p. 178).

Das 6 matérias encontradas em *O Globo*, 3 foram produzidas pelo próprio veículo e 3 foram produzidas em conjunto com agências e jornais internacionais, sendo eles: *The Guardian* (britânico), *New York Times* (estadunidense), CNN (estadunidense), *Reuters* (britânica), AFP (francesa) e *Associated Press* (estadunidense). É possível perceber que todos os veículos são ocidentais, europeus ou estadunidenses; pertencentes a grandes conglomerados jornalísticos que enviam notícias para o mundo todo. Nas matérias que o *Globo* publicou com as informações destas agências é visível uma tentativa de aprofundamento por parte do veículo, porém sem muito sucesso. Na maioria dos casos, os relatos das mesmas fontes são repetidos várias vezes em matérias diferentes. A única matéria que se difere é a que aborda o posicionamento do Brasil em relação ao episódio (“Lula deu aval a tom mais duro de nota sobre crise humanitária em Gaza”), justamente por ter a possibilidade de apurar melhor os fatos estando no mesmo país.

Fazendo um levantamento das fontes, é possível inferir, em relação às fontes israelenses, que quase todas estão ligadas ao Exército de Israel, acionadas, na maioria das vezes, para dar um posicionamento sobre as mortes e até mesmo para atualização do número de mortos de pessoas palestinas. Os relatos são sempre os mesmos e alguns até se diferem, como foi mostrado acima, causando uma certa confusão em relação à narrativa defendida pelo lado israelense.

Em relação às fontes de origem palestina, nota-se que na maioria dos casos estão ligadas ao governo palestino - “Ministério da Saúde do enclave” (Matéria 1) e “Autoridade Nacional Palestina” (Matéria 2) são exemplos recorrentes - também aparecendo para dar sua versão do ocorrido e relatar o número de mortos e feridos. Além dessas, é importante destacar a presença de fontes como a dos diretores de hospitais, Mohammed Salha e Husam Abu Safiya (Matéria 3), em Gaza, que testemunharam a chegada de diversas pessoas feridas com disparos naquele dia, dando força a narrativa do lado palestino. Esses relatos, apesar de breves, são importantes para trazer uma narrativa que vai além daquelas pertencentes às grandes organizações de Israel ou da Palestina.

Comparando com a cobertura da primeira semana pós 7 de outubro, é possível notar diferenças importantes, mas também continuidades estruturais. Com relação às diferenças, nota-se um maior reconhecimento da crise humanitária, assim como a presença mais explícita da ONU e de atores internacionais, trazendo também uma menor carga sensacionalista. Porém, o veículo ainda tem dificuldade em nomear a violência israelense como crime, diluindo seus atos por meio da linguagem e hierarquizando as vozes (Israel fala, palestinos morrem).

Voltando para Said (2007), o episódio mostra que mesmo diante de evidências materiais do massacre, a produção jornalística ainda opera sob condicionantes políticos. A impossibilidade de nomear diretamente a violência estatal israelense como massacre ou crime de guerra revela os limites estruturais do discurso jornalístico dominante, que permanece alinhado às hierarquias geopolíticas ocidentais. Em Quadros de guerra, Butler (2015) já refletia sobre como em uma guerra algumas vidas são enquadradas enquanto passíveis de luto e outras não. Algumas vidas são rotuladas como sem importância, sejam elas dos inimigos ou dos invisíveis. A morte dos inimigos simboliza uma vitória. Nesse contexto, o palestino segue sendo corpo estatístico e problema humanitário. Não sujeito político ou histórico.

Enfim, mesmo cinco meses depois do 7 de outubro, quando a assimetria de forças e o colapso humanitário em Gaza já eram amplamente conhecidos, *O Globo* mantém uma cobertura que administra a violência palestina sofrida, em vez de confrontá-la frontalmente como resultado de um regime prolongado de ocupação e guerra.

6.1.3 1 ano do 7 de outubro de 2023

Assim como no caso do Massacre da Farinha, surge a necessidade de observar como o veículo se comporta tendo já se passado um ano do “início” do conflito. Passados 365 dias ininterruptos de bombardeios e incursões por terra, cerca de 90% da infraestrutura da Faixa de Gaza foi destruída e aproximadamente 42 mil palestinos mortos em Gaza, 70% eram crianças e mulheres, segundo o Ministério da Saúde de Gaza. O conflito também teve desdobramentos no Líbano, Cisjordânia, Síria, Iêmen, Irã e no Iraque.

A estratégia de Netanyahu por trás das guerras desencadeadas contra diferentes países do Oriente Médio foi exposta pelo ex-presidente Bill Clinton. De acordo com o ex-presidente dos Estados Unidos, “o senhor Netanyahu tem sempre querido lutar contra o Irã porque assim ele pode permanecer no cargo para sempre” (Roya News, 2025). Ao promover o ataque ao Irã em junho de 2025, Netanyahu obteve amplo respaldo da sociedade israelense. Já em junho de 2025, pesquisas indicavam que 73% dos israelenses apoiavam ações militares contra o Irã, enquanto 18% se posicionavam contrariamente. Além disso, 76% da população consideravam que tais ataques contribuíam para a segurança nacional (Agência Anadolu, 2025).

No decorrer das ações militares israelenses nos territórios palestinos, soldados do Exército de Israel passaram a atirar em pessoas, incluindo mulheres e crianças, nas filas de distribuição de comida e água, bem como em jornalistas e socorristas da Cruz Vermelha. O

governo de Israel também passou a usar a fome como arma de guerra, visando uma limpeza étnica na Faixa de Gaza (BBC, 2025; Brasil de Fato, 2025; Reuters, 2025).

Importa mencionar que a população palestina nos territórios controlados por Israel sofre com massacres frequentes cometidos pelas IDF, além disso, Israel impõe o controle absoluto de todas as dimensões da vida cotidiana palestina, demolições de casas, prisões arbitrárias, inclusive de crianças, construção de um muro desde 2002, que separa a Cisjordânia de Israel e com os quais os sionistas tomam ilegalmente mais áreas palestinas, além dos temidos *checkpoints*, pontos de passagem e controle no referido muro por onde os palestinos possuem horários específicos para passar, dando acesso a áreas que precisam acessar por motivos de trabalho, estudo, comércio ou acesso a serviços de saúde (Carneiro; Mols, 2025, p. 5).

Segundo Sand (2010), o muro da Cisjordânia constitui um símbolo tanto da separação quanto da negação de uma história compartilhada entre judeus e palestinos. Para o autor, a narrativa sionista que legitima a construção do muro — que, em 2025, já alcançava 708 km de extensão — sob o argumento de garantir a segurança frente a atentados, opera, na realidade, como um instrumento de consolidação da expropriação de terras palestinas e de manutenção do controle sobre a população palestina.

Em maio de 2025, o *Human Rights Council* apontou que, nos *checkpoints* do muro que separa Israel da Cisjordânia, palestinos são submetidos a práticas cotidianas de humilhação, que incluem agressões verbais e físicas, bem como abusos sexuais contra homens, mulheres e adolescentes cometidos por militares israelenses (ONU, 2025).

Voltando para a análise, no *O Globo*, foram feitas buscas nas seções: Mundo, Política, Cultura, Fotos, Play e Rio. Assim, foram encontrados 9 resultados na busca, todas na seção Mundo, sem um recorte temporal estabelecido, coletando as publicações do dia 7 de outubro de 2024 e os resultados que apareceram buscando os termos: “1 ano de conflito”, “1 ano de guerra”, “1 ano do 7 de outubro”. Além do dia 07, foi encontrada uma matéria do dia 06 de outubro de 2024.

Tabela 5 – Matérias sobre o 1 ano do ataque do Hamas veiculadas em *O Globo*

Matéria	Data de publicação	Tema
Guerra no Oriente Médio, 1 ano: 'Tolerância zero' de Israel com Irã e aliados tem potencial para reconfigurar região	06/10/2024	Repercussão no Oriente Médio
Guerra no Oriente Médio, 1 ano: Como o Hamas lançou o pior ataque terrorista contra Israel no 7 de Outubro de 2023	07/10/2024	Ataques do Hamas

Guerra no Oriente Médio, 1 ano: Desastre humanitário marcará futuro da população de Gaza por décadas	07/10/2024	Consequências do conflito
Sob disparo de foguetes do Hamas, Israel tem protesto em frente à casa do premier e atos em memória de vítimas e reféns	07/10/2024	Desdobramentos em Israel
Guerra no Oriente Médio, 1 ano: Embaixador diz que Brasil já antevia risco de conflito sério antes de ataque do Hamas a Israel	07/10/2024	Repercussão no Brasil
Guerra no Oriente Médio, 1 ano: Gatilho de espiral de violência, ataque do Hamas é ferida aberta para israelenses um ano depois	07/10/2024	Ataques do Hamas
Fórum das Famílias de Reféns anuncia a morte de um israelense cativo em Gaza	07/10/2024	Vítimas israelenses
Entenda por que a morte de líder do Hezbollah por Israel chocou diplomatas que recebiam sinais positivos para cessar-fogo	07/10/2024	Repercussão internacional
Papa Francisco critica o 'vergonhoso' fracasso da diplomacia no Oriente Médio	07/10/2024	Repercussão internacional

Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

Após 1 ano da Operação Tempestade *Al Aqsa*, é possível estabelecer padrões editoriais, enquadramentos narrativos e hierarquização de sofrimentos ao longo do tempo através da análise dos títulos. Desta vez, focando memória, temporalidade e disputa de sentido.

Os títulos reafirmam o 7 de Outubro como o “evento originário” do conflito contemporâneo, centralizando-o como marco fundador da narrativa: “pior ataque terrorista contra Israel”, “gatilho de espiral de violência”, “ferida aberta para israelenses”. Esse enquadramento consolida uma narrativa causal linear, 7 de outubro → guerra → consequências regionais e humanitárias. Com isso, apagamentos estruturais (ocupação, bloqueio, colonialidade, apartheid) permanecem fora do eixo informativo principal. O conflito é constantemente reancorado em um evento pontual, e não em um processo histórico prolongado.

Motta, Costa e Lima (2004) apontam que o emprego de narrativas como dispositivo argumentativo, voltado ao resgate de eventos encadeados em cada título e/ou notícia, constitui uma estratégia recorrente da grande mídia, possibilitando a manutenção de um mesmo tema ou assunto em circulação por longos períodos. A veracidade dessas narrativas é sustentada por

um contrato implícito de confiança estabelecido com o público, bem como por um efeito “logomítico” produzido pela linguagem empregada.

Além disso, há uma diferença nítida entre como o sofrimento israelense e o palestino são memorializados. Enquanto o sofrimento israelense é personalizado, emocionalizado e ancorado na linguagem do trauma (“ferida aberta para israelenses”, “atos em memória de vítimas e reféns”, “morte de um israelense cativo”), aparecendo como experiência identitária e nacional, ligada à memória, luto e continuidade do trauma; o sofrimento palestino é abstratizado, coletivizado e projetado para o futuro (“Desastre humanitário marcará futuro da população de Gaza por décadas”). No caso palestino, a violência não é narrada como trauma presente, mas como efeito colateral duradouro, quase um destino histórico.

Mesmo quando Gaza aparece no centro, o enquadramento é humanitário e despolitizado (“desastre humanitário”, “fracasso da diplomacia”, “desafios regionais”). Não há, nos títulos, atribuição direta de responsabilidade estatal pela devastação contínua em Gaza. O sofrimento palestino surge como consequência difusa, resultado de uma “guerra” e produto de uma “espiral de violência”, diluindo a atuação israelense e reforçando a ideia de tragédia inevitável.

Segundo Peled-Elhanan (2023), o racismo da educação israelense disseminado pelos países ocidentais. O autor argumenta que a narrativa predominante da grande mídia ocidental acerca do conflito Israel–Palestina desconsidera a contextualização da ocupação militar israelense. As principais agências internacionais de notícias, como AP, Reuters, AFP e EFE, projetam Israel como uma democracia a ser defendida, deixando de explicitar o contexto histórico e político real. No Brasil não foi diferente, os grandes veículos de imprensa (Globo, Record, SBT, grupo Folha e Band) noticiaram uma narrativa semelhante sobre os atentados do Hamas em 7 de outubro de 2023 (Carneiro; Mols, 2025).

Outro eixo forte é a ampliação da regionalização do conflito, especialmente quando aborda questões envolvendo o Irã, o Hezbollah e líderes mundiais com ampla relevância, seja na política como na religião (Papa Francisco, Biden, Lula). Esse deslocamento retira Gaza do centro, insere novamente o conflito como problema geopolítico global e privilegia atores estatais e diplomáticos em detrimento das populações civis. Um hábito comum no jornalismo internacional hegemônico.

Com relação aos termos e expressões recorrentes, o vocabulário segue um padrão já visto nas análises anteriores. Hamas: “ataque terrorista”, “pior ataque”. Israel: “tolerância zero”, “resposta”, “segurança”, “protestos internos”. Ou seja, mesmo um ano depois, não há

simetria lexical: a violência palestina é moralizada, enquanto a violência israelense é politizada, estratégica ou contextualizada.

Segundo Entman (1993), enquadrar é selecionar alguns aspectos da realidade percebida e torná-los mais visíveis, de modo a: definir um problema, diagnosticar suas causas, fazer julgamentos morais, sugerir soluções. No caso dos títulos de *O Globo*, tanto na primeira semana pós 7 de outubro quanto no aniversário de um ano, observa-se a estabilidade do enquadramento dominante; Problema: o ataque do Hamas; Causa: a ação terrorista palestina, Avaliação moral: violência ilegítima e bárbara; Solução implícita: reação israelense, diplomacia internacional ou contenção regional. Mesmo quando, um ano depois, surgem títulos sobre “desastre humanitário” em Gaza, esse sofrimento é enquadrado como efeito colateral de um problema originalmente definido a partir de Israel. Assim, a passagem do tempo não reconfigura o *frame*, apenas o amplia tematicamente. O enquadramento inicial funciona como uma base interpretativa persistente, que organiza tanto o factual imediato quanto a memória retrospectiva do conflito.

Em síntese, o aniversário de 1 ano funciona como um ritual midiático de fixação de sentidos, no qual *O Globo* reafirma o enquadramento inaugural do conflito, estabiliza uma memória legítima (israelense) e normaliza a catástrofe palestina como consequência prolongada. Ou seja, a cobertura não revisita criticamente a narrativa inicial; ao contrário, a consolida. Do ponto de vista da comunicação e dos estudos de representação, isso reforça a ideia de que o jornal atua como ator na disputa simbólica da memória do conflito, e não apenas como observador.

6.2 Al Jazeera

A rede *Al Jazeera* (الجزيرة), criada em 1996, é a maior rede de comunicação jornalística do Qatar e a rede de televisão mais importante do mundo árabe. A atuação internacional da emissora ganhou destaque durante as manifestações populares anti-americanas em setembro de 2001 (Longhi; Flores, 2017). O grupo midiático tem atualmente uma cobertura global em televisão e internet, com editorias especiais para interatividade, fotografia, vídeo, podcasts e bastidores, entre outros, disponíveis em árabe e em inglês, o site também oferece uma tradução automática para o português quando é acessado no Brasil. O canal de notícias em inglês foi lançado oficialmente em 2006, com o objetivo de apresentar o Oriente Médio sob a visão árabe.

Comprometida com a esfera pública do mundo árabe, com o “sofrimento do povo árabe”, segundo Lynch (2006), e não com os partidos ou regimes políticos específicos, seu

principal objetivo tem sido o de fortalecer midiaticamente o que é compreendido como uma identidade cultural específica do mundo árabe. Para a rede de comunicação *Al-Jazeera*, o par de oposição que marca sua identidade é Ocidente-Oriente (Nogueira, 2012).

Com relação ao *Al Jazeera*, Philip Seib desenvolveu o “Al Jazeera Effect”, que ele define como o uso de novos meios de comunicação como ferramentas em todos os aspectos dos assuntos globais (Seib, 2008). Além disso, o *Al Jazeera* sentiu pressão política ao tentar ingressar no mercado jornalístico norte-americano, com interferências que fizeram a gigante de mídia Comcast repensar a negociação para incluir o *Al Jazeera* entre os canais de uma das maiores redes de TV a Cabo dos EUA (Samuel-Azran; Hayat, 2017). Em 2017, a TV catari também foi pressionada por parlamentares estadunidenses a se declarar um agente estrangeiro, conforme previsto no *Foreign Agent Registration Act* (FARA), legislação criada em 1938, no início da II Guerra Mundial, para conter propaganda estrangeira. Essas restrições podem ter prejudicado o objetivo principal do veículo, que é o de propagar a visão árabe dos fatos, principalmente quando envolvem determinadas nações do Oriente Médio. Babel Hajjar (2016) posicionou o *Al Jazeera* no grupo de veículos de comunicação que denominou de “fluxo dominante”, junto com grandes empresas da mídia ocidental, que abordaram a guerra na Síria sob “certa moral Ocidental, representada pelo liberalismo e Direitos Humanos” (Hajjar, 2016, p. 153). O autor infere que a emissora catari tratou com ceticismo as explicações apresentadas pelo governo sírio em diversas ocasiões, assim como faziam jornais e TVs do norte global.

Partindo de uma perspectiva de análise, busca-se compreender e comparar, como o conflito entre Israel e Palestina é tratado no *Al Jazeera*, partindo do entendimento da relação rede de comunicação com as agências de notícias internacionais, principalmente as do Ocidente (europeias e estadunidenses). Busca-se analisar os conteúdos apresentados nas matérias, destrinchando os títulos, seções, angulação temática, autorias e imagens, explorando ainda informações complementares na construção da matéria. Articula-se os contextos sociais, políticos e históricos com as informações coletadas no intuito de construir sentidos, tendo em vista o viés editorial do veículo.

Durante a primeira análise, percebeu-se que o conflito em questão era tratado nas seguintes seções: *News*, que é dividida nos subgrupos “Israel-Palestine conflict”, “Gaza”, “Politics”, “Hezbollah”, “Occupied West Bank”, “United Nations”, “Vladimir Putin”, “Sergey Lavrov” e “Russia-Ukraine war”; *Explainer*, com matérias de contextualização; *In Pictures*, funcionando como uma galeria; *Essay*, contendo depoimento de vítimas; *Economy*, que apresenta desdobramentos no setor econômico; *Reporter's notebook*, com depoimentos de

jornalistas na Palestina; *Features*, com duas subdivisões, “Israel-Palestine conflict” e “Benjamin Netanyahu”; e *Sports*, mostrando desdobramentos no mundo do esporte. Assim, foram encontradas 137 matérias na primeira semana do conflito, 3 matérias sobre o Massacre da Farinha e 9 matérias sobre o aniversário de 1 ano do conflito.

Além das seções, as matérias foram divididas por autoria, verificando quantas matérias foram feitas pelo próprio portal ou agências internacionais; e temas, observando o foco e a angulação das matérias publicadas. Os temas, levantados de acordo com os textos coletados foram: Ataques do Hamas, Ataques de Israel, Desdobramentos no Oriente Médio, Envolvimento dos EUA, Desdobramentos em Israel, Declaração Hamas, Declaração Israel, Repercussão Internacional, Consequências em Gaza, Número de vítimas, Depoimento de palestinos, Violência contra jornalistas, Contextualização, Entrevista com especialista.

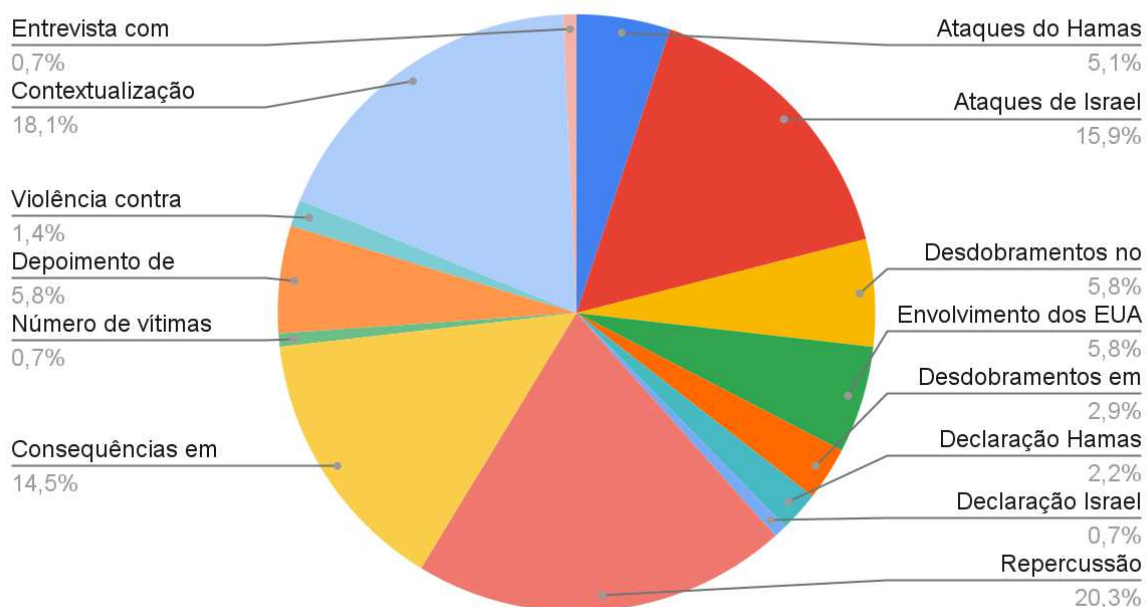
Devido ao grande número de matérias, optou-se por analisar apenas as publicações que abordaram os “Ataques do Hamas” e os “Ataques de Israel”.

6.2.1 A semana do 7 de outubro de 2023

Como foi dito anteriormente, foram encontradas 137 matérias na primeira semana do conflito, sendo categorizadas e divididas por seções, autoria e temas. Os resultados dessa categorização foram apresentados nos gráficos a seguir.

Gráfico 4 - Temas das Matérias no *Al Jazeera*.

Temas das Matérias



Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

Como é possível observar, os temas mais abordados pelo veículo foram “Repercussão Internacional”, com 28 matérias (20,3%), retratando os desdobramentos do conflito em outros países do globo (manifestações, posicionamentos políticos, efeitos na economia etc); “Contextualização”, com 25 matérias (18,1%), trazendo contexto histórico, análise política, fatores culturais e sociais etc; e “Ataques de Israel”, com 22 matérias (15,9%) que retratavam os ataques feitos pelo Estado de Israel nos territórios palestinos. Enquanto as temáticas menos abordadas foram: “Declaração Israel”, “Número de vítimas” e “Entrevista com especialista”.

O primeiro dado que chama a atenção é a baixa centralidade dos “Ataques do Hamas” (7 matérias) em comparação com: Ataques de Israel (15,9%), Consequências em Gaza (14,5%), Repercussão internacional (20,3%) e Contextualização (18,1%). Isso indica que o *Al Jazeera* não organiza sua cobertura a partir do 7 de outubro como evento fundador exclusivo, mas rapidamente desloca o foco para os efeitos estruturais e humanitários do conflito, as respostas militares israelenses e a dinâmica geopolítica ampliada. Ou seja, o problema central (Entman, 1993) não é definido apenas como “o ataque do Hamas”, mas como a escalada militar israelense e suas consequências regionais e humanitárias.

Diferentemente de *O Globo*, os dados mostram uma presença expressiva da perspectiva palestina: Consequências em Gaza (14,5%) e Depoimento de palestinos (5,8%). Embora o número de “declarações do Hamas” seja relativamente baixo (2,2%), a cobertura não se limita às fontes oficiais armadas. Há um deslocamento claro para vozes civis palestinas, assim como para as experiências cotidianas do conflito e os impactos materiais e simbólicos da guerra. Isso rompe com a lógica de coletivização do sofrimento palestino. Gaza não aparece apenas como cenário, mas como espaço social afetado por decisões políticas e militares concretas.

A relação entre as categorias “Ataques de Israel” (22) e “Ataques do Hamas” (7), sugere que, na primeira semana, o *Al Jazeera* atribui maior peso jornalístico à continuidade e intensidade da resposta israelense, deslocando a violência de um ato pontual para um processo prolongado. Em termos narrativos, a violência não é apresentada como um “choque entre lados equivalentes”, mas como uma dinâmica desigual, com maior capacidade destrutiva concentrada em Israel. Esse enquadramento contrasta diretamente com o modelo observado em *O Globo*, no qual o Hamas ocupa o lugar central da ação e Israel aparece majoritariamente como reação.

Além disso, os números elevados dos temas como Repercussão internacional (20,3%), Desdobramentos no Oriente Médio (5,8%) e Envolvimento dos EUA (5,8%), indicam uma cobertura fortemente orientada para a estrutura do sistema internacional, e não apenas para o factual imediato. Isso aproxima a narrativa do *Al Jazeera* de uma leitura do conflito, que insere Israel e Palestina em uma rede de alianças, explicita o papel dos EUA e situa o conflito no quadro mais amplo do Oriente Médio. Ou seja, há uma clara ruptura com o jornalismo de evento curto e uma aproximação de um jornalismo interpretativo, que abrange os impactos e sentidos do conflito no plano geopolítico.

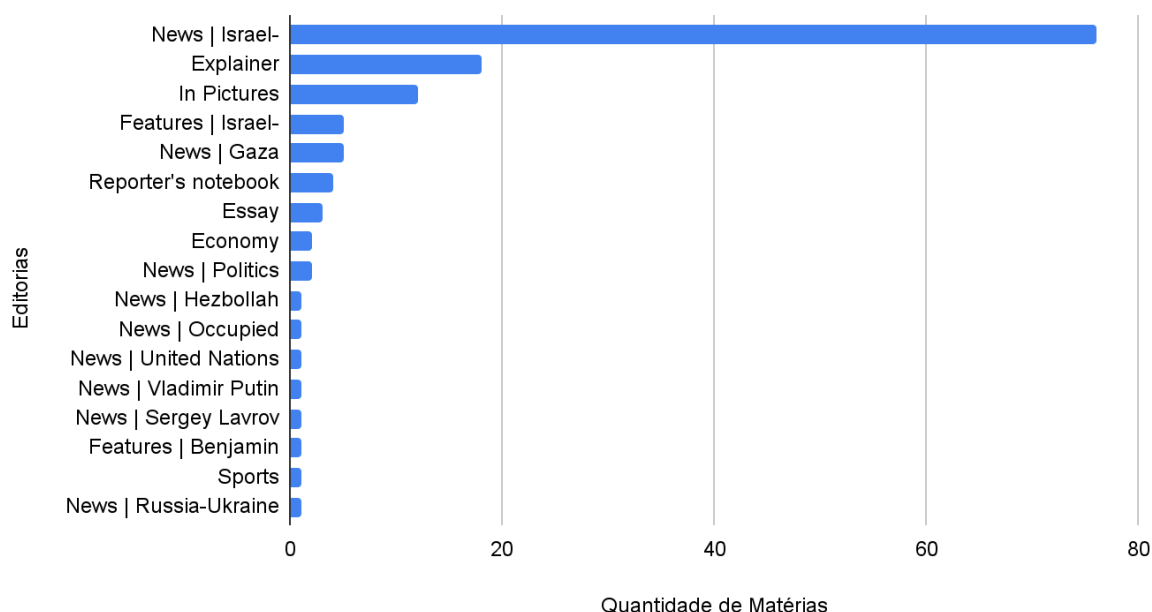
Quando pensamos em Said (2007), observa-se que o *Al Jazeera* opera como um contraponto à narrativa orientalista dominante nos grandes veículos ocidentais, uma vez que reinsere o palestino como sujeito histórico e tensiona a produção hegemônica de sentido sobre o Oriente Médio. Isso não significa neutralidade, mas sim a disputa ativa pelo enquadramento legítimo do conflito, algo central no Orientalismo de Said (2007) sobre mídia, poder e representação. Quando comparamos a cobertura de *O Globo* e do *Al Jazeera*, notamos que o sentido é construído por um duplo processo de semiotização: o de transformação e o de transação. Como apontou Charaudeau (2006):

o ato de informar inscreve-se nesse processo [de transformação] porque deve descrever (identificar-qualificar fatos), contar (reportar acontecimentos), explicar (fornecer as causas desses fatos e acontecimentos). [...] O ato de informar participa desse processo [de transação], fazendo circular entre os parceiros um objeto de saber que, em princípio, um possui e o outro não, estando um deles encarregado de transmitir e o outro de receber, compreender, interpretar, sofrendo ao mesmo tempo uma modificação com relação a seu estado inicial de conhecimento. [...] É o processo de transação que comanda o processo de transformação e não o inverso (Charaudeau, 2006, p. 41).

Nesse contexto, a cobertura do site *Al Jazeera* pode ser compreendida como uma estratégia contra-hegemônica de produção de sentido, que busca disputar os enquadramentos dominantes do jornalismo internacional.

Gráfico 5 - Seções das Matérias no *Al Jazeera*.

Al Jazeera



Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

A distribuição das matérias pelas seções do site *Al Jazeera* na primeira semana após 7 de outubro de 2023 revela uma estratégia editorial consciente de complexificação do conflito.

O volume expressivo de matérias concentradas em “News | Israel-Palestine conflict” (76) indica que o conflito é tratado como um tema estruturante, e não como um acontecimento isolado ou periférico. A criação e o uso recorrente de uma seção temática específica reforçam a ideia de que o conflito possui densidade histórica, política e humanitária própria, exigindo acompanhamento contínuo e especializado. Na perspectiva de Entman (1993), a própria organização editorial já opera como um mecanismo de *framing*, ao definir o conflito como um problema político duradouro, e não como uma sucessão de eventos isolados.

A presença significativa da seção “Explainer” (18 matérias) é um dos elementos diferenciais da cobertura do *Al Jazeera*. Esse dado indica um esforço por parte do veículo de explicação didática, voltado a historicizar o conflito; esclarecer atores, interesses e assimetrias; e oferecer chaves interpretativas para além do factual imediato. Do ponto de vista metodológico (Bardin, 2011), essa categoria revela uma orientação editorial que privilegia unidades de contexto, e não apenas unidades de registro. Trata-se de uma escolha que tensiona a hegemonia midiática, pois rompe com a lógica da “evidência autoexplicativa” frequentemente aplicada a conflitos envolvendo o Sul Global.

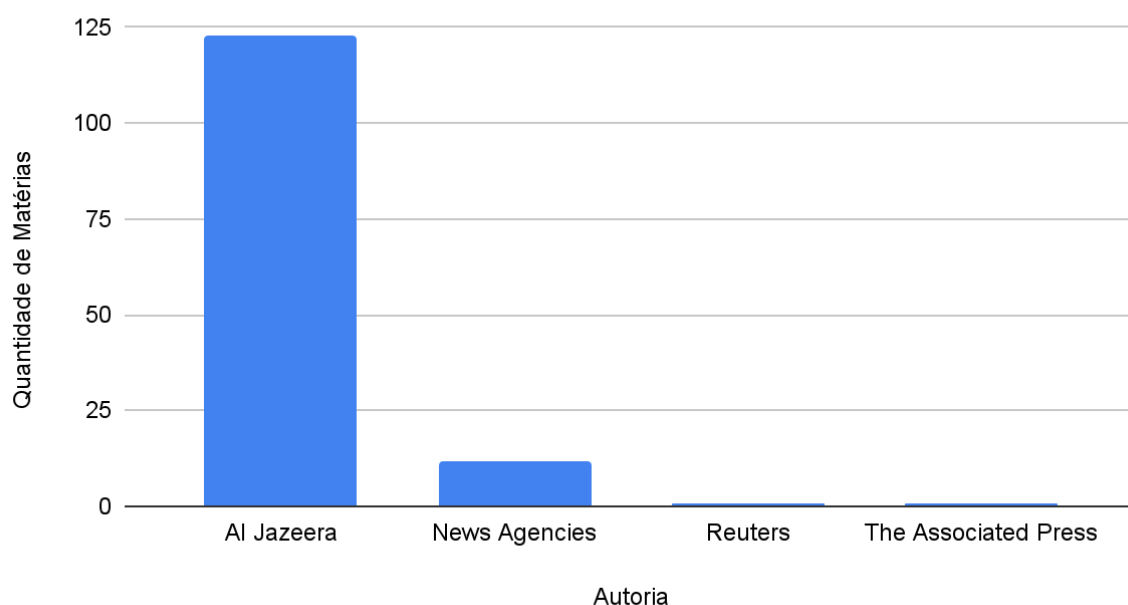
As seções “In Pictures” (12) e “Features” (5) reforçam o papel da imagem e da narrativa longa como dispositivos de produção de sentido. Diferentemente do uso sensacionalista ou espetacular da imagem, recorrente em coberturas de guerra, o *Al Jazeera* utiliza esses formatos para enfatizar impactos humanitários, dar visibilidade ao cotidiano sob bombardeio e produzir identificação e empatia. Esse uso da visualidade dialoga com a crítica de Said (2007) à desumanização orientalista, na medida em que insere corpos, rostos e experiências palestinas no centro da narrativa, contrariando sua tradicional invisibilização nos fluxos globais de informação.

A inclusão de seções como “Reporter’s notebook” (4) e “Essay” (3) indica abertura para subjetividade, testemunho e reflexão, elementos raramente valorizados no jornalismo ocidental quando o objeto é o Oriente Médio. Esses formatos permitem explicitar a posição do repórter no campo; revelar limitações, riscos e dilemas da cobertura; e construir uma memória jornalística mais densa do conflito. Essas duas seções contribuem para a sedimentação de narrativas de longo prazo, que resistem à lógica do esquecimento rápido e da substituição contínua de eventos.

Por fim, a presença residual, mas simbólica, de seções como “News | Politics”, “Sports” e “Economy” indicam que o *Al Jazeera* insere o conflito Israel–Hamás em uma arquitetura global de cenários interconectados. Essa articulação reforça uma leitura sistêmica, em que conflitos armados se entrelaçam com diversos outros contextos, apresentando desdobramentos nos mais diversos setores da sociedade.

Gráfico 6 - Autoria das Matérias no *Al Jazeera*.

Autoria das matérias



Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

A distribuição das autorias das matérias publicadas pelo site *Al Jazeera* na primeira semana pós 7 de outubro de 2023 evidencia um alto grau de autonomia jornalística e uma ruptura parcial com a lógica hegemônica de circulação de notícias, historicamente dominada por agências do Ocidente/Norte Global. O dado mais expressivo é a autoria majoritária do próprio *Al Jazeera* (123 matérias), frente a um uso residual de: *News Agencies* (12), *Reuters* (1), *Associated Press* (1). Essa assimetria revela que a cobertura não se estrutura a partir da reprodução de fluxos informacionais hegemônicos, mas de uma capacidade instalada de produção direta, com correspondentes, fotógrafos, analistas e repórteres próprios em campo, especialmente em territórios palestinos e no Oriente Médio.

A cobertura de guerras, particularmente no contexto ocidental, foi profundamente influenciada pelas práticas do jornalismo estadunidense, que consolidou modelos e padrões para a narrativa dos conflitos armados. Atem (2008, p.102), explica em sua análise sobre as coberturas das guerras pelos EUA que “Nós vimos eclodir duas guerras: a primeira é óbvia; e a segunda é essa que se faz pela sedução da opinião pública”. Desse modo, perspectivas hegemônicas e nacionalistas do Norte Global passaram a moldar a classificação dos atores em conflito, ao mesmo tempo em que difundiram narrativas maniqueístas que influenciaram a percepção de diferentes sociedades sobre esses povos e territórios. Desde a Guerra da Coreia e, sobretudo, a Guerra do Vietnã — um dos primeiros conflitos amplamente midiaticizados —,

consolidou-se o modo como a imprensa ocidental observa e representa as guerras (Knightley, 2000).

Como argumenta Pedro Aguiar (2018), a literatura do sistema-mundo da informação e o controle das agências internacionais de notícias sempre funcionou como um mecanismo de centralização do poder narrativo no Norte Global. O *Al Jazeera*, ao reduzir drasticamente essa dependência, desloca o eixo da autoridade discursiva. Do ponto de vista do Sul Global, a autoria majoritariamente própria é um gesto político-comunicacional de grande relevância. Visto que, historicamente, países e veículos fora do eixo Europa–EUA ocuparam a posição de consumidores de notícias internacionais e retransmissores de narrativas produzidas no Norte. Sendo assim, o *Al Jazeera* inverte parcialmente essa lógica ao se posicionar como produtora primária de informação internacional, fonte para outros veículos e polo de circulação de narrativas contra-hegemônicas.

Para Said (2007), o problema central do orientalismo não é apenas o conteúdo das representações, mas quem tem autoridade para representar o Oriente. Ainda que não esteja isenta de posições políticas, a autoria própria possibilita uma produção de conhecimento situada, que se contrapõe à universalização dos olhares ocidentais. Ou seja, desloca o lugar de fala sobre Gaza, Palestina e mundo árabe, e quebra a tradição de falar *sobre* o Oriente sem falar *a partir* dele. Assim, a predominância da autoria própria indica que o *Al Jazeera* não apenas noticia o conflito, mas constrói uma memória histórica disputada, especialmente no que diz respeito à experiência palestina.

6.2.1.1 Ataques do Hamas

Depois dessa análise mais geral, foi analisado alguns aspectos mais específicos das matérias que abordaram a temática dos ataques dos dois lados envolvidos no conflito, no intuito de averiguar privilégios narrativos e destaque de perspectivas.

Como já foi dito anteriormente, foram encontradas 6 matérias com o tema “Ataques do Hamas” e 23 matérias com o tema “Ataques de Israel”.

Tabela 6 – Matérias sobre os “Ataques do Hamas” veiculadas no *Al Jazeera*

Matéria	Data de publicação
What happened in Israel? A breakdown of how Hamas attack unfolded (O que aconteceu em Israel? Uma análise de como se desenrolou o ataque do Hamas).	07/10/2023
Scenes from Hamas's morning rocket attack on Israel (Cenas do	07/10/2023

ataque com foguetes do Hamas contra Israel nesta manhã).	
Aftermath of the attacks on Israel in Ashkelon (Consequências dos ataques contra Israel em Ashkelon).	07/10/2023
What to know about the deadly Hamas attack on an Israeli music festival (O que você precisa saber sobre o ataque mortal do Hamas a um festival de música israelense).	10/10/2023
‘Horrific scenes’ as dozens of bodies found in Israel’s Kfar Aza near Gaza ('Cenas horríveis' após dezenas de corpos serem encontrados em Kfar Aza, Israel, perto de Gaza).	11/10/2023
‘I want to see his body’: Nepali dreams turn into Israeli nightmare ('Quero ver o corpo dele': Sonhos nepaleses se transformam em pesadelo israelense).	13/10/2023

Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

Por se tratar de matérias relacionadas aos ataques feitos pelo Hamas, alguns elementos lexicais e semânticos dos títulos se repetem ou se articulam de forma consistente: O Hamas aparece reiteradamente como sujeito ativo da ação violenta (“ataque do Hamas” / “ataques contra Israel” / “ataque com foguetes”); Presença de um léxico fortemente emocional, associado ao choque, ao horror e à barbárie (“mortal”, “Cenas horríveis”, “dozens of bodies”, “nightmare”); Referências espaciais precisas em Israel (“Ashkelon”, “Kfar Aza”, “festival de música israelense”); Vocabulário explicativo inicial (“O que aconteceu”, “O que você precisa saber”), esse formato sugere um tom didático e informativo, posicionando o veículo como mediador do entendimento do leitor diante de um evento traumático.

À luz de Entman (1993), trata-se de um enquadramento que define claramente o problema (ataque terrorista), identifica o responsável (Hamas), faz uma avaliação moral negativa inequívoca, porém sem propor soluções. Podendo, ou não, preparar simbolicamente o terreno para a legitimação da contraofensiva.

Do ponto de vista sintático e discursivo, é possível observar alguns padrões relevantes. Hamas aparece como sujeito gramatical: “como se desenrolou o ataque do Hamas”, “Cenas do ataque com foguetes do Hamas”, “o ataque mortal do Hamas”. O agente da violência é nomeado explicitamente, reforçando a responsabilização direta. Uso de substantivos e nominalizações como “ataque”, “consequências” e “cenas”, contribui para uma narrativa factual, aparentemente objetiva, mas que naturaliza o enquadramento inicial. Além disso, existe uma ênfase visual e sensorial (“cenas horríveis”, “dezenas de corpos”, “pesadelo”), que convida o leitor a ver o horror, acionando uma certa lógica de espetáculo da violência.

Sendo assim, pode-se afirmar que, apesar de ser um veículo do Sul Global que vai contra a perspectiva ocidental, o *Al Jazeera* não ameniza as ações do Hamas. O grupo palestino aparece claramente como sujeito da ação violenta, enquanto Israel, neste recorte, raramente ocupa essa posição gramatical. Ou seja, Israel surge predominantemente como objeto da ação violenta, reforçando uma lógica de agressor *versus* vítima.

Porém, o diferencial do veículo qatari está na cobertura dos ataques realizados pelo lado israelense.

6.2.1.2 Ataques de Israel

Como já foi dito anteriormente, foram encontradas 23 matérias com o tema “Ataques de Israel”. Veja no quadro a seguir:

Tabela 7 – Matérias sobre os “Ataques de Israel” veiculadas no *Al Jazeera*

Matéria	Data de publicação
Israel retaliation kills 230 Palestinians after Hamas operation (A retaliação israelense deixa 230 palestinos mortos após operação do Hamas).	07/10/2023
Israel army launches air attacks on Gaza (Exército israelense lança ataques aéreos contra Gaza).	07/10/2023
Israel-Palestine escalation updates: Gaza under bombardment (Atualizações sobre a escalada do conflito Israel-Palestina: Gaza sob bombardeio).	07/10/2023
Israel flattens Palestine Tower amid deadly Gaza bombardment (Israel destrói torre palestina em meio a bombardeios mortais em Gaza).	07/10/2023
Israel pummels Gaza after Hamas's unprecedented attack (Israel ataca Gaza após ataque sem precedentes do Hamas).	07/10/2023
Israel-Hamas war updates: Death toll rises as Israeli jets pound Gaza (Atualizações sobre a guerra entre Israel e Hamas: número de mortos aumenta enquanto aviões israelenses bombardeiam Gaza).	08/10/2023
Israeli strikes flatten buildings, mosques in Gaza (Ataques israelenses destroem prédios e mesquitas em Gaza).	08/10/2023
Israel declares state of war, attacks on Gaza intensify (Israel declara estado de guerra, ataques a Gaza se intensificam).	08/10/2023
Israel-Hamas war updates: Gaza under 'total blockade', refugee camp hit (Atualizações sobre a guerra entre Israel e Hamas: Gaza sob "bloqueio total", campo de refugiados atingido).	09/10/2023

Israel announces 'total' blockade on Gaza (Israel anuncia bloqueio 'total' a Gaza).	09/10/2023
Reports of mass casualties as Israeli air attack hits refugee camp in Gaza (Relatos de vítimas em massa após ataque aéreo israelense atingir campo de refugiados em Gaza).	09/10/2023
'Israel doesn't care about collateral damage': Bunker busters used in Gaza ('Israel não se importa com danos colaterais': Bombas anti bunker usadas em Gaza).	09/10/2023
Rafah crossing between Gaza and Egypt disrupted by Israeli air raids (A passagem de Rafah entre Gaza e o Egito foi interrompida por ataques aéreos israelenses).	09/10/2023
Dozens killed and wounded in Israel air raids on Gaza refugee camps (Dezenas de mortos e feridos em ataques aéreos israelenses contra campos de refugiados em Gaza).	09/10/2023
'No safe place' in Gaza as Israeli attacks overwhelm hospitals ('Não há lugar seguro' em Gaza, enquanto ataques israelenses sobrecarregam hospitais).	10/10/2023
Alarm as Israel again hits Rafah border crossing between Gaza and Egypt (Alarme após Israel atacar novamente a passagem de Rafah, entre Gaza e o Egito).	10/10/2023
Israel-Hamas updates: 45 killed in Israel strike on Gaza apartment block (Atualizações sobre o conflito Israel-Hamas: 45 mortos em ataque israelense a um prédio de apartamentos em Gaza).	11/10/2023
At least 45 Palestinians killed in Israeli strike on Gaza refugee camp (Pelo menos 45 palestinos foram mortos em um ataque israelense a um campo de refugiados em Gaza).	12/10/2023
Israel-Hamas updates: Thousands flee as Israel starts ground raids in Gaza (Atualizações sobre o conflito Israel-Hamas: Milhares fogem com o início de incursões terrestres israelenses em Gaza).	13/10/2023
Israel using white phosphorus in Gaza, Lebanon, endangering civilians: HRW (Israel usa fósforo branco em Gaza e no Líbano, colocando civis em perigo: HRW).	13/10/2023
When a family dies under Israel's bombs, part of Gaza's history disappears (Quando uma família morre sob as bombas de Israel, parte da história de Gaza desaparece).	13/10/2023
Israel attacks on Gaza refugee camp kills dozens of Palestinians (Ataques israelenses contra campo de refugiados em Gaza matam dezenas de palestinos).	13/10/2023

Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

Nos títulos apresentados, observa-se uma forte repetição de termos associados à ação militar israelense e às consequências humanitárias em Gaza.

Tabela 8 – Recorrências lexicais e campos semânticos dominantes

Verbos de ação atribuídos a Israel	Termos ligados à destruição e intensidade	Vocabulário humanitário e civil
<i>kills</i> → mata / provoca a morte de <i>launches</i> → lança / inicia <i>flattens</i> → arrasa / aplaina / destrói completamente <i>pummels</i> → bombardeia intensamente / castiga / ataca repetidamente <i>pound</i> → bombardear / golpear / atingir com força <i>hits</i> → atinge / golpeia <i>attacks</i> → ataca / ataques <i>declares</i> → declara <i>announces</i> → anuncia <i>using</i> → usando / por meio de / com o uso de	<i>bombardment</i> → bombardeio <i>air attacks</i> → ataques aéreos <i>air raids</i> → incursões aéreas / bombardeios aéreos <i>ground raids</i> → incursões terrestres / ataques terrestres <i>flatten buildings</i> → arrasar edifícios / destruir prédios <i>total blockade</i> → bloqueio total <i>white phosphorus</i> → fósforo branco <i>bunker busters</i> → bombas anti bunker	<i>Palestinians</i> → palestinos <i>refugee camp</i> → campo de refugiados <i>mosques</i> → mesquitas <i>hospitals</i> → hospitais <i>civilians</i> → civis <i>family</i> → família <i>mass casualties</i> → vítimas em massa / numerosas vítimas <i>no safe place</i> → não há lugar seguro

Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

Os verbos de ação atribuídos a Israel são ativos, transitivos e de alta carga semântica, indicando destruição, força e continuidade da violência. Israel aparece reiteradamente como sujeito gramatical e é agente da ação. Os termos ligados à destruição e intensidade constroem um campo semântico de guerra assimétrica, com ênfase no poder bélico, tecnológico e destrutivo do lado israelense. Por fim, o vocabulário humanitário e civil reforça uma narrativa centrada no impacto da violência sobre populações civis, especialmente grupos vulnerabilizados da Palestina.

O Hamas, embora citado como gatilho inicial “*after Hamas operation, after Hamas’s unprecedented attack*” (após a operação do Hamas, após o ataque sem precedentes do Hamas), aparece menos frequentemente como sujeito sintático nos títulos seguintes, sendo deslocado para uma posição contextual ou explicativa. Esse padrão evidencia um

enquadramento de responsabilização direta de Israel pelas consequências humanitárias, sem diluir a agência em construções passivas genéricas, o que reduz ambiguidades sobre autoria da violência. Além disso, o uso recorrente de “war updates” e “escalation updates”, estabelece a ideia de um processo em curso, contínuo e agravado, reforçando a noção de crise prolongada.

A narrativa defendida pelos títulos do site *Al Jazeera* pode ser sintetizada em quatro eixos: Desproporcionalidade da resposta israelense, evidenciada pela repetição de números de mortos palestinos, ataques a campos de refugiados e destruição de infraestrutura civil; Centralidade da crise humanitária, na qual hospitais, famílias, refugiados e ausência de locais seguros ocupam lugar central no enquadramento; Violação do direito internacional humanitário, referências a *white phosphorus* (fósforo branco), *collateral damage* (dano colateral) e fontes como a *Human Rights Watch* (HRW) deslocam a narrativa do campo militar para o jurídico-moral; e Gaza como espaço sitiado, quando há bloqueio total, fechamento de fronteiras e bombardeios contínuos, retratando Gaza como território cercado, vulnerável e sem alternativas.

Ou seja, do ponto de vista discursivo, a narrativa favorece a perspectiva palestina, sobretudo no plano humanitário. Israel aparece como potência militar ativa, frequentemente associada à destruição e ao sofrimento civil. O Hamas surge mais como elemento contextual do conflito do que como foco narrativo central nesse conjunto específico de títulos. Isso não significa ausência de contextualização do ataque inicial do Hamas — tendo em vista que existem 4 matérias contextualizando o episódio —, mas sim uma priorização narrativa das consequências da resposta israelense.

6.2.2 O Massacre da Farinha no Al Jazeera

Assim como em *O Globo*, aqui também foi selecionado o episódio conhecido como “O Massacre da Farinha”, que diz respeito ao caso da distribuição de comida, realizada no dia 29 de fevereiro de 2024, que resultou em mais de 100 palestinos mortos e mais de 700 feridos na Faixa de Gaza, devido a disparos feitos pelo exército israelense.

No site *Al Jazeera*, foram feitas buscas nas seções: *News*, que é dividida nos subgrupos “Israel-Palestine conflict”, “Gaza”, “Politics”, “Hezbollah”, “Occupied West Bank”, “United Nations”; *Explainer*; *In Pictures*; *Essay*; *Economy*; *Reporter's notebook* e *Features*, com duas subdivisões, “Israel-Palestine conflict” e “Benjamin Netanyahu”. Assim, foram encontrados 3 resultados na busca - no recorte temporal de 29 de fevereiro a 8 de março

- que tinham como ponto central o debate sobre as mortes durante a distribuição de comida na Faixa de Gaza.

Tabela 9 – Matérias sobre o Massacre da Farinha veiculadas no *Al Jazeera*

Matéria	Data de publicação	Tema
‘Massacre’: Dozens killed by Israeli fire in Gaza while collecting food aid (Massacre: dezenas de pessoas são mortas por disparos israelenses em Gaza enquanto coletavam ajuda alimentar).	29/02/2024	Ataques de Israel
Israel’s war on Gaza updates: ‘Life draining out of Gaza’-UN on aid attack (Atualizações sobre a guerra de Israel em Gaza: "A vida está se esvaindo de Gaza" - ONU comenta ataque à ajuda humanitária).	29/02/2024	Ataques de Israel
Flour massacre: How Gaza food killings unfolded, and Israel’s story changed (Massacre da farinha: como aconteceram os assassinatos por comida em Gaza e como a história de Israel mudou).	01/03/2024	Contextualização

Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

Desde o primeiro título, o *Al Jazeera* faz uma opção semântica forte e explícita: “‘Massacre’: Dozens killed by Israeli fire in Gaza while collecting food aid” (Massacre: dezenas de pessoas são mortas por disparos israelenses em Gaza enquanto coletavam ajuda alimentar). O uso do termo “Massacre”, colocado entre aspas mas destacado no título, não é neutro, uma vez que ele rompe com eufemismos como *incident* (incidente), *clashes* (confrontos) ou *chaos* (caos); insere o episódio numa tradição discursiva de violência extrema contra civis e antecipa um julgamento moral do acontecimento. Ao contrário de coberturas que diluem a responsabilidade em noções de confusão ou colapso logístico, o *Al Jazeera* define o acontecimento como violência deliberada, orientando a leitura desde o título.

Os três títulos apresentam uma característica comum: Israel é nomeado como agente, de forma direta ou indireta (“mortas por disparos israelenses”, “a guerra de Israel em Gaza”, “a história de Israel mudou”). Não há apagamento do sujeito da ação nem uso predominante da voz passiva sem agente. Mesmo quando a voz passiva aparece (“mortas por disparos israelenses”), o responsável é explicitamente identificado. Isso reforça uma narrativa de responsabilização, em contraste com enquadramentos que tendem a naturalizar mortes palestinas como efeito colateral do conflito.

Um dos elementos centrais desses títulos é a associação direta entre violência militar e fome (“coletavam ajuda alimentar”, “Massacre da farinha”, “A vida está se esvaindo de Gaza”, “ataque à ajuda humanitária”). Nesta narrativa, o massacre não ocorre em um contexto de combate, mas em um momento de ajuda humanitária e de sobrevivência básica. Ao fazer esse deslocamento semântico, o veículo reforça a condição civil e vulnerável dos palestinos e transforma o ataque em violação humanitária, não apenas ato de guerra. Isso é reforçado com a menção da ONU no segundo título, aparecendo como uma fonte de legitimação internacional da gravidade do episódio.

Esse enquadramento dialoga diretamente com narrativas do Direito Internacional Humanitário, em especial à proteção de civis, acesso à ajuda humanitária e proibição de punição coletiva. Quando o Direito Internacional Humanitário (DIH) foi instaurado, um conjunto de normas do que é aceito e proibido dentro de um conflito armado foi estabelecido, normas que servem para proteger as pessoas que não tem relação direta com a guerra, além de impor limites dentro do conflito (CICV, 2022). Caso as leis estabelecidas pelo DIH sejam descumpridas, essa violação se configura como “Crimes de Guerra”. Além disso, conforme observa Taborda (2013), os conflitos armados estão inseridos entre os principais fatores responsáveis pelas formas mais graves de fome, ao submeter famílias e comunidades a situações extremas de insegurança alimentar, sobretudo em decorrência da interrupção dos ciclos de produção, abastecimento e distribuição de alimentos.

Em novembro de 2024, o Tribunal Penal Internacional (TPI, 2024) expediu mandados de prisão contra o primeiro-ministro de Israel, Benjamin Netanyahu, e o então ministro da Defesa, Yoav Gallant. A decisão baseou-se na existência de indícios considerados suficientes para imputar-lhes a responsabilidade por crimes como: (i) o uso da fome como método de guerra; (ii) a imposição deliberada de sofrimento extremo e de graves lesões físicas; (iii) ataques intencionais contra a população civil; (iv) extermínio; (v) perseguição; e (vi) outros atos desumanos cometidos contra civis na Faixa de Gaza.

Após a análise de vários testemunhos e de ampla documentação, o Tribunal concluiu, ainda na fase de pré-julgamento, que as condutas atribuídas ao governo israelense configuravam crimes de guerra e crimes contra a humanidade. Verificou-se, também, que, a partir do final de 2023 e ao longo de 2024, Benjamin Netanyahu adotou uma estratégia sistemática de privação de meios essenciais à sobrevivência da população civil da Faixa de Gaza, materializada na imposição de um cerco total ao território. Conforme assinala o TPI (2024), os três principais pontos de passagem — Rafah, Kerem Shalom e Erez —

permaneceram integralmente fechados por períodos prolongados, resultando na restrição do ingresso de alimentos e de outros insumos indispensáveis à sobrevivência humana.

Outro fato importante a ser citado é que investigações realizadas pela *Human Rights Watch* (2024) apontaram que forças israelenses atacaram de forma deliberada diversas infraestruturas essenciais, incluindo áreas agrícolas, estabelecimentos comerciais, sistemas de irrigação e reservatórios de água. Ademais, em menos de cinco meses de conflito, cerca de 28% das terras agrícolas e mais de 70% das zonas de pesca já haviam sido destruídas, segundo dados da organização Anera (*American Near East Refugee Aid*). As ofensivas militares provocaram a devastação de áreas cultiváveis, estufas, poços, fazendas, padarias, armazéns e unidades de processamento de alimentos. Soma-se a isso a contaminação generalizada do solo por artefatos explosivos não detonados, que representa graves riscos à saúde de civis e animais, comprometendo não apenas a segurança alimentar imediata, mas também a sustentabilidade futura da produção agrícola na região (Anera, 2024).

Voltando para os títulos do *Al Jazeera* sobre o “Massacre da Farinha”, depois do levantamento de todo este contexto, pode-se afirmar que o veículo consolida uma narrativa que desloca o conflito do campo da segurança para o campo da sobrevivência humana, reforçando a ideia de que a guerra em Gaza não se limita a confrontos armados, mas opera como um regime contínuo de produção de morte civil.

6.2.3 1 ano do 7 de outubro de 2023

Assim como em *O Globo*, surge a necessidade de observar como o veículo se comporta tendo já se passado um ano do “início” do conflito. Foram feitas buscas nas seções: *News*, que é dividida nos subgrupos “Israel-Palestine conflict”, “Gaza”, “Politics”, “Hezbollah”, “Occupied West Bank”, “United Nations”; *Explainer*; *In Pictures*; *Essay*; *Economy*; *Reporter's notebook* e *Features*, com duas subdivisões, “Israel-Palestine conflict” e “Benjamin Netanyahu”. Assim, foram encontrados 9 resultados na busca, nas seções *Features* | *Israel-Palestine conflict*, *News* | *Israel-Palestine conflict* e *In Pictures*. Coletou-se as publicações do dia 7 de outubro de 2024 e os resultados que apareceram buscando os termos: “1 ano de conflito”, “1 ano de guerra”, “1 ano do 7 de outubro”.

Tabela 10 – Matérias sobre o 1 ano do ataque do Hamas veiculadas no *Al Jazeera*

Matéria	Data de publicação	Tema
Updates: Hamas, Hezbollah fire rockets at	07/10/2024	Ataques do Hamas

Israel on October 7 anniversary (Atualizações: Hamas e Hezbollah lançam foguetes contra Israel no aniversário de 7 de outubro).		
One year of Israel's war on Gaza: Key moments since October 7 (Um ano da guerra de Israel contra Gaza: momentos-chave desde 7 de outubro).	07/10/2024	Contextualização
Israel's war on Gaza (A guerra de Israel contra Gaza).	07/10/2024	Contextualização
A year of Israel's devastating war on Gaza (Um ano da devastadora guerra de Israel contra Gaza).	07/10/2024	Consequências em Gaza
Israel marks a year since deadly Hamas-led October 7 attack (Israel marca um ano desde o ataque mortal liderado pelo Hamas em 7 de outubro).	07/10/2024	Desdobramentos em Israel
Protests around the world commemorate one year of Israel's war on Gaza (Protestos em todo o mundo marcam um ano da guerra de Israel contra Gaza).	07/10/2024	Repercussão internacional
Calls for ceasefire in Gaza, Lebanon as world marks October 7 anniversary (Apelos por cessar-fogo em Gaza e no Líbano enquanto o mundo marca o aniversário de 7 de outubro).	07/10/2024	Repercussão no Oriente Médio
Vigils, protests as US marks October 7 attack, Israel's war on Gaza (Vigílias e protestos marcam o ataque de 7 de outubro nos EUA e a guerra de Israel contra Gaza).	07/10/2024	Repercussão nos EUA
All that's left is a key: Palestinians fleeing Israel's bombs dream of home (Uma chave é tudo o que restou: palestinos que fogem das bombas israelenses sonham com um lar).	07/10/2024	Consequências em Gaza

Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

Diferentemente de veículos que tratam o aniversário como rememoração exclusiva do ataque do Hamas, o *Al Jazeera* reconfigura o 7 de outubro como início de uma conflito prolongado (“Um ano da devastadora guerra de Israel contra Gaza”, “Um ano da guerra de Israel contra Gaza: momentos-chave desde 7 de outubro”). O marco temporal não é apresentado como “um ataque que mudou tudo”, mas como o início de um ciclo de violência assimétrica centrado em Gaza. Ou seja, o aniversário funciona menos como memorial do

ataque inicial e mais como balanço histórico da guerra subsequente. Os títulos alternam entre *updates* factuais (“lançam foguetes”, “marca um ano”), títulos interpretativos (“guerra devastadora”, “momentos-chave”) e títulos narrativos e simbólicos (“Uma chave é tudo o que restou”). Observa-se um investimento em memória, sentido e interpretação histórica.

O termo “Israel’s war on Gaza” (A guerra de Israel contra Gaza) aparece reiteradamente, com variações mínimas: “Israel’s devastating war on Gaza” (devastadora guerra de Israel contra Gaza), “One year of Israel’s war on Gaza” (Um ano da guerra de Israel contra Gaza). Essa repetição constrói uma unidade semântica forte, visto que fixa o enquadramento do conflito como uma guerra conduzida por Israel contra um território e sua população e desloca o Hamas do centro da narrativa ao longo do tempo. Diferente dos títulos iniciais pós 7/10, em que “Hamas attack” (ataque do Hamas) era dominante, aqui o protagonismo discursivo passa a ser Israel enquanto agente contínuo da violência.

Há uma separação clara entre evento inicial e processo histórico. O ataque de 7 de outubro é mencionado como “deadly Hamas-led October 7 attack” (ataque mortal liderado pelo Hamas em 7 de outubro), no título 5. Já o ano seguinte é descrito como “Israel’s devastating war on Gaza” (devastadora guerra de Israel contra Gaza). Essa distinção sugere uma leitura de desproporcionalidade de um evento pontual (ataque) e uma resposta prolongada e estrutural (guerra).

É importante destacar o último título (Uma chave é tudo o que restou: palestinos que fogem das bombas israelenses sonham com um lar), pois ela revela algo importante no campo semântico voltado para a devastação, deslocamento e perda. Ela aciona símbolos históricos da Nakba (a chave da casa), deslocamento forçado e memória coletiva palestina, dando uma continuidade histórica da expulsão. O veículo conecta 2023/2024 a 1948, ampliando o conflito para uma longa duração colonial, que já era apontada por Said (2007).

Outro eixo central é a circulação global da memória do conflito: “Protests around the world” (Protestos em todo o mundo), “Vigils, protests as US marks October 7” (Vigílias e protestos marcam o ataque de 7 de outubro nos EUA), “Calls for ceasefire” (Apelos por cessar-fogo). O aniversário é narrado como um momento de mobilização transnacional e disputa de sentidos no espaço público global, revelando uma certa crise diplomática e moral do Estado de Israel. Isso desloca o 7 de outubro do plano nacional israelense para uma arena global de contestação, onde a guerra em Gaza é questionada.

Em síntese, o conjunto dos títulos beneficia claramente a perspectiva palestina, especialmente no longo prazo; enquadra Israel como potência ocupante e agente da devastação e relega o Hamas a um papel episódico no marco inicial.

Tabela 11 – Síntese comparativa entre os títulos do *Al Jazeera* e de *O Globo*

Síntese comparativa		
Aspecto	O Globo	Al Jazeera
Agência central	Hamas	Israel
Tipo de narrativa	Evento traumático	Processo humanitário
Foco do sofrimento	Brasileiro/Israelense	Palestino
Temporalidade	Pontual	Contínua
Enquadramento político	Segurança / terrorismo	Direitos humanos / assimetria

Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

Os dados levantados evidenciam diferenças significativas na frequência, recorrência lexical e organização temática entre os dois veículos. A predominância, em *O Globo*, de categorias relacionadas a “ataque”, “terrorismo”, “invasão”, “choque” e “reféns” revela uma hierarquização temática que privilegia o evento inicial do 7 de outubro como núcleo organizador da narrativa. No *Al Jazeera*, por outro lado, a recorrência de categorias como “bombardeios”, “massacre”, “retaliação”, “vítimas civis”, “refugiados” e “bloqueio” aponta para uma estrutura categorial distinta, centrada nos efeitos prolongados da violência sobre a população palestina. Essa diferença não é meramente quantitativa, mas qualitativa: ela evidencia processos distintos de seleção e exclusão simbólica, fundamentais para a construção do sentido dominante de cada cobertura. Segundo Bardin (2011), a recorrência não apenas indica relevância, mas atua como mecanismo de naturalização discursiva.

Enquanto *O Globo* contribui para a estabilização de um enquadramento hegemônico que legitima a ação israelense, o *Al Jazeera* atua como espaço de contestação simbólica, inserindo novamente Gaza, os civis palestinos e a colonialidade do conflito no centro da narrativa. Esse contraste evidencia que a disputa em torno de Israel e Palestina é também uma disputa pela memória, pelo sentido e pela autoridade narrativa no sistema midiático global.

6.3 As imagens do primeiro dia

Para Rancière (2009), a estética corresponde a uma forma de partilha do sensível: um modo pelo qual determinadas experiências coletivas são simultaneamente constituídas e constituintes do comum. Essa dinâmica envolve definir, por meio de recortes e exclusões, quais espaços, tempos e tipos de atividade cabe a cada sujeito dentro dessa partilha. A

estética, portanto, configura uma forma de organizar o mundo simbolizado. Assim, tanto a arte quanto a política, ainda que distintas, orientam as experiências sociais, selecionam sentidos e definem as relações entre os sujeitos em um determinado espaço-tempo.

Ainda de acordo com o autor, se tanto a arte quanto a política apresentam uma estética, isso ocorre porque ambas são práticas vinculadas à elaboração, material e simbólica, de uma ficção do comum e do diferente. Além disso, esses regimes de sensibilidade se atravessariam na reconfiguração dos espaços, tempos e identidades um do outro, criando tanto uma “estética da política” quanto uma “política da estética”. Para o autor, o regime estético das imagens invoca questões que vão além da política das lutas e dos movimentos, das estratégias institucionais e partidárias, do Estado e da governança. Por se passar no campo da metapolítica, o regime estético das imagens consegue invocar uma disputa pelo sentido de política, do mundo e das relações sociais.

A busca pela imediatez ética, ao privilegiar uma determinada forma de política em detrimento de outras, não permitiria que as demandas e interesses específicos de cada luta fossem adequadamente valorizados e reconhecidos. Nesse regime “não há arte propriamente dita, mas imagens que são julgadas em função de sua verdade intrínseca e de seus efeitos sobre o modo de ser dos indivíduos e da coletividade” (Rancière, 2010, p. 24), uma vez que esse regime se baseia na ideia de que a arte pode servir como um meio de expressão direta da verdade e da justiça.

Menahem Blondheim e Limor Shifman (2009) explicam que existem três tipos de discurso da mídia na cobertura jornalística de guerras: o discurso de poder, de vulnerabilidade e de desastre. O discurso de poder retrata determinado país como mais forte e preparado para ganhar o conflito militar, já o de vulnerabilidade, procura denunciar e expor possíveis fraquezas, ameaças e pontos fracos na região. Enquanto isso, o terceiro discurso, de desastre, procura destacar o sofrimento das vítimas e a destruição ocorrida no país devido ao conflito. Discursos estes que podem ser representados através das imagens.

Este capítulo visa investigar o uso das fotografias, no dia 7 de outubro de 2023, nos dois veículos jornalísticos. Essas imagens, além de dar peso ao texto, seleciona qual momento captado durante o conflito será “perpetuado” na história e no imaginário social de seus leitores, como forma de representar o fato.

A matéria que abre a cobertura dos ataques no veículo *O Globo* tem como título “Hamaz faz ataque surpresa contra Israel, que declara guerra”. Além da fotografia de capa, o texto possui uma seção de “fotos do conflito”, na qual foi possível coletar 24 fotos. Quanto ao *Al Jazeera*, a matéria que abre a cobertura dos ataques possui duas galerias de fotos, uma

intitulada “Scenes from Hamas’s morning rocket attack on Israel” (Cenas do ataque de foguetes do Hamas contra Israel nesta manhã), e outra “Israel army launches air attacks on Gaza” (Exército israelense lança ataques aéreos contra Gaza), nas quais foram possíveis coletar 17 fotografias. Ao todo, nos dois veículos, foram coletadas 41 imagens. Dessas 41, o fotógrafo mais recorrente é o Mohammed Abed, com 8 fotografias assinadas em seu nome, 5 no *Al Jazeera* e 3 no *O Globo*.

Mohammed Abed, é palestino e fotógrafo da AFP em Gaza há 24 anos. Sendo assim, observa-se como o cenário do conflito foi representado nas fotografias de um fotógrafo da mesma identidade nacional que as pessoas que ele fotografa. Essas fotografias foram categorizadas em “palestinos deslocados”, “destruição em Gaza”, “palestinos buscando comida” e “destruição em Israel” conforme essas temáticas eram identificadas. Observando também as diferenças nas escolhas de cada veículo.

Fotografia 1 - Fumaça se eleva de um prédio residencial após um ataque aéreo israelense na Cidade de Gaza.



Fonte: *Al Jazeera*, 7 de outubro de 2023.

Fotografia 2 - Israel realizou ataques aéreos em Gaza depois de foguetes terem sido lançados do território.



Fonte: *Al Jazeera*, 7 de outubro de 2023.

Fotografia 3 - Pessoas fazem fila do lado de fora de uma padaria na Cidade de Gaza em meio a temores de retaliação após combatentes do enclave palestino terem se infiltrado em Israel.



Fonte: *Al Jazeera*, 7 de outubro de 2023.

Fotografia 4 - Pessoas fazem fila do lado de fora de uma padaria na Cidade de Gaza. A mais recente onda de violência ocorre após o aumento das tensões em setembro, incluindo ataques das forças israelenses contra fiéis palestinos na Mesquita de *Al-Aqsa*.



Fonte: *Al Jazeera*, 7 de outubro de 2023.

Fotografia 5 - Moradores da Faixa de Gaza fogem de suas casas para se afastar da fronteira com Israel.



Fonte: *Al Jazeera*, 7 de outubro de 2023.

Essas imagens representam destruição, sofrimento e resistência. A maioria das fotos de Mohammed Abed apresenta a figura do palestino como elemento central. Da criança palestina feliz na fila da padaria ao conseguir pegar pão em meio ao caos à criança assustada no colo da mãe fugindo de Gaza, sentimentos ambíguos podem ser despertados.

A primeira fotografia mostra, de longe, a fumaça saindo de um prédio residencial após ataques israelenses na Cidade de Gaza. O cenário é reforçado na legenda: Fumaça sai de um prédio residencial após ataque aéreo israelense na Cidade de Gaza. O enquadramento permite identificar que o fotógrafo estava bem distante do acontecimento. O sentimento despertado aqui é o de alerta. Um perigo que se inicia. O fotógrafo, mesmo que de longe, assim como o leitor, observa com atenção o início de um cenário de completo caos. Algo que é reforçado na segunda imagem, na qual vemos dois homens palestinos observando um novo foco de fumaça perto do local da primeira fotografia. Houve, por parte de Mohammed Abed, uma preocupação em se igualar à altura dos homens, ao mesmo tempo em que se posicionava recuado no centro. A curiosidade e a preocupação dos três é a mesma. O palestino à esquerda observa a cena a olho nu; o da direita, com seu binóculo; e o fotógrafo, com sua câmera.

A segunda e a terceira imagem retrata palestinos, em sua grande maioria homens, na fila de uma padaria na Cidade de Gaza. Trata-se de um enquadramento raro na mídia hegemônica ocidental: a guerra aparece não apenas como explosão, mas como escassez, espera e gestão da vida. Em uma das imagens, o fotógrafo se coloca, mais uma vez, na cena, como uma espécie de “*pov*” (sigla em inglês para *Point of View*) ou ponto de vista. Nas redes sociais, o *pov* indica vídeos gravados em primeira pessoa, colocando o espectador na perspectiva do criador ou personagem. Na foto em questão, é como se estivéssemos enxergando através dos olhos do fotógrafo. Detalhe que vai de encontro com o objetivo do *Al Jazeera* de apresentar o Oriente Médio sob a visão árabe. Voltando para a foto, a mão direita de Mohammed Abed aparece segurando uma sacola de pão, indicando que ele também havia ficado na fila para pegar o alimento, assim como os outros palestinos. Os homens que estão na fila não expressam uma preocupação aparente em seus rostos. É possível ver alguns conversando entre si, assim como um deles falando ao telefone. Ao mostrar pessoas buscando pão (um gesto elementar da vida), o *Al Jazeera* desloca o foco do acontecimento militar para a experiência ordinária da sobrevivência sob cerco.

Na Faixa de Gaza, a crise alimentar atingiu proporções críticas, deixando cerca de dois milhões de palestinos em situação de fome extrema, com maior incidência entre mulheres e crianças. De acordo com o Programa Mundial de Alimentos (WFP), mais de 400 mil pessoas dependem integralmente da assistência da organização para sobreviver. Entretanto, os estoques de alimentos estão próximos do esgotamento, e não havia previsão, até maio de 2025, de flexibilização das restrições (Al Jazeera, 2025a; Al Jazeera, 2025b). Além do controle das fronteiras e do bloqueio à ajuda humanitária, Israel tem adotado a destruição de infraestruturas essenciais como parte de sua estratégia no conflito. Segundo o Ministério da

Saúde da Palestina, essas ações resultaram em mais de 51.305 mortes desde 2023 (Al Jazeera, 2025c). A padaria fotografada por Mohammed Abed provavelmente nem existe mais.

Essa clausura do político, ao fotografar a fila da padaria, num contexto pré crise humanitária, se dá quando Rancière propõe que a política que cabe às imagens não estaria em seus conteúdos, nem na mensagem que deseja transmitir, nem na convocação do público a assumir uma postura crítica diante das imagens que lhe atravessam: em outras palavras, no constante acionamento de negativas que, a seu modo, hierarquizam e potencialmente desprezam politicidades.

A última imagem do fotógrafo apresenta moradores da Faixa de Gaza fugindo de suas para se afastarem da fronteira com Israel, reforçando uma estética da mobilidade forçada. Os moradores retratados são, ao todo, 5 mulheres e três crianças. A criança que está no chão, um menino, corre descalça com os sapatos na mão. Seu olhar transmite dúvida, medo e confusão. Ele olha para o lado, na direção contrária ao destino seguido. As outras 2 crianças são menores e aparecem no colo de duas mulheres que provavelmente são suas mães. Em relação às 5 mulheres, as duas que estão carregando as crianças aparecem focadas em não desviar o olhar do caminho. Suas cabeças apontam fixas para o destino. As outras 3 mulheres estão olhando em direção ao fotógrafo ou a algo próximo a ele. Provavelmente também havia soldados israelenses naquele local, levando em conta a segunda parte da legenda: “O exército israelense afirma ter lançado a "Operação Espadas de Ferro" contra o grupo Hamas na Faixa de Gaza, em resposta a ataques vindos do território”; e o fato de que a mulher de azul aponta com a mão esquerda enquanto a mão direita segura uma pedra, num gesto que indica que ela está ameaçando jogá-la. A mulher atrás dela parece tentar acalmá-la, enquanto uma mais à frente estende suas mãos ao céu, como se pedisse uma benção ou intervenção divina.

Essa imagem em específico mostra que as fotografias de guerra têm o potencial de representar as vítimas não somente em condição passiva e vulnerável. A mulher palestina, apesar de estar se deslocando de sua casa, mostra estar disposta a lutar contra o invasor. Para Biondi e Marques (2015), é fundamental pensar o corpo sofredor para além de uma imagem estigmatizada, de prepotência e inação. Retomando ao pensamento de Rancière (2010), no que diz respeito à política das imagens, as autoras defendem a importância das rupturas e dos dissensos em relação às imagens observadas:

As imagens, segundo Rancière (2010), são políticas na medida em que podem devolver o dissenso e a ruptura às paisagens homogêneas, de concordância e assujeitamento. A política das imagens associa-se, assim, ao modo como a imagem pode desvelar potências, reconfigurar regimes de

visibilidade e questionar ordens discursivas opressoras (Biondi; Marques, 2015, p. 129).

O ato de “ameaçar” jogar uma pedra contra o invasor também nos remete a simbologia da Primeira Intifada (“revolta das pedras”), que já foi citada no tópico 5.2 deste trabalho.

Os árabes chamam de Intifada “sacudir” (no sentido de se livrar de alguma coisa ou de despertar) [...] O ritual de jogar pedras tem grande significado para os muçulmanos. Na Caaba, jogam-se pedras em uma coluna que simboliza satanás. Atiram-se pedras naquilo que é desprezível. Como resistência, simboliza David enfrentando o grande Golias (Collares, 2012, p. 48).

Sendo assim, ao olhar para imagens que retratam o sofrimento da guerra há possibilidade de extrapolar o óbvio, uma leitura superficial, e pensar as pessoas fotografadas enquanto sujeitos políticos, que podem agir e provocar transformações. Uma vez que, a guerra não elimina a dimensão política dos corpos, quanto mais daqueles que não estão nas frentes de batalha, e são tidos como as “vítimas indiretas” do conflito. Os civis palestinos, principalmente mulheres e crianças, acima de tudo, são pessoas que lutam e resistem.

Rancière (2010) amplia este aspecto e discute o tensionamento da imagem no circuito artístico, não se prendendo à representação ou ao conteúdo tratado visualmente, mas observando as articulações, caso existam e como, entre o representativo e o estético das imagens. Para o autor, imagem e realidade não são dimensões que se excluem, mas se articulam, tensionam uma a outra, complexificando as relações entre sentido e circulação social. Não se pode esperar ou crer que uma imagem possa provocar qualquer tipo de intervenção social, mesmo a indignação ativa do espectador, visto que a politicidade de uma imagem não está fixada em seu conteúdo, mas na provocação de rupturas entre os regimes representativo e estético.

O problema não é opor a realidade às suas aparências. É, sim, construir outras realidades, outras formas de senso comum, ou seja, outros dispositivos espaço temporais, outras comunidades das palavras e das coisas, das formas e das significações. Esta criação é o trabalho que não consiste em contar histórias, mas sim em estabelecer relações novas entre as palavras e as formas visíveis, a palavra e a escrita, um aqui e um alhures, um então e um agora (Rancière, 2010, p.150).

Portanto, a luta política na arte passaria pela criação de novas formas sensíveis e de novos regimes de visibilidade, eventualmente como um processo de dar visibilidade aos invisíveis, uma parte aos sem parte, o que se aproxima da busca enquadrada nessa fotografia.

No ensaio “A sobrevivência dos vagalumes”, Didi-Huberman (2011) recorre ao cineasta italiano Pier Paolo Pasolini para explicar o conceito de sobrevivência. Inserido no contexto do fascismo de uma sociedade conservadora, o cineasta enfrentou desafios pessoais e profissionais, que resultou no seu assassinato em 1975 por um garoto de programa com o qual mantinha relações. Em uma carta escrita a um amigo, ele fala sobre os vagalumes, que foram ofuscados pelos “projetores” da propaganda fascista, sujeitados ao desaparecimento. A partir disso, os vagalumes atuam como uma analogia à sobrevivência, ao obscurantismo e à repressão. Utilizando da analogia citada, o autor associou as imagens aos vaga-lumes, já que elas também estão sujeitas ao desaparecimento, ofuscamento, e, contudo, à sobrevivência, no que ele defende:

As sobrevivências, por sua vez, concernem apenas à imanência do tempo histórico: elas não têm nenhum valor de redenção. E quanto a seu valor de revelação, ele nada mais é do que lacunar, em trapos: sintomal, em outras palavras. As sobrevivências não prometem nenhuma ressurreição (haveria algum sentido em esperar de um fantasma que ele ressuscite?). Elas são apenas lampejos passeando nas trevas, em nenhum caso o acontecimento de uma grande “luz de toda luz”. Por que elas nos ensinam que a destruição nunca é absoluta - mesmo que fosse ela continua -, as sobrevivências nos dispensam justamente da crença de que uma “última” revelação ou uma salvação “final” sejam necessárias à nossa liberdade (Didi-Huberman, 2011, p. 84).

Nesse sentido, as fotografias são capazes de desconstruir lógicas dominantes, colonizadoras da representação do outro. Os palestinos estão vivos, formando uma nação, apesar da destruição do seu território e do genocídio de seu povo. São vaga-lumes que, ainda sob os holofotes da propaganda sionista, possuem luz.

Veremos agora as fotografias de Mohammed Abed veiculadas em *O Globo* no dia 7 de outubro de 2023 para ilustrar o início do conflito.

Fotografia 6 - Fumaça se espalha pelo lado israelense da fronteira com Gaza vista da Cidade de Gaza em 7 de outubro de 2023 após uma série de ataques matinais com foguetes da Faixa de Gaza contra Israel.



Fonte: *O Globo*, 7 de outubro de 2023.

Fotografia 7 - Militantes palestinos iniciaram uma "guerra" contra Israel, infiltrada por ar, mar e terra a partir da Faixa de Gaza bloqueada.



Fonte: *O Globo*, 7 de outubro de 2023.

Fotografia 8 - Um homem caminha sobre os escombros de uma torre destruída em um ataque aéreo israelense na Cidade de Gaza.



Fonte: *O Globo*, 7 de outubro de 2023.

As três fotografias de Mohammed Abed no veículo *O Globo* apresentam, em sua totalidade, destruição e escombros. Ao contrário do *Al Jazeera*, a figura do palestino é deixada de lado aqui. A não ser na última foto, em que é retratado um homem palestino caminhando descalço sobre os escombros de uma torre destruída em um ataque aéreo israelense na Cidade de Gaza. Ao fundo, é possível ver três homens o observando, dois sentados e um em pé. Em uma das fotos também é possível ver, bem ao fundo, uma equipe de 8 jornalistas em cima dos escombros. 5 deles fotografando a destruição. Porém, assim como nas outras duas imagens, os escombros e a ruína é que capturam toda a nossa atenção.

A primeira fotografia, que mostra a fumaça se espalhando “pelo lado israelense da fronteira com Gaza vista da Cidade de Gaza”, enquadra a destruição em Israel de forma distanciada, panorâmica e quase abstrata. Não há corpos, nem sofrimento individualizado. A destruição aparece como um fenômeno espacial amplo, quase atmosférico, percebido à distância. Segundo Rancière (2010), esse tipo de imagem contribui para uma estetização do acontecimento, na qual o sofrimento não é diretamente partilhado, mas observado. O espectador é colocado numa posição contemplativa, o que tende a neutralizar o impacto político imediato da violência. Israel aparece, assim, como um espaço atingido, mas sem sujeitos visíveis da dor.

Voltando para segunda e a terceira fotografias, observa-se o retrato de Gaza como um território de escombros, ruínas densas e esmagadoras, nas quais os corpos palestinos aparecem inseridos, quase fundidos ao cenário de destruição. O homem que caminha sobre os

escombros da torre destruída, por exemplo, não é identificado, nomeado ou individualizado: ele representa uma figura genérica do “palestino deslocado”. Aqui, opera-se aquilo que Rancière descreve como uma ficção do diferente: o palestino surge como corpo exposto, vulnerável, sobrevivente entre ruínas, enquanto sua experiência é reduzida a uma condição visual recorrente, a da vítima anônima. Há visibilidade do sofrimento, mas uma visibilidade despolitizada, que não necessariamente conduz à compreensão das causas estruturais da violência.

O conceito de “ruína” deriva, na Língua Portuguesa, do latim “*ruina*”. De acordo com o Dicionário *Michaelis* (on-line), o substantivo feminino pode significar “1. Ato ou efeito de ruir; desmoronamento, destroço, destruição”; “2. Restos ou destroços de prédios desmoronados; ruína”; “3. Prédio desmoronado ou escalavrado pelo tempo ou por causas naturais ou acidentais”, entre outros significados correlatos. Já “escombros”, substantivo masculino, significa “Destroços de algo que foi destruído intencionalmente ou por acidente; entulhos, ruínas”.

Os escombros na Faixa de Gaza são resultados da política colonialista de Israel contra o povo palestino. Sobre essa política, Cardoso (2024) cita o 7 de outubro de 2023, retoma a Nakba e o sionismo a partir de El Cheikh (2022), e defende:

Contudo, é importante lembrar que, antes do ataque do Hamas em 7 de outubro, a Palestina não era um lugar de paz. Ao contrário: desde o começo da ocupação sionista, ainda no final do século XIX, a Palestina vive tempos conturbados. A Nakba, a grande Catástrofe de 1948, foi, então, o ápice de um processo colonialista do sionismo fundado por Theodor Herzl cerca de 50 anos antes, na Suíça (El Cheikh, 2022). Desde então, Israel, cuja independência é justamente demarcada pela Nakba, vem aumentando sua ocupação territorial através do uso da violência estatal, às vezes mais enfaticamente que outras. O 7 de outubro de 2023, 75 anos depois da primeira Catástrofe, e a resposta sionista marca apenas mais um acontecimento dentro da história de expulsões forçadas, assassinatos, pilhagens, estupros, invasões, prisões sem processos, torturas, etc (Cardoso, 2024, p. 13).

Ainda de acordo com Rancière (2010), a política da imagem não está apenas no que é mostrado, mas na repetição de certas formas de visibilidade. Ao reiterar Gaza como lugar do colapso e Israel como espaço atacado, o fotojornalismo contribui para uma narrativa em que a violência sofrida pelos palestinos se torna quase um dado naturalizado do conflito, parte do “estado normal das coisas”.

As fotografias do *O Globo* resumem bem a maioria das imagens que circularam nesses dois anos de conflito: regiões inteiras da Faixa de Gaza em colapso e palestinos em

meio aos destroços. Essa repetição constante de palestinos sendo mostrados em cenários de guerra se torna uma peça crucial na construção do imaginário social que o Ocidente têm acerca deste povo. Ou seja, embora as imagens tenham sido produzidas por um fotógrafo palestino, sua circulação em *O Globo* ocorre dentro de um regime estético consensual, no qual a crítica política é diluída. Rancière (2010) afirma que a estética pode tanto produzir dissenso quanto reforçar o consenso. Neste caso, as fotografias parecem operar mais como gestos humanitários do que como intervenções simbólicas. Elas despertam empatia, mas não necessariamente desestabilizam a ordem discursiva dominante.

Sob o pensamento de Rancière (2010), pode-se concluir que essas imagens não são neutras nem meramente ilustrativas. Elas atuam como dispositivos estético-políticos que organizam o visível, definem quem aparece como sujeito da história e quem surge apenas como figura da catástrofe. Nesse processo, o fotojornalismo participa ativamente da elaboração simbólica do conflito, contribuindo para a manutenção, ainda que sutil, de uma ordem sensível hierarquizada.

7. Considerações finais

Esta pesquisa analisou comparativamente a cobertura do conflito entre Israel e Hamas nos veículos *O Globo* e *Al Jazeera*, a partir de quatro eixos centrais: (a) os títulos, (b) a autoria das matérias, (c) as seções acionadas e (d) os temas privilegiados, tomando como recorte inicial a primeira semana pós 7 de outubro de 2023 e, posteriormente, momentos-chave do conflito: o Massacre da Farinha e o Aniversário de 1 ano dos Ataques. Os resultados evidenciam diferenças estruturais de enquadramento, que não se limitam a escolhas linguísticas pontuais, mas expressam projetos editoriais distintos, inscritos em regimes de hegemonia informativa assimétricos.

Como já foi dito neste trabalho, enquadrar é selecionar alguns aspectos da realidade percebida e torná-los mais visíveis, de modo a: definir um problema, diagnosticar suas causas, fazer julgamentos morais, sugerir soluções (Entman, 1993). No caso da cobertura de *O Globo*, tanto na primeira semana pós 7 de outubro quanto no aniversário de um ano, observa-se a estabilidade do enquadramento dominante: Problema: o ataque do Hamas; Causa: a ação terrorista palestina; Avaliação moral: violência ilegítima e bárbara; Solução implícita: reação israelense; diplomacia internacional ou contenção regional. Mesmo quando, um ano depois, surgem títulos sobre “desastre humanitário” em Gaza, esse sofrimento é enquadrado como efeito colateral de um problema originalmente definido a partir de Israel. Assim, a passagem do tempo não reconfigura o *frame*, apenas o amplia tematicamente. O enquadramento inicial funciona como uma base interpretativa persistente, que organiza tanto o factual imediato quanto a memória retrospectiva do conflito.

Os dados sugerem que *O Globo* adotou, nos três recortes, uma cobertura fortemente *event-driven* (guiada por eventos), nacionalizada e baseada em fontes institucionais, com desequilíbrios na visibilidade dos atores e limitada problematização histórica e humanitária. Esse padrão tende a reforçar enquadramentos dominantes do conflito e dialoga com críticas clássicas aos modos de representação midiática em contextos de guerra, especialmente aquelas formuladas a partir do debate sobre orientalismo e hegemonia informacional. Essa perspectiva dialoga diretamente com o que Boyd-Barrett (1980) analisa acerca da “compra” operada pelos poderes instituídos no interior da mídia hegemônica, na medida em que a dependência estrutural dessas organizações em relação às fontes oficiais desses mesmos poderes tende a revelar, ao menos num primeiro momento, um viés significativo na cobertura do conflito.

Conforme discutido anteriormente, o conceito de hegemonia, formulado por Antonio Gramsci, surge, em parte, como uma tentativa de compreender por que os movimentos

revolucionários europeus não obtiveram êxito no início do século XX, mesmo diante das profundas desigualdades sociais e econômicas que marcaram o continente. A permanência e a atualidade dessa noção estão em sua capacidade explicativa em relação à estabilidade política do modelo capitalista ocidental. De modo geral, a hegemonia refere-se à aptidão dos grupos dominantes para assegurar apoio social e conservar sua posição de poder por meio do consentimento ativo ou da adesão “voluntária”, em detrimento do uso exclusivo da coerção, do controle econômico direto ou da imposição pela força. Em síntese, a hegemonia pode ser compreendida como o processo pelo qual os valores de uma classe dominante passam a ser compartilhados e aceitos como universais pelo conjunto da sociedade. Uma vez internalizados, esses valores tendem a se tornar naturalizados e pouco questionados pela maior parte do público. O processo hegemônico, assim, atua na legitimação da ordem vigente e na normalização da ideologia dominante. Nesse contexto, os meios de comunicação desempenham um papel central, especialmente nas coberturas internacionais, ao oferecerem enquadramentos interpretativos que sustentam o consenso e contribuem para a reprodução das assimetrias de poder no sistema internacional.

Essa estrutura de dependência dos meios de comunicação nos países subdesenvolvidos assegura maior visibilidade às perspectivas oriundas das nações dominantes, o funcionamento cíclico da hegemonia atua como um mecanismo de bloqueio simbólico, dificultando que interpretações produzidas por grupos menos organizados ou subalternizados alcancem projeção suficiente na arena discursiva para viabilizar transformações políticas. No âmbito do jornalismo comparado, observa-se que tanto a prática profissional quanto as rotinas produtivas do jornalismo brasileiro foram historicamente moldadas sob forte influência do modelo norte-americano. Como consequência, enquadramentos, perspectivas e abordagens de caráter hegemônico tendem a se manifestar com maior recorrência no contexto midiático nacional (Atem, 2008).

Para Baudrillard (1991), as mídias tradicionais não demonstram uma preocupação efetiva em construir um panorama complexo e contextualizado da guerra, uma vez que sua atuação tende a reforçar a manutenção das estruturas de poder dominantes, por meio da promoção — quase publicitária, segundo o autor — do próprio conflito e de seus desdobramentos. Nessa perspectiva, a cobertura midiática da guerra configura-se como um simulacro, isto é, uma representação idealizada e mediada pelos interesses dos poderes envolvidos, que substitui a compreensão do real por uma narrativa controlada.

No caso do *Al Jazeera*, ainda que o ataque do Hamas seja noticiado, observa-se rapidamente uma mudança de enquadramento, na qual os títulos passam a salientar a

retaliação israelense, o impacto humanitário, o cerco, o bloqueio e o número de vítimas palestinas. Verbos como *kills* (mata), *pummels* (agride), *bombards* (bombardeia) e expressões como *total blockade* (bloqueio total), *no safe place* (sem lugar seguro), *mass casualties* (vítimas em massa) deslocam o foco da origem do conflito para seus efeitos estruturais e contínuos sobre Gaza. Assim, o enquadramento dominante no site *Al Jazeera* amplia a moldura temporal do conflito e o reinsere em uma lógica histórica de ocupação e assimetria de poder.

Os resultados dialogam diretamente com o conceito de Orientalismo de Edward Said (2007). Em *O Globo*, observa-se a recorrência de um regime representacional no qual o Hamas é associado a uma violência irracional e abrupta, enquanto o contexto palestino aparece como pano de fundo difuso ou ausente. Essa lógica reforça a clássica dicotomia orientalista entre um “Ocidente racional” e um “Oriente violento”, ainda que de forma implícita. Já o *Al Jazeera* tensiona esse regime ao deslocar o foco para as estruturas de poder, o cerco, a ocupação e os efeitos materiais da guerra sobre civis palestinos, desestabilizando a leitura moralizante e simplificadora do conflito. Isso não significa neutralidade absoluta, mas a construção de uma contranarrativa frente ao discurso hegemônico.

A visão orientalista presente na maior parte dos veículos de notícias do Ocidente, na maioria das vezes, é influenciada pela abordagem pró-Israel que a mídia estadunidense e europeia teve ao longo dos anos em relação ao conflito. A comunicação aqui é entendida como conjunto de processos discursivos e, portanto, dotados de ideologias e de representações de mundo que têm lados, interesses, poderes, sempre localizados em posições muito distintas e em extrema desigualdade de condições. A comunicação exerce papel fundamental na perpetuação desse cenário desigual em escala global, e, dentro dela, é central a função circulatória exercida pelos grandes conglomerados jornalísticos do Norte Global ao longo da história.

A partir de Berger e Luckmann (2007), pode-se afirmar que *O Globo* e *Al Jazeera* participam ativamente da construção social da realidade do conflito. As escolhas de títulos, temas, autorias e seções contribuem para a institucionalização de determinadas interpretações como “naturais” ou “óbvias”. Em *O Globo*, a realidade construída tende a apresentar o conflito como resposta necessária a um ato inaugural de violência, enquanto no *Al Jazeera* a realidade construída enfatiza a continuidade histórica da violência estrutural contra os palestinos. Assim, o que está em disputa não é apenas a interpretação dos fatos, mas o próprio sentido do que o conflito é.

Algo que também foi perceptível na análise, mesmo que breve, das imagens do primeiro dia. Não procuramos, neste recorte, reforçar uma ideia de que certas fotografias têm o poder de mobilizar o mundo em favor da causa palestina, mas a de que a narrativa que algumas delas oferecem é diferente das que prevalecem na mídia hegemônica. Mohammed Abed, desenvolve seu trabalho testemunhal por meio do olhar palestino há 24 anos em Gaza. A sensibilidade de suas fotografias permite que os espectadores se aproximem do que elas apresentam, incitando o exercício da alteridade, conhecido popularmente por “se colocar no lugar do outro”. Dessa forma, as imagens de Abed usadas no *Al Jazeera*, diferente das escolhidas por *O Globo*, são disruptivas, pois oferecem outros caminhos para a compreensão do conflito e da questão Palestina, acionando a subjetividade dos espectadores. Promovem empatia, sem abusar do sofrimento; e admiração, ao ressaltar a resiliência do povo palestino. As fotografias são, por si, um ato de resistência, “sublevação” nas palavras de Didi Huberman (2011).

Apesar das contribuições apresentadas, enfrentamos algumas limitações durante o desenvolvimento deste estudo. Em primeiro lugar, o recorte temporal do *corpus* concentra-se principalmente na primeira semana após os eventos de 7 de outubro de 2023, além de episódios específicos relacionados ao conflito, o que pode não contemplar possíveis mudanças nos enquadramentos midiáticos nos anos seguintes. Esse recorte temporal relativamente curto foi definido principalmente em função da grande quantidade de matérias encontradas. Além disso, a análise se restringe a dois veículos de comunicação (*O Globo* e *Al Jazeera*), os quais, embora relevantes em seus contextos, não representam a totalidade da diversidade midiática do Sul Global. Por fim, o estudo concentra-se na produção jornalística, não abrangendo a recepção do público nem outros formatos midiáticos, como conteúdos audiovisuais ou interações em redes sociais, que também influenciam a construção do imaginário social sobre o conflito.

Sendo assim, estudos posteriores podem ampliar o recorte temporal da análise, investigando a cobertura midiática ao longo de períodos mais extensos do conflito, a fim de observar possíveis mudanças nos enquadramentos e nas narrativas jornalísticas conforme o desenvolvimento dos acontecimentos. Outra possibilidade consiste em expandir o *corpus* para incluir outros veículos de comunicação, tanto de diferentes países do Sul Global quanto de meios pertencentes ao Norte Global. Essa ampliação permitiria comparações mais abrangentes acerca das diferentes abordagens jornalísticas e das disputas narrativas em torno do conflito, assim como a análise de outros formatos midiáticos, como conteúdos audiovisuais, redes sociais. Por fim, estudos que investiguem a recepção do público também

se mostram promissores, uma vez que poderiam analisar como diferentes audiências interpretam e ressignificam os enquadramentos midiáticos apresentados pelos veículos de comunicação, contribuindo para uma compreensão mais completa da relação entre mídia, narrativa e percepção pública de conflitos internacionais. Dessa forma, investigar essas narrativas torna-se essencial para compreender o papel do jornalismo na mediação de conflitos internacionais e na formação do imaginário social acerca do genocídio palestino e de uma das disputas geopolíticas mais duradouras da contemporaneidade.

Em seu livro “Quadro de guerras” (2015), Butler explica que:

Não precisamos de uma legenda ou de uma narrativa para compreendermos que um contexto político está sendo explicitamente formulado e renovado através do e pelo enquadramento, que o enquadramento funciona não apenas como uma fronteira para a imagem, mas também estrutura a imagem em si. Se a imagem, por sua vez, estrutura a maneira pela qual registramos a realidade, então ela está associada à cena interpretativa na qual operamos [...] O “como” não apenas organiza a imagem, mas também atua no sentido de organizar nossa percepção e nosso pensamento. (2015, p. 109)

Nesse sentido, observa-se como a produção de sentido midiático sobre o mesmo acontecimento varia conforme a posição geopolítica, editorial e simbólica do veículo. Enquanto *O Globo* reforça uma leitura alinhada à hegemonia informativa ocidental, o *Al Jazeera* tensiona esse consenso ao reposicionar o conflito sob o viés da desigualdade estrutural e da violência de Estado. Esse contraste reforça a importância da análise comparada como ferramenta crítica para compreender como narrativas jornalísticas não apenas informam, mas hierarquizam sofrimentos, legitimam ações e constroem regimes de visibilidade. A análise dos títulos, autoria, seções e temas demonstra que o jornalismo não apenas relata a guerra, mas produz sentidos, hierarquiza sofrimentos e define quais vidas são mais visíveis e enlutáveis.

Referências

AGÊNCIA ANADOLU. Netanyahu's political future uncertain despite public support for war on Iran. **AA**, 25 jun. 2025. Disponível em: <https://www.aa.com.tr/en/middle-east/netanyahu-s-political-future-uncertain-despite-public-support-for-war-on-iran/3613469>. Acesso em: 24 jul. 2025.

AGUIAR, Pedro. **Agências de Notícias do Sul Global: jornalismo, Estado e circulação da informação nas periferias do sistema-mundo**. 2018.

_____. Agências de Notícias Brasileiras e Conglomerados de Mídia: concentração, convergência e dependência. In: **Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Rio de Janeiro: Intercom, 2015a.

_____. Marx explica a Reuters: anotações para leituras da economia política sobre agências de notícias. In: **Anales del VII Congreso Internacional de la ULEPICC. Madri: Unión Latina de Economía Política de la Información, la Comunicación y la Cultura (ULEPICC)**. 2009.

_____. O Império das Agências: territórios, cartel e circulação da informação internacional (1859-1934). **Revista Eptic**, v. 17, n. 2, 2015b.

AL JAZEERA. **The Nakba did not start or end in 1948**. Key facts and figures on the ethnic cleansing of Palestine. 2017. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/features/2017/5/23/the-nakba-did-not-start-or-end-in-1948>. Acesso em: 27 nov 2025

_____. **UN says its food stocks in Gaza completely 'depleted' amid Israeli blockade**. Al Jazeera, 16 abr. 2025a. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2025/4/16/un-says-its-food-stocks-in-gaza-completely-depleted-amid-israeli-blockade>. Acesso em 27 nov 2025.

_____. **Thirteen killed, dozens under rubble as Israel bombs Gaza amid food crisis**. Al Jazeera, 18 mar. 2025b. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2025/3/18/thirteen-killed-dozens-under-rubble-as-israel-bombs-gaza-amid-food-crisis>. Acesso em: 27 nov 2025.

_____. **Gaza tracker**. Al Jazeera, 18 mar. 2025c. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2025/3/18/gaza-tracker>. Acesso em: 27 nov 2025.

ALLEN, C. **A review of the evidence relating to the representation of Muslims and Islam in the British media**. Birmingham: Institute of Applied Social Studies, 2012. p. 1-18. Disponível em: https://web.archive.org/web/20190519000549id_/https://www.birmingham.ac.uk/Documents/college-social-sciences/social-policy/IASS/news-events/MEDIA-ChrisAllen-APPGEvidence-Oct2012.pdf. Acesso em: 18 abr. 2025.

ALLEN, C. **Islamophobia**. Farnham: Ashgate Publishing, Ltd., 2013.

ALLEN, F. **Islamophobia in the UK: The role of British newspapers in shaping attitudes towards Islam and Muslims**. 2014. Dissertação (Mestrado em Estudos Islâmicos) – University of Wales Trinity Saint David, Reino Unido, 2014. Disponível em: <https://repository.uwtsd.ac.uk/id/eprint/413/1/Fleur%20Allen%20new.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2025.

AMADO, Jorge. **Gabriela, cravo e canela**. Editora Companhia das Letras, 2008.

AMNESTY INTERNATIONAL. Israel's apartheid against Palestinians: a cruel system of domination and a crime against humanity. **AI**, 1 fev. 2022. Disponível em: <https://www.amnesty.org/en/latest/news/2022/02/israels-apartheid-against-palestinians-a-cruel-system-of-domination-and-a-crime-against-humanity/>. Acesso em: 24 mar. 2025.

AMODU, Lanre; IGE, Oyinkansola O.; USAINI, Suleimanu. **The media as the fourth estate of the realm**, jan. 2014. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/308120682_The_Media_as_Fourth_Estate_of_the_Realm. Acesso em: 10 jan. 2025.

AMORIM, Celso. Teerã, Ramalá e Doha: Memórias da política externa ativa e altiva. 2ª edição. **São José dos Campos, SP: Benvirá**, 2018.

ANERA. **Food production systems under attack in Gaza**. 2024. Disponível em: <https://www.anera.org/blog/food-production-systems-under-attack-in-gaza/>. Acesso em: 24 abr 2025.

ANDRADE, Davillin Lima de et al. **Conflito Israel X Palestina: autodeterminação dos seus povos**. 2025.

ARAÚJO, Luiz Antônio. **Paisagens Obsessivas: O discurso Orientalista nas revistas semanais de informação brasileiras**. Dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2013^a

ARENDT, Hannah. **A condição Humana**. Rio de Janeiro: Forence Universitário 1993.

_____. **Crises da República**. São Paulo: Perspectiva, 2006.

ATEM, Guilherme Nery. Guerra semiótica, jornalismo e propaganda. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, v.5, n.1, p.161-172, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/1984-6924.2008v5n1p161>. Acesso em: 25 jan. 2025.

BATALHA, Ettore Schimid. O Orientalismo, ou a afirmação do Discurso Hegemônico do Ocidente: Orientalism, or the affirmation of the Western Hegemonic Discourse. **Argumentos-Revista do Departamento de Ciências Sociais da Unimontes**, v. 14, n. 2, p. 177-198, 2017.

BALDIN, Vitória Paschoal; RAMOS, Daniela Osvald. Perspectivas de uma comunicação para paz em relação à cobertura jornalística brasileira sobre o conflito palestino-israelense: análise das matérias veiculadas pelo G1 a respeito da Palestina no primeiro semestre de 2023. **PAULUS: Revista de Comunicação da FAPCOM**, v. 7, n. 14, 2023.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

BAUDRILLARD, J. **Simulacros e simulação**. Lisboa: Relógio d'Água, 1991.

BBC. 'Éramos todos civis': o relato do único sobrevivente do ataque que matou 15 socorristas em Gaza e que contradiz versão de Israel. **BBC News Brasil**, 4 abr. 2025. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cewgxk4vxz7o>. Acesso em: 26 jul. 2025.

BBC NEWS. **Who are Hamas?**. Disponível em: <<http://news.bbc.co.uk/2/hi/1654510.stm>>. Acesso em: 23 abr. 2025.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade - Tratado de Sociologia do Conhecimento**. Petrópolis, Vozes, 27 ed., 2007.

BIONDI, Angie Gomes; MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro. Crying girl on the border: a colonialidade de gênero na fronteira das imagens. **Pauta Geral - Estudos em Jornalismo**, [S. l.], v. 7, n. 1, p. 1–20, 2020. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/pauta/article/view/15837>. Acesso em: 20 nov. 2025.

BIONDI, Angie; TEIXEIRA, Rafael Tassi. Inscrição de alteridade, artefatização do olhar: a fotografia de sujeitos vulneráveis em Lee Jeffries. **Galáxia (São Paulo)**, n. 45, p. 124-138, 2020.

BLONDHEIM, Menahem e SHIFMAN, Limor. What Officials Say, What Media Shows, and What Publics Get. **The Communication Review**, Gaza, jan./2009.

BOND, Letycia. Relatório mostra aumento de casos de islamofobia após ataque do Hamas. Agência Brasil, 16 dez. 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2023-12/relatorio-mostra-aumento-de-casos-de-islamofobia-apos-ataque-do-hamas>>. Acesso em: 11 abr. 2025.

BORGES, Pedro; SOLON NETO. **Movimento negro do Brasil tem histórico de solidariedade com a Palestina**. Alma Preta, 11 out. 2023. Disponível em: <https://almapreta.com.br/sessao/cotidiano/movimento-negro-do-brasil-palestina/>>

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, S.A., 1989.

BOYD-BARRETT, Oliver. Judith Miller, o New York Times e o modelo de propaganda. In: TRAQUINA, Nelson (org.). **Questões críticas do jornalismo contemporâneo: os papéis pulverizados do capitalismo**. Florianópolis: Insular, 2023.

BOYD-BARRETT, Oliver. **The International News Agencies**. Londres: SAGE/Constable, 1980.

BRASIL DE FATO. Israel mata 59 em Gaza, incluindo crianças em centro de distribuição de água. **Brasil de Fato**, 13 jul. 2025. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2025/07/13/israel-mata-59-em-gaza-incluindo-mulheres-criancas-e-10-em-centro-de-distribuicao-de-agua/>. Acesso em: 27 jul. 2025.

BRAUDEL, Fernand. **A Dinâmica do Capitalismo**. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

BUTLER, J. **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CALFAT, Natalia Nahas. O Oriente Médio é aqui: o Brasil entre o sionismo cristão e a solidariedade Sul-Sul. **CEBRI-Revista: Brazilian Journal of International Affairs**, n. 10, p. 42-62, 2024.

CANTALICE, Marizélia Gomes de et al. **Orientalismo: o cinema Hollywoodiano e os discursos sobre as marcas do terror na invenção do oriente (2002-2016)**. 2017.

CARDOSO, Rodrigo Castro Forte. **Resistência anticolonialista na ficção científica de Larissa Sansour**. 2024. 132 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2024. Disponível em: <https://www.repositorio.ufop.br/items/9abf6a97-63b2-40a8-a202-eed6bbc85f5f>. Acesso em: 17 fev. 2025.

CARNEIRO FILHO, Camilo Pereira; MOLS, Tomás. **O drama palestino: espoliação de terras, apartheid e genocídio: The Palestinian Drama: Land Dispossession, Apartheid, and Genocide**. Élisée-Revista de Geografia da UEG, v. 14, n. 01, p. e1412508-e1412508, 2025.

CASARÕES, Guilherme. **Os efeitos do conflito israelo-palestino sobre a política brasileira**. CEBRI-Revista: Brazilian Journal of International Affairs, n. 10, p. 16-41, 2024.

CASPI, B.; ZOHAR, Y.; SALITERNIK, C. **Water Reuse in Israel**. 1967.

CASTRO, Isabelle Somma. Os constrangimentos para uma atuação do Brasil no conflito israelo-palestino. **CEBRI-Revista: Brazilian Journal of International Affairs**, n. 10, p. 84-99, 2024.

CASTRO, Isabelle Christine Somma de. Orientalismo na imprensa brasileira. **A representação de árabes e mulçumanos nos jornais 'Folha de São Paulo' e 'O Estado de São Paulo' antes e depois de 11 de setembro de 2001**. 2007. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

CERVI, L, TEJEDOR, S., GRACIA M. **What Kind of Islamophobia? Representation of Muslims and Islam in Italian and Spanish Media**. Religions, v. 12, n. 6, p. 1-17, 2021.

CHEMERIS, Henry Guenis Santos. **Os principais motivos que geraram os conflitos entre israelenses e árabes na Palestina (1897-1948)**. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Departamento de história. Porto Alegre: 2002.

CHOMSKY, Noam. **A nova guerra contra o terror**. Estud. Av. São Paulo, v.16 nº44, 2002. Disponível em: < <http://www.scielo.br/scielo> > Acesso em 15 de agosto de 2025.

_____. **Mídia: propaganda política e manipulação**. WWF Martins Fontes, 2015.

CLEMESHA, Arlene. Pensar a Palestina após Gaza. **Debater a Europa**, n. 28, p. 223-232, 2024.

CNN BRASIL. **Israel: alegação de que bebês foram decapitados por Hamas**. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/israel-bebes-decapitados-hamas/>. Acesso em: 03 fev. 2026.

COLLARES, Valdeli Coelho. **Ascensão do Hamas na Palestina: pobreza e assistência social**. 1987-2006. 2012.

COUTINHO, Carlos Nelson. Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro, Campus, 1989. Democracia e socialismo. 1992.

CROME, Andrew. **Christian Zionism and English National Identity, 1600–1850**. Cham: Palgrave Macmillan, 2018.

CRUXEN, Edison. **Genocídio Cultural na Faixa de Gaza: A destruição do patrimônio cultural palestino como estratégia colonial do Estado etnocrático de Israel**. Patrimônio e Memória, v. 21, p. 1-21, 2025.

CUNHA FILHO, Antonio Hélio; FIGUEIREDO, Carolina Dantas. **A cobertura hegemônica da guerra e as interferências midiáticas do digital: análise do conflito entre Israel e Hamas, pelo Fantástico**. Intexto, n. 57, 2025.

CUNHA, Vasco Oliveira. **Palestina: uma história (inacabada) de múltiplas opressões**. Millenium, 1998.

DA SILVA, Ana Flávia Marques. A PLATAFORMIZAÇÃO DO GRUPO GLOBO: o uso e a infraestrutura dos dados. In: **COMPÓS**. 2025.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. São Paulo: eBooks Brasil, 2003.

DIAS, Amanda SA. Shahid, a nova figura da luta nacional Palestina. **Religião e Sociedade**, v. 26, n. 2, p. 81-103, 2006.

DICKEN, Peter. **Mudança Global: mapeando as novas fronteiras da economia mundial**. Rio de Janeiro: Bookman, 2009, 5ª ed.

DIDI-HUBERMAN, Georges. Sobrevivência dos vagalumes. Tradução: Vera Casa Nova e Márcia Arbex. Editora UFMG, Belo Horizonte, 2011. Disponível em: <https://iedamagri.wordpress.com/wp-content/uploads/2014/07/sobrevivencia-dos-vagalumes.pdf> Acesso em: 1 dez 2025.

DORNELES, Carlos. **Deus é inocente: a imprensa, não**. São Paulo, Globo, 2003.

ELHAJJI, Mohammed. Da semiose hegemônica ocidental. **Rio de Janeiro: Eco-Rizhoma**, 2001.

ENTMAN, R. M. Framing: toward clarification of a fractured paradigm. **Journal of Communication**, New York, v. 43, n. 4, p. 51-58, 1993.

ERAKAT, Noura; HILL, Marc Lamont. **Black-Palestinian transnational solidarity: renewals, returns, and practice**. Journal of Palestine Studies, v. 48, n. 4, p. 7-16, 2019. Disponível em: <<https://www.palestine-studies.org/en/node/1636717>>. Acesso em: 11 jan. 2025.

ESTADÃO VERIFICA. **O que se sabe até agora sobre alegação não confirmada de que o Hamas decapitou 40 bebês**. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/estadao-verifica/o-que-se-sabe-ate-agora-sobre-alegacao-nao-confirmada-de-que-o-hamas-decapitou-40-bebes/>. Acesso em: 10 dez. 2025.

EUA. Department of Defense. Supplemental bill becomes law, provides billions in aid for Ukraine, Israel, Taiwan. **USDD**, 24 abr. 2024. Disponível em: <https://www.defense.gov/News/News-Stories/Article/Article/3754718/supplemental-bill-becomes-law-provides-billions-in-aid-for-ukraine-israel-taiwan/>. Acesso em: 24 jul. 2025.

FARIAS, Felipe Vagner Silva. **O Orientalismo Revisitado - a cobertura da Veja ao islamismo e ao mundo árabe no pós-11 de setembro**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em História da Universidade Federal Fluminense, 2012

FARINELLI, Victor. **Israel declara guerra e inicia novos ataques contra território palestino**. Opera Mundi, 2023. Disponível em: <https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/israel-declara-guerra-e-inicia-novos-ataques-contr-a-territorio-palestino/> Acesso em: 13 de dez. 2024.

FERNANDES, Iago Vernek; PASTI, André. **Territórios da mídia no Brasil: a notícia e os círculos globais, nacionais e regionais-locais de informações**. Boletim Paulista de Geografia, v. 1, n. 108, p. 113-131, 2022.

FERRAZ, Aderlande Pereira; LISKA, Geraldo José Rodrigues. Pandemia e neologia em manchetes jornalísticas: criatividade lexical em foco. **Estudos linguísticos**, 2021.

FINKELSTEIN, Norma G. **Imagem e realidade do conflito Israel-Palestina**. Trad. De Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2005.

FOWLER, Roger. **Crítica linguística**, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 1994.

FRESTON, Paul. **Evangélicos na política brasileira: história ambígua e desafio ético**. Curitiba: Encontro Editora, 1994.

FROSSARD, Miriane Sigliano. “Caminhando por terras bíblicas”: religião, turismo e consumo nas caravanas evangélicas brasileiras para a Terra Santa”. Tese de Doutorado em Ciências da Religião. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2013.

- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. Editora Atlas SA, 2008.
- GHAREEB, Edmund et al. Split vision: The portrayal of Arabs in the American media. **(No Title)**, 1983.
- GHERMAN, Michel; KLEIN, Misha. Aquela Noite: o lugar da Israel imaginária na nova direita brasileira. **Revista Antropológicas**, Ano, v. 25, n. 32, p. 2, 2021.
- GHERMAN, Pedro. **Sionismo, nacionalismo e colonialismo: a construção da identidade israelense**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.
- GOFFMAN, E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade**. Trad. Mathias Lambert, 1981. LTC: Rio de Janeiro.
- GOMES, Aura Rejane. **A Questão da Palestina e a fundação de Israel** - Dissertação de Mestrado na USP. São Paulo, 2001. Disponível em: www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-2405002-163759.
- GONÇALVES, Israel Aparecido; LIMA, Maria Aldenora Santos. Guerra: o show midiático que protege Israel. **Outras Palavras**, São Paulo, 23 nov. 2023.
- GROSFOGUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Sociedade e Estado**, v. 31, 2016.
- GROSFOGUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 80, p. 115-147, 2008.
- GUARESCHI, P. A. Mídia e Democracia: o Quarto versus o Quinto Poder. **Revista Debates**, Porto Alegre, v.1, n.1, p. 6-25, jul.-dez. 2007.
- HABERMAS, Jürgen. **Mudança Estrutural da Esfera Pública**. São Paulo: EdUNESP, 2014.
- HAFEZ, Kai. **The Myth of Media Globalization**. Cambridge (Reino Unido): Polity, 2007.
- HAMADA, Basyouni Ibrahim. The Arab image in the minds of western image-makers. **Journal of International Communication**, v. 7, n. 1, p. 7-35, 2001.
- HERRMANN, Leonardo Brito et al. **A relação entre Brasil e Israel no governo Bolsonaro: Impactos do discurso religioso evangélico na condução da política externa brasileira**. 2023.
- HOBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos: O breve século XX: 1914-1991**. 2º ed. Trad. Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HOFMAN, Iwona. The Attributes of the Fourth Estate . In the Area of Medial Theories and Politics. **Polish Political Science Yearbook**, v. 38, 2009.
- HROUB, Khaled. **Hamas: um guia para iniciantes**. Trad. Lílian Palhares - Rio de Janeiro: DIFEL, 2008.
- HUBERMAN, Bruno; FERNANDES, Sabrina. **Descolonizar futuros palestinos: o papel da comunidade internacional para a resolução justa da Questão Palestina/Israel**. **Revista Marx e o Marxismo—Revista do NIEP-Marx**, v. 11, n. 21, p. 15-34, 2023.
- HUMAN RIGHTS WATCH. **Extermination and Acts of Genocide: Israel Deliberately Depriving Palestinians in Gaza**. 19 dez. 2024. Disponível em: <https://www.hrw.org/report/2024/12/19/extermination-and-acts-genocide/israeldeliberately-depriving-palestinians-gaza>. Acesso em: 13 jun 2025.

IACONELLI, Vera. Sincericídio bolsonarista. **Folha de São Paulo**, 06 ago. 2019.

IMEU. Institute for Middle East Understanding. **Quick facts: the Palestinian Nakba**. 2023. Disponível em: <https://imeu.org/article/quick-facts-the-palestinian-nakba>. Acesso em: 21 jun. 2025.

INSTED CONSULTANCY. The Search for Common Ground – Muslims, non-Muslims and the UK Media, a study conducted by Insted Consultancy for the Greater London Authority, 2007. Disponível em: <<http://www.insted.co.uk/search-for-common-ground.pdf>>. Acesso em 22 de abr. 2025.

ISHIBASHI, Simone. Estado de Israel e a luta palestina: origens e perspectivas. **Revista PUC Viva** nº 34, Oriente Médio. APROPUC-SP – Associação dos Professores da PUC/SP, abril de 2009. Disponível em: <http://www.apropucsp.org.br/apropuc/index.php/revista-puc-viva/42-edicao-34/1210-estado-de-israel-e-a-luta-palestina-origens-e-perspectivas>.

JARDIM, Denise Fagundes. **Palestinos: as redefinições de fronteiras e cidadania**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Brasil

JUDT, Tony. A *Lobby*, not a conspiracy. **New York Times**, 19 abril 2006. Disponível em: <http://www.nytimes.com/2006/04/19/opinion/19judt.html>

KELLNER, Douglas. **A Cultura da Mídia – Estudos Culturais: Identidade e Política entre o Moderno e o Pós-Moderno**. Tradução: Ivone de Castilho Benedetti. Bauru, SP – EDESC. 2001.

KHVOSTUNOVA, Olga. Corruption of the Fourth Power: The Decline of the Russian Media. **Institute of Modern Russia**, 10 jan. 2014. Disponível em: https://imrussia.org/media/pdf/Research/Olga_Khvostunova_Corruption_of_the_Fourth_Estate.pdf. Acesso em: 11 jan. 2025.

LEAL, Plínio Marcos Volponi. Jornalismo político brasileiro e a análise do enquadramento noticioso. **Revista Compolítica**, Rio de Janeiro, 2007.

LEITE, Thiago. Tribunal Penal Internacional emite mandado de prisão contra Netanyahu. **Carreiras Jurídicas**, 2024. Disponível em: <https://cj.estrategia.com/portal/mandado-de-prisao-contr-netanyahu/> Acesso em: 10 de Dezembro de 2024

LEWIS, Bernard. **O que deu errado no Oriente Médio?**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed.2002.

LOPES, Gustavo Chaves. As redes sociais e os novos fluxos de agendamento: uma análise da cobertura da Al Jazeera sobre a Primavera Árabe. **Palavra Chave**, v. 16, n. 3, p. 787-811, 2013.

LOPES, Luiz Paulo da Moita; FABRÍCIO, Branca Falabella. Discurso como arma de guerra: um posicionamento ocidentalista na construção da alteridade. **DELTA: Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada**, v. 21, p. 239-283, 2005.

MACHADO, Maria das Dores Campos; MARIZ, Cecília Loreto; CARRANZA, Brenda. Articulações político-religiosas entre Brasil-USA: direita e sionismo cristãos. **Ciencias Sociales y Religión**, v. 23, p. 1-34, 2021.

MACHADO, Maria das Dores Campos; MARIZ, Cecília Loreto; CARRANZA, Brenda. Genealogia do sionismo evangélico no Brasil. **Religião & Sociedade**, v. 42, p. 225-248, 2022.

MACIEL, Marcello Silva; BONI, Paulo Cesar. O vale da sombra da vida: reflexões sobre a fotografia de guerra e suas repercussões. **Discursos Fotograficos**, v. 2, n. 2, p. 93-110, 2006.

MARIANO, Ricardo. **Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil**. São Paulo: Editora Loyola, 1999.

MARQUES, V. L. M. **islã: práticas religiosas e culturais**. Horizonte: Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião, v. 13, n. 38, p. 733-749, 2015.

MARQUES, V. L. **O islã no Brasil: um estudo comparado**. In: 26ª Reunião Brasileira de Antropologia, Porto Seguro, Bahia, 2008. Disponível em: <https://www.academia.edu/27141163/2008_O_Is%C3%A3_no_Brasil_Um_estudo_comparado>. Acesso em 18 de fev. 2021.

MATEO, Luiza Rodrigues. **Deus abençoe a América: religião, política e relações internacionais dos Estados Unidos**. 2011.

MATTELART, Armand. **Mapping world communication: War, progress, culture**. U of Minnesota Press, 1994.

MATTELART, Armand. **The invention of communication**. U of Minnesota Press, 1996.

MEARSHEIMER, John; WALT, Stephen. O *Lobby* de Israel. **Novos Estudos Cebap**, n.76, nov. 2006, p.43-73

MICHAELIS. **Dicionário brasileiro da Língua portuguesa**. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/ru%C3%ADna/>. Acesso em: 22 nov. 2025.

MIGUEL, Lorena Marina dos Santos et al. **Primavera Árabe: o discurso orientalista no jornalismo brasileiro**. 2015.

MONTENEGRO, S. M. **Discursos e contradiscursos: o olhar da mídia sobre o islã no Brasil**. Mana, v. 8, n. 1, p. 63-91, 2002.

MORRIS, Benny. **Righteous Victims: A History of the Zionist-Arab Conflict, 1881– 2001**. New York: Vintage Books, 2001.

MORRIS, Benny. **The birth of the palestinian fugee problem revisited**. Cambridge Middle East Studies - USA, 2004.

MOTT, M.L. Imigração árabe: um certo oriente no Brasil. In: **INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA**. Brasil: 500 anos de povoamento. Rio de Janeiro, 2000.

NABARRO, Wagner; SILVA, Adriana Bernardes. Informação e território: a Agence France-Presse no Brasil. **Boletim Campineiro de Geografia**, v. 2, n. 1, 2012.

NAGM, Fadel. A CRIAÇÃO DO ESTADO DE ISRAEL E A FRAGMENTAÇÃO DA PALESTINA. **Universidade Federal de Roraima**, v. 24.

O GLOBO. **Corpos de 40 bebês e crianças foram encontrados em comunidade atacada pelo Hamas, diz TV**. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2023/10/10/corpos-de-40-bebes-e-criancas-foram-encontrado-s-em-comunidade-atacada-pelo-hamas-diz-tv.ghtml> Acesso em: 10 dez. 2025.

OMAI, Sálua; DOS SANTOS, Manoel Antônio. O protagonismo da mídia na construção de estereótipos sobre árabes e muçulmanos e as repercussões psicossociais da retórica islamofóbica. **REVER: Revista de Estudos da Religião**, v. 24, n. 3, p. 321-337, 2024.

OMRAN, Muna. Retratos de um povo invisível: como a mídia brasileira retratou os imigrantes árabes no início do século XX. **EXILIUM Revista de Estudos da Contemporaneidade**, v. 6, n. 10, p. 44-55, 2025.

ONU. "More than a human can bear": Israel's systematic use of sexual, reproductive and other forms of gender-based violence since 7 October 2023. **Human Rights Council**. 13 mar. 2025. Disponível em:

<https://www.ohchr.org/sites/default/files/documents/hrbodies/hrcouncil/sessions-regular/session58/a-hrc-58-crp-6.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2025

ONU. **Report of the United Nations Special Committee on Palestine (UNSCOP)**. A/364, 3 set. 1947. Disponível em: <https://www.un.org/unispal/document/auto-insert-179435/>. Acesso em: 21 jun. 2025.

ORO, Ari P. **O avanço pentecostal e a reação católica**. Petrópolis: Editora Vozes, 1996.

OSHIN, Olafimihan. **Israeli death toll from Hamas attack surpasses 1,000, top military officer says**. The Hill, 2023. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20231011133836/https://thehill.com/policy/4247805-israeli-death-toll-from-hamas-attack-surpasses-1000-top-military-officer-says/> Acesso em: 2 de dez. 2024.

OTAVIANO, Elisângela Vanice; SANTOS, Raquel Carla dos. **A importância do profissional de letras na revisão de manchetes jornalísticas**. 2021.

PELED-ELHANAN, Nurit. Racista e militarizada: como é a educação em Israel. Entrevista para Júlia Dolce. **Agência Pública**, 18 out. 2023b. Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasmidias/racista-e-militarizada-como-e-a-educacao-em-israel/>. Acesso em: 22 jul. 2025.

PAPPE, Ilan. **A history of modern Palestine**. Cambridge University Press, 2022.

PASTI, André; AGUIAR, Pedro. Geografia das agências de notícias: apontamentos para uma análise espacial da circulação da informação. **MOREIRA, Sonia Virginia**, p. 165-188, 2016.

PATERSON, Chris. **News Agency Dominance in International News on the Internet**. Papers in International and Global Communication. n. 1/6, mai, 2006.

PINTO, P. G. H. da R. (2010). **Árabes no Rio de Janeiro: Uma identidade plural**. Cidade Nova.

PINTO, Lucas Vasconcelos. **O American Israel Public Affairs Committee (AIPAC) e sua influência na política externa dos Estados Unidos**. 123 f. Dissertação (Mestrado). PPG em Relações Internacionais San Tiago Dantas. São Paulo: UNESP, Unicamp, PUC-SP, 2015.

PORTILLA, K. P. Challenging media (Mis)representation: an exploration of available models. *International Journal for Crime, Justice and Social Democracy*, v. 7, n. 4, 2018.

PORTO, M. P. **Enquadramentos da mídia e política**. In: RUBIM, A.A. (Org.). *Comunicação e Política: conceitos e abordagens*. Salvador: EdUFBA, 2004. p. 73-104.

_____. **Interpretando o mundo da política: perspectivas teóricas no estudo da relação entre psicologia, poder e televisão**. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 23, 1999, Caxambu, MG.

PORTO, César Henrique de Queiroz. História do tempo presente e mídia televisiva. In: DIAS, Renato da Silva. (org.) **Repensando o político: poder, trabalho e identidades**. Montes Claros, MG: Unimontes, 2012.

PUDDEPHAT, Andrew. As revoluções árabes e a comunicação digital. **Política Externa**, São Paulo, v. 20, n.1, p. 19-26, 2011.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas.** Buenos Aires: Colección Sur Sur, CLACSO, setembro, 2005. p.227-278.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidad y modernidad/racionalidad.** Perú Indígena, Lima, v. 13, n. 29, p.11-20, 1992.

RANCIÈRE, Jacques. A estética como política. **Devires-cinema e humanidades**, v. 7, n. 2, p. 14-36, 2010.

_____. **A partilha do sensível: estética e política.** 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2009.

REUTERS. Ataque israelense mata 30 pessoas em Gaza, incluindo jornalista e funcionário dos serviços de resgate, diz Hamas. **G1**, 25 maio 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2025/05/25/ataque-israelense-mata-23-pessoas-em-gaza-incluindo-jornalista-e-paramedico-diz-hamas.ghtml>. Acesso em: 15 set. 2025.

RIBEIRO, Esther Medina. O Oriente Médio e o islã sob o viés da mídia. **Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação-Habilitação em Jornalismo)-Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro**, 2010.

RODRIGUES, Adriano Duarte. DELIMITAÇÃO, NATUREZA E FUNÇÕES DO DISCURSO MIDIÁTICO. In: MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio Dayrell (Org.). **O JORNAL: Da forma ao sentido.** Editora UNB, 2002. p. 217-233.

RODRIGUES, Adriano Duarte. **Estratégias de Comunicação. Questão Comunicacional e Formas de Sociabilidade.** Lisboa, Editorial Presença, 2001.

RODRIGUES, Adriano Duarte et al. Experiência, modernidade e campo dos media. **Biblioteca On Line de Ciências da Comunicação.** Portugal, 1999, p. 1-32. Disponível em: <http://bocc.ufp.pt/pag/rodrigues-adriano-expcampmedia.pdf>. Acesso em 16 jun. 2023.

ROYA NEWS. Bill Clinton: Netanyahu wants war with Iran to stay in power. **Roya News**, 21 jun. 2025. Disponível em: <https://www.youtube.com/shorts/31YeVJPue3E>. Acesso em: 07 jul. 2025.

SAID, Edward Wadie. **A questão da Palestina.** Tradução: Sonia Midori. São Paulo: Ed. Unesp, 2012.

_____. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente.** Editora Companhia das Letras, 2007.

_____. **Cultura e imperialismo.** Trad. Denise Bottman. São Paulo: Companhia de Bolso, 2011.

SAID, Edward W. and BARSAMIAN, David. **Cultura e Resistência: Entrevistas do intelectual palestino a David Barsamian.** São Paulo: Ediouro, 2006.

SAID, Edward W. and PAUL, James. Orientalism Revisited: An interview with Edward W. Said. In: MERIP Middle East Report, no 150, **Human Rights and the Palestine Conflict**, Jan.-Feb., 1988: 32-36.

_____. **Cultura e Imperialismo.** Tradução: Denise Bettman – São Paulo. Companhia da Letras, 1995.

SAND, Shlomo. **The Invention of the Jewish People.** Londres: Verso, 2010.

SANTOS, Milton. **Por uma outra Globalização.** Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: Território e Sociedade no início do século XXI.** Rio de Janeiro: Record, 2006 [2001].

SCALÉRCIO, Márcio. **Oriente Médio: uma análise reveladora sobre dois povos condenados a conviver**. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

SCHULTZ, Julianne. **Reviving the Fourth Estate: Democracy, Accountability and the Media**. Ed. Cambridge University Press, 1998.

SCHVARTZMAN, Gabriel Steinberg. **A montanha azul de Meir Shalev: uma leitura pós-sionista da sociedade israelense**. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo/USP. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Letras Orientais. Programa de Pós-graduação em Língua Hebraica, Literatura e Cultura Judaicas. São Paulo: 2005.

SEABRA, Cátia; FEITOZA, César. Exército adia compra de blindados de empresa de Israel após pedido de Múcio. **Folha de São Paulo**, v. 9, 2024.

SHAHEEN, Jack G. Hollywood's Muslim Arabs. **The Muslim World**, v. 90, n. 1 - 2, p. 22-42, 2000.

SIDDIQUI, Usaid; ZAHEER, Owais A. 50 Years of Occupation. **416 Labs**, 2018.

SILVEIRA, Ada Cristina Machado. A cobertura jornalística de fronteiriços e favelados - narrativas securitárias e imunização contra a diferença. **Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, v.35, n.1, p. 75-92, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1809-58442012000100005>. Acesso em: 3 jan. 2025.

SILVEIRA, María Laura. **Escala geográfica: da ação ao império?** Terra Livre, Goiânia, ano 20, v. 2, n. 23, pp. 87-96, jul./dez. 2004.

SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 8ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

SISLER, Vit. **Digital Arabs: Representation in Video Games**. European Journal of Cultural Studies. V. 11, nº 2, SAGE Publications, 2008, p. 203-220.

SMAILI, S. S. Migrantes, pós-colonialismo e fundamentalismo: enlaces entre Oriente e Ocidente e a questão do islã. *Psicologia USP*, v. 26, n. 2, p. 145-151, 2015. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/psicousp/article/view/102378>>. Acesso em: 18 abr. 2025.

SOARES, Murilo Cesar. Análise de enquadramento. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, p. 450-465, 2006.

SOMMA DE CASTRO, I. C. A SOCIEDADE DOS IRMÃOS MUÇULMANOS ENTRE 1936 E 1949. **Projeto História : Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, [S. l.], v. 46, 2014. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/17140>. Acesso em: 31 maio. 2023.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?**. Editora UFMG: Belo Horizonte, 2010, 135 p.

STEAGALL, Marcos Mortensen. Imagens conceituais na publicidade: premissas da imagem publicitária potenciadas pela tecnologia e interatividade. **Convergências: Revista de Investigação e Ensino das Artes**, Castelo Branco, Portugal, v.13, n.26, p.1-6, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.53681/c1514225187514391s.26.19>. Acesso em: 22 jan. 2025

STONE, Mike. Exportações de armas dos EUA atingem recorde em 2024 devido à demanda relacionada à Ucrânia. **Reuters**, 24 jan. 2025. Disponível em: <https://www.reuters.com/business/aerospace-defense/ukraine-related-demand-sends-us-arms-exports-record-2024-2025-01-24/>. Acesso em: 23 jul. 2025.

TELES, Barbara Caramuru; MANFRINATO, Helena. Gaza: da tempestade de Al-Aqsa ao genocídio. **Tensões Mundiais**, v. 20, n. 42, p. 219-242, 2024.

THOMPSON, J. B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. Petrópolis: Vozes, 2002, 5ª ed.

TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL. **Statement of ICC Prosecutor Karim A.A. Khan KC: Applications for arrest warrants in the situation in the State of Palestine**. Haia, Países Baixos, 2024.

TRUZZI, O. (1997). **Patrícios: Sírios e libaneses em São Paulo**. Hucitec.

TUCHMAN, Gaye. A objetividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas. In: TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Vega, 1999, p. 74-90.

VAGNI, Juan José. Brasil y el mundo árabe: aproximaciones y oscilaciones. In: **Cooperación, integración regional e interregionalismo: trayectorias y desafíos desde el Sur**. 2011. p. 139-159.

VIMIEIRO, Ana Carolina; MAIA, Rousiley Celi Moreira. Análise indireta de enquadramentos da mídia: uma alternativa metodológica para a identificação de frames culturais. **Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia**, v. 18, n. 1, p. 235-252, 2011.

WALLERSTEIN, Immanuel. **The Modern World-System, v.I: Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the 16th Century**. Londres: Academic Press, 1974.

YOUSEF, Mosab Hassan. **Filho do Hamas**. Rio de Janeiro: Sextante, 2010.

YUNIS, Lena. Orientalismo e historicidade na tradução de obras sufis. **EXILIUM Revista de Estudos da Contemporaneidade**, v. 2, n. 2, p. 13-46, 2021.

ZIZEK, Slavoj. **Violência**. Tradução de Miguel Serras Pereira. São Paulo: Boitempo, 2014.

ZUCCHI, Luciano Kneip. A implantação do estado de Israel e a gênese dos conflitos israelo/árabes na Palestina. In: ARIAS NETO, José Miguel; OLINTO, Beatriz; SOSHODOLAK, Hélio (Org.). **A escrita da história – fragmentos de historiografia contemporânea**. Ponta Grossa: ANPUH, 2013.